

**SÉRIE**

Desenvolvimento Regional em Perspectiva

# INTERDISCIPLINARIDADE E DESENVOLVIMENTO



ISBN 978-858740685-9



[www.unifacef.com.br](http://www.unifacef.com.br)

**Uni-FACEF**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

Franca/SP - 2014



# Desenvolvimento Regional em Perspectiva **INTERDISCIPLINARIDADE E DESENVOLVIMENTO**

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

Série Desenvolvimento Regional em Perspectiva

## **INTERDISCIPLINARIDADE E DESENVOLVIMENTO**

Bárbara Fadel  
Marinês Santana Justo Smith  
(Organizadores)

ISBN 978-85-87406-85-9

FRANCA-SP

2014

**Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca - Corpo Diretivo 2014**

## REITOR

Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto

## VICE-REITOR

Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira

## PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

## PRÓ-REITORA ACADÊMICA

Profa. Dra. Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

## PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO

Profa. Dra. Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

## PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto

## COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU

Profa. Dra. Bárbara Fadel

## ASSESSOR JURÍDICO

Prof. Ms. Paulo Sérgio Moreira Guedine

## ASSESSORA DE DIFUSÃO CULTURAL

Alba Valéria Penteado Orsolini

## COORDENADORA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO e RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Profa. Dra. Marinês Santana Justo Smith

## COORDENADORA PEDAGÓGICA

Profa. Ms. Regina Helena de Almeida Durigan

## COORDENADOR DE MARKETING

Prof. Ms. Clésio Antônio Dourado

## CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Ms. Francismar Monteiro

## CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prof. Ms. Orivaldo Donzelli

## CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Profª. Ms. Ana Tereza Jacinto Teixeira

## CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Prof. Ms. Paulo Anderson Cinti

## CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO / ENGENHARIA CIVIL

Prof Ms. Antônio Carlos T. Bettarello

## CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LETRAS

Profa. Dra Ana Lúcia F. Campos-Toscano

## CHEFE DE DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA

Profa. Dra Sílvia Regina Viel

## CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Profª. Dndª. Maria Cherubina de Lima Alves

## CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Prof. Dr. Daniel Facciolo Pires

## CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TURISMO

Profa. Ms. Tatiana Iuri Yamassaki da Silva



# Desenvolvimento Regional em Perspectiva **INTERDISCIPLINARIDADE E DESENVOLVIMENTO**

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

Série Desenvolvimento Regional em Perspectiva

## **INTERDISCIPLINARIDADE E DESENVOLVIMENTO**

Bárbara Fadel  
Marinês Santana Justo Smith  
(Organizadores)

ISBN 978-85-87406-85-9

FRANCA-SP

2014



## Apresentação

A participação na sociedade moderna exige das pessoas e das organizações um sentido mais apurado e um conhecimento multifocal. As pesquisas e a busca de informações tornaram-se uma exigência acadêmica complexa e se manifestam nas relações humanas e em ambientes de estudo e pesquisa. Assim a investigação exige a capacidade de transcender os limites das diferentes áreas do conhecimento, recorrendo a interdisciplinaridade como forma de diálogo entre as diferentes áreas.

Para oferecer essas condições, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF (PPGDR) tem se empenhado em motivar seus pesquisadores e os de instituições semelhantes a apresentarem suas pesquisas para conhecimento e discussões conjuntas resultando na publicação de uma coletânea com temas relacionados.

Esta obra *Interdisciplinaridade e Desenvolvimento* arrola além de comunicações apresentadas e selecionadas do XV Encontro de Pesquisadores, artigos científicos de colaboradores e visitantes no PPGDR, buscando compreender o desenvolvimento sob uma perspectiva interdisciplinar. Assim, esta obra apresenta capítulos relacionados a temas como: economia, tecnologias, interdisciplinaridade.,

Esperando contribuir com as discussões contemporâneas na interdisciplinaridade desejamos uma boa leitura.

Bárbara Fadel

Marinês Santana Justo Smith

### **Comissão Científica**

Profª Drª Barbara Fadel (Uni-FACEF/ UNESP)  
Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)  
Profª Drª Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)  
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira (Uni-FACEF)  
Profª Drª Sheila F. Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)  
Profª Drª Marines S. J. Smith (Uni-FACEF)  
Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto (Uni-FACEF)  
Profª Drª Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)  
Profª Drª Maria Zita Figueiredo Gera (Uni-FACEF)  
Profª Drª Patricia do Espirito Santo (Uni-FACEF)  
Prof. Dr. Daniel F. Pires (Uni-FACEF)  
Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra (Uni-FACEF)  
Prof. Dr. Fernando C. de Almeida (FEA/USP)  
Profª Drª Marta L. Pomim Valentim (UNESP)  
Profª Drª Helena Carvalho de Lorenzo (UNIARA)  
Prof. Dr. Célio Bertelli (Uni-FACEF)

## Sumário

A ACEITAÇÃO DO CAFÉ ARTESANAL COM VALOR AGREGADO COMO DIFERENCIAÇÃO NO MERCADO CONSUMIDOR.....	8
A DIMENSÃO TEÓRICA E PRÁTICA DA ÉTICA PROFISSIONAL.....	18
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MEI (MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL) SOB ÓTICA DO DIREITO ECONÔMICO E SOCIAL.....	27
A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIEDADE NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E SUA CONTRIBUIÇÃO NA EFETIVAÇÃO DO PROJETO-ÉTICO POLÍTICO .....	34
A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E O ENSINO DE GRADUAÇÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS CURSOS DE GESTÃO DE BACHARELADO E TECNÓLOGO .....	42
A UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE CAD 3D E IMPRESSORAS 3D NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE PRODUTO E OS CONSEQUENTES BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E SOCIAIS.....	54
E-LEARNING CORPORATIVO COMO PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL: ESTUDO DA APLICAÇÃO E DO IMPACTO DE MOOC EM EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	65
ESTADO RESPONSÁVEL E A FINALIDADE DO BEM COMUM: O ELEMENTO TELEOLÓGICO NA CONCEITUAÇÃO DO ESTADO CONTEMPORÂNEO COMO FUNDAMENTO DOS OBJETIVOS CONSTITUCIONAIS.....	77
GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE IMAGENS EM MOVIMENTO DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS EM BANCO DE DADOS NA TV DIGITAL.....	88
GESTÃO URBANA E INTERDISCIPLINARIDADE .....	98
INTERDISCIPLINARIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL: A EXPERIÊNCIA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO IPHAN .....	108
O CONCEITO DE “NOVA CLASSE MÉDIA” NAS OBRAS DE MARCELO NERI E JESSÉ SOUZA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA PARA SE ENTENDER A REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA.....	124
O CONSUMO COMO DIFERENCIAÇÃO DESLOCANDO A IDENTIDADE DE GÊNERO .....	135
O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A EXPERIÊNCIA PRÁTICA DE MELHORIA DE RESULTADOS.....	145

## A ACEITAÇÃO DO CAFÉ ARTESANAL COM VALOR AGREGADO COMO DIFERENCIAÇÃO NO MERCADO CONSUMIDOR

Cyro de Almeida Durigan  
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca  
cyro@facef.br

Regina Helena de Almeida Durigan  
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca  
reginadurigan@hotmail.com

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo central verificar a possibilidade da inserção de um novo produto no mercado, ou melhor, da inserção de um produto antigo no mercado, mas com um diferencial que possa agregar valor ao produto de modo a diminuir a distância entre produtor e consumidor final, evitando intermediários e, conseqüentemente, aumentando seu preço de venda final. O produto em questão trata-se do café e o seu diferencial consiste na aromatização natural desse produto com outros produtos naturais, como a canela, o anis estrelado, a laranja, a avelã, entre outros. Esta pesquisa justifica-se por duas vertentes. Por um lado refletir sobre agregação de valores em produtos altamente consumidos no mercado, uma vez que o café, segundo uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira da Indústria de Café – Abic –, em 2009, é a segunda bebida mais consumida no Brasil, ficando atrás apenas da água e à frente de sucos e refrigerantes. E, por outro lado, discutir a questão do uso de produtos naturais, que, atualmente, são bem vistos e exigidos pelo mercado consumidor, principalmente devido ao aumento da conscientização da população sobre questões ambientais, além de uma maior preocupação com a saúde e com os cuidados com o corpo, quando se trata de um público a partir da classe média, consumidores alvo do produto em questão. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa em andamento, sendo que seus resultados ainda não foram definitivamente levantados e serão demonstrados em um trabalho futuro. Para sua conceituação, este trabalho apoia-se nos conceitos iniciais sobre o café, sua cultura, seu aparecimento no Mundo e sua vinda ao Brasil, além de conceituação sobre empreendedorismo, valor agregado em produtos, diferenciação do produto e desenvolvimento de produtos artesanais, o que se configura uma tendência, uma vez que os consumidores estão cada vez mais ávidos por produtos que atendam suas necessidades imediatamente, mas que possam trazer prazer e satisfação no momento em que esses produtos são adquiridos. Dessa forma, o trabalho apresenta-se através de uma pesquisa bibliográfica, baseada nos conceitos acima relacionados, além de uma pesquisa de campo composta por uma pesquisa de satisfação sobre o produto apresentado, através da aplicação de questionários a consumidores assíduos de café. Essa pesquisa está em desenvolvimento desde o ano de 2011, inicialmente de forma despretensiosa, mas que, desde o ano de 2012, vem se configurando como uma possibilidade real de inserção de um novo produto, através dos resultados iniciais obtidos e da aceitação positiva do público pesquisado. Como referencial teórico, este trabalho fundamenta-se nos estudos de KOTLER; KELLER (2012), DOLABELA (2008), DORNELAS (2001), FERREIRA; SANTOS; SERRA (2010), SABBAG (2009), além de artigos relacionados sobre o tema, veiculados online.

125-2447

Palavras-chave: café artesanal, valor agregado, aromatização natural.

## **Introdução**

O presente artigo retrata o início do estudo sobre a inserção de um novo produto no mercado, o café. Melhor dizendo, retrata a intenção de inserção de um produto muito antigo no mercado, com um diferencial, que se torna uma vantagem competitiva no mercado, o café artesanal aromatizado naturalmente.

O desenvolvimento do presente artigo refere-se diretamente ao próprio produto em questão, uma vez que o mercado cafeeiro, relacionado à economia, encontra-se muito instável e, nesse sentido, uma forma de aumentar a estabilidade da venda da produção cafeeira pessoal transfere-se para a venda direta do produtor ao consumidor. Ao contrário do que normalmente ocorre, a intenção seria diminuir a distância entre produtor e consumidor, o que prejudica o alcance de melhores preços, uma vez que o valor recebido pela produção depende diretamente da economia atual. Além disso, o lucro é dividido entre produtor, cooperativa e intermediário, e, nesse caso, o produtor recebe sempre a menor parcela de lucratividade.

A inovação do beneficiamento do café, com sua aromatização natural, pode agregar valor ao produto, conquistando nichos novos de mercado, otimizando o aproveitamento do produto.

Assim, o objetivo central do trabalho seria verificar a aceitação do café artesanal aromatizado perante um mercado mais especializado, composto, principalmente, por estudantes de cursos de gastronomia, além de profissionais da área de alimentos e bebidas.

Pode-se entender a relevância do assunto uma vez que, segundo pesquisa realizada em 2009 pela Associação Brasileira da Indústria de Café – ABIC – o café é a segunda bebida mais consumida no Brasil, perdendo o posto principal somente para a água. Além disso, o conhecimento da população acerca do produto em questão tem aumentado e se especializado constantemente, sempre em busca de sabores, aromas e produtos com diferenciais.

Com isso, a hipótese levantada seria verificar se há realmente mercado para um produto muito consumido, mas com um diferencial e se haveria aceitação desse produto nesse mercado.

Como metodologia utilizada para que essa hipótese fosse alcançada, questionários foram aplicados a alunos de cursos de gastronomia durante 3 anos consecutivos, e a alguns profissionais da área de alimentos e bebidas. Além dos questionários, uma pesquisa bibliográfica foi desenvolvida em obras específicas sobre o tema, além de endereços eletrônicos a fim de que dados sobre consumo e produção de café fossem atuais.

## **1 O café: sua origem, sua história, seu consumo.**

O café tem sua origem, segundo relatos históricos, na Absínia, atual Etiópia, no continente africano, sendo encontrada nessa região até os dias atuais como planta nativa, em meio às florestas e bosques (ABIC b. [s.d.]).

Não há relatos oficiais sobre a origem específica do cafeeiro, mas, de acordo com uma lenda da região, um pastor começou a perceber um comportamento diferente do normal em suas cabras, após terem consumido as folhas e os frutos de coloração amarelo-avermelhados do arbusto como parte de sua alimentação. Esses animais começaram a ficar mais alegres, saltitantes e motivados, fazendo com que percorressem as áreas de pastagens, entre morros e planícies, mais facilmente (PASCHOAL, 1999).

O café somente começou a ser utilizado para consumo humano quando um monge, ao ser informado pelo pastor sobre esse comportamento das cabras, resolveu colher alguns frutos e levá-los ao monastério. À noite o monge resolveu preparar uma infusão com os frutos e, para sua surpresa, essa bebida o auxiliou a resistir ao sono durante suas orações noturnas. Logo essa notícia se espalhou entre os diversos monastérios e a bebida começou a ser utilizada mais frequentemente.

Assim, o café começou a ser consumido, primeiramente pelos monges, no continente africano e, posteriormente, se difundiu para todos os continentes.

O café teve seu consumo, no início, preparado a partir de uma infusão e começou a ser servido de forma mais parecida com o chá. Posteriormente é que a forma como o café começou a ser preparado se modificou, até chegar como ele é servido nos dias atuais. Assim, nome “café” provém da palavra árabe “**qahwa**”, que significa vinho, pois quando chegou à Europa no século XIV era conhecido como “vinho da Arábia” (ABIC b. [s.d.]).

Dessa forma, o cultivo do café ficou, inicialmente, somente à cargo dos árabes que assumiram a detenção de todo o processo de produção. Posteriormente, algumas mudas do cobiçado arbusto foram levadas para a Europa, mais precisamente para a Holanda, de onde se difundiram para o mundo todo, inclusive no Brasil.

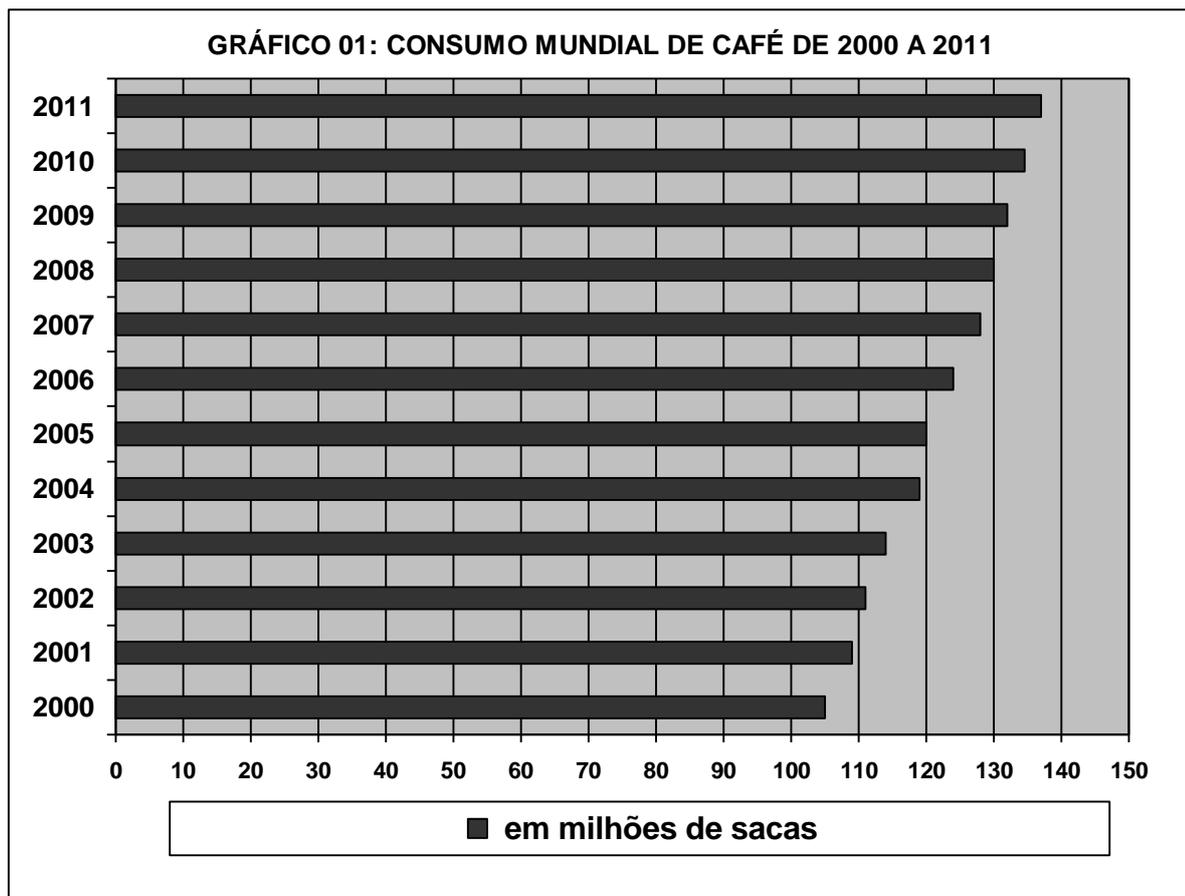
Foi de uma colônia francesa que o café seguiu para o Brasil, graças ao militar português, sargento-mor Francisco de Melo Palheta, que, em 1727, chefiou uma missão oficial secreta na Guiana Francesa. Sua função era “obter e esconder um par de grãos de café com todo o disfarce e cautela e voltar com brevidade”. Assim, Palheta se transformou no primeiro cafeicultor do Pará, do qual o cultivo passou para outras áreas brasileiras como o Norte e Nordeste (COCAPEC [s.d.]).

No Brasil, o café fez parte de diversos momentos importantes e passou por diversas regiões diferentes: a cultura teve seu início predominantemente no norte, nordeste, posteriormente; sudeste, principalmente no Rio de Janeiro que se tornou a principal produtora nacional e, de lá, se espalhou para o restante do país. Mas é, propriamente, na região sudeste do país, mais precisamente entre o sul do estado de Minas Gerais e sudeste de São Paulo, que o café se instalou como cultura dominante até os dias atuais, principalmente devido ao solo e condições climáticas dessa região (MOREIRA, 2007).

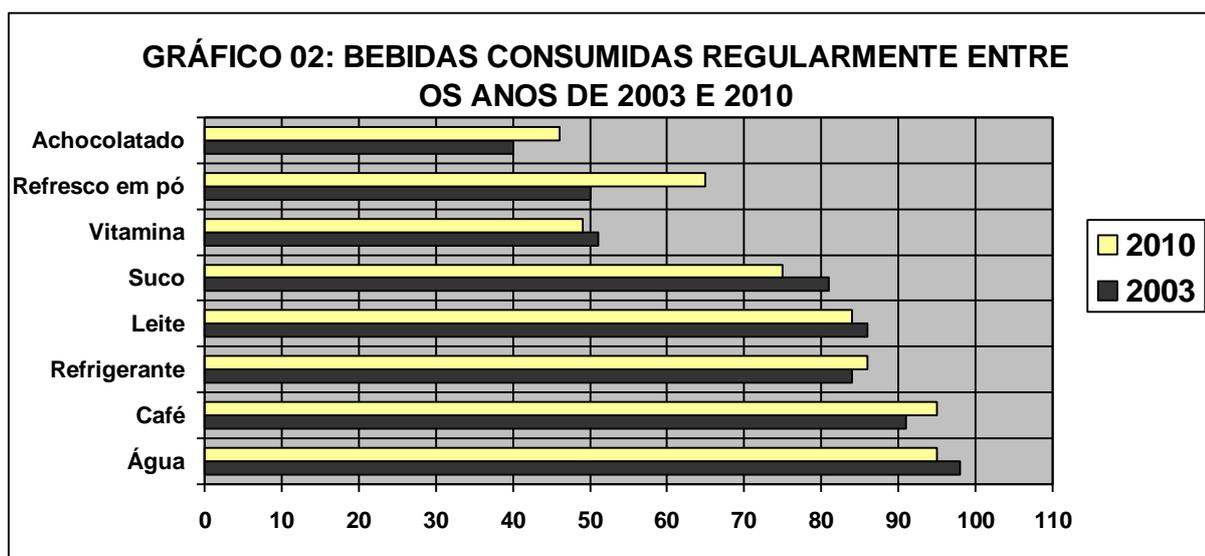
O café é produzido em larga escala em todo o mundo, mas a concentração da produção encontra-se em alguns poucos países, segundo a ABIC, com dados do ano de 2012: como o Brasil, que é o principal produtor, com 34,99% da produção mundial, seguido por Vietnã, com 15,15% da produção, Indonésia, com 8,76%, Colômbia, com 6,89% e Etiópia, com 5,58% da produção mundial (ABIC c. [s.d.]).

O café, sabidamente, é uma bebida muito consumida em todo o mundo, por diversos tipos de públicos e o aumento desse consumo pode ser percebido visivelmente, como pode ser demonstrado no gráfico 1.

Há, ainda, que se ressaltar que o café é a segunda bebida mais consumida em todo o mundo, de acordo com pesquisa realizada pela ABIC, em relação a outras bebidas, além de um comparativo entre os anos de 2003 e 2010 (Gráfico 2).



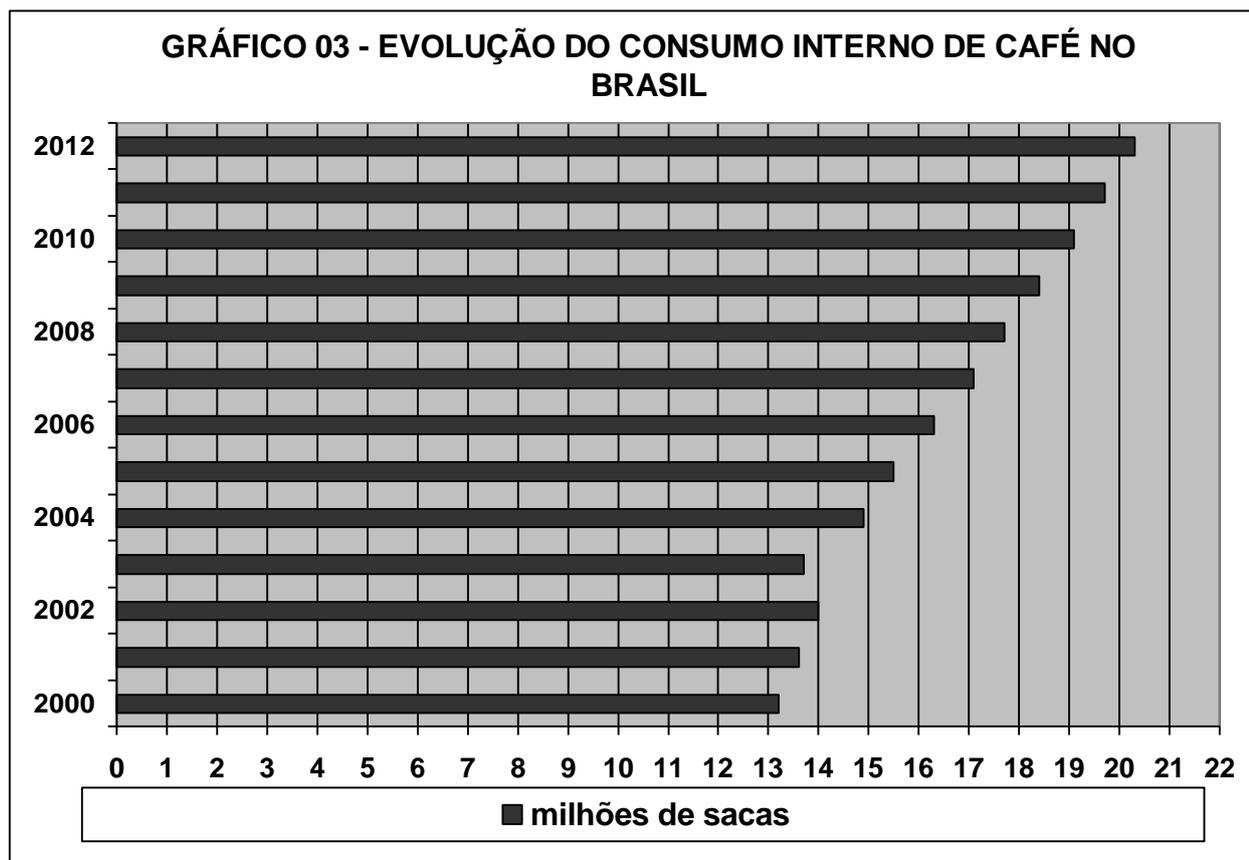
Fonte: OIC – International Coffee Organization. In BRANDO, 2012



Fonte: ABIC d. 2010.

Como se pode verificar, o café continua sendo uma das preferências mundiais para o consumo diário e a tendência é que esse consumo aumente ainda mais uma vez que vários tipos de cafés especiais têm surgido.

No Brasil essa tendência não é diferente. O consumo da bebida tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, impulsionado, principalmente, pelo aumento da qualidade do produto, pelo surgimento de novos tipos de cafés especiais e pelo refinamento do gosto do brasileiro, além, é claro, de que o café é uma bebida que remete à família e à infância.



ONTE: ABIC e. 2013.

Ao que se pode perceber, o consumo do café tem aumentado e isso faz com que o número de produtores aumente diariamente e, além disso, a qualidade desses produtos cresça proporcionalmente.

## **2 Café artesanal aromatizado naturalmente: um diferencial no mercado**

Como visto anteriormente, o café é uma bebida muito consumida em todo o mundo e, principalmente, no Brasil. Além disso, o Brasil é, hoje, o maior produtor desse produto agrícola em todo o mundo.

Portanto, o que deve ser feito para que alguns tipos de cafés se destaquem no mercado e ganhem, cada vez mais, a confiança e o gosto dos consumidores?

Uma das respostas seria desenvolver uma vantagem competitiva sobre esse produto, estabelecendo um diferencial do produto em questão em relação aos produtos conhecidos e encontrados no mercado.

Vale ressaltar que, acerca desse tema, a conceituação de vantagem competitiva torna-se de suma importância. Segundo Durigan (2005, p. 56), “a vantagem competitiva de uma empresa surge quando esta consegue criar um valor para seus clientes que ultrapassa o valor de custo de fabricação da própria empresa”.

Porter (1989) destaca que existem diferentes formas de se obter vantagem competitiva no mercado: por liderança de custos e diferenciação, em se tratando de um alvo mais amplo; e enfoque no custo ou enfoque na diferenciação, em se tratando de um alvo mais estreito, como pode se verificar no quadro a seguir:

**QUADRO 1 – Vantagem Competitiva**

		VANTAGEM COMPETITIVA	
		CUSTO MAIS BAIXO	DIFERENCIAÇÃO
ESCOPO COMPETITIVO	ALVO AMPLO	1. LIDERANÇA DE CUSTOS	2. DIFERENCIAÇÃO
	ALVO ESTREITO	3A. ENFOQUE NO CUSTO	3B. ENFOQUE
			NA DIFERENCIAÇÃO

Fonte: PORTER, 1989. p.10.

Dessa forma, o café aromatizado, por se tratar de um produto ainda desconhecido no mercado, se enquadraria como uma estratégia de diferenciação, uma vez que trata-se, a grosso modo, de um produto comum, largamente conhecido no mercado mas que, com uma alteração no seu processo produtivo para o consumidor final, estabelece características únicas, o que determina um valor agregado ao produto.

Agregar valor em produtos é uma prática bastante usada entre as organizações atualmente. Pode-se dizer que uma empresa que não desenvolve produtos com diferenciais competitivos, ou que não desenvolva produtos com valor agregado, são empresas fadadas ao fracasso, uma vez que o consumidor possui inúmeras opções de escolha e, para que faça a opção pelo seu produto, é de suma importância que o produto contenha um valor agregado.

Uma informação importante acerca desse tema refere-se a um estudo publicado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE – quando se fala sobre a agregação de valor, especificamente em relação a produtos agropecuários:

Agregar valor a produtos agrícolas aumenta e diversifica o lucro dos negócios de micro e pequeno porte do Setor Primário. É uma alternativa para os agricultores não ficarem tão dependentes apenas da produção de commodities, sem falar que os produtos agregados podem ser vendidos a preços mais elevados.

Agregar valor ao produto significa a diversificação de suas mercadorias por meio da flexibilização de processos produtivos. Para isso, basta adotar métodos de produção que atendam à demanda de mercado, (...)

(...) Por meio da agregação de valor, o agricultor de pequeno porte tem condições de desenvolver produtos para serem consumidos em um nicho específico de mercado (SEBRAE, 2012)

Atualmente, várias empresas já trabalham utilizando a diferenciação de seus produtos, mesmo em se tratando de produtos agrícolas, como é o caso do produto em discussão: o café.

Há, no mercado, algumas empresas que trabalham com cafés especiais, cafés *gourmet*, e até mesmo cafés aromatizados. Todos esses tipos de produtos têm, obviamente, suas qualidades e suas características específicas.

Em se tratando de cafés aromatizados, o que se encontra no mercado, em sua grande maioria, são produtos aromatizados artificialmente, com sabores que vão desde o chocolate, passando pela baunilha e amêndoas.

Mas como inserir no mercado um produto que já existe e obter sucesso? A resposta muito simples e que já foi mencionada anteriormente: agregando valor e apresentando diferenciais ao produto.

No caso do café aromatizado, objeto de estudo do presente trabalho, o diferencial seria a aromatização natural, ou seja, acrescentando sabores através de produtos naturais, com a combinação perfeita entre o sabor do café e o toque especial do produto que será agregado.

Após pesquisa no mercado, com a intenção de encontrar possíveis produtores de cafés aromatizados, foram encontrados produtores que trabalham com a aromatização de cafés de forma artificial, como o Café Floresta, com aromatização de trufas de chocolate, baunilha e nozes ou amêndoas torradas; o Café do Ponto, com aromatização de trufas de chocolate e amêndoas torradas, também, além de creme irlandês; no caso da aromatização natural do café foram encontrados apenas dois concorrentes diretos, mas ainda sem muita expressão no mercado, mesmo porque se trata de um produto ainda pouco conhecido.

Como mencionado anteriormente, a aromatização do café já existe há algum tempo, mas com a adição de produtos naturais pode-se dar outra nomenclatura ao produto: café com especiaria.

Em se tratando do café com especiaria, uma pesquisa de campo para verificação da aceitação desse produto está em andamento e já conta com seus primeiros dados tabulados e seus resultados preliminares descobertos.

A pesquisa está sendo realizada junto a estudantes de cursos de gastronomia e profissionais especializados na área e contou com a degustação de tipos diferentes de café com especiarias, a saber: café

com canela, café com anis estrelado e café com laranja. Após a degustação dos diferentes tipos de café, foi solicitado aos participantes que respondessem a um questionário estruturado a fim de destacar alguns pontos sobre as sensações ao experimentar um novo tipo de bebida e em relação à aceitação e ao resultado do novo sabor experimentado.

Em relação ao café com canela, após a tabulação de parte da pesquisa, as expectativas foram superadas. Quando perguntados sobre a sensação olfativa do café, 64,48% das respostas se referiram ao conceito “ótimo” e 23,68% ao conceito “bom”, o que revela um total de 88,16% de respostas positivas. Em relação ao paladar, quando perguntados, 54,67% responderam ser “ótimo” o sabor do café, enquanto 30,67% das respostas se encaixaram no quesito “bom”. Essas respostas revelam uma grande aceitação acerca desse tipo de café. Além disso, outro dado que chamou a atenção foi em relação à diferenciação do café com canela em relação ao café comum. 92,1% dos pesquisados revelaram que a percepção do sabor do café se encaixa entre “ótima” e “boa”, confirmando a hipótese da aceitação desse tipo de café.

Outro sabor apresentado, o café com anis estrelado, também surpreendeu em relação à aceitação. 90,92% dos entrevistados responderam ser “ótima” (63,64%) ou “boa” (27,28%) a sensação em relação ao olfato. Em relação à sensação referente ao paladar, o percentual de aceitação ficou um pouco abaixo das respostas da combinação anterior, com 75,68% de respostas positivas, sendo 28,38% para “ótima” e 47,3% para “boa”. Um entendimento sobre essas respostas seria devido ao fato de que o anis estrelado possui um sabor muito característico e a maioria das pessoas já tem um pré conceito dessa especiaria quando relacionam seu sabor às famosas balas de anis. Ao contrário, a combinação com café se encaixou perfeitamente e o sabor marcante do anis não mascarou o sabor do café. De qualquer forma, as respostas foram, também, muito positivas sobre essa combinação. Um dado que chamou a atenção na pesquisa foi em relação à percepção do sabor do anis estrelado combinado com o café: apenas 2,63% dos entrevistados declararam ser pequena a percepção do sabor dessa combinação.

O terceiro e último sabor apresentado durante a degustação foi a combinação entre o café com laranja. 81,82% dos entrevistados declararam ser “ótima” a sensação olfativa dessa combinação, enquanto nenhum entrevistado declarou ser pequena ou imperceptível a sensação do sabor dessa combinação. Sobre a combinação entre café e laranja, 90% dos entrevistados declararam ser “ótima” (75%) ou “boa” (15%) a sensação do paladar.

Além desses apontamentos descritos anteriormente, que foram realizados através de degustação do produto, algumas entrevistas foram realizadas com especialistas na bebida, mas esses dados ainda não foram tabulados e serão apresentados em uma outra oportunidade, com a continuação dessa temática.

## **Conclusão**

Diante de todo o exposto pode-se perceber um crescimento do surgimento de cafés selecionados, principalmente devido ao aumento da facilidade de informação sobre a bebida e à descoberta de novos tipos de cafés.

Em se tratando do café desenvolvido com a adição de especiarias, o que se pode concluir é que a novidade parece ter caído no gosto dos consumidores, propensos até mesmo a pagarem um pouco a mais pelo consumo de um café diferenciado, com qualidade de produção e, principalmente, com diferenciais que agregam valor, tanto à bebida quanto ao momento em que ela será degustada.

Até o presente momento, os resultados se mostraram extremamente positivos, influenciando o aumento de pesquisas acerca da combinação de novas especiarias com o café e da continuação da aplicação de pesquisas de degustação dessas novas combinações e que serão destacadas em um momento oportuno.

## Referências

- ABIC a. *De que forma você prepara o seu café com mais frequência?* Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=59&tpl=surveyresults.htm>>. Acesso em 13 ago. 2014.
- ABIC b. História. *A lenda do café*. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=38>>. Acesso em 13 ago. 2014.
- ABIC c. *Produção agrícola*. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=48>>. Acesso em 13 ago. 2014.
- ABIC d. *Tendências de consumo de café*. Disponível em: <[http://www.abic.com.br/publique/media/EST\\_PESQTendenciasConsumo2010.pdf](http://www.abic.com.br/publique/media/EST_PESQTendenciasConsumo2010.pdf)>. Acesso em 13 ago. 2014.
- ABIC e. *Indicadores da indústria de café do Brasil*. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=61#evocons2013.2>>. Acesso em 13 ago. 2014.
- AGRONEGÓCIO – agregue valor aos produtos agrícolas. *Oportunidades & negócios*. Boletim do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Brasília, fev. 2012. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/C73F7EF9768803D08325799F0047341E/\\$File/NT000473C6.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/C73F7EF9768803D08325799F0047341E/$File/NT000473C6.pdf)>. Acesso em 17 ago. 2014.
- ANDRADE, Lúvia. Café nota 10 – marcas de sucesso revelam cuidados e tecnologias que garantem a melhor bebida e rentabilidade ao cafeicultor. *Globo Rural*. n. 345, p. 28-33, jul. 2014.
- BORGES, Fernanda. *Com expansão da classe média, venda de produtos naturais cresce até 35% em BH*. Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/01/24/internas\\_economia,491191/com-expansao-da-classe-media-venda-de-produtos-naturais-cresce-ate-35-em-bh.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/01/24/internas_economia,491191/com-expansao-da-classe-media-venda-de-produtos-naturais-cresce-ate-35-em-bh.shtml)>. Acesso em 17 ago. 2014, 10:35:00.
- BRANDO, Carlos H. J. *O futuro da cafeicultura brasileira*. P&A Marketing Internacional, 2012. Disponível em: <<http://www.fundacaoprocafe.com.br/sites/default/files/publicacoes/pdf/Palestra%20Dr.%20Brando.pdf>>. Acesso em 13 ago. 2014.
- COCAPEC. História do café. Disponível em: <[http://cocapec.tempsite.ws/site/pagina.asp?lang=pt\\_BR&tipo=pagina&codigo\\_pagina=46](http://cocapec.tempsite.ws/site/pagina.asp?lang=pt_BR&tipo=pagina&codigo_pagina=46)>. Acesso em 14 ago. 2014.
- DURIGAN, Cyro de Almeida. *A administração de eventos como vantagem competitiva nas empresas calçadistas da cidade de Franca*. 2005, 130f. (Dissertação de mestrado em Administração – Gestão Empresarial). Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF, 2005.
- GONZAGA, Daniel Pereira. *O consumo do café entre o público jovem universitário*. 2007. 95 f. (Trabalho de Conclusão de Curso de Administração de Empresas). Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF, Franca, 2007.
- KOTLER; Philip; KELLER, Kevin L. *Administração de marketing*. Tradução de Sônia Midori Yamamoto; revisão técnica Edson Crescitelli. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
- MOREIRA, Antonio Carlos. *História do café no Brasil*. São Paulo: Magma editora cultural, 2007.
- PASCOAL, Luís Norberto. *Aroma de café*. Guia prático para apreciadores de café. Editora Fundação Educar – DPaschoal, 1999.

PORTER, Michael E. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Trad. Elizabeth Maria de Pinho Braga. 15.ed. Rio de Janeiro: Campos, 1989.

SILVA, Fabiane Aparecida da. *A importância da cafeicultura na economia francana – um estudo sobre o café gourmet período 2005 a 2007*. 2010. 55 f. (Trabalho de Conclusão de Curso de Economia). Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF, Franca, 2010.

STEIN, Kelly. *Uma nova categoria de café nasce*. Disponível em: <<http://www.mexidodeideias.com.br/index.php/curiosidades/uma-nova-categoria-de-cafe-nasce/>>. Acesso em 13 ago. 2014.

## A DIMENSÃO TEÓRICA E PRÁTICA DA ÉTICA PROFISSIONAL

Cacildo Teixeira de Carvalho Neto  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP campus Franca  
cacildoteixeira@hotmail.com

Helen Barbosa Raiz Engler.  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP campus Franca  
helenraiz@hotmail.com

Ubaldo Silveira  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP Franca  
ubaldosilveira@yahoo.com.br

### Resumo

O presente trabalho é parte do resultado da pesquisa realizada entre os anos de 2011 e 2013, junto ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, nível mestrado, na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP campus Franca/SP. O fruto desse estudo foi a construção do conhecimento materializado na dissertação intitulada “Ética, ética profissional e o trabalho profissional do assistente social.” O objetivo desse texto é elucidar a apreensão que os sujeitos de pesquisa destacaram a partir de suas concepções sobre a ética profissional. Para isso, a pesquisa trouxe como método o materialismo histórico e dialético, por permitir uma análise para além das aparências, num processo em que a mediação, enquanto categoria, nos leva a apreensão da realidade diante os complexos que a forma. A fundamentação teórica que sustenta este texto, e a pesquisa em si, traz autores do Serviço Social e outros das ciências sociais, entre as obras pesquisadas destacam-se: Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos, de Maria Lucia Barroco; Ética e práxis profissional de Cristina Brites e Mione Sales; Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional, de Valeria Fortes; Ética e vida profissional, de Nair de Souza Motta, e as obras de Carlos Simões, A ética das profissões e Curso de direito do Serviço Social. A partir dessa fundamentação teórica, o trabalho articulará a apreensão dos sujeitos de pesquisa. Para alcançar essa proposta adotou-se como metodologia: a pesquisa de natureza exploratória; com abordagem qualitativa; com pesquisas de tipo bibliográfica, documental e de campo; com a técnica de pesquisa de revisão de literatura; além de utilizar como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada, a partir de temas geradores. Com a análise de dados teóricos e empíricos, o resultado deste estudo nos mostra que as transformações sociais levaram os homens e os grupos aos quais pertenciam a se organizarem, criando suas normas, regras e valores morais, expressos na consciência, como produto de ações práticas. Esses valores morais retratam o próprio pertencimento desse grupo na sociedade, pois é o reflexo desse grupo na sociedade, e inversamente, os valores sociais expressos nesse grupo. Ou seja, ao mesmo tempo em que a sociedade imprime valores para os grupos, esses grupos externam seus valores para a sociedade. Elucida-se para esse trabalho como grupos sociais em tela as categorias profissionais que se formam no processo histórico da sociedade, que estabelecem suas normas e princípios num processo de articulação dentro da própria sociedade. Considera-se que as categorias profissionais deparam-se com a construção de valores moral e ético que permeiam as relações, que se estabelecem na cotidianidade. Os valores morais e éticos profissionais são construídos diante do contexto histórico e social na qual determinada categoria pertence. Destaca-se que não há um interstício entre a ética profissional e a ética em seu aspecto cultural, filosófico, histórico e social, pois a elaboração dos valores ético-profissional expressa o pertencimento de determinado grupo na sociedade.

001-2315

Palavras-chave: código de ética; ética; ética profissional.

## **1 - INTRODUÇÃO**

Para iniciar o ensaio teórico a que esse trabalho pretende, apresentaremos o percurso metodológico da pesquisa, permitindo que outros pesquisadores apreendam a trajetória desta construção de conhecimento científico. E ainda, trechos das falas dos sujeitos que participaram dessa pesquisa. Atendendo a Resolução n.º 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, a realização da pesquisa teve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP campus Franca/SP; considerando todos os princípios éticos dispostos na Resolução supracitada, destacamos que diante o sigilo dos sujeitos participantes da pesquisa os nomes a eles atribuídos na sistematização da pesquisa, assim como neste texto, são fictícios.

A pesquisa trouxe como método o materialismo histórico e dialético, por permitir uma análise para além das aparências, num processo em que a mediação, enquanto categoria, nos leva a apreensão da realidade diante dos complexos que a forma.

A fundamentação teórica que sustenta este texto, e a pesquisa em si, traz autores do Serviço Social e outros das ciências sociais, entre as obras pesquisadas destacam-se: “Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos”, de Maria Lucia Barroco; “Ética e práxis profissional” de Cristina Brites e Mione Sales; “Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional”, de Valeria Fortes; “Ética e vida profissional”, de Nair de Souza Motta, e as obras de Carlos Simões, “A ética das profissões” e “Curso de direito do Serviço Social”.

A fundamentação teórica construída articulou-se a apreensão empírica dos sujeitos de pesquisa. Para alcançar essa proposta adotou-se como metodologia: a pesquisa de natureza exploratória; com abordagem qualitativa; com pesquisas de tipo bibliográfica, documental e de campo; com a técnica de pesquisa de revisão de literatura; além de utilizar como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada, a partir de temas geradores.

A partir da análise de dados teóricos e empíricos, o resultado desse estudo nos mostra que as transformações sociais levaram os homens e os grupos aos quais pertenciam a se organizarem, criando suas normas, regras e valores morais, expressos na consciência, como produto de ações práticas.

## **2 – DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 A ética profissional**

Os valores morais construídos historicamente, considerando o espaço e o tempo determinados, retratam o próprio pertencimento dos homens e seus pares (grupos) na sociedade, considera-se que ao mesmo tempo em que a sociedade imprime valores para os grupos, esses grupos externam seus valores para a sociedade. Elucida-se para esse texto como grupos sociais em tela as categorias profissionais que se formam no processo histórico da sociedade, que estabelecem suas normas e princípios num processo de articulação dentro da própria sociedade.

Considera-se que "A ética profissional é uma forma particular de materialização — de expressão — da vida moral em sociedade." (FORTI, 2010, p. 98). É a partir dessa relação entre os grupos e a sociedade que se constrói a sociabilidade, formada por sujeitos coletivos, histórico-político-sociais. Os sujeitos de

pesquisa foram questionados sobre a concepção de ética profissional, entre eles *Silvia* (sujeito de pesquisa) nos diz que:

*A ética profissional ela se reflete no exercício profissional cotidiano, e ela se expressa a partir da concepção de homem e de mundo que eu tenho. Da intervenção que eu faço do sujeito, a partir do respeito, as questões culturais, étnicas, religiosas. Do respeito do sujeito social enquanto ser social, enquanto ser humano, enquanto ser de direitos, como sujeito coletivo, dentro desta totalidade.*

O sujeito de pesquisa traz em sua fala uma relação entre a ética profissional e sua visão de homem e mundo, além de eleger o respeito a diversidade para com o ser social, em sua totalidade. Com isso, considera-se que as categorias profissionais deparam-se com a construção de valores moral e ético que permeiam as relações, que se estabelecem na cotidianidade, para Barroco (2006, p. 69) "A ética profissional é permeada por conflitos e contradições e suas determinações fundantes extrapolam a profissão, remetendo às condições mais gerais da vida social."

Os valores morais e éticos profissionais são construídos diante do contexto histórico e social na qual determinada categoria pertence. Considera-se que não há um interstício entre a ética profissional e a ética em seu aspecto cultural, filosófico, histórico e social, pois a elaboração dos valores ético-profissional expressam o pertencimento de determinado grupo na sociedade.

Sobre essa relação entra a ética e a ética profissional, todos os sujeitos entrevistados compartilham do pensamento de que elas são indissociáveis. Destaca-se a fala de *Carolina* (sujeito de pesquisa):

*[...] elas devem andar juntas, visando esta questão de totalidade. Ao compreender a ética enquanto uma categoria maior, a gente tem que saber que a ética profissional está dentro desta ética que visa a totalidade.*

Intrínsecas, a ética e a ética profissional estabelecem uma relação que se consubstancia nos valores construídos a partir dos homens e as relações que se estabelecem. Há uma aproximação entre os valores construídos pelos sujeitos em sua própria história, como ser humano, e aqueles incorporados pela ética profissional. "Não há, portanto, um hiato entre a ética profissional e a ética social, pois seria cindir a própria vida do homem na sua totalidade, isto é, em seus diversos pertencimentos: trabalho, gênero, família, ideologia, cultura, desejos, etc." (BRITES; SALES, 2007, p. 8).

A ética profissional é a reflexão dos princípios éticos do grupo (categoria profissional) dentro da sociedade e para a sociedade diante das relações desenvolvidas na cotidianidade. Essa ética possui seus valores individuais, mas com direção para o social, pois sua realização só acontecerá no e para o coletivo. *Marta* (sujeito de pesquisa) apreende:

*Estabelecer a mediação entre a ética, nesta visão geral, para ética profissional é a atravessar a questão de valores. Valores que nós atribuímos, que a própria sociedade atribui.*

A fala do sujeito de pesquisa traz a compreensão de que a passagem da ética profissional para a ética, em âmbito geral, emerge valores pessoais como também aqueles atribuídos pela sociedade. A

construção desses valores e sua manifestação expressam a consciência ética desses sujeitos diante das relações sociais, pois, "[...] é na existência ética (ser de consciência, que valora, que projeta sua ação de forma autônoma e responsável) que qualifica, enriquece e torna complexo o processo de (re)produção da coletividade humana." (BRITES; SALES, 2007, p. 8). A ética profissional expressa os valores construídos pelos sujeitos sociais e políticos, num processo de produção e reprodução da vida material e espiritual, que se entrelaça nos valores sócio-históricos, estabelecidos na formação complexa e contraditória da sociedade.

No processo histórico, as relações de trabalho manifestavam seus princípios morais, em seu espaço e tempo, condizentes as relações estabelecidas. Com as mudanças estruturais tais valores foram mudando; tomando como ponto de partida as sociedades feudais, observa-se que sua estrutura social era dividida entre o clero, nobres, soldados, artesãos, servos e escravos. As relações de trabalho ali existentes aconteciam na submissão dos servos aos senhores feudais. Os artesões produziam a partir da matéria prima que adquiria na troca de produtos por eles produzidos, trabalhavam em suas oficinas alojadas nas suas casas, mantendo o regime de trabalho familiar, e às vezes com um aprendiz de ofício.

Neste período histórico, séculos XV ao XVII, há um processo de expansão e a formação das cidades e dos comércios, momento conhecido como acumulação primitiva, e desse posteriormente emergiria o capitalismo. A ênfase que se deseja neste contexto não é de retratar o processo de transformação da sociedade, do feudalismo — acumulação primitiva — capitalismo, mas sim elucidar os valores éticos e moral que perpassavam todo esse contexto, para assim apropriar da ética profissional na contemporaneidade.

No período histórico supracitado, a ética era aquela imposta pelo clero e vergada pela nobreza, e a reprodução moral era algo comum a ser cumprido. A ética, nesse momento histórico, era privilégio de alguns membros, pois ética e moral pertenciam ao clero, a nobreza, os soldados; os escravos não tinham moral; e os servos por manterem uma relação de subserviência ao senhor feudal, também reproduziam seus costumes, hábitos, normas e a moral. Para os artesões a moral do trabalho era a moral da família.

Com isso a moral mantida nessa relação de trabalho era a de obediência, sem contestação. Os camponeses artesões mantinham as relações de trabalho análogas às relações sociais primárias da sociedade, a família. Não se separava tais relações, e com isso os valores e a moral da família era o mesmo do trabalho. De acordo com Simões (2003, p, 62):

As relações de produção eram simultaneamente de parentesco, e estas organizavam a produção. Não havia separação. A divisão do trabalho estava estabelecida por sexo e idade [...] não havia a separação do grupo família, relativamente ao trabalho [...].

Tais relações foram modificadas com o advento do capitalismo que rompe as estruturas sociais, transformando as oficinas em indústrias, os servos e artesões em trabalhadores, e com isso os valores moral e ético são modificados, pois esses valores mudam de acordo com as transformações societárias.

A ética profissional surge na modernidade, com a divisão social e técnica do trabalho fruto do capitalismo, momento em que as profissões se (re)organizam na sociedade de classes e com isso os valores morais coletivo de determinados grupos deparam-se contraditoriamente a uma moral geral da sociedade.

Observa-se que há uma moral geral para justificar as relações de exploração do trabalho, e com isso ocorrer a manutenção do sistema baseada na coerção e cooptação das forças produtivas e intelectuais dos sujeitos. Esta relação está presente na sociedade capitalista e em seus diversos modelos econômicos produtivos.

Tal contradição fez com que certas profissões elaborassem códigos que expressassem seus valores e moral, essas profissões em sua grande maioria são as liberais "[...] cuja natureza

social determina a exigência de uma codificação formal de conduta." (SIMÕES, 2007, p. 466). Essa exigência emerge diante das necessidades históricas da própria sociedade que buscam por respostas, com isso, associadas aos valores morais e culturais da sociedade que penetram na profissão, conduz as práticas profissionais a alternativas possíveis, pois face à complexidade da sociedade novas necessidades surgiram e com isso novas alternativas. É um processo contínuo e mutável.

Para Simões (2007) há uma diferença entre a moral do trabalho e ética profissional. Para ele a moral perpassa todas as relações de trabalho, por exigência de padrões normativos. A moral do trabalho emerge em todos os ambientes laborais, elaboradas pelos trabalhadores para estabelecerem um conjunto de normas que devem ser seguidas por todos, mas de forma autônoma, pois não é algo escrito normatizado em lei.

A moral do trabalho é um sistema normativo concreto, de natureza oral, que alguns estudiosos, por isso, classificam como autônomo, porque não é determinado por uma norma escrita heterônoma, formalizada por um órgão público e sim pelos próprios trabalhadores, em suas relações cotidianas de trabalho, configurando determinados padrões normativos, por meio dos quais estabelecem regras costumeiras de conduta. (SIMÕES, 2007, p. 467).

A exigência ética profissional para os profissionais liberais, aqui tratados como trabalhadores liberais, está condicionada por sua relação com princípios humanísticos que necessitam de respaldo legal. Diferentemente de outras profissões, tais trabalhadores articulam suas ações diretamente com o ser humano, não existe um objeto material específico para manuseio, como o oleiro, o marceneiro, mas sim vidas humanas, que diretamente sofrem as refrações das ações e posicionamento ético desses trabalhadores. "O que é peculiar desses profissionais é que seu trabalho é intrinsecamente mediatizado por um complexo de motivos humanísticos, exigidos pelo conjunto de sociedade. Lidam com a vida." (SIMÕES, 2007, p. 468).

O trabalhador liberal ao lidar diretamente com sujeitos corre o risco de imprimir seus valores pessoais sob a realidade de outros sujeitos, e com isso descaracteriza o princípio de liberdade. Diante de sua autonomia (relativa) profissional, tais trabalhadores ao realizar os processos de trabalho precisam de um norte para que os princípios éticos individuais não sobreponham ao coletivo. Pois os valores pessoais motivados pelos princípios humanísticos devem estar congruentes aos princípios éticos profissionais, mas esses não devem sobrepor como princípios corporativistas sobre a sociedade. As ações dos trabalhadores liberais expressam uma necessidade da sociedade e por ela deve agir eticamente respeitando a particularidade de cada sujeito.

São os códigos de ética profissionais que norteiam as ações profissionais diante dos princípios morais e éticos. Tais códigos expressam a moral que conduz as ações profissionais no cotidiano, "A ética, como expressão da moral, passa a ser a consciência da moral, que toma a moral como seu objeto, já em nível de interação metodológica, que permite a reflexão no sentido da compreensão, da espiritualidade dos profissionais." (SIMÕES, 2003, p. 69).

Ao tratarem da ética profissional, *Carolina, Helena, Mariana e Rosa (sujeitos de pesquisa)* destacam a relevância do Código de Ética para a direção social, o vir a ser, do trabalho profissional em seu cotidiano. Elucida-se a fala de *Rosa* (sujeito de pesquisa):

*Ética profissional é você ter um direcionamento por determinado princípio profissional. Por exemplo, eu me direciono pelo nosso Código de Ética atual, que nos guia, nos dá a direção social da ética profissional, do nosso compromisso, pilar central deste compromisso ético.*

Compreende-se com a fala do sujeito de pesquisa a importância do Código de Ética na realidade profissional, e os elementos que se destacam como a direção social, o compromisso, o pilar, ou seja, aquilo que sustenta o cariz ético da profissão. Os códigos de ética são regulamentados pelo Estado e órgãos representativos de cada categoria profissional, pois implicam em normatizar os valores morais e éticos, e direcionar as ações de forma ampla, social, e não corporativista. Apesar desta direção, considera-se que nem todas as profissões que tem um código de ética apresentam-se de forma não corporativista. De acordo com Simões (2007, p. 471):

O código de ética, como todos os códigos, deve ser interpretado com uma norma não contraditória, por sua natureza. É um sistema que unifica e converge valores. Esta concepção é fundamental, em qualquer formação social, pois se for contraditório não exerce sua instrumentalidade.

As ações profissionais devem ter como direção social uma postura ética comprometida com a sociedade e seu desenvolvimento, o que lhe cita o caráter político, esse compromisso ético profissional apoia-se em princípios presentes no código de ética, sendo tais princípios a síntese do conhecimento acumulado da profissão, fruto das transformações da sociedade. Motta (1984, p. 74) diz que há valores que estão presentes em todas as profissões, "[...] constituindo a sua espinha dorsal, tais como: a responsabilidade; a democracia, que permite a liberdade; segredo profissional; a verdade, a justiça e a solidariedade." Além de outros que devem ser construídos durante a articulação profissional com a realidade e os sujeitos, tais como: a criatividade; a comunicação; consciência crítico-reflexiva; colaboração social; e capacitação técnico-científica (MOTTA, 1984).

Tais valores se manifestam nas ações cotidianas dos trabalhadores diante das objetivações do trabalho, "[...] em face das demandas e respostas éticas construídas nesse marco é que se objetiva, se transforma e se consolida como uma das dimensões específicas da ação profissional." (BARROCO, 2006, p. 68). O código de ética é a normatização dos princípios éticos para o trabalho, mas o compromisso profissional está arraigado de valores pessoais de cada sujeito, ou seja, o código de ética é um norte, um instrumento legal para as ações profissionais, mas sua materialização nos processos de trabalho traz intrínseca a subjetividade de cada trabalhador.

A formação ética, especificamente ligada à profissão, seria a incorporação de novos valores, indispensáveis ao bom exercício profissional, valores estes que viriam reforçar o 'procedimento ético', uma vez que já existe um conhecimento fundamentado dos valores então incorporados, uma convicção na maneira de agir, uma conscientização maior da importância da ética na atuação profissional. Esta incorporação de novos valores só será válida, se eles forem, de fato, aceitos e interiorizados pelo profissional, nunca encarados como meros conceitos abstratos. (MOTTA, 1984, p. 73).

Os sujeitos (trabalhadores) aqui inseridos nesse contexto são expressão de sua objetividade e subjetividade na sociedade, que tem na historicidade uma relação complexa e contraditória, esses sujeitos podem apresentar-se com visões da realidade de formas diferentes. Numa primeira direção, os sujeitos inseridos em determinado contexto absorvem valores éticos e os reproduzem como fim em si mesmo, não

reconhecendo princípios fundamentais como liberdade e autonomia, pois esses princípios são reproduzidos diante do individualismo ideológico da própria sociedade do ter.

Em outra direção há sujeitos que exteriorizam uma aproximação dos seus valores individuais com os valores éticos de algumas profissões, pois o despertar da consciência ética social pode estar anterior ao pertencimento a determinada profissão.

Para os sujeitos de pesquisa há uma relação entre os valores construídos anterior a aproximação com a profissão. *Silvia* (sujeito de pesquisa) destaca que:

*Eu penso que a ética ela passa por dois momentos. Em um primeiro momento ela vem da nossa própria formação enquanto ser social, dentro das concepções que a gente está inserido nas relações sociais. No período posterior à formação profissional, a ética profissional traz novos elementos que perpassam e ultrapassam o senso comum que é reproduzido pela sociabilidade burguesa.*

Ao analisar a fala do sujeito de pesquisa considera-se que os valores éticos profissionais vêm nortear e clarificar a visão de homem e mundo desses sujeitos, dando assim uma direção social e consciência crítica da realidade. Barroco (2006, p. 68-69) esclarece que:

Dentre as determinações da ética profissional encontra-se o conhecimento, dado pela base filosófica incorporado pela profissão. Esse aspecto também é contraditório e conflituoso, uma vez que a formação profissional, mediante a qual se adquire um conhecimento filosófico capaz de fundamentar as escolhas éticas, não é o único referencial profissional; somam-se a ele as visões de mundo incorporadas socialmente pela educação moral primária e por outras instâncias educativas, tais como os meios de comunicação, as religiões, os partidos políticos, os movimentos sociais etc.

Com isso, a construção dos valores éticos presentes no código de ética é o reflexo do próprio processo histórico da profissão na sociedade, profissão formada por sujeitos coletivos que, ao se apropriarem desses valores, possibilitam a legitimação política da profissão, pois sua direção social está voltada para a sociedade num todo.

A ética profissional dá visibilidade a sociedade acerca da direção e da qualidade do exercício profissional. Isto requer a sistematização do posicionamento e dos compromissos políticos da categoria profissional com determinados valores e princípios — assentados em referências teóricas que expressam uma dada concepção de homem e de sociedade —, que se traduzem em normas e diretrizes para a atuação profissional presentes no código de ética. (BRITES; SALES, 2007, p. 9).

As categorias profissionais comprometidas com os valores humanistas remetem seus princípios éticos à construção de uma nova sociedade, articulando princípios como liberdade, autonomia, justiça e equidade no agir profissional, criando estratégias, possibilitando aos sujeitos sociais o despertar da consciência ético-política diante da sociedade. Essa articulação profissional entre os princípios éticos e a sociedade está mediada pela intencionalidade do agir ético diante das demandas e as necessidades sociais apresentadas no cotidiano profissional. Com posicionamento crítico busca-se superar a realidade posta, reconhecendo no contexto os valores históricos que se reproduzem de forma contraditória.

### 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do contexto explicitado, observa-se que as profissões surgem na sociedade, diante determinada demanda que emerge dessa mesma sociedade, como resposta a expressão das necessidades coletivas.

Compreender a formação ética profissional e de seus trabalhadores diante das transformações históricas da sociedade brasileira, em seus aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais é essencialmente relevante.

A ética profissional apresenta-se nesse contexto como fundamental para legitimar os direitos e deveres das categorias profissionais. Como elucidado nesse trabalho, a ética profissional está para determinadas categorias em que seus trabalhadores lidam diretamente com vidas humanas. Isso faz com que o compromisso dessas profissões tenham um grau de responsabilidade para com a sociedade, pois o produto de seu trabalho está diretamente relacionado a um ser social, histórico e de direitos.

A partir dessas considerações da responsabilidade social das profissões perante a sociedade, destacamos que os Códigos de Ética representam a configuração das normas, moral e valores das profissões, princípios éticos, diante de determinado contexto histórico-social, político e econômico; expressam a visão de homem e mundo, e assim, a direção social das profissões e de seus trabalhadores. Formados por elementos que variam entre princípios, deveres e direitos, tais diretrizes éticas se apresentam de forma transversal no processo de trabalho, na relação com a população, às instituições e entre a própria categoria profissional.

Os Códigos de Ética são reflexos da própria profissão diante de determinado contexto histórico, representam o posicionamento ético/moral das categorias nas objetivações do trabalho profissional, nas mediações entre as categorias históricas-sociais-políticas das profissões em seu conjunto.

Destarte, Sánchez Vázquez (2011) nos diz que o ato moral e a ética só podem ser analisados em seu tempo e espaço, por isso a necessidade de reflexões e construções científicas sobre a ética. Diante o real contexto brasileiro, às crises cíclicas do capital e seus rebatimentos na sociedade global, a ética torna-se objeto de possibilidades e ideiação, elemento essencial para o processo de mudança e a construção de uma nova sociabilidade.

### REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRITES, Cristina Maria; SALES, Mione Apolinario. Ética e práxis profissional. In: CFESS. **Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores**. Brasília, DF, 2007. v. 2.

FORTI, Valeria. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MOTTA, Nair de Souza. **Ética e vida profissional**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1984.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.



SIMÕES, Carlos. A ética das profissões. In: BONETTI, Dilsea Adeodata. (Org.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Curso de direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, v. 3, 2007. – (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 3).

## A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MEI (MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL) SOB ÓTICA DO DIREITO ECONÔMICO E SOCIAL

Amanda Aparecida Vieira Fernandes  
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca  
amandaapfernandes@hotmail.com

Bárbara Fadel  
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca / Universidade Estadual Paulista - UNESP  
bafadel@facef.br

### Resumo

Com o aumento da demanda de profissionais em busca de sua formalização junto ao mercado e a atuação do Estado com a criação de programas que oferecem oportunidades a população para se regulamentarem para desenvolvimento profissional, econômico e social, a investigação mais aprofundada sobre a criação do programa MEI (MicroEmpreendedor Individual), despertou o interesse para análise dessa política pública voltada ao desenvolvimento. Este artigo tem como objetivo compreender o programa MEI e sua relação com o Direito ao Desenvolvimento em suas vertentes econômicas e sociais, a fim de esclarecer a importância da criação de políticas públicas voltadas para desenvolvimento. A partir da Declaração dos Direitos ao Desenvolvimento criada em 1986 pela ONU (Organização das Nações Unidas), executa-se uma analogia dos regimentos do artigo 8 e 10 junto com o papel do Estado na criação e execução deste programa. Como metodologia adotou-se uma pesquisa exploratória, embasando-se exclusivamente em dados secundários. Por fim, nos resultados obtidos, encontra-se uma política pública condizente com os artigos dispostos na Declaração dos Direitos ao Desenvolvimento e a execução de maneira correta do Estado nos quesitos do desenvolvimento econômico e social.

145-2467

**PALAVRAS-CHAVE:** Micro Empreendedor Individual, Políticas Públicas, Desenvolvimento Econômico e Direito ao Desenvolvimento.

### INTRODUÇÃO

No Brasil, a existência relevante de profissionais que atuam no meio informal, despertou uma lacuna para o Estado quanto a oportunidade de desenvolvimento econômico, financeiro e social com a criação de um programa voltado a esse público.

Intitulado como programa MEI (Micro Empreendedor Individual), a criação desta política pública tem como objetivo formalizar profissionais com rendimentos menores que um microempresário e executar taxas de impostos compatíveis com os rendimentos dessa categoria.

Este artigo tem como objetivo compreender o programa MEI e sua relação com o Direito ao Desenvolvimento em suas vertentes econômicas e sociais, a fim de esclarecer a importância da criação de políticas públicas voltadas para desenvolvimento.

Dentre os procedimentos metodológicos usados, optou-se por uma pesquisa exploratória qualitativa, baseada exclusivamente em dados secundários.

Inicialmente, aborda-se questões sobre o que é a política pública tais como suas características e seus objetivos, enfatizando especificamente questões econômicas e sociais, nos quais a criação de uma

política pública implementada de maneira sistêmica e correta pode ser considerada como uma ferramenta de desenvolvimento, correlacionando-a com os disposto da Declaração dos Direitos ao Desenvolvimento de 1986 da ONU.

Logo após esta introdução, analisa-se o programa MEI, buscando apresentar suas características, seus objetivos, seu público alvo, suas restrições e seu impacto econômico e social.

Ao final, apresenta-se o relacionamento positivo gerado pela criação do programa MEI junto à sociedade, seu impacto no desenvolvimento econômico e social, juntamente com a análise do Estado e o seu papel no Direito ao Desenvolvimento.

## **1 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este artigo foi escrito a partir de um levantamento teórico sobre o assunto, baseando-se exclusivamente em dados secundários, pois a intenção foi trazer uma discussão preliminar dos temas. Os dados secundários foram obtidos a partir de livros, artigos científicos, sites da internet e entrevistas *online*, além de consultas à legislação.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa exploratória qualitativa com a intenção de proporcionar ao pesquisador maior familiaridade com o problema em estudo, buscando torná-lo mais explícito dada a sua complexidade, permitindo a construção de hipóteses mais adequadas (VIEIRA, 2002). De acordo com Gil (1999), a pesquisa exploratória foi desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão completa acerca de determinado fato.

Andrade (2002) descreve algumas finalidades primordiais para a pesquisa exploratória, como: proporcionar maiores informações sobre o tema a ser pesquisado; facilitar a delimitação do tema de pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses; ou descobrir um novo tipo de enfoque sobre o assunto.

## **2 – A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA RELAÇÃO COM O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO**

A política pública é uma área da academia criada nos EUA e na Europa nascida “como subárea da ciência política” (SOUZA, 2003 p. 22). Seus objetivos iniciais divergiam entre duas potências mundiais, tendo os Estados Unidos da América (EUA), um embasamento não relacionado diretamente com o papel do Estado e sim com ações governamentais; já em contraparte, a tradicional nação Europeia, visava embasamento em ações abordadas exclusivamente no enfoque estatal.

Para CAVALCANTI-BANDOS E CARVALHO NETO (2010) as políticas públicas devem ser ações inclusivas que permitam a inserção de indivíduos no progresso econômico, social e cultural.

Em questões referentes ao desenvolvimento, a política pública é tratada uma ferramenta de essencial relevância.

Porém como tratar a política pública como um interesse comum as partes envolvidas proporcionando dessa maneira um desenvolvimento, sem que essa política beneficie apenas uma vertente? Para Furtado, 1980, p. IX, “as sociedades são desenvolvidas na medida em que nelas mais cabalmente o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações”.

A relação entre o direito ao desenvolvimento e políticas pública análise necessita ser feita pontualmente a cada programa, pois a existência de diferentes objetivos.

O direito ao desenvolvimento garante em suas diretrizes leis que abrangem e asseguram questões sociais, econômicas e culturais, para a sociedade as quais estão inseridas. Reconhecido pela ONU

(Organização das Nações Unidas), como direito indispensável, sendo dessa maneira, considerado como direito a igualdade de oportunidades para pessoas e nações, conforme segue no Art. 1 da Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento:

**Art. 1** - O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados. (ONU, 1986)

Inicialmente o direito ao desenvolvimento era considerado, sobretudo como um direito econômico entre nações, localidades e regiões menos favorecidas, tendo desta forma um tratamento diferenciado, para fomento ao desenvolvimento.

No decorrer de tempo, as questões foram tornando-se mais complexa, e a abordagem quanto ao desenvolvimento humano, cultural e social acarretou a criação e relevância de novas vertentes quanto à questão do que se trata o direito ao desenvolvimento.

Conforme rege no artigo 8 no artigo 10, a criação de políticas que permitam iguais oportunidades à população, nacional ou internacionalmente as questões econômicas e sociais.

**Art. 8 - 1.** Os Estados devem tomar, a nível nacional, todas as medidas necessárias para a realização do direito ao desenvolvimento e devem assegurar, inter alia, igualdade de oportunidade para todos em seu acesso aos recursos básicos, educação, serviços de saúde, alimentação, habitação, emprego e distribuição equitativa da renda. Medidas efetivas devem ser tomadas para assegurar que as mulheres tenham um papel ativo no processo de desenvolvimento. **Reformas econômicas e sociais apropriadas devem ser efetuadas com vistas à erradicação de todas as injustiças sociais.** (ONU, 1986)

**Art. 10** - Os Estados deverão tomar medidas para assegurar o pleno exercício e fortalecimento progressivo do direito ao desenvolvimento, incluindo a formulação, adoção e implementação de políticas, medidas legislativas e outras, a níveis nacional e internacional. (ONU, 1986)

Neste artigo, a programa a ser analisado trata-se do MEI (Micro Empreendedor Individual), e seu impacto na sociedade a partir das dos conceitos do direito ao desenvolvimento econômico e social.

Com a percepção de um grande numero de profissionais informais no mercado nacional, o Estado altera em 2008 a Lei no. 123/2006, onde permite o acesso a formalização desses profissionais com custos proporcionais a seu faturamento, tendo dessa forma uma oportunidade de disputar de maneira equitativa com empresas já estabelecidas financeiramente, fomentado o desenvolvimento econômico individual destes profissionais e da sociedade cujo estão inseridas.

**3 – PROGRAMA MEI (MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL), UMA POLÍTICA PÚBLICA DE SUCESSO**

Com a grande problemática da informalidade nos países encontrado nos mais diversos setores de atividades, foi alterada a Lei Geral da Micro E Pequena Empresas (no. 123/2006) com a complementação da Lei no. 128/2008, instituindo o MEI (Microempreendedor Individual), o qual busca dar oportunidade às pessoas físicas que exercem suas atividades de forma autônoma sem formalização de legalizarem seus negócios. Esta legislação entrou em vigor em 01 de julho de 2009.

Sua definição Legal encontra-se disposta no artigo 18-A da Lei Complementar no. 123/2006 (redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011):

**Art. 18-A.** O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo. (produção de efeitos: 1º de julho de 2009)

§ 1º Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo. (BRASIL, 2011)

Caso a pessoa enquadrada na Lei ultrapassar a cota de R\$60.000,00 anuais, o Portal do Empreendedor (2012) orienta duas situações:

1º) o faturamento foi maior que R\$ 60.000,00, porém não ultrapassou R\$ 72.000,00. Nesse caso o seu empreendimento passará a ser considerado uma Microempresa. A partir daí o pagamento dos impostos passará a ser de um percentual do faturamento por mês, que varia de 4% a 17,42%, dependendo do tipo de negócio e do montante do faturamento. O valor do excesso deverá ser acrescentado ao faturamento do mês de janeiro, e os tributos serão pagos juntamente com o DAS referente àquele mês.

2ª) o faturamento foi superior a R\$ 72.000,00. Nesse caso o enquadramento no Simples Nacional é retroativo, e o recolhimento sobre o faturamento, conforme explicado na primeira situação, passa a ser feito no mesmo ano em que ocorreu o excesso no faturamento, com acréscimos de juros e multa.

Por isso, recomenda-se que o empreendedor, ao perceber que seu faturamento no ano será maior que R\$ 72.000,00, inicie imediatamente o cálculo e o pagamento dos tributos acessando diretamente o Portal do Simples Nacional.

O programa MEI pretende atender a uma classe composta de diversas atividades como cabeleireiras, bombeiros hidráulicos, eletricitas, encanadores, jardineiros, açougueiros, carpinteiros, chaveiros, confeitores, entre outros, que totalizam um quadro de 471 categorias dispostas na Resolução no. 58/2009, atualizada pela Resolução no.78/2010. São atividades que se enquadram nos critérios definidos para participação que, antes da referida legislação, atuavam fora da formalidade (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2012).

Com o intuito de minimizar o índice de informalidade no país, o programa tem como atrativo para o trabalhador a redução em impostos, tributos e encargos trabalhista, conforme é apresentado no Quadro1, a seguir.

Conforme FERNANDES, 2013, pg 10:

“A forma de tributação, dividida de acordo com os impostos relacionados à atividade exercida, sendo elas: **a.** contribuinte ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transportes; **b.** contribuinte do ISSQN: Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza; **c.** contribuinte do ICMS e ISSQN. Observa-se que o INSS, imposto o qual se refere à natureza previdenciária, é incluso em qualquer tipo de atividade, sendo apurado em 11% sobre o salário mínimo em vigência nacional, podendo chegar a 20% de recolhimento no máximo”.

Fica excluído o direito à aposentadoria por tempo de contribuição e desenquadradas legalmente as seguintes situações (§ 4º do art. 18-A da Lei Nº 123/06):

§ 4o Não poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no caput deste artigo o MEI:

I – cuja atividade seja tributada pelos Anexos IV ou V desta Lei Complementar, salvo autorização relativa a exercício de atividade isolada na forma regulamentada pelo Comitê Gestor;

II – que possua mais de um estabelecimento;

III – que participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador; ou

IV – que contrate empregado. (BRASIL, 2006)

O microempreendedor individual deve ficar atento em caso de contratação de funcionários, que é limitada a um empregado, com ganho de no máximo um salário mínimo da categoria.

O Portal do Empreendedor (2012) destaca alguns itens para esclarecimento de dúvidas sobre o programa. São eles:

- o MEI poderá prestar serviços a outras empresas, mas não poderá realizar cessão ou locação de mão-de-obra, pois o instituto foi criado para legalizar a situação do empreendedor informal e não diminuir a carga trabalhista para empresas, fragilizando a relação de trabalho;

- o MEI está dispensado da contabilidade formal como livro diário, razão e caixa. Contudo, deverá registrar, mensalmente, em formulário simplificado, o total das suas receitas, mantendo em seu poder, da mesma forma, as notas fiscais de compras e vendas de produtos e de serviços;

- o MEI deverá preencher um relatório, podendo o mesmo ser manuscrito, de quanto o empreendimento faturou, com emissão de notas fiscais e sem a emissão de notas fiscais. Esta documentação não precisa ser enviada a nenhum órgão, basta ser guardada;

- o MEI deverá declarar seu faturamento para a Receita Federal do Brasil no último dia do mês de janeiro de cada ano.

Visando propagar o Programa MEI, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) é tido como grande parceiro de divulgação e incentivador na aquisição da legalização negócios. Trata-se de uma entidade privada sem fins lucrativos, que tem como objetivo orientar e atender ao micro e pequeno empresário. Este órgão, por meio de cursos e palestras, objetiva captar, incentivar e informar os profissionais informais sobre o programa MEI, seus benefícios e a importância da formalização de suas atividades.

De acordo com uma pesquisa divulgada pelo SEBRAE, é importante destacar que a legalização fez jus às expectativas de seus usuários. Segundo o estudo, 55% dos empreendedores relatam ter tido aumento no faturamento da empresa após registro, 54% aumentaram os investimentos feitos em seus negócios, e 52% passaram a ter um controle financeiro maior.

De acordo com site G1, em agosto de 2012 existiam 2,5 milhões MEI's cadastrados e se espera que ao final deste ano aumentem para 2,9 milhões. O mesmo site divulga a informação que o SEBRAE estima que em 2014 já sejam 4 milhões de MEI's cadastrados no Brasil (GASPARIN, 2012).

## **CONCLUSÃO**

Para a compreensão do programa MEI e sua relação com o Direito ao Desenvolvimento em suas vertentes econômicas e sociais, a fim de esclarecer a importância da criação de políticas públicas voltadas para desenvolvimento, observou-se um crescimento considerável nos recolhimentos de impostos e encargos gerados por esta categoria, tais como a contribuição previdenciária, de ICMS, ISSQN e INSS. Identificou-se um desenvolvimento econômico local tanto do Estado com o aumento das contribuições de encargos e impostos, quanto no aumento de faturamento encontrado pelos profissionais formalizados de acordo com a pesquisa apresentada por Gasparin (2012).

A atuação do Estado em identificar um problema de ordem pública o qual acarretava um déficit econômico local e nacional, foi relevante para formulação e adequação da legislação vigente. Ao adequar uma categoria com recursos e faturamento financeiro menor que os micro e pequenos empresários, fomentou a procura pela regulamentação destes profissionais informais, que conseguem a partir desta política, competir de maneira equivalente no mercado e contribuir para seu futuro no que se refere à aposentadoria e seus direitos previdenciários, fazendo com que se sintam um membro dentro do mercado e não um profissional excluído ou irregular.

Pode-se considerar o programa MEI como uma política pública condizente com as expectativas contidas nos artigos da Declaração dos Direitos ao Desenvolvimento (ONU, 1986), em específico no artigo 8º e 10º, onde enfatiza o direito do desenvolvimento econômico de forma igualitária a todos os indivíduos, proporcionando juntamente o crescimento social destes cidadãos.

## **LIMITAÇÕES E SUGESTÕES**

Este artigo contém algumas limitações que merecem ser pontuadas para futuras pesquisas e trabalhos relacionadas ao tema. Encontra-se em andamento, a formulação de uma dissertação, elaborada pela autora, traçando o desenvolvimento social e cultural dos profissionais regulamentados pelo programa MEI, além do desenvolvimento econômico já citado por outras pesquisas encontradas na academia. A análise da vertente social e cultural da implementação do programa MEI, traz uma visão de complementariedade na correlação desta política ao desenvolvimento integrado e a análise da contribuição previdenciária, também disposta na Declaração dos Direitos ao Desenvolvimento é uma vertente interessante de análise para futuros trabalhos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para pós-graduação: Noções Práticas**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. **Lei Complementar no. 123/2006**, de 15 de dezembro de 2006. Brasília: diário Oficial da União, 2006

BRASIL. **Lei Complementar no. 139/2011**, de 10 de novembro de 2011. Brasília: Diário Oficial da União, 2011.

CAVALCANTI-BANDOS, Melissa Franchini; CARVALHO NETO, Silvio. **Políticas públicas – aplicações práticas voltadas ao desenvolvimento regional**. Marília: Fundepe, Franca: Uni-FACEF, 2010.

FERNANDES, Amanda Aparecida Vieira; CAVALCANTI-BANDOS, Melissa Franchini; FADEL, Barbara. **A FORMALIZAÇÃO DO EMPREENDEDOR COMO FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO: Análise da política pública brasileira voltada ao microempreendedor individual (MEI)**. 7º CONGRÈS INSTITUT FRANCO-BRÉSILIEN D'ADMINISTRATION DES ENTREPRISES - Compétences, innovation, réseaux et globalisation - Tours: 2013.

FURTADO. Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 161

GASPARIN, Gabriela. **Faturamento aumenta após a formalização pelo MEI, diz Sebrae**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2012/08/faturamento-aumenta-apos-formalizacao-pelo-mei-diz-sebrae.html>>. Acesso em 30.jan.2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo. Editora Atlas, 1999.

VIEIRA, Valter Afonso. **As tipologias, variações e características da pesquisa de Marketing**. Revista FAE, Curitiba, v.5, n.1, p.61-70, jan/abr.2002.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **MEI-Microempreendedor Individual**. Disponível em <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>> Acesso em 30 de jan. 2014.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008

## **A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIEDADE NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E SUA CONTRIBUIÇÃO NA EFETIVAÇÃO DO PROJETO-ÉTICO POLÍTICO**

Gabrielle Stéphaney Nascimento Sgarbi

Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
gabrisgarbi@hotmail.com

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca  
cirleneoliveira@terra.com.br

Maicow Lucas Santos Walhers

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
maicow.assistentesocial@live.com

Joice Sousa Costa

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
joicecostasousa@gmail.com

Mônica Cesaretti Borilli

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
monica.borilli@hotmail.com

### **Resumo**

O presente artigo reflete sobre a formação profissional do assistente social e sua natureza interdisciplinar e analisa as mediações presentes na práxis do Serviço social para a construção da efetivação do Projeto Ético-Político. A conjuntura social atual - calcada sobre os pilares do ideário neoliberal – traz diversos rebatimentos para o processo da formação profissional e trabalho do assistente social. A desresponsabilização do Estado e a transferência das responsabilidades para a sociedade civil, aliada a crescente mercantilização do ensino tem colocado diversos desafios para a efetivação da política educacional de qualidade no Brasil, refletindo no processo de formação profissional do Assistente Social e consequentemente no seu exercício. O Serviço Social presa por um perfil de profissional generalista, que permite desenvolver um leitura crítica da realidade social em que atua, e que promova uma intervenção qualificada. Ou seja, no processo de formação do assistente social se mostra como mister entender as mediações e as contradições presentes no movimento do real, no trânsito entre a universalidade, singularidade e particularidade, apreendendo essa realidade a partir das suas múltiplas determinações. Justamente, por se consolidar enquanto uma profissão investigativa e interventiva na dinâmica do real, ela exige uma formação continuada, que em nosso ponto de vista, se inicia no curso da graduação e se consolida no decorrer do exercício de sua prática profissional, adquirindo maior solidez conforme o profissional se identifica como membro efetivo da categoria. A interdisciplinaridade é uma questão que se aponta na contemporaneidade, diante do agravamento e da complexidade da questão social, torna-se necessário a efetivação do pluralismo na profissão, através das diversas áreas do conhecimento para a compreensão da realidade social numa perspectiva de totalidade. A compreensão que temos atualmente, é que uma profissão não dá conta de compreender e intervir na realidade social, sendo necessário aglutinar esforços na efetivação dos direitos sociais. O pluralismo, princípio ético-político contido no código de ética profissional de 1993, nos permite dialogar de forma crítica com as diversas formas de pensamento, sempre preservando o posicionamento a partir do referencial crítico que norteia o exercício profissional do assistente social.

**Palavras Chave:** Exercício Profissional, Interdisciplinaridade, Serviço Social, práxis profissional.

## Introdução

As mudanças vivenciadas no mundo do trabalho vem trazer diversos rebatimentos na vida social da população e principalmente para a classe trabalhadora, refletindo na sua forma de organização e de resistência frente ao agravamento da questão social<sup>1</sup> e de suas expressões que vem colocado diversos desafios diante da precarização das relações de trabalho e nas formas de sobrevivência. Essas transformações também tem desafiado o assistente social, que está inserido na divisão social e técnica do trabalho coletivo, diante da necessidade de dar respostas críticas, propositivas e criativas em consonância com o compromisso ético-político assumido com a classe trabalhadora a partir da década de 1980, com o processo de Reconceituação do Serviço Social. “Esse processo desafia profundamente todos os cidadãos e, em especial, os assistentes sociais, repercutindo no mercado de trabalho especializado”. (IAMAMOTO, 2008, p. 42)

O Serviço Social é uma profissão investigativa e interventiva na dinâmica do real, exige uma formação continuada, que se inicia no curso da graduação e se consolida no decorrer do exercício de sua prática profissional, adquirindo maior solidez conforme o profissional se identifica como membro efetivo da categoria. O assistente social na sua atuação profissional vai trabalhar diretamente ou indiretamente com outros profissionais de diversas áreas do conhecimento, podendo ser um momento rico de efetivação de troca de experiências e conhecimento, sempre resguardando o referencial teórico que substancia a sua ação profissional para não cair no ecletismo.

O pluralismo, enquanto princípio teórico e ético-político deve ser claramente demarcado para que evitemos a reedição de equívocos passados e presentes. Logo, a atualização marxista não pressupõe uma perspectiva eclética. O que está na base do princípio pluralista é a própria historicidade da vida social. A partir deste fundamento é que se impõe a exigência da atualização de nossos conhecimentos e habilidades, visando à apreensão da realidade e à melhor qualificação para a intervenção sobre a mesma (ABESS, 1997, p. 43).

O Serviço Social a partir da década de 1980, em uma conjuntura sócio-política, econômica e social marcada pelo o recrudescimento da ditadura militar e das lutas sociais, através dos movimentos sociais na busca pelo processo de redemocratização do país, levou a categoria a repensar o seu estatuto profissional procurando consolidar o compromisso firmado com a luta social em direção de uma sociabilidade mais justa e igualitária. Nesse momento histórico, a profissão aproxima do referencial crítico marxista, que procura compreender a realidade a partir da perspectiva da luta de classes e da propriedade privada dos meios de produção pela classe dominante, fazendo uma crítica radical a sociedade capitalista e ao seu modo de produção, desvelando a lógica da acumulação da sociedade capitalista e dos seus mecanismos de dominação.

---

<sup>1</sup> A questão social é “um complexo social que faz parte da natureza da propriedade privada no capitalismo, ou seja, é manifestação direta da apropriação privada da produção social e da lei geral da acumulação capitalista”. (MARX, 1984, p. 187 APUD SILVA, 2007, p.283).

Esse compromisso ético-político assumido pela categoria profissional será o substrato para o processo de reformulação da profissão e de construção de práticas profissionais atentas com a realidade social procurando consolidar os princípios do código de ética no exercício profissional a partir de uma visão crítica da sociedade capitalista e dos seus processos de produção e reprodução da vida social a partir de um referencial crítico que permita compreender a realidade para além das aparências a partir de uma perspectiva de totalidade.

A perspectiva fundante da formação profissional é um rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social. Seu suposto é a adoção de uma teoria social crítica e de um método que permita a apreensão do singular como expressão da totalidade social [...] A implicação dessa formação é problematizar a sociedade capitalista do ponto de vista da reprodução social, qualificando a unidade da produção material e da reprodução das relações sociais. (ABESS, 1995; 33-34)

Dessa forma, diante das profundas transformações vivenciadas no mundo do trabalho, torna-se necessário nos diferentes espaços socio-ocupacionais a interlocução das diferentes áreas do saber, criar respostas críticas e propositivas e efetivas. A relação de trabalho interdisciplinar é necessária, nesta conjuntura neoliberal cada profissional vai se aperfeiçoando em uma área específica, na atuação profissional é necessário entender que não somos profissionais que atuam individualmente sempre e precisamos saber nos relacionar e entender o ponto de vista do outro.

### **O Desafio da interdisciplinaridade e sua interlocução com o Serviço Social**

Segundo Vasconcelos (1997), torna-se necessário analisarmos alguns conceitos e práticas e suas variações, seu grau de cooperação e correlação entre as diferentes disciplinas e áreas do conhecimento. Entre elas é importante diferenciarmos a interdisciplinaridade da multidisciplinaridade, sendo que percebemos que muitas vezes esses termos são utilizados como sinônimos, como se referissem a mesma coisa.

A multidisciplinaridade é o trabalho desenvolvido por uma equipe de profissionais das diversas áreas do conhecimento sem que haja uma interlocução entre os saberes ou conhecimento de cada área. Neste processo pode haver a troca de conhecimento, mas cada profissional atua dentro da sua especificidade sem a busca da socialização do conhecimento para a compreensão da complexidade dos problemas elucidado pela equipe profissional.

A pluridisciplinaridade observa-se um grau de relação entre as diferentes disciplinas ou áreas do conhecimento, mas cada profissional decide isoladamente a partir da sua especialidade.

A interdisciplinaridade se refere a interação entre as diferentes áreas do conhecimento na busca da compreensão da realidade social e na articulação de respostas a partir dos desafios apresentados na atuação profissional oriundo da complexidade dos fenômenos sociais e seus rebatimentos na vida social da população.

A interdisciplinaridade, favorecendo o alargamento e a flexibilização no âmbito do conhecimento, pode significar uma instigante disposição para os horizontes do saber. [...]

Penso a interdisciplinaridade, inicialmente, como postura profissional que permite se pôr a transitar o “espaço da diferença” com sentido de busca, de desenvolvimento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer. (RODRIGUES, 1998, p. 156)

A interdisciplinaridade deve permitir o diálogo e a inter-relação entre as diversas áreas do conhecimento contribuindo para a compreensão da realidade social ou do fenômeno numa perspectiva de totalidade. Neste processo é importante não perdermos a visão crítica do processo social, percebendo os limites entre as diferentes áreas do conhecimento, os posicionamentos antagônicos entre as teorias. Sempre se posicionando a partir do referencial que baliza o exercício profissional e fundamenta a profissão, que permite uma análise crítica da realidade social a partir dos seus mecanismos de dominação e exploração de classe. Contribuindo para a efetivação nos diferentes espaços sócio-ocupacionais do compromisso ético-político com a classe trabalhadora e com a luta social por uma sociedade mais justa e igualitária.

Outro desafio que se aponta para o conhecimento e para as profissões está na transdisciplinaridade onde a coordenação é realizada por todas as disciplinas e interdisciplinas, propondo a criação de um campo de com autonomia teórica, disciplinar e operativa.

O que percebemos, que independente da forma de interrelação entre os saberes, a formação de uma equipe profissional é fundamental para o desenvolvimento entre as diferentes formas de abordagens. Assim para Etges a interdisciplinaridade pressupõe:

[...] enquanto princípio mediador entre as diferentes disciplinas não poderá jamais ser elemento de redução a um denominador comum, mas elemento teórico-metodológico da diferença e da criatividade. A interdisciplinaridade é o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão de seus limites, mas, acima de tudo, o princípio da diversidade e da criatividade. (1993, apud JANTSCH; BIANCHETTI, 1995, p. 14)

Dessa forma, os princípios da interdisciplinaridade se relacionam com os fundamentos da formação profissional em Serviço Social, que segundo as diretrizes curriculares de 1996, a formação do assistente social, busca um perfil de profissional dotado de competência teórico-metodológica com vistas a apreensão crítica dos processos sociais e das mudanças no mundo do trabalho, numa perspectiva de totalidade. Um profissional com posicionamento ético-político na defesa intransigente dos direitos sociais e humanos e capacidade técnico-operativa para criar respostas propositivas e criativas frente aos desafios contemporâneos em consonância com os princípios do código de ética.

- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;

- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;

[...]

- caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional.

[...]

- Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;

- ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;

(ABEPSS, 2007, p. 72-73, grifo nosso)

Percebemos que o Serviço Social coloca a interdisciplinaridade como princípio perpassando todo o processo de formação continuada do assistente social e no seu exercício profissional, procurando a construção de um perfil de profissional competente e com compromisso ético-político, balizado por um referencial crítico que contribua para apreensão da realidade social numa perspectiva de totalidade sócio-histórica, política e econômica.

Diante das profundas transformações societárias vivenciadas no mundo do trabalho com o processo de reestruturação produtiva e seus rebatimentos na vida da classe trabalhadora e conseqüentemente a complexidade das expressões da questão social oriunda da precarização das relações de trabalho calcadas no avanço do ideário neoliberal, do desmonte das políticas sociais e públicas, percebemos que a “interdisciplinaridade como postura e como perspectiva de articulação dos conhecimentos é uma necessidade cada vez mais incontestável no mundo do trabalho” (RODRIGUES, 1999, p. 42). Sua efetivação no exercício profissional contribuirá para a realização de práticas democráticas, mais efetivas e antenadas com as mudanças no mundo do trabalho.

A contemporaneidade exige cada vez mais profissionais qualificados, dotados de conhecimentos especializados e atualizados, flexibilidade intelectual no encaminhamento de diferentes situações e capacidade de análise para decodificar a realidade social (Oliveira, 2003, p 43).

Reforçamos que o desafio da interdisciplinaridade no Serviço Social está na preservação do seu referencial crítico e do seu posicionamento ético-político, procurando aglutinar forças no seu exercício profissional na direção social elucidada pelo projeto profissional da categoria. É importante destacar que a perspectiva interdisciplinar não fere as especificidades das profissões, pois não propõe a generalização do conhecimento, mas sim uma sistematização em torno de um determinado objeto. Segundo Martinelli (p. 157, 1995), a interdisciplinaridade exige a originalidade e a diversidade dos conhecimentos que sistematizam em relação a determinada prática ou objeto de intervenção.

A perspectiva interdisciplinar não fere a especificidade das profissões e tampouco seus campos de especialidade. Muito pelo contrário, requer a originalidade e a diversidade dos conhecimentos que produzem e sistematizam acerca de determinado objeto, de determinada prática, permitindo a pluralidade de contribuições para compreensões mais consistentes deste mesmo objeto, desta mesma prática.

Dessa forma, compreendemos a interdisciplinaridade como uma prática política, pois ela pressupõe que os profissionais estejam abertos a este processo de troca de conhecimento e de inter-relação, na busca da superação da fragmentação do saber e na direção da efetivação de práticas profissionais em consonância com projetos profissionais em curso na sociedade. A interdisciplinaridade se materializa no exercício profissional através da vivência entre os diferentes profissionais relacionados no processo de trabalho, na consolidação de uma determinada direção social.

Isto supõe romper com o paradigma da ciência cartesiana, propor novas práticas de relação e produção do conhecimento, um novo espírito científico, pois segundo Morin (1997), “conhecer é sempre poder rejunta uma informação ao seu contexto e ao conjunto ao qual pertence”. A teoria cartesiana fragmenta o saber, empobrece o conhecimento. Sendo necessário um novo paradigma científico de produção do conhecimento a partir de uma perspectiva da totalidade e da complexidade da realidade social.

Assim a realização da interdisciplinaridade no exercício profissional pressupõe do assistente social um rigor trato teórico-metodológico na construção do conhecimento a partir de uma visão crítica do fenômeno social a partir de uma teoria social crítica que permita o desvelamento da realidade a partir do concreto-pensado. Aliada a uma postura ético-política na direção do projeto ético-político e dos princípios elucidados no código de ética, entre eles a garantia do pluralismo como valor ético, no respeito às diferentes correntes profissionais democráticas e suas expressões teóricas e o compromisso constante com o aprimoramento intelectual.

Acreditamos que essas são as bases para o desenvolvimento de um trabalho profissional comprometido com a qualidade dos serviços prestados a partir de uma perspectiva de totalidade na apreensão do movimento do real sem perder a direção social elucidada pela profissão e do referencial teórico hegemônico na categoria, abrindo caminhos para o exercício profissional crítico e competente e do respeito a diversidade teórica e intelectual através do respeito aos princípios ético-profissionais, entre eles a garantia do pluralismo na construção do conhecimento e de práticas efetivas na busca pela emancipação política e humana.

### **Considerações Finais**

Diante das profundas transformações societárias vivenciadas no mundo do trabalho e seus rebatimentos na vida social da população em geral e principalmente da classe trabalhadora, vem trazendo diversos desafios para as profissões de caráter interventivas, entre elas o Serviço Social, que historicamente tem na questão social seu objeto de intervenção. A complexidade dos fenômenos sociais, tem se agravado na contemporaneidade diante do enxugamento do papel do Estado que se torna cada vez mais mínimo para o social e máximo para o capital diante do avanço do ideário neoliberal. Aliado a esse processo, presenciamos a reestruturação produtiva do capital a partir da especulação financeira de um lado, do capital especulativo e de outro o avanço científico e tecnológico. O capital tenta se livrar cada vez mais de suas contradições através da liberação de uma grande massa de trabalhadores do processo produtivo, procurando ocultar a exploração do trabalho.

O cenário sócio-político se torna mais perverso ao presenciarmos o desmonte dos direitos sociais e a transferência das responsabilidades para a sociedade civil. As políticas sociais se tornam cada vez mais fragmentadas, pulverizadas e focalizadas, não conseguindo dar respostas efetivas frente ao agravamento das expressões da questão social.

A partir dessa conjuntura torna-se necessário a construção de propostas de trabalho coletivas através da interlocução e inter-relação do conhecimento e das diversas áreas do saber, procurando criar respostas críticas e propositivas frente a complexidade do fenômeno social. dessa forma, a interdisciplinariedade se torna cada vez mais necessária, sendo uma alternativa na busca de construção de respostas profissionais democráticas, criativas e efetivas frente as exigências da realidade social que vem desafiando os profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

Acreditamos que o Serviço Social a partir do salto qualitativo da profissão nos últimos anos desde a sua constituição na década de 1930 e do seu amadurecimento intelectual que culminou no processo de Reconceitualização da profissão nas décadas seguintes, principalmente na quadra de 1980, contribuíram para o desenvolvimento de práticas críticas, criativas e propositivas em consonância com o projeto de formação profissional em curso.

Destacamos que para a consolidação da interdisciplinaridade enquanto prática política é necessária um novo paradigma político e filosófico na busca da superação da fragmentação do saber e da hegemonia da ciência cartesiana, contribuindo para a inter-relação do conhecimento. Para isto, é necessário um rigor trato teórico-metodológico e um posicionamento ético-político na direção do pluralismo profissional.

Dessa forma, é necessária uma formação profissional de qualidade que busque uma compreensão crítica da realidade social e que o assistente social esteja seguro da matriz teórica que fundamenta o seu exercício profissional e tenha clareza do seu posicionamento, sabendo dialogar com as diversas áreas do conhecimento, respeitando os diferentes posicionamentos, e até mesmo as divergências teóricas entre as diversas correntes de pensamento. Se posicionando a partir de um referencial crítico que embasa a atuação profissional na busca da consolidação do projeto profissional construído coletivamente pela categoria.

## **Referências**

ABESS - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Formação profissional: trajetórias e desafios. Cadernos ABESS nº 7. São Paulo: Cortez, 1997. 168p.

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, In: CRESS-9ª Região. Legislação brasileira para o Serviço Social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentalização do(a) assistente social. 3. ed. rev., atual e ampl. até dezembro de 2007. São Paulo, 2007.

ABEPSS. (Doc.) Relatório da pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. São Luis, ABEPSS, 2008.

ETGES, N. J. Produção do conhecimento e interdisciplinaridade: educação e realidades. Porto Alegre, v. 18, n. 2, jul./dez. 1993, p. 73-82.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2008. 326p.

KOIKE, M. M. Formação profissional em serviço social: exigências atuais. In. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MARTINELLI, M. L.; RODRIGUES, M. L.; MUCHAIL, S. T. O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. São Paulo: Cortez, 1995.



MORIN, E. Complexidade e Ética da Solidariedade. In CASTRO, G. de; CARVALHO, E de A.; M.C. de(Coord.). Ensaio de Complexidade. Sulina, Porto alegre. 1997, 15-24

OLIVEIRA, C. A. H. da S. A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social. Franca: UNESP/FHDSS, 2003.

RODRIGUES, M. L. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. in Martinelli, M. L. e outros(org). O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. São Paulo: Cortez/ Educ, 1998.

SILVA, F. S. da. O Recrudescimento da Violência nos Espaços Urbanos: desafios para o Serviço Social. Serviço Social e Sociedade: Ética Pública e Cultura de Direitos, n. 89, ano XXVII, março/2007, p.130 – 151.

\_\_\_\_\_. Violência e desigualdade social: desafios contemporâneos para o Serviço Social. Ser Social: Desemprego, Desigualdade e Violência, n. 19, jul/dez/2006. p. 31 – 58.

VASCONCELOS, E. M. Serviço Social e interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 54, 1997, p. 132-157.

## A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E O ENSINO DE GRADUAÇÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS CURSOS DE GESTÃO DE BACHARELADO E TECNÓLOGO

Fernando Dandaro

FATEC Franca | FNSA Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora Aparecida  
fdandaro@hotmail.com

Melissa Franchini Cavalcanti-Bandos

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca  
melissa.cavalcanti@bol.com.br

### Resumo

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) tem o intuito de normatizar, dar diretrizes, metas e ações para a gestão integrada dos resíduos sólidos, que deverão ser colocadas em prática por meio de profissionais que atuam nas diversas organizações privadas, públicas e também pela sociedade civil. Assim, é de extrema necessidade que os futuros gestores tenham conhecimento sobre o teor frente às exigências da PNRS, suas responsabilidades de cunho ambiental e sua tendência para a sustentabilidade. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo comparativo entre dois cursos de graduação da área de gestão empresarial nas modalidades bacharelado e tecnólogo, identificando o grau de conhecimento dos futuros profissionais em relação à PNRS, responsabilidade social e sustentabilidade. Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados são: pesquisa bibliográfica e de campo de caráter exploratória e análise quanti-qualitativa. Tal estudo justifica-se pela visibilidade do tema atualmente, assim como a necessidade de uma visão sistêmica por parte dos discentes em sua formação, para que possam atuar eficientemente no contexto organizacional. A pesquisa foi realizada no mês de novembro de 2013 com 44 concluintes dos cursos de bacharelado e tecnólogo, sendo o primeiro em uma instituição privada do município de Sertãozinho-SP e o segundo de uma instituição pública da cidade de Franca-SP; e que hoje já estão atuando no mercado de trabalho. Assim foi possível verificar o grau de conhecimento dos entrevistados em relação ao seu entendimento sobre responsabilidade ambiental, sustentabilidade e a PNRS.

123-2445

**Palavras-Chave:** Política Nacional de Resíduos Sólidos. Educação. Cursos de Graduação. Formação Profissional.

### INTRODUÇÃO

O cuidado com o meio ambiente não é apenas uma tarefa exigida por lei, mas sim uma nova concepção humana, de filosofia de vida que deve estar presente nas ações da sociedade como um todo.

O novo modelo de vida adotado na modernidade, principalmente após a globalização, promoveu uma padronização das culturas evidenciando parâmetros ligados a cada dia a um consumo de maior escala, especialmente de produtos industrializados e de baixo valor agregado. Vive-se um momento em que se valoriza o imediatismo, em que muitos produtos são descartados, e mesmo que pudessem ser

aproveitados; gerariam impacto em relação às pessoas e ao meio ambiente, tanto no desperdício como na geração excessiva de resíduos sólidos.

Uma proposta para minimizar esses impactos é a utilização da Educação Ambiental como forma de sensibilização, orientação e que funcione como instrumento de mudança e/ou controle social. Tal instrumento, também, é prioritário na concepção da Política Nacional de Resíduos Sólidos, PNRS- Lei 12.305/2010 com a intenção de normatizar, dar diretrizes, metas e ações para a gestão integrada e gerenciamento dos resíduos sólidos, que deverão ser colocadas em prática por meio de gestores que atuam nas diversas organizações privadas, públicas e que também influenciam diretamente as ações da sociedade civil.

Neste sentido, faz-se necessário que os currículos dos cursos de gestão, especialmente do ensino superior, abordem questões ligadas a responsabilidade ambiental e também sobre as intenções e finalidades da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, contribuindo significativamente para a formação de gestores socioambientalmente responsáveis com o futuro em termos de sustentabilidade.

Portanto, o presente artigo tem como objetivo realizar um estudo comparativo entre dois cursos de graduação da área de gestão nas modalidades bacharelado e tecnólogo, identificando o grau de conhecimento dos futuros gestores em relação à PNRS, responsabilidade social e sustentabilidade. Para tanto, foram utilizados como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratória; e de campo de caráter descritivo com aplicação de questionários em dois cursos, nas modalidades bacharelado e tecnologia obtendo dados como subsídio para uma análise quanti-qualitativa.

A pesquisa percorre uma revisão literária a partir da concepção da Política Nacional de Resíduos Sólidos, destacando a Educação Ambiental como instrumento de mudança social, conceitua os aspectos de sustentabilidade e apresenta a pesquisa de campo com os resultados sobre a concepção de responsabilidade ambiental, sustentabilidade e o entendimento da PNRS por parte dos formandos.

## **1. A CONCEPÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS)**

Muitas foram as preocupações acerca do meio ambiente e seus impactos, que influenciaram discussões nas últimas décadas do século XX, exigindo a formulação de políticas adequadas, mas que só estão sendo institucionalizadas após a primeira década do século XXI.

No Brasil, a legislação ambiental tem seu marco com a Política Nacional de Meio Ambiente de 1981, que dentre outras coisas já previa a avaliação do impacto ambiental de atividades potencialmente poluidoras. Também nesta direção a Constituição Federal de 1988, determina a realização de estudo prévio de impacto ambiental. Estes marcos internos no Brasil são frutos de um movimento mais amplo de proporções mundiais, chegando aos dias atuais com a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos publicada no ano de 2010 (BRASIL, 1998; PNMA-LEI Nº. 6.938, 1981; PNRS-LEI Nº 12.305, 2010).

Silva Filho e Soler (2013, p. 15) complementam que:

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi instituída por meio da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro do mesmo ano. Esses diplomas normativos impuseram aos setores privado e público, bem como à sociedade, uma nova dinâmica de ações, medidas e procedimentos de gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos.

O mesmo autor, ainda dispõe que as implicações jurídicas, técnicas e institucionais relacionadas à gestão de resíduos são assuntos tratados nas agendas recentes, impulsionando uma verdadeira revolução nos modos de produção, gestão pública e cultura cidadã em prol do desenvolvimento sustentável.

Contudo, a PNRS tem sua espinha dorsal na temática da sustentabilidade como forma de desenvolvimento local ou regional, e pressupõe que, a tomada de consciência sobre o papel ambiental, econômico, social e político que cada cidadão desempenha em sua comunidade é fundamental para garantir a integração de toda a sociedade no processo de construção do futuro, a partir de uma visão sistêmica, integrada e compartilhada.

Para a aplicação e alinhamento das ações propostas pela PNRS, a sociedade deve contribuir com suas responsabilidades que só poderão ser potencializadas com a efetiva participação.

Responsabilidade requer liberdade. Assim, o argumento do apoio social para expandir a liberdade das pessoas pode ser considerado um argumento em favor da responsabilidade individual, e não contra ela. Ter efetivamente a capacidade e a liberdade de para fazer alguma coisa impõe a pessoa o dever de refletir sobre fazê-la ou não, e isso envolve responsabilidade individual. Nesse sentido a liberdade é necessária e suficiente para a responsabilidade (SEN, 2010).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos define em seu Art. 3º, inciso VI – controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos (PNRS-LEI Nº 12.305, 2010). Sendo a Lei 12.305 de 2010, uma política pública que visa à gestão integrada destes resíduos, esta enquanto política pública estabelece o controle social como um mecanismo da sociedade civil para participar de sua gestão e dessa forma reconhece o controle social enquanto seu princípio no Art. 6º, inciso X sendo “o direito da sociedade à informação e ao controle social”, que é considerado por Sen (2010, p. 20), como uma forma de desenvolvimento, visto que:

“a liberdade de troca de palavras, bens ou presentes não necessita de justificção com relação a seus efeitos favoráveis, mas distantes; essas trocas fazem parte do modo como os seres humanos vivem e interagem na sociedade”.

Diante dessa afirmação, pode-se considerar esta situação como um meio de promoção ao desenvolvimento social, que garantem melhores condições de vida a comunidade local, sendo este um processo que vai de encontro com as propostas de desenvolvimento regional.

Ainda Sen (2010), refletindo sobre a capacidade dos indivíduos em promover uma transformação em sua realidade, afirma que aprecia a força da idéia de que as próprias pessoas devem ter a responsabilidade de desenvolver e mudar o mundo em que vivem, pois como pessoas que vivem juntas; não podemos escapar à noção de que os acontecimentos que ocorrem em nossa volta são essencialmente problemas nossos e, portanto, responsabilidades nossas.

Assim, atuar com responsabilidade é participar dos processos e ações propostas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos de forma efetiva, promovendo uma mudança entendida como desenvolvimento social.

Ao indagar sobre participação, teve-se ter em vista a conduta de tomar parte de alguma coisa, agir em conjunto. Nesta perspectiva Fiorillo (2010) apud Bechara (2012), apresenta dois elementos fundamentais para efetivação dessa ação em conjunto: a informação já abordada anteriormente como responsabilidade social e a educação ambiental, como controle social. Ambos entendidos como mecanismos de atuação que funcionam numa relação de complementaridade.

Considerar a responsabilidade social de forma individual não garante a estratégia de aplicação da PNRS, visto que toda ação social necessita de um controle para manter seus aspectos de efetividade e promover mudanças. Silva Filho e Soler (2013), afirmam que mesmo o Brasil já possuindo uma Política de Educação Ambiental pela Lei nº 9.795/1999, na prática ela não tem sido aplicada de forma ampla em todo território nacional. As questões ligadas à educação ambiental ainda estão num patamar muito rudimentar, carecendo de uma revisão de conceitos, princípios e métodos para que se atinja a almejada efetividade e

real inserção na grade curricular das diversas etapas e esferas do ensino. Já no âmbito da PNRS, a Educação Ambiental tem como objetivo o aprimoramento do conhecimento, dos valores, dos comportamentos e do estilo de vida relacionado com a gestão e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos.

Assim, a Educação Ambiental pode funcionar como controle para as questões ambientais e de sustentabilidade, que juntamente com as intenções da PNRS poderão influenciar a formação de novos gestores e conseqüentemente uma cultura inovadora, preocupada com as questões de responsabilidade ambiental.

## **2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO PARA A PNRS**

A educação ambiental é estabelecida como parte do instrumental da PNRS para promover a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos. Como instrumental, a educação ambiental possui assim um caráter social que promove a conscientização ambiental do indivíduo, assim como lhe oferece condições para sua participação ativa no controle social da política.

A Política Nacional de Educação Ambiental define esta questão da seguinte maneira:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (PNEA, 1999, Art. 1º).

Percebe-se, a partir do exposto, que a educação ambiental é instrumental primário para o controle social sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Cabe, neste momento, abordar o controle social referenciado de acordo com a concepção de Sen (2010), considerando que este processo não é uma questão de ter regras sobre como exatamente se deve agir, e sim, de reconhecer a relevância da condição humana comum para fazer escolhas. Várias economias do desenvolvimento também salientam a importância da liberdade de escolha como um critério de desenvolvimento. Santos e Japiassú (2009) dispõem que a educação é um processo intencional de formação do sujeito, e neste é possível a construção de uma nova forma humana de pensar e de agir que se materializarão na forma de condutas e posturas éticas de alunos, professores e sociedade.

As práticas de educação ambiental são por si só, um grande avanço neste sentido, pois buscam melhorar individual e coletivamente as práticas em relação as suas escolhas ao meio ambiente. Isto significa que elas dão uma nova percepção às práticas cotidianas dos indivíduos em relação à produção e disposição dos resíduos.

Segundo Bagnolo (2010), poucos questionam a veracidade dos problemas ambientais, poucos duvidam da necessidade de preservação do ambiente natural ou da promoção do desenvolvimento sustentável, e todos são unânimes na afirmação de que a educação ambiental é uma estratégia eficaz para a emergência de uma nova consciência, pautada nas necessidades ambientais.

Assim, preparar os profissionais para dar respostas às necessidades socioeconômicas crescentes da sociedade torna-se um desafio frente às mudanças que acontecem rapidamente, neste sentido Aligleri et al (2009, p. 189) complementa que:

neste novo tempo, os gestores e as instituições têm o importante papel de educar para elevar o nível de vida, criar sentido mais forte de responsabilidade em relação ao meio ambiente, preocupar-se com questões éticas, avivar o entusiasmo e a vontade de viver juntos, aceitar e tolerar as diferenças e enfrentar as dificuldades no desenvolvimento da sociedade.

Dentre todos os desafios, a educação ambientalmente adequada dos futuros gestores é indispensável para que as organizações impulsionem um agir diferenciado que inclua a preocupação com as pessoas, recursos e políticas públicas, como é o caso da PNRS.

De acordo com Bechara (2013), dentro das disposições da PNRS, há um processo de responsabilidade compartilhada que tem como foco o “consumo consciente”, sendo este também uma forma de educação ambiental, aplicada na medida em que os mercados produtores são estimulados pelas demandas geradas pelo consumidor (sociedade). Neste sentido, Santos e Japiassú (2009) esclarecem que a educação ambiental é necessária quanto à conduta humana em relação ao meio ambiente; assim, se o homem pautar suas ações em posturas éticas mínimas, respeitando a natureza, utilizando racionalmente os recursos por ela disponibilizados, gerando tecnologias alternativas e menos agressivas, possivelmente não ocorrerão tantos impactos ao meio ambiente.

Esse cenário só poderá ser transformado com a inserção de conteúdos sobre responsabilidade ambiental e sustentabilidade, que somados as intenções e finalidades da PNRS e aplicados aos currículos do ensino superior, em especial aos cursos de gestão influenciaram posturas éticas e saudáveis por parte de gestores organizacionais, frente as questões ligadas ao meio ambiente.

Assim, a informação no processo de educação ambiental aparece como elemento chave de um novo modo de produção voltado para um moderno paradigma de cunho sustentável. Aligleriet al (2009) dispõem que um dos desafios mais relevantes para as instituições de ensino formadoras de gestores é capacitar os futuros profissionais para entender a inter-relação entre responsabilidade socioambiental e desempenho organizacional satisfatório, isto é, saber interpretar e modificar o comportamento das organizações.

Assim:

A problemática da sustentabilidade assume neste novo século um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram. O quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto dos humanos sobre o meio ambiente tem tido consequências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos (JACOBI, 2003, p. 193).

Os seres humanos não são meramente meios de produção, mas também a finalidade de todo o processo. Contudo, deve-se levar em consideração a relevância que os serem humanos têm para o bem estar e a liberdade e, principalmente sobre o seu papel como influenciador de mudança social e produção econômica para um cenário mais propício para as responsabilidades ambientais.

A participação em massa da sociedade deve ser efetiva e criativa, em uma verdadeira união de esforços em torno da garantia do desenvolvimento sustentável, que permitirá a região e ao país continuar a crescer, com qualidade ambiental e que garanta a sadia qualidade de vida para as pessoas.

Silva Filho e Soler (2013) complementam que a responsabilidade compartilhada entre setor privado, público e a sociedade, assume papel de primordial importância para a consecução de seus objetivos e para a efetivação da sistemática nela prevista, que visa harmonizar essa relação para viabilizar a implantação de uma concepção de responsabilidade ambiental e sustentabilidade.

Em fim, vive-se em uma sociedade que conseguiu ignorar a mais fundamental de todas as questões, que é sua própria sustentabilidade, ou seja, as próprias condições de possibilidade do futuro humano. Portanto, os problemas do meio ambiente foram criados pelos homens e deles terão de vir soluções (SANTOS; JAPIASSÚ, 2009).

Pode-se considerar que a possibilidade de solução só será permitida a partir do momento que a sociedade e, em especial, os gestores que detêm poder de decisão e consequentemente promovem a

mudança nas organizações, possuam condições em termos de conhecimento, sensibilização e uma aguçada concepção das reais necessidades ambientais. Tais condições só poderão ser colocadas em práticas se os cursos de graduação, principalmente os de formação de gestores, trabalharem estes aspectos garantindo uma formação completa em relação aos aspectos de responsabilidade ambiental, sustentabilidade e o conhecimento da PNRS.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Assim, para cumprir o objetivo do presente artigo, isto é, realizar um estudo comparativo entre dois cursos de graduação da área de gestão empresarial nas modalidades bacharelado e tecnólogo, identificando o grau de conhecimento dos futuros profissionais em relação à PNRS, responsabilidade social e sustentabilidade, o artigo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica e de campo, de caráter exploratória e análise quanti-qualitativa

Inicialmente, como primeira etapa, identifica-se a pesquisa bibliográfica para compor o referencial teórico do artigo, baseada em uma coleta de dados exclusivamente secundários. De acordo com Marconi e Lakatos (2011), a pesquisa bibliográfica abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que já foi escrito, fornecendo meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas em que os problemas não cristalizaram suficientemente.

Após o término da primeira etapa da pesquisa, foi possível iniciar a pesquisa de campo por meio da aplicação de um questionário com os alunos dos cursos objeto de análise, coletando dados primários.

A coleta de dados é uma importante tarefa na pesquisa, e envolve diversos passos, como a determinação da população a ser estudada, a elaboração do instrumento de coleta, a programação da coleta e também os dados e a própria coleta. Dessa forma, os dados primários da pesquisa foram coletados por meio de questionário; entendido como um instrumento de pesquisa.

Assim, define-se questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas à pessoa com a finalidade de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores e comportamentos como é o caso desta pesquisa (CERVO; BERVIAN, 2002; GIL, 2010).

De acordo com Marconi e Lakatos (2011), junto ao questionário deverá ser enviado um texto explicando a natureza da pesquisa, sua importância e necessidade de obter respostas, tentando dessa forma, despertar o interesse do recebedor no sentido de que ele preencha e devolva o questionário dentro do prazo.

Neste sentido, a pesquisa de campo foi realizada no período de 25 a 29 de novembro de 2013 aplicada diretamente pelo pesquisador, sendo possível fazer a explicação sobre a finalidade da pesquisa.

O questionário foi aplicado em duas turmas do último ano dos cursos de gestão, sendo um curso de Administração, na modalidade bacharelado, na cidade de Sertãozinho (SP), com 40 alunos e outro curso de Gestão da Produção Industrial, na modalidade de tecnologia, da cidade de Franca (SP), com 35 alunos.

Dos 40 alunos do curso de bacharelado em Administração, apenas 22 responderam, equivalendo a 55% da amostra e dos 35 do curso tecnológico em Gestão da Produção, 20 responderam, equivalendo a 57,14% da amostra. Ambos os cursos ofertam a disciplina de Gestão Ambiental e todos que responderam a pesquisa já haviam cursado esta disciplina.

A aplicação do questionário possibilitou identificar se os assuntos “responsabilidade ambiental” e “sustentabilidade” foram abordados e se houve conhecimento por parte do aluno sobre a PNRS.

O questionário (formulário de pesquisa) era composto por 3 questões objetivas, isto é fechadas, porém com a possibilidade de comentários, ou seja, respostas abertas.

A seguir estão listadas as perguntas e as possíveis alternativas que poderiam ser objeto de resposta dos alunos pesquisados.

**1. Como você avalia a orientação recebida durante o curso sobre responsabilidade ambiental e sustentabilidade?**

Muito satisfatório     Satisfatório     Pouco satisfatório     Insatisfatório

**2. Qual o seu nível de conhecimento sobre a PNRS, Lei nº 12.305/2010?**

Entendendo completamente     Conheço sua finalidade  
 Já ouvi falar do assunto     Não tenho Conhecimento

**3. Quanto ao atendimento às expectativas de formação profissional, o curso cumpriu de forma?**

Muito satisfatória     Satisfatória     Pouco satisfatória     Insatisfatória

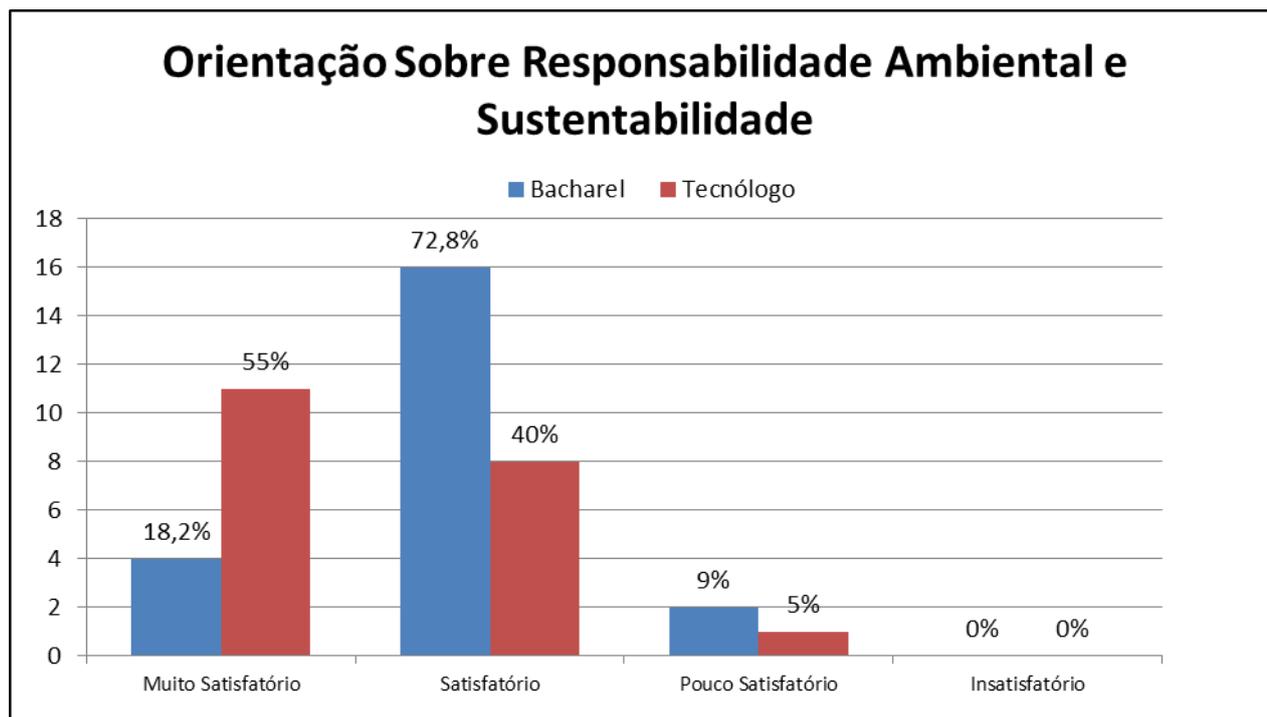
Os dados secundários e primários obtidos possibilitaram uma análise quanti-qualitativa que de acordo com Severino (2007), estas abordagens referem-se ao conjunto de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas.

Os dados secundários, analisados a partir de uma abordagem qualitativa, foram responsáveis por compor o referencial teórico abordado nos tópicos 1 e 2 e os dados primários analisados sob uma abordagem quantitativa foram responsáveis pelo tópico 4 que será apresentado a seguir. Deve-se observar que o embasamento teórico realizado foi fundamental para compor as análises que seguem.

**4. RESULTADOS DA PESQUISA: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE GESTÃO DE BACHARELADO E TECNOLOGIA NO INTERIOR DE SÃO PAULO**

Deve-se constar, nesse momento, que as respostas analisadas a partir dos gráficos a seguir, são oriundas da pesquisa de campo realizada no mês de novembro de 2013 com 42 concluintes dos cursos de bacharelado em Administração de uma instituição privada do município de Sertãozinho e do curso tecnólogo de uma instituição pública da cidade de Franca, visto que hoje todos já estão atuando no mercado de trabalho.

Com relação a primeira questão, “Como você avalia a orientação recebida durante o curso sobre responsabilidade ambiental e sustentabilidade?” destaca-se que teve o objetivo de compreender o quanto os formandos conhecem sobre meio ambiente e sustentabilidade, cujos resultados são apresentados na figura 1, que segue.

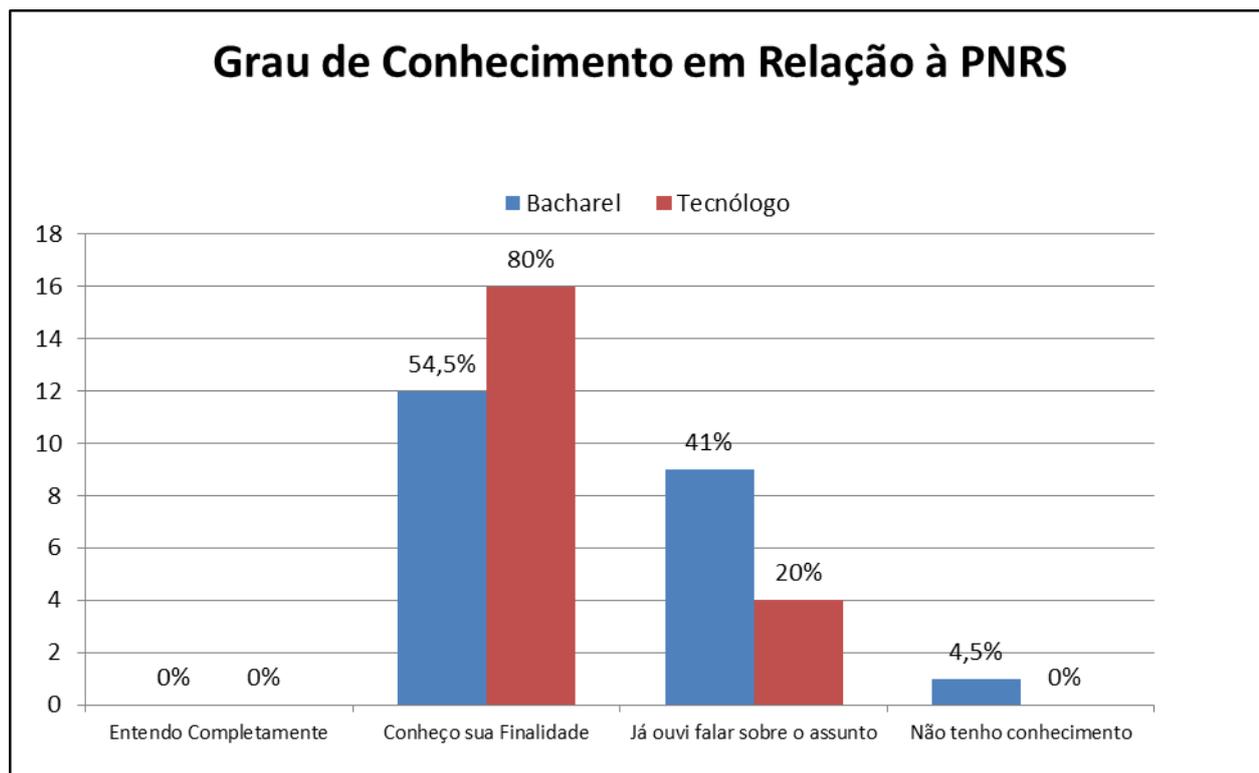


**Gráfico 1** - Orientação recebida em relação à responsabilidade ambiental e sustentabilidade

É possível visualizar que os formandos do curso de Tecnologia estão mais satisfeitos com as orientações recebidas sobre responsabilidade ambiental e sustentabilidade, visto que 95% apresentaram que as orientações foram satisfatórias ou muito satisfatórias e apenas 5% ficaram poucos satisfeitos. Já o curso de Bacharelado apresentou que 91% estão dos pesquisados estão satisfeitos ou muito satisfeitos e 9% alegaram estar pouco satisfeitos.

Verifica-se, nessa questão uma aproximação da concepção dos cursos sobre a orientação recebida durante sua formação a respeito de responsabilidade ambiental e sustentabilidade, portanto, não há grandes diferenças entre os ensinamentos e conhecimentos recebidos pelo gestor formado em um curso de bacharel ou tecnólogo.

Para identificar o grau de conhecimento dos formandos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a segunda questão, teve a seguinte abordagem: “Qual o seu nível de conhecimento sobre a PNRS, Lei nº 12.305/2010?”. Para elucidar essa reflexão, segue no Gráfico 2, o percentual de respostas.

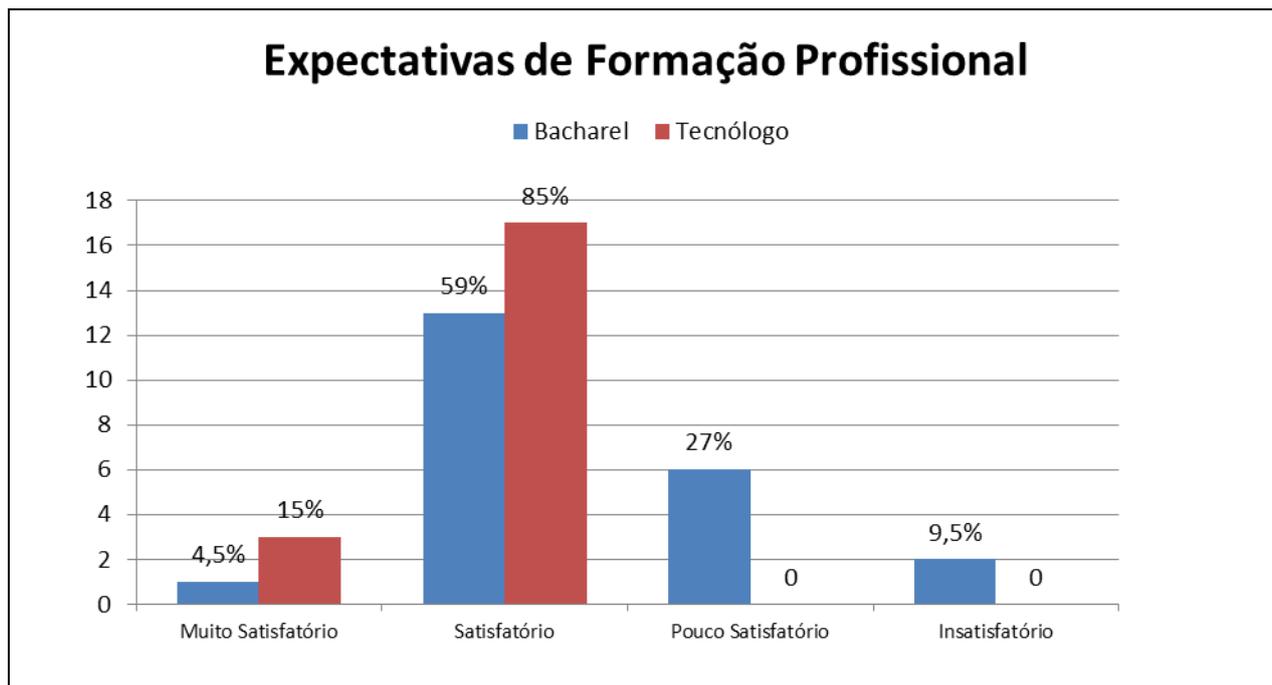


**Gráfico 2** – Grau de Conhecimento da PNRS

Diante dos resultados apurados, nota-se que em nenhum curso, os formandos entendem completamente sobre a PNRS. No curso de tecnologia 100% dos formandos já tiveram contato com essa legislação, sendo que 80% conhecem sua finalidade e no curso de Bacharelado nem todos conhecem o teor da PNRS, pois apenas 54,5% responderem conhecer a finalidade da respectiva legislação, 41% já ouviu falar e 4,5% não tem conhecimento.

Neste sentido, é possível identificar uma distinção do conhecimento da PNRS entre os cursos de bacharelado e tecnologia, sendo que o ultimo, possui formandos com maior conhecimento sobre o assunto referente à PNRS, portanto, entende que estes possuem melhor condições para atuar no mercado de trabalho em decisões ligadas a responsabilidade e gerenciamento de resíduos sólidos.

A terceira pergunta indagou “Quanto ao atendimento as expectativas de formação profissional, o curso cumpriu de forma?”. E neste quesito de satisfação sobre a formação profissional também houve respostas contrárias aos entrevistados em ambos os cursos, conforme dispõe o Gráfico 3 a seguir.



**Gráfico 3** – Expectativas de Formação Profissional

Verifica-se que o curso tecnólogo atendeu as expectativas de formação profissional dos seus formandos, pois 100% dos entrevistados responderam estar muito satisfeito ou satisfeito, contra 44,5% dos entrevistados do curso de bacharel. Deve-se destacar, que no mesmo curso, o de bacharel, 27% afirmaram ser pouco satisfatório e 9,5% apresentou como insatisfatório. Alguns comentários do curso de bacharel manifestaram que o curso ficou aquém do esperado, faltando aulas práticas em algumas disciplinas, o que não ocorre no curso tecnólogo. Os entrevistados do curso de bacharel também relataram que considerando os problemas nas questões econômicas regionais, o curso atendeu as necessidades de forma possível, sendo esta uma opinião contrária aos entrevistados do curso tecnólogo, que afirmam ter boas condições regionais para a promoção do curso.

## CONCLUSÃO

As pesquisas e discussões realizadas neste artigo foram no intuito de elucidar a importância da responsabilidade ambiental, sustentabilidade e identificar o grau de conhecimento da PNRS entre os cursos de gestão, fazendo uma análise comparativa entre duas modalidades, a saber: bacharelado e tecnólogo, desenvolvidos em cidades distintas do interior de São Paulo, Franca e Sertãozinho.

Neste sentido, pode-se compreender que uma abordagem clara e objetiva sobre as responsabilidades do gestor em relação às decisões que envolvem responsabilidade ambiental, sustentabilidade; bem como o conhecimento das políticas que norteiam o gerenciamento de resíduos, são fundamentais para tal formação, e que, os cursos devem em suas propostas pedagógicas oferecer essa concepção no processo de formação de gestores, contribuindo de forma social e significativa, mesmo de caráter acadêmico, com um futuro mais sustentável.

Após a análise dos dados primários pode-se considerar que o curso da modalidade de tecnologia apresenta maior absorção dos conteúdos sobre responsabilidade ambiental e sustentabilidade, abrangendo 95% do total de alunos, porém, com uma pequena diferença em relação ao curso de bacharelado, apenas 4%. Sobre o conhecimento da PNRS, percebe-se que 100% dos formandos do curso de tecnologia manifestaram conhecê-la, contra 95,5% dos alunos da modalidade bacharelado.

Considerando que o curso de tecnologia tem um caráter de trabalhar as disciplinas de uma forma mais específica, com enfoque prático e direto; esta concepção pode ser um fator influenciador para o resultado apurado em relação ao curso de bacharelado, que consiste em uma abordagem mais abrangente de suas respectivas áreas.

Ainda assim, pode-se perceber que em relação às expectativas o curso de tecnologia atendeu por completo, ou seja, 100% dos resultados apresentaram estar satisfeitos ou muito satisfeitos com o curso. No curso de bacharelado este cenário não é tão favorável, pois apenas 63,5% estão satisfeitos ou muito satisfeitos e, conseqüentemente 36,5% não estão satisfatório.

Nota-se, portanto, que os formandos do curso de tecnologia estão mais preparados em relação as responsabilidade ambiental e conhecimento da PNRS, bem como estão em sua totalidade, satisfeitos em relação com a educação recebida pelo curso.

Sugere-se, nesse momento, como trabalhos futuros, ampliar a amostra pesquisando mais cursos de bacharelado e tecnologia que focam a gestão ambiental, além de aplicar o questionário em outros estados para ter uma análise do contexto nacional.

## REFERÊNCIAS

ALIGLERI, L. et al. **Gestão Socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20/12/2012.

BECHARA, E. (org.) et al. **Aspectos Relevantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei nº 12.305/2010**. São Paulo: Atlas, 2013.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

JACOBI, P. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PNRS, POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. **Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>. Acesso em 03/02/2013.

PNEA, POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)>. Acesso em 20/12/2013.

PNMA, POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)>. Acesso em 20/12/2013.

SANTOS, A. P. R. S. O.; JAPIASSÚ, M. C. T. **Ética Ambiental: a atitude humana em debate**. Maceió:EDUFAL, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.



SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA FILHO, C. R. V. da.; SOLER, F. D. **Gestão de Resíduos Sólidos: o que diz a lei**. 2. ed. São Paulo: Trevisan Editora, 2013.

## A UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE CAD 3D E IMPRESSORAS 3D NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE PRODUTO E OS CONSEQUENTES BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Fabricio Faleiros Fernandes  
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca  
f3design@com4.com.br

José Alfredo de Pádua Guerra  
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca  
josealfredopaduaguerra@gmail.com

### Resumo

O CAD 3D é um software destinado ao desenvolvimento de produtos nas diversas áreas da cadeia produtiva que proporciona melhorias nos processos de elaboração de projetos de produtos bem como na fabricação dos mesmos. Através desse software é possível desenvolver um processo diferenciado e um produto que atenda às características do mercado, gerando automaticamente as estimativas dos custos de fabricação de peças, usando modelos incorporados de custo, reduzindo o tempo gasto desde a concepção da ideia até o produto final, eliminando assim, algumas etapas de validação de um modelo físico e introduzindo diretamente o modelo virtual. Portanto, este artigo tem por objetivo validar as vantagens econômicas da utilização do CAD 3D e a prototipagem rápida através de impressoras 3D, mostrando os impactos desta ferramenta nas empresas que fazem a utilização do mesmo, levando em consideração a criação de melhores produtos e a rapidez da produtividade dessas indústrias, bem como o auxílio do Terceiro Setor através de financiamentos de próteses e produtos na área da medicina. Para a elaboração do mesmo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do tema.

105-2425

**Palavras-chave:** CAD. Desenvolvimento de produto. Criatividade. Produção. Prototipagem rápida. *Software*. Impressora 3D. Terceiro Setor. Filantropia.

### Introdução

No final da década de 80 surgiram os primeiros processos comerciais de prototipagem rápida. Em um primeiro momento, impressoras 3D poderiam funcionar como uma forma de repor peças quebradas de aparelhos que ainda não foram descartados, mas esta tecnologia não se limita a ser só isso, talvez nos aproxime da tal nova revolução industrial prevista para este século.

A impressão 3D permite o rápido desenvolvimento de produtos sustentáveis e tem sido crescentemente utilizada para produzir componentes leves para economizar materiais e custos. As impressoras 3D irão revolucionar o mercado de trabalho bem como o acadêmico, pois facilita a interdisciplinaridade. Gerações de estudantes que começarem a aprender programação de dados na escola e universidades, verão exemplos práticos do uso destas impressoras saindo do papel para a realidade.

Este trabalho destaca essa geração de equipamentos que tem surgido recentemente no mercado. A ideia inicial é atender as necessidades das indústrias em reduzir o custo, permitindo a obtenção de protótipos numa fase precoce do desenvolvimento de produtos, com a possibilidade de realizar testes e

discutir novas ideias antes de seguir para as fases preliminares do processo, o que conseqüentemente teria um custo elevado ao necessitar de alterações e também trazer prejuízos se for detectado algum tipo de erro.

Empresas terão seus protótipos em um curto espaço de tempo, com isso minimizando custos gerando desenvolvimento social e cultural.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica fundamentada principalmente em Baxter, (1998), Volpato (2007). Inicialmente as etapas essenciais no desenvolvimento de produto são descritas, posteriormente é feita uma explanação sobre a abrangência e as vantagens da utilização dos softwares CAD. Para finalizar verifica-se a importância da utilização de impressoras 3D por empresas privadas em parceria com Terceiro Setor.

## **1 Desenvolvimento de Produto**

O desenvolvimento de produtos é uma área de grande importância para todos os seguimentos da produção, esta etapa além de estratégica, gera um grau de incertezas e riscos. Os riscos e incertezas diminuem a partir do momento que tomamos decisões sobre: “1- A oportunidade específica para o desenvolvimento de novo produto; 2- os princípios de operação do novo produto (projeto conceitual); 3- a configuração do produto (desenhos de apresentação e modelos) e 4- projeto detalhado para a produção” (BAXTER, 1998, p. 10).

A essência do desenvolvimento de produto está em minimizar esses riscos e incertezas. A prática do método de desenvolvimento de produtos através da utilização de técnicas (exploração do processo lógico, exploração do processo criativo, avaliação e controle de tempo) é uma forma de garantir o interesse de quem está projetando o produto, porque torna o desenvolvimento agradável pela realização de uma atividade criativa.

A criatividade é condição básica para quem quer desenvolver qualquer produto e em qualquer área. Para a criação de um produto é necessário um planejamento que decorre de várias etapas tais como: formulação da proposta, objetivo, requisitos e restrições, cronograma de trabalho, análise, levantamento de dados quanto aos aspectos formais e funcionais e quanto aos aspectos técnicos. A prática da criatividade segundo Baxter (1998) é muito importante em todos os estágios de desenvolvimento de produtos.

Durante o desenvolvimento propriamente dito, há algumas etapas a serem seguidas: geração de alternativas, seleção da melhor alternativa, detalhamento técnico e apresentação do anteprojeto.

Geração de alternativas é concepção de ideias de configurações, através do uso de técnicas de representação bidimensionais denominadas de *roughs*<sup>2</sup>, esboços, *layout* ou *renderings*<sup>3</sup>. Nesta etapa do desenvolvimento deve-se pensar em todas as alternativas possíveis, deve-se enfatizar que é necessário o desenvolvimento de muitas alternativas para se chegar a melhor solução.

A escolha da solução a ser executada depende, obviamente, da seleção da melhor alternativa. Para tanto, utiliza-se a síntese com as exigências para avaliação das vantagens e desvantagens das alternativas geradas.

---

<sup>2</sup> Um rascunho de como você imagina que deve ser um anúncio ou um desenho, técnica de esboços soltos.

<sup>3</sup> Esta expressão é empregada na ilustração 2D, manual ou computacional e na ilustração e na animação 3D. Quando empregado por artistas, designers 2D o termo significa uma técnica de ilustração que permite a obtenção de imagens com grande apelo visual e rápida.

Na etapa de detalhamento técnico são apresentados os desenhos técnicos dentro das normas e especificações em conformidade com a ABNT<sup>4</sup>. Atualmente estes desenhos são realizados através de *software* de CAD 2D<sup>5</sup> e apresentados ao departamento de produção como parâmetro de produção e aferição dimensional posterior do produto.

A apresentação do projeto deve ser através de um modelo tridimensional para aprovação pelo solicitante do projeto. São maquetes em escala reduzida, ou *mock-ups*<sup>6</sup> em escala real 1:1, que simulam o produto industrializado ou protótipos de testes. Deve-se também apresentar *rendering* ou fotomontagens do produto em uso, mostrando as proporções dimensionais e a relação das mesmas com a escala humana.

Para Cheng & Filho (2007) o sistema de desenvolvimento de produtos pode ser compreendido pelo esquema de entrada, processamento e saída, envolto pelo mercado e tecnologia e a gestão desse sistema, denominada de Gestão de Desenvolvimento de Produto (GDP), refere-se ao conjunto de processos, tarefas e atividades de planejamento, organização, decisão e ação envolvidos para que o sistema considerado alcance os resultados de sucesso esperado.

O projeto final nos dias atuais é elaborado em sistemas de CAD, permitindo assim grandes vantagens no processo de desenvolvimento.

É relevante salientar que o desenvolvimento de produto deve sempre ser orientado para o consumidor, um produto bem desenvolvido é aquele que o projetista pensa como consumidor, interpretando necessidades, sonhos, desejos e valores e expectativas que o produto vai gerar.

## **2 Software CAD**

Os sistemas de CAD<sup>7</sup> vêm sendo utilizados desde o início da década de 50, conforme menciona Valentin; Correia (2002), porém, devido ao custo extremamente elevado dos equipamentos, sua aplicação ficou reduzida à indústria aeronáutica, onde o custo do produto final justificava o investimento.

O surgimento dos sistemas CAD ocorreu para automatizar os desenhos de produtos que, antes eram feitos de forma manual, com a utilização de pranchetas de desenhos, tecnígrafos, canetas a base de tinta nanquim, papel vegetal, normógrafos e régua do tipo T, dependendo exclusivamente da habilidade do projetista em manusear todos os objetos acima mencionados.

Nesse sistema manual levava-se muito tempo para o desenvolvimento de um produto desde a concepção da ideia até o produto final. Era necessário passar por várias etapas de desenvolvimento, gerando alto custo e, tornando o protótipo economicamente quase que inviável.

Com o sucesso considerável do uso de computadores nas áreas de administração, a computação gráfica obteve mesmo de forma incipiente, o seu desenvolvimento. Entretanto, pode-se observar que na atualidade, o panorama é bastante diferente e, é cada vez mais avançada a tecnologia aplicada à computação gráfica e ao sistema CAD 3D. Podemos, afirmar que a indústria que não trabalha com sistema CAD está fadada a perder seus clientes e produtos para a concorrência.

<sup>4</sup> Associação Brasileira de Normas Técnicas voltadas para leitura e interpretação de desenho técnico.

<sup>5</sup> Desenho somente com duas dimensões, planificado, X e Y.

<sup>6</sup> Maquete funcional, viável de utilização.

<sup>7</sup> *Computer Aided Design/Drafting*. Software para auxílio ao desenho, projeto, modelamento e *design* industrial de produtos.

A evolução dos sistemas CAD 3D é diária, com tantos *softwares* no mercado, o usuário fica livre para a escolha do *software* de CAD 3D que melhor se adequa a suas necessidades profissionais, sendo assim, porque será que os usuários estão cada vez mais migrando para o *software* CAD 3D? Imaginamos que a razão deve-se a praticidade, ao aumento da capacitação tecnológica, a melhora dos controles gerenciais, aos recursos para utilização de bibliotecas, a customização da produção e a programação de CNC<sup>8</sup>. Podemos também enfatizar o aumento significativo da produtividade dos usuários desse sistema, oferecendo facilidade para alternâncias e estudos de alternativas de determinados processos na elaboração e definição de projetos específicos das indústrias.

Além das inúmeras vantagens da utilização do sistema CAD 3D, há alguma outra etapa no processo de desenvolvimento que poderia agregar valores ao mesmo? Acreditamos que a confecção de protótipos é de grande importância antes da geração do produto final. Através dessa confecção, podemos evitar possíveis erros de funcionamento, montagens, verificações dimensionais, estudos de massa e também de quebra de produtos.

O CAD 3D é um software de abrangência de projetos 3D<sup>9</sup>, que permite criar, validar, comunicar e gerenciar projetos de produtos integrando ferramentas de projetos avançadas, peças, desenhos técnicos, montagens, simulações, estimativas de custos, renderização, animação e gerenciamento de dados de produtos incorporados.

O *software* acelera e facilita o desenvolvimento e compartilhamento de ideias de projetos garantindo desempenho, flexibilidade e viabilidade de fabricação. Ele transforma rapidamente ideias em realidade, desde o projeto conceitual ao produto final, auxiliado por uma grande biblioteca de ferramentas, componentes e materiais. Ames (2006) salienta que há uma redução de erros no desenvolvimento de produtos em 67%; aumenta-se a rapidez de inserção do produto no mercado em 54%; há uma redução de 61% nas modificações e alterações de engenharia e 37% no volume dessas alterações. Com isso, aumenta-se a produtividade em torno de 95%.

Através desse *software*, podemos visualizar os projetos de forma fácil e ágil com os recursos de realidade virtual, isto nos proporciona enxergar o produto no modo 3D já acabado e utiliza-lo de diferentes formas em áreas tais como: *marketing*, vendas e catálogos.

Em uma comparação grosseira podemos dizer que o CAD está para engenharia e arquitetura, assim como o *Word* está para a máquina de escrever.

Para entendermos melhor o sistema CAD 3D é preciso discorrer sobre três etapas do mesmo: *parametrização*, *simulação virtual* e *prototipagem*.

## 2.1 Parametrização

A parametrização pode ser definida como a ação de determinar parâmetros de configuração de um determinado sistema, cujos valores determinam as características de acordo com sua necessidade. A modelagem sólida paramétrica permite que se criem modelos com dimensões variacionais, a partir de um *sketch*<sup>10</sup> matriz 2D. As dimensões podem ser ligadas através de expressões matemáticas, permitindo à regeneração automática depois de alteradas as dimensões relacionadas (SOLIDWORKS CORPORATION, 2006).

<sup>8</sup> *Computer Numeric Control*. É um controlador numérico que permite o controle de máquinas e são utilizados principalmente em diversos processos automáticos de fabricação, tais como; fresamento, torneamento, corte a jato d'água, corte a laser, etc. Permite o controle simultâneo de vários eixos, através de uma lista de movimentos escrita num código específico.

<sup>9</sup> Terceira Dimensão, desenho com três dimensões: comprimento, largura e altura, X, Y, Z.

<sup>10</sup> Esboço simples de um determinado desenho.

A parametrização é um fator de extrema importância entre desenhos 3D, 2D e montagens, pois possibilita ao usuário modificações em qualquer uma das três formas de utilização do *software*, sendo que se alterarmos um parâmetro no desenho 3D, ele automaticamente altera no desenho 2D e vice-versa.

As dimensões e relações usadas para criar uma entidade são capturadas e armazenadas no modelo. Isto nos permite não só capturar a intenção de projeto como também fazer modificações no modelo de forma rápida e fácil.

Para Peres; Hayana; Velasco (2007) a parametrização é uma ferramenta poderosa e com grande difusão nas indústrias. Através da parametrização é possível diminuir os custos com técnicos e engenheiros. O tempo para confecção do projeto dos equipamentos parametrizados sofre um decréscimo de aproximadamente 60%, pois alterando algumas dimensões, todo o desenho será alterado automaticamente, sendo necessários alguns ajustes, como em legendas, indicações de cortes, indicações de solda e alguma mudança na posição das cotas.

De acordo com Foggiatto (2007) a utilização de ferramentas computacionais para modelagem de peças (sistemas *CAD*) faz parte da realidade da maioria dos setores de desenvolvimento de produtos das empresas. Uma das vantagens na utilização de sistemas *CAD* 3D é que os modelos são paramétricos, o que possibilita ganho de tempo durante as modificações do projeto, remetendo isto ao fator produtivo, significa uma grande economia de mão de obra e material.

## 2.2 Simulação Virtual

A tecnologia de simulação garante a qualidade e o desempenho do projeto antes de executar a sua produção. As ferramentas de análise abrangentes permitem que o usuário teste modelos digitalmente e obtenha uma perspectiva valiosa logo no início do processo do projeto. Com as informações desenvolvidas, poderemos facilmente determinar os métodos para reduzir o peso e os custos de materiais, melhorar a durabilidade e capacidade de fabricação, otimizando margens e comparando alternativas do projeto para atender melhor às exigências específicas de cada cliente. Segundo Fialho (2009) a simulação é algo fiel e real, perante aos ensaios físicos e tradicionais, a simulação do projeto permite ao projetista ou engenheiro ter a oportunidade de aperfeiçoar seu processo de trabalho, tendo pleno acesso às melhores, mais rápidas e mais baratas decisões.

Utilizar a simulação significa o acesso a produtos melhores, mais rápidos, mais baratos e lançados de forma antecipada no mercado.

O *Softwares* de simulação nos permite calcular tensões, deformações e o fator de segurança da geometria sob cargas para identificar intuitivamente áreas propensas à falha ou áreas superdimensionadas (espessura de material acima do calculado), e avaliar as alterações no projeto para melhorar a qualidade e o desempenho.

Para Müller (2009), fazer simulação de projetos não quer dizer analisar o projeto somente antes de prototipar, mas sim interagir com a simulação em seu processo, de forma que cada decisão seja verificada e desafiada para ser a melhor, mais rápida e a mais barata. Isto pode ser realizado facilmente em estágios bastante antecipados do processo de desenvolvimento do produto. O emprego da simulação de projetos de forma correta ajuda as empresas a lançar produtos mais cedo no mercado; isso acontece porque os erros de projeto são identificados precocemente, e permite a equipe de desenvolvimento do produto alterar o curso, encontrar o caminho para realizar correções e, finalmente, obter produtos com menor custo e que simplesmente tenham um melhor funcionamento.

## 2.3 Prototipagem

A prototipagem é um conjunto de tecnologias usadas para se fabricar objetos físicos e ou virtuais diretamente a partir de fontes de dados gerados por sistemas de projeto auxiliado por computador *CAD*.

As prototipagens podem ser divididas em dois tipos: funcionais e visuais.

### 2.3.1 Protótipo Funcional

Em uma fase inicial, eles servem para testar e validar o modelo tridimensional. Posteriormente, os protótipos podem ser usados para testar vários aspectos de sua concepção, tais como testes de túnel de vento, verificações dimensionais, montagem, simulações de elementos finitos, entre outros.

Segundo Berkun (2000), construir protótipos é uma maneira de explorar ideias de projeto antes de investir tempo e recursos na sua implementação.

O uso de protótipos propicia a consolidação do conhecimento no tocante ao domínio do problema em questão, pois quando a equipe de projeto (que pode/deve incluir o usuário) utiliza uma “maquete” do futuro sistema, mesmo que primitiva, para discutir e analisar soluções, o entendimento acerca do produto é firmado a partir dessa experiência vivenciada.

### 2.3.2 Protótipo Visual

Esse protótipo serve somente para análise visual do produto, pode ser utilizado pelo Marketing para divulgar um produto sem mesmo tê-lo fabricado fisicamente e, com isso sentir o mercado através de outdoors, revistas e folders.

Ele permite que outros, especialmente, o cliente ou usuário sem treinamento técnico, possam visualizar e sugerir modificações para o projeto antes que seja realizado algum trabalho na entidade física em questão. Nesta etapa podemos rotacionar, mover, alterar texturas e cores conforme aprovações dos clientes.

## 3 Prototipagem rápida através de impressoras 3D e o terceiro setor

A prototipagem rápida vem se consolidado no meio industrial como uma tecnologia imprescindível para agilizar o desenvolvimento de novos produtos. A utilização desta tecnologia permite a detecção de erros nas fases iniciais do projeto evitando retrabalhos.

Esta tecnologia permite transformar arquivos *CAD* 3D em peças físicas (protótipos), através de deposição de materiais, camada por camada, de forma a constituir o objeto desejado através de impressoras 3D.

São geralmente mais rápidas mais eficientes e mais fáceis de usar do que outras tecnologias de fabricação aditiva. Oferecem aos desenvolvedores de produtos a habilidade de num simples processo imprimirem partes de alguns materiais com diferentes propriedades físicas e mecânicas.

As impressoras 3D tem uma enorme gama de materiais para serem usados como matéria-prima, tais como: ABS<sup>11</sup>, PLA<sup>12</sup>, policarbonato e polifenilsulfona, que possuem propriedades mecânicas e térmicas ainda melhores que o ABS, além das fibras sintéticas, metais, doces, sorvetes e células humanas.

Há no momento uma de grande expansão e popularização das impressoras 3D baseadas na tecnologia *FDM (Fused Deposition Modeling)* - modelagem por fusão e deposição. Essas máquinas apresentam preços consideravelmente baixos e podem ser adquiridas prontas ou serem montadas em casa. No entanto, essas impressoras de baixo custo possuem limitações estruturais, tais limitações às impedem de confeccionar produtos com uma qualidade aceitável em nível profissional, são somente para visualização e não para uso como produto final acabado. Mas existem outros processos de tecnologia que também são empregados tais como: a Estereolitografia e Sinterização seletiva a Laser. Estas tecnologias possuem custos altíssimos da ordem de dezenas de milhares de dólares, são equipamentos volumosos, de difícil transporte e ainda inacessíveis ao usuário comum, Foggiatto (2007). Este método também é capaz de fabricar próteses, utilizando matérias como ligas de titânio (RAULINO, 2011).

### 3.1 Estereolitografia

Este sistema foi criado pela empresa 3D System em parceria com a CIBA hoje denominada VANTICO, onde o protótipo é construído, pela polimerização de uma resina líquida foto curável por meio da incidência da luz ultravioleta gerada através de um raio laser. A solidificação é feita camada por camada, e este processo permite a obtenção de peças com boa transparência e excelente acabamento superficial (GORNI, 2001).

### 3.2 Sinterização Seletiva a Laser

Sistema desenvolvido pela universidade do Texas, EUA, que permite a construção de modelos físicos utilizando materiais na forma de pó. O pó é processado em um ambiente inerte e termicamente controlado no interior de uma câmara, atingindo a temperatura de fusão por ação de um laser CO<sub>2</sub>. Depois que a camada é sinterizada, uma nova é depositada e assim sucessivamente até finalizar o processo de construção da peça solicitada. (WANG et al., 2012).

Volpato (2007) afirma que a prototipagem rápida como tecnologia 3D, não é algo novo, ela começou a ser desenvolvida a partir da topografia e a fotoescultura.

A prototipagem rápida possibilita aos projetistas criar rapidamente protótipos concretos a partir de seus projetos, ao invés de figuras bidimensionais.

Essa tecnologia nos permite poupar tempo de desenvolvimento e dinheiro; experimentar alternativas de desenho; validar funcionalmente o novo produto antes de investir no molde definitivo; reduzir falhas de projeto evitando ajustes no molde final; facilitar a interação do departamento de design

---

<sup>11</sup> É plástico (polímero) que apresenta o aspecto de ser extremamente leve, flexível, de resistência a abrasão, conservando a resistência a impacto e com um fator extra de segurança fundamental: não propaga chamas. A sigla ABS vem das matérias-primas que o compõem: Acrilonitrila Butadieno-Estireno.

<sup>12</sup> É um poliéster termoplástico feito com ácido láctico (composto orgânico de função mista - ácido carboxílico e álcool) a partir de fontes renováveis (milho, mandioca, beterraba e cana-de-açúcar podem ser matérias-primas) e, por isso, é biodegradável, compostável, reciclável (desde que com outros resíduos de PLA ou em uma proporção de até 1% de PLA misturado com resinas convencionais), além de poder ser incinerado.

com a engenharia de manufatura e construir modelos complexos onde métodos convencionais não reproduzem com precisão de detalhes.

Volpato (2007) presume então que essa tecnologia poderá tornar-se mais comum no cotidiano das pessoas, e devido a sua facilidade e rapidez de produção acredita-se que se tornará uma ferramenta de manufatura sendo denominada então de manufatura ou produção rápida.

Na área da medicina, por exemplo, esta tecnologia está sendo progressivamente introduzida como uma importante etapa, pois o uso de protótipos que reproduzem com boa precisão a anatomia da região de interesse, que permite melhorar muito a visualização, facilitando o planejamento cirúrgico ou implantação de próteses, também confeccionadas nestas impressoras, diminuindo o tempo das cirurgias e minimizando as chances de erros médicos. (MEURER, 2004).

Um bom exemplo da aplicação desta tecnologia pode ser visto nas áreas da ortopedia e ortodontia.

Ao invés de produzirmos um produto em série, podemos produzir um produto personalizado, por exemplo, a criação de próteses ortopédicas, utilizando o corpo da própria pessoa como modelo e base para a criação da mesma. O processo é simples, se em um acidente a pessoa perde uma das pernas; através de um *scanner* 3D, é feita uma varredura com o auxílio de laser, da perna que restou. Após a varredura, o arquivo digital é enviado para o sistema *CAD* 3D que faz o espelhamento da imagem e encaminha essa nova imagem para a impressora 3D que imprimirá a prótese pronta para ser utilizada no dia a dia da pessoa. Também é possível a utilização do sistema de tomografia computadorizada helicoidal que fornece uma sequência de seções transversais da região de interesse, (FOGGIATO, 2007). Neste processo de desenvolvimento do protótipo, o paciente é colocado dentro do tomógrafo para que as imagens sejam extraídas e posteriormente adicionadas a um programa de reconstrução *CAD* 3D, onde é possível transformar estas imagens bidimensionais em um modelo tridimensional que poderá ser utilizado na fabricação de um biomodelo em uma máquina de prototipagem rápida. (SOUZA, 2002).

Há um tipo especial de impressora 3D conhecido como bio-impressora usado para transformar o tecido vivo em material a ser impresso. Em geral, um hidrogel é impresso a partir de uma cabeça de impressão de modo a formar um molde. Minúsculas gotículas de líquido, cada uma contendo milhares de células são impressas para o molde de outra cabeça de impressão. As gotículas se aderem e as células se ligam umas às outras formando assim a estrutura desejada. Depois do processo pronto o hidrogel é removido.

O hidrogel pode ser retirado por meio de ar comprimido ou pode ser lavado, se for solúvel em água. Podem também ser utilizados suportes de hidrogel biodegradáveis. A substituição de órgãos humanos danificados por órgãos feitos a partir de impressoras 3D seria uma revolução maravilhosa na medicina uma vez que no momento não há órgãos suficientes doados disponíveis para todos os que deles necessitam. (MIRONOV, 2013).

A capacidade das impressoras 3D para produzir materiais compatíveis com o corpo humano está progredindo rapidamente. Muitos pesquisadores da UCLA Medical Center, Califórnia EUA, estão estudando a impressão 3D e investigando maneiras de melhorá-la e torná-la viável economicamente, ou seja, acessível aos hospitais públicos.

O valor para se confeccionar uma prótese no modo convencional é de grande custo impossibilitando a aquisição da mesma por pessoas de baixa renda. É nesta etapa que o *terceiro setor*, órgãos de filantropia, pode colaborar: ajudando com a implantação desta nova tecnologia, trabalhando para realizar objetivos sociais ou públicos, proporcionando à [sociedade](#) a melhoria na [qualidade de vida](#), como atendimentos médicos, eventos esportivos, campanhas educacionais, dentre tantas outras atividades. Pode-se afirmar que Filantropia seria a ação ou a atitude, daqueles que são solidários, expressando-se sob a forma de doação ou caridade.

A origem do Terceiro Setor na América Latina vem desde o período da colonização dos povos europeus, acontecendo através de atos benevolentes da Igreja Católica e outras entidades da época. No Brasil, teve início, a partir da década de 70, com organizações não governamentais voltadas para movimentos de defesa de meio ambiente e minorias excluídas, através das santas casas de misericórdia que vieram para preencher uma lacuna deixada pelo estado, favorecendo o surgimento e ampliação do número de organizações da sociedade civil e ONGS (organizações não governamentais) que, posteriormente, viriam a constituir o Terceiro Setor.

De acordo com Rothgiesser (2002, p.2), “a partir dos anos 90, ações filantrópicas remetem a uma nova ordem com o despertar das empresas para o seu papel social e de formação de parcerias, com o governo e a Sociedade Civil, promovendo o fortalecimento das políticas sociais”.

O terceiro setor é composto por associações e fundações que geram bens e serviços públicos, mas sem fins lucrativos, que suprem as falhas deixadas pelo Estado. É uma junção do setor público com o setor privado, ou seja, dinheiro privado para fins públicos. Mas isso não significa que o poder público não possa, nem precise destinar verbas ao Terceiro Setor, afinal sua função é promover a solidariedade social como, por exemplo: ONGs, organizações comunitárias, entidades beneficentes, braços sociais de empresas, como fundações e institutos, e outras organizações que nascem na Sociedade Civil. (TEMPONI, 2004).

O Terceiro Setor não pode ser substituto da função do Estado: ele é apenas uma complementação e um auxílio na resolução de tantos problemas presentes na sociedade. É uma alternativa eficiente e democrática e toda essa parceria com a sociedade permite a ampliação e mobilização de recursos, para iniciativas de interesse público (FISCHER, 2002).

Conforme mencionado, uma das maneiras que o Terceiro Setor, podem fazer assistencialismo é através da filantropia. Rothgiesser (2002, p.2), define filantropia empresarial como “investimento de uma empresa em ações pontuais periódicas, como campanhas de arrecadação de bens e alimentos, assim como as doações de ordem material e/ou financeira.” Comumente não obedecem a um processo sistematizado de atuação social e sim reativo, em momentos de maior demanda da sociedade. Empresas filantrópicas atuam em caráter assistencial, não incorporando mudanças de ação multiplicadora e sustentável. No Brasil as empresas e companhias encontram dificuldades para justificar despesas relacionadas à caridade que não contribuem para o lucro. O grande lance é usar o espírito competitivo da cultura empresarial para fazer o bem.

Até mesmo o Segundo Setor, que funciona com uma lógica diferente, pois visa o lucro, já a partir da década de 90, encabeça e dirige recursos para programas e projetos sociais, especialmente, através de suas fundações e institutos, sendo assim mais uma opção de recursos para a área do Terceiro Setor.

Um exemplo seria a aplicação de recursos derivados do Terceiro Setor para a aquisição de próteses, financiamento de projetos, desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas à área da medicina, fazendo com que cheguem de maneira rápida e eficiente aos cidadãos carentes de recursos financeiros ou de caráter emergencial.

## **Conclusão**

Através da pesquisa bibliográfica apresentada, pôde-se verificar que a utilização dos sistemas CAD 3D para o desenvolvimento de produtos pelas empresas, proporciona enormes vantagens como: a realização de testes, a simulação virtual e a discussão de novas ideias para a alteração do produto antes da concepção final do mesmo. Assim sendo, os protótipos serão realizados em um menor tempo e custo.

A impressora 3D auxilia todo o processo de desenvolvimento do produto através da aplicação da prototipagem rápida. Conforme mencionamos neste artigo uma das áreas que pode ser beneficiada é a área da medicina. Esta deveria ser considerada primordial pelos profissionais da área cirúrgica. Temos

grandes exemplos de sucesso de procedimentos médicos utilizando o emprego da tecnologia CAD auxiliada pelas impressoras 3D e demais equipamentos de alta tecnologia ao emprego da vida. O Terceiro Setor pode ser um grande aliado para proporcionar o bem estar à população através das ONGS e outras entidades assistencialistas, praticando a filantropia.

## Referências

AMES, E. B. Productivity and Return on Investment for SolidWorks® 3D CAD Software. *MIT Sloan School of Management*: Massachusetts, Aug. 2006.

BAXTER, M. *Projeto do produto guia prático para o desenvolvimento de novos produtos*. São Paulo: Ed. Edgard Blucher, 1998.

BERKUN, S. *The Art of UI Prototyping*. Disponível em:

<<http://www.scottberkun.com/essays/essay12.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

CHENG, L. C. E FILHO, L. D. R. M. QFD – Desdobramento da função qualidade na gestão de desenvolvimento de produtos. São Paulo: Editora Blucher, 2007.

COUTINHO, A. G. SolidWorks + FIC = Engenharia de Produção. Disponível em: <<http://www.midiaindependent.org/pt/blue/2007/07/387571.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

FISCHER, Rosa Maria. O desafio da colaboração. Editora Gente, SP, 2002.

FIALHO, A. B. Solidworks premium 2009: teoria e prática no desenvolvimento de produtos industriais – plataforma. São Paulo: Érica, 2011.

FOGGIATTO, A. J. Recomendações para modelagem em sistemas CAD – 3D. Congresso Brasileiro de Engenharia de Fabricação, 4a COBEF. Estância de São Pedro. 2007.

GORNI, A.A. Introdução à Prototipagem Rápida e Seus Processos. *Revista Plástico Industrial*, v. 3, n. 31, p.230-239. 2001.

MEURER, E.; As tecnologias CAD-CAM em Cirurgia e Traumatologia Buxomaxilofaxial, Tese – (Doutorado em odontologia) – Programa de Pós Graduação em Cirurgia e Traumatologia Buxomaxilofaxial, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

MIRONOV, V. A; O Futuro da Bioimpressão - A Criação de Órgãos e Tecidos Humanos a partir de Impressoras 3D, UNISAL, Unidade Campinas, Campus São José, Av. Almeida Garret, 267, Palestra 04, dez. 2013.

MULLER, T. SolidWorks Blog Definir a garantia dos produtos ficou mais fácil com o SolidWorks simulation [Internet]. Brasil: SolidWorks Brasil. 8 Julho 2011 [citado em 18 nov. 2013]. Disponível em: <<http://www.solidworks.com/solidworksbrasil/category/simulacao>>.

PERES, P. M.; Hayana, A. O. F.; Velasco, A. D. A Parametrização e a Engenharia. Curitiba: GRÁFICA. 2007.

RAULINO, B. R. Manufatura aditiva: desenvolvimento de uma máquina de prototipagem rápida. Trabalho de graduação em Engenharia de Controle e Automação, Publicação FT.TG- 2011 Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

ROTHGIESSER, Tanya Linda. Terceiro Setor – A Sociedade Civil Brasileira e o Terceiro Setor. Artigo. Site [www.terceirosetor.adm.br/ts\\_asociedadecivil.htm](http://www.terceirosetor.adm.br/ts_asociedadecivil.htm). Acesso em 20/07/2014.

SOLIDWORKS CORPORATION. Conceitos básicos do SolidWorks. Massachusetts. 2008.

TEMPONI, Pedro Augusto Nemer. Responsabilidade Social e Filantropia Empresarial. Fevereiro de 2004. [www.unincor.br/relpub/visual.asp?id=80](http://www.unincor.br/relpub/visual.asp?id=80). Acesso em 10/07/2014.



VALENTIM, H. R.; CORREIA, R.Q. Sistema CAD: evolução e tendências. 2002. 40f. Monografia (Especialização em Análise de Sistema) – Centro Universitário de Belo Horizonte.

VOLPATO, N. Prototipagem Rápida: Técnicas e Aplicações. São Paulo: Edgard Blucher, 2007.

WANG, G.; CAO, W.; CHEN, G.; NIU, G.; ZHANG, D. Application of Rapid Prototyping Technology in Equipment Parts Rapid Manufacturing, 3rd International Conference on System Science, Engineering Design and Manufacturing Informatization. Mechanical Technology Research Institute, Mechanical Engineering College. Shi Jiazhuang, China, 2012.

**E-LEARNING CORPORATIVO COMO PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL: ESTUDO DA APLICAÇÃO E DO IMPACTO DE MOOC EM EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Noemia Lopes Toledo  
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca  
noemia.toledo@gmail.com

Silvio Carvalho Neto  
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca  
silviocarvalhoneto@gmail.com

Daniel Facciolo Pires  
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca  
dfpires@gmail.com

**Resumo**

O presente trabalho expõe a análise parcial de uma pesquisa concluída que amplia a literatura sobre a temática do desenvolvimento econômico local, explorando as relações entre o e-Learning, os Cursos Massivos Abertos Online (MOOC - Massive Online Open Courses) e seus reflexos em empresas de Tecnologia da Informação da cidade de Franca-SP. Entre as modalidades de e-Learning, o MOOC é um tema ainda recente, portanto, acredita-se que seus efeitos para o desenvolvimento devem ser investigados pela academia. Dessa maneira, a pesquisa investiga a forma que o e-Learning e o MOOC, em ambiente corporativo, podem gerar desenvolvimento econômico, nos locais onde são contemplados. Para tanto, é realizada pesquisa exploratória a fim de compreender os conceitos, as definições e as concepções em perspectiva tecnológicas sobre o e-Learning corporativo. A pesquisa se estende a campo, com o propósito de averiguar na prática, se o e-Learning e o MOOC estão sendo utilizados em ambiente corporativo, bem como analisar a contribuição ou a possibilidade de contribuição destes para o desenvolvimento local, especificamente no âmbito econômico. Nesse contexto, serão avaliadas questões pontuais que abordam o destaque da empresa perante o mercado, a lucratividade da empresa e os salários dos colaboradores, a partir de dois pontos de vista distintos, dos gestores e dos demais funcionários da organização. A coleta de dados ocorreu por meio de formulário implementado no formato eletrônico, e disparado via e-mail para os funcionários, proprietários ou principal gestor.

137-2459

**Palavras Chave:** *e-Learning*. MOOC. Desenvolvimento local. Desenvolvimento econômico.

## Introdução

A presente pesquisa discute a relevância dos meios eletrônicos, especificamente o *e-Learning* e o MOOC, em prol à propagação do conhecimento em ambiente corporativo bem como seus reflexos no desenvolvimento local, segundo o aspecto econômico.

Para contextualizar o trabalho é exposta uma sinopse sobre a Educação a Distância (EaD), que adquiriu forças através do *e-Learning*, oriundo da popularização do microcomputador, que, a partir da popularização da *internet* de melhor qualidade, deu origem ao MOOC (*Massive Open Online Course*, em português, Cursos Massivos, Abertos e Online).

Dentre as diversas modalidades de *e-Learning* existentes, encontram-se os chamados MOOCs. Esta modalidade educativa permite planejar aulas de milhares de pessoas de todas as partes do mundo através de ferramentas e aplicações *web* (SAP, 2013). Esta modalidade de *e-Learning* segue o princípio de popularizar a educação, propagando o conhecimento a todo cidadão conectado na *internet*.

Os dados levantados neste trabalho favorecem uma reflexão sobre a maneira que o *e-Learning* e o MOOC, estão relacionados com as possibilidades de desenvolvimento econômico local por meio da capacitação dos profissionais de organizações. Por se tratar de um assunto relativamente novo no universo educacional, o MOOC e sua relação com o desenvolvimento econômico ainda é pouco estudado pela academia.

Comenta Eco (2003, p.13), sobre os desafios enfrentados pelo pesquisador ao adotar temas contemporâneos: “[...] para o autor moderno as opiniões são ainda vagas e discordantes, a nossa capacidade crítica é falseada pela falta de perspectiva, e tudo se torna demasiado difícil”. Ao contrário de temas antigos, os temas contemporâneos estão sujeitos à escassez de conteúdo por ser pouco investigado e pouco criticado pela academia. Pelo fato de serem novos no mundo da pesquisa, os temas contemporâneos proporcionam benefícios ao pesquisador, pois, o acesso às obras e a consulta aos textos relacionados ao assunto são mais acessíveis, além de a bibliografia ser mais reduzida. Porém, por serem pouco comentados, os assuntos modernos tem sua bibliografia incompleta, exigindo que o pesquisador exponha o seu ponto de vista crítico, construindo o conhecimento no decorrer da pesquisa. Dessa maneira, é explorado o ponto de vista crítico do investigador sobre o tema, além de contribuir com algo novo para a literatura.

Para ponderar os impactos ou as possibilidades de impacto que os recursos eletrônicos, voltados para à aprendizagem, podem causar nas empresas e no desenvolvimento de uma localidade, o levantamento teórico se estende às bibliografias de desenvolvimento local, no âmbito econômico.

Para complementar o levantamento teórico, a pesquisa de campo investiga a influência do *e-Learning* e do MOOC, segundo a realidade das empresas de Franca-SP.

As questões que compõem o formulário eletrônico são construídas e analisadas qualitativamente.

### **Fundamentos Teóricos sobre EaD e *e-Learning***

A necessidade da aprendizagem constante marcou a transição da sociedade entre a era industrial e a era do conhecimento. Desde então, o ensino continuado tornou-se algo crucial na carreira profissional das pessoas.

Na era do conhecimento, adquirir capacitação que auxilia no processo de qualificação profissional, tornou-se preocupante e passou a ocupar espaço prioritário no cotidiano das pessoas. Portanto, o conhecimento passou a ser considerado recurso estratégico que promove agregação de valor para a sociedade (CARVALHO; KANISKI, 2000).

Com vistas a fortalecer a propagação da aprendizagem, diversas tecnologias se difundiram, promovendo a popularização do conhecimento, com velocidade. Dessa maneira, a variedade de recursos tecnológicos disponíveis ganhou força no mercado educacional, dentre aqueles que possibilitam a propagação rápida do ensino, com capacidade de atingir a maior quantidade de usuários possível e com condições de acontecer sem a necessária presença do professor.

Desde seu surgimento, a EaD vem se atualizando, de acordo com os recursos tecnológicos disponíveis, em determinada época. Vilaça (2010, p.93) ilustra no Quadro 1, a evolução histórica das gerações da EaD, por meio de um cruzamento em escala crescente, apresentando desde a primeira geração até a quinta geração, sendo a mais moderna nos dias atuais. O autor relaciona cada geração com o veículo de comunicação da época e seus respectivos meios de armazenamento e distribuição dos conteúdos.

**Quadro 1** – Gerações de EaD

Geração	Forma	Recursos instrucionais e tecnológicos básicos
Primeira	Ensino por Correspondência	Materiais impressos, livros, apostilas
Segunda	Transmissão por rádio e televisão	Rádio, Vídeo, TV, Fitas cassetes
Terceira	Universidades abertas	materiais impressos, TV, Rádio, telefone, fitas cassete
Quarta	Teleconferência	Teleconferência interativa com áudio e vídeo
Quinta	Internet/web	Internet, MP3, ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), vídeos, animações, ambientes 3D, redes sociais, fóruns ...

**Fonte:** VILAÇA, 2010, p. 93 *apud* TOLEDO (2014), p. 34.

Comentam Moore e Kearsley (2008, p.25) que, “embora algumas pessoas pensem que a educação a distância teve início apenas com a invenção da *internet*, isso é errado”. Cardoso (2009) compartilha da mesma visão ao comentar que as portas para a EaD foram abertas há muitos séculos. A partir do momento em que foi possível realizar a impressão de livros, tornou-se perceptível que o processo de aprendizagem tem condições de acontecer na ausência do professor junto ao aluno, considerando que ambos podem estar em locais e horários distintos. Este marco inicial abriu caminhos para popularizar o aprendizado, pelo fato de atingir maior quantidade de participantes envolvidos, quando comparado ao modelo presencial.

Na sua primeira geração, a EaD utilizou-se do avanço tecnológico voltado para a impressão e reprodução de materiais de ensino, como livros, apostilas e manuais, utilizou-se do apoio dos correios, para exercer a função de veículo de comunicação, favorecendo a acessibilidade da educação a distância. A partir de então, recursos tecnológicos diversos (como: rádio, televisão, entre outros) não pararam de surgir e foram utilizados a favor da propagação da EaD, de maneira bem-sucedida.

Além de a EaD servir de apoio ao ensino presencial, ela oferece oportunidade para aquelas pessoas que antes não tinham condições de acesso ao ensino presencial. Portanto, o modelo de EaD tem

vido adotado como alternativa eficiente no intuito de minimizar o elitismo educacional, em vigor em muitos países, favorecendo a popularização da educação e do conhecimento.

Conforme relatam Moore e Kearsley (2008), a quinta geração consiste na atual geração da EaD, onde o ensino e o aprendizado é propagável por meio do veículo de comunicação mais veloz até o momento:

O *e-Learning* é portanto um tipo ou modalidade de EAD baseado nas tecnologias da Internet, onde a aprendizagem ocorre remotamente. A rádio, a televisão e outras tecnologias, incluindo os sistemas tutoriais inteligentes e outros sistemas da Inteligência Artificial, prometeram revolucionar a forma de ensinar e aprender. A Internet, nomeadamente através do *e-Learning*, trouxe essa mesma promessa (GONÇALVES, 2007, *online*).

Dessa maneira, surge uma significativa modalidade de EaD, conhecida como *e-Learning*, cuja palavra tem enfatizada a letra "e" da eletrônica (SOUZA, 2002) seguida da palavra "*learning*" do idioma inglês que significa "aprendendo" no idioma português. Logo, a definição completa do termo é "aprendendo por meios eletrônicos".

As tecnologias da informação e comunicação criaram novos espaços de construção do conhecimento. Agora, além da escola, também a empresa, a residência e o espaço social tornaram se educativos. Cada dia mais pessoas estudam em casa, podendo, de lá, aceder ao ciberespaço da formação e da aprendizagem a distância, buscar fora das escolas a informação disponível nas redes de computadores e em serviços disponibilizados pela Internet que respondem às suas exigências pessoais de conhecimento (COUTINHO; BOTTENTUIT JUNIOR, 2007, *online*).

A propagação do conhecimento se expande além do ambiente educacional e das fronteiras sociais informais, invadindo também o mercado corporativo que, por sua vez, passa a adotar recursos eletrônicos em benefício da educação voltada para o ambiente organizacional. Assim, surge o *e-Learning* corporativo:

Tecnicamente, o *e-Learning* é o ensino realizado através de meios eletrônicos. É basicamente um sistema hospedado no servidor da empresa que vai transmitir, através da Internet ou Intranet, informações e instruções aos alunos visando agregar conhecimento específico. O sistema pode substituir total ou parcialmente, o que é mais comum, o instrutor, na condução do processo de ensino. No *e-Learning*, as etapas de ensino são pré-programadas, divididas em módulos e são utilizados diversos recursos como o e-mail, textos e imagens digitalizadas, sala de bate-papo, *links* para fontes externas de informações, vídeos e teleconferências, entre outras. O treinamento com o *e-Learning* pode ser montado pela própria empresa ou por qualquer dos fornecedores desse tipo de solução já existentes no mercado (FELIPINI, 2008, *online*).

Desta maneira, o *e-Learning* corporativo segue a mesma convergência do *e-Learning* tradicional, desconsiderando barreiras de tempo e de distância, já que o conteúdo dos cursos pode ser acessado a qualquer hora e local, além de contar com uma metodologia atrativa por meio de imagens, exemplos concretos, entre outras.

Porém, quando o *e-Learning* é aplicado no ambiente organizacional, são consideração os objetivos, a missão, a visão e os valores da empresa. Além de se enquadrar na cultura da empresa, também é comum que o conteúdo seja propagado conforme a linguagem dos colaboradores.

## Fundamentos Teóricos sobre MOOCs

A popularização e os avanços da *internet* relacionados ao alcance global e à velocidade de propagação de conteúdos favorecem a troca de conhecimento entre pessoas de todo mundo, rompendo limites de espaço geográfico. Estas facilidades de difusão da aprendizagem contribuem para que a educação se torne cada vez mais comum nos dias atuais.

Comenta Toyota (2013) que, a acessibilidade à *internet* gerou expectativas, envolvendo profissionais do ramo educacional e usuários que buscam pela educação. A partir de então, é possível tirar proveito desta expansão tecnológica para promover inovações na área educacional.

No entanto, recentemente esta expectativa cresceu ainda mais, a partir do surgimento do chamado MOOC. Embora mecanismos de *e-Learning* existam há tempos, o MOOC surgiu no mercado educacional *online*, oferecendo conteúdos confiáveis em um ambiente atraente, proporcionado pela tecnologia. Dessa maneira, os conteúdos e os métodos de ensino provêm de professores renomados residentes nas grandes universidades conceituadas de todo mundo.

As evoluções marcantes na história da *internet* permitem afirmar que a estabilidade do MOOC está atrelada ao sucesso da expansão dos cursos abertos a distância, que também está condicionado à acessibilidade à *internet* de qualidade, uma vez que o MOOC é fundamentado em vídeos-aula e, portanto demandam de uma *internet* mais rápida e estável. Dessa maneira, a partir dos recursos modernos baseados na *Web*, é possível oferecer acesso em massa a vídeos, por meio de ambientes virtuais estáveis, em outras palavras, as plataformas desenvolvidas para comportar o MOOC são projetadas para suportar o acesso simultâneo de milhares de usuários com qualidade e estabilidade.

Conforme menciona Anant Agarwal, presidente da *Edx*, por meio de uma plataforma de MOOC fundada pelo *MIT Massachusetts Institute of Technology* e pela Universidade de *Harvard*, “os estudantes podem fazer cursos de algumas das melhores universidades do mundo, cursos grátis, de lugares, como por exemplo, *Harvard, Berkeley, MIT*, e muitas grandes universidades de todo o mundo” (RIBEIRO, 2013).

Entre as várias modalidades de *e-Learning* que compõem o universo educacional, o MOOC se destaca difundindo o conhecimento em massa, de maneira aberta por meio do ambiente totalmente *online*. Trata-se de “[...] plataformas online que distribuem cursos de universidades tradicionais de forma aberta a qualquer pessoa conectada à *Internet*” (TOYOTA, 2013, online).

Nesse contexto, o MOOC consiste em uma prática moderna, cuja finalidade é distribuir a educação de maneira popular, democrática e de fácil acessibilidade para todos. Trata-se de uma modernização que impacta positivamente os conceitos do tradicional *e-Learning*, em outras palavras, representa uma evolução do ensino *online* que, por sua vez, possui registro histórico no mundo educacional. Porém, pelo fato de provir do interior de universidades renomadas, esta modernização tende a ser mais qualificada e confiável em relação ao conteúdo disponibilizado, quando comparado a outras modalidades de *e-Learning* tradicional.

Ribeiro (2013) relata que o tema de novas tecnologias na educação foi assunto predominante durante a realização do seminário internacional sediado em São Paulo, onde se divulgou que a “procura por aulas ministradas em vídeos de professores explodiu”. Grandes universidades como *Harvard, MIT* e *Stanford* são universidades renomadas e denominadas como ilhas de conhecimento, que até então eram acessíveis para poucos estudantes. Esta realidade pode mudar. “É o que promete a tecnologia a serviço da educação”. Anteriormente ao surgimento do MOOC, este nível de ensino se limitava apenas a uma taxa restrita da população mundial.

Por trás da idealização de propagar cursos abertos, surgem empresas que nascem com o propósito de aplicar a tecnologia em prol da educação, sendo que algumas delas são entidades sem fins lucrativos:

Normalmente, mas não necessariamente, estes cursos são gratuitos e alguns oferecem até mesmo um certificado de conclusão. Alguns exemplos são: Coursera, Udacity e edX que oferecem cursos bastante similares aos que são ministrados para os alunos de faculdade (TOYOTA, 2013, online).

No entanto, por melhor que seja a idealização dos MOOCs, seus limites são reconhecíveis.

Mesmo os maiores defensores dos MOOCs admitem que haja limites no que os cursos podem oferecer. Sua própria natureza impede que os instrutores e participantes interajam pessoalmente. É preciso também apoio fora da internet para acompanhar os cursos. Os estudantes precisam de um retorno e de avaliações. Isso provavelmente significa ter gente no mundo real para dar esse apoio. Além disso, muitos poucos programas de MOOCs dão crédito acadêmico depois de concluídos. A barreira da língua também pode representar um problema. Em geral, os alunos mais jovens não conseguem acompanhar aulas não ministradas em sua língua nativa, e os MOOCs não se expandiram muito além do inglês (CENTRO ALEMÃO DE INFORMAÇÃO NO BRASIL, 2013, online).

Bem como em outras situações, a tecnologia é apenas um meio, ou seja, é uma ferramenta a ser adotada como apoio num determinado processo, neste caso, é utilizada no processo de aprendizagem por facilitar o acesso ao conhecimento mantendo a qualidade o alcance em massa de maneira facilitada.

Em relação aos limites impostos pelo idioma, no próximo capítulo são citadas iniciativas que visam traduzir todo conteúdo disponibilizado na língua local, visando atender ao público da língua nativa. Quando se trata de vídeos-aula, é adotada também a alternativa de implantar legenda no decorrer da apresentação do professor.

De acordo com organização SAP (Systems, Applications, and Products in Data Processing Brasil, 2013), os cursos massivos, via ambiente online, impactaram significativamente na capacitação dos profissionais. Partindo deste contexto, existe a hipótese de que o MOOC pode ser uma alternativa viável de *e-Learning* corporativo.

Assim, como no *e-Learning* tradicional, o MOOC conta com redução de custos destinados à capacitação dos colaboradores da organização, além da eficiência e simplicidade no decorrer da capacitação os cursos massivos *online* e abertos, têm a vantagem de conectar funcionários em rede, com vistas à formação de comunidades, que, por sua vez, atuam na função de agente motivador de novas ideias, podendo ser aproveitadas pelas empresas e, por fim, aplicadas em prol da competitividade e da eficiência.

### ***E-Learning* e Desenvolvimento Econômico Local**

Especificamente, após a globalização das economias, os pesquisadores economistas passaram a definir pontualmente o desenvolvimento na escala local:

O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudanças, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a

qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade (BUARQUE, 2002, p. 25- 26).

Em outras palavras, o desenvolvimento de uma localidade é gerado dentro do próprio local, que através de mudanças decorridas ao longo do tempo, causa reflexos na economia, na qualidade de vida, e na cultura da população.

Nesse contexto, este trabalho aborda a localidade de Franca-SP, a partir da sua realidade econômica predominante e dos recursos que a cidade comporta, com foco na contribuição ou na possibilidade de contribuição do *e-Learning* e do MOOC para ampliar a força interna geradora do desenvolvimento.

Porém, para que o desenvolvimento de fato aconteça, o primeiro passo é atender-se para as forças potenciais que a localidade dispõe, aproveitar os recursos disponíveis e administrá-los no próprio local, focando em promover benefícios para a comunidade, tais como: diversificação no crescimento econômico, aumento de salário que gera melhorias na qualidade de vida, entre outros. Dessa maneira, Lorenzo (2007) ressalta que “o planeta possui hoje uma estrutura em rede, mas é no lugar que as coisas acontecem”.

Portanto, uma vez que sejam bem aproveitadas, as últimas tendências do *e-Learning* e, especialmente o MOOC, que são recursos provindos da modernidade tecnológica, e está à disposição das organizações, estes meios podem atuar na promoção de novas capacidades voltadas ao capital humano corporativo, sendo este um pilar fundamental para o desenvolvimento do cidadão, que reflete no desenvolvimento da empresa.

Segundo Maia (2006), fatores como: “a redução da pobreza, a elevação dos salários e de outras formas de renda, o aumento da produtividade do trabalho”, são pilares que elevam o desenvolvimento econômico. O autor ainda afirma que o desenvolvimento econômico se expande além do processo produtivo de determinada localidade, porém consiste especificamente em aspectos relacionados à qualidade que dizem respeito ao crescimento. Sua caracterização não se restringe ao crescimento da produção em determinada localidade, mas trata principalmente de aspectos qualitativos relacionados ao crescimento. Refere-se à maneira como os frutos do crescimento são difundidos na sociedade.

### ***E-Learning e o Desenvolvimento nas empresas de Franca-SP***

A cidade de Franca-SP está localizada na região nordeste do Estado de São Paulo e conta, atualmente, com 318.640 habitantes, com densidade demográfica de 605,681 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Trata-se de um município concentrador de indústrias voltadas para a fabricação de calçados, “o parque industrial de Franca possui atualmente 467 empresas que fabricam, em média, 35 milhões de pares de calçados por ano” (SALES, 2012, *online*). Portanto, destaca-se como polo de desenvolvimento local, em que a indústria calçadista predomina entre os setores econômicos locais. Dessa maneira, o setor calçadista atrai outras atividades econômicas que pertencem a sua cadeia produtiva.

Segundo dados do IBGE (2010), o setor de serviços se sobressai em relação aos demais setores que compõem a economia local desta cidade, seguida do setor industrial, que também se destaca entre os demais. Pelo fato de a indústria calçadista dominar a economia local, a prestação de serviços tende a oferecer serviços especializados voltados a suprir as necessidades destas indústrias.

Nesse contexto, fazem parte da pesquisa de campo deste trabalho, empresas da área de Tecnologia da Informação que atuam como prestadoras de serviços para outras empresas de diversos segmentos.

O segmento de prestação de serviços em TI foi escolhido pela potencialidade que ele tem, para oferecer em prol do desenvolvimento econômico local. Além de demandar qualificação e atualização do conhecimento constantemente voltado para o capital intelectual corporativo, exigindo que estas empresas, bem como os profissionais de TI, busquem meios que facilitam a disseminação do conhecimento.

Entende-se por empresas do segmento de TI, aquelas que atuam na função de desenvolvimento de *software*, assistência técnica em *hardware*, provedores de *datacenter*, entre outras atividades relacionadas à informática.

### **Método de pesquisa**

Os primeiros passos da pesquisa envolvem a realização de um levantamento bibliográfico de caráter exploratório, pois, de acordo com Gil (1999, p.43) “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”, além de envolver levantamento bibliográfico e documental:

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 1999, p.43).

O levantamento teórico explora diversas fontes, preferencialmente publicações realizadas nos últimos anos, especificamente em livros de leitura corrente, publicações periódicas, artigos científicos, teses, dissertações, jornais e revistas acadêmicas.

Através do levantamento de dados secundários busca-se esclarecer informações sobre o *e-Learning* e o MOOC como forma de propagação do conhecimento, suas contribuições ou possibilidades de contribuição no ambiente corporativo, suas relações com a literatura sobre o desenvolvimento local, bem como seus reflexos no desenvolvimento econômico onde atuam. Neste momento também são levantados os fundamentos de desenvolvimento local no aspecto econômico.

Visando complementar o levantamento bibliográfico e deixar o trabalho mais robusto, a pesquisa se estende à coleta dados externos por meio de questionário, que é realizado, a partir da abordagem e análise qualitativa.

A pesquisa de campo investiga duas visões distintas: do empresário ou principal gestor, pelo fato de promoverem capacitação eletrônica e dos funcionários, pelo fato de receberem capacitação eletrônica. Dessa maneira, investiga-se a percepção dos entrevistados sobre a contribuição ou a possibilidade de contribuição do *e-Learning* e do MOOC em ambiente corporativo, bem como seus reflexos ou possibilidades de impacto na promoção do desenvolvimento econômico de Franca-SP.

Para responder as questões levantadas, foram elaboradas perguntas fundamentadas em ordem de preferência da escala *Likert* de 5 graus, sendo o grau 1 atribuído para a opção “Não concordo totalmente” e o grau 5 para a opção “Concordo totalmente”. Em seguida, o questionário foi submetido a uma versão pré-teste, antes de ser definitivamente disparado.

Para aplicação do questionário, foram selecionadas 73 empresas de diversos portes, do segmento de TI, localizadas na cidade de Franca-SP. Sendo que 63 são associadas à ACIF – *Associação Comercial e Industrial de Franca*, e 10 foram selecionadas por meio de contato estabelecido pela pesquisadora.

O motivo que justifica a opção pelo segmento de TI é o fato de existir cursos disponibilizados via MOOC que supostamente vão ao encontro das necessidades de propagação do conhecimento em ambiente corporativo.

Em primeiro momento, foi realizado contato telefônico com proprietário ou principal gestor de cada empresa, com finalidade de divulgar e expor os objetivos da pesquisa, bem como convidá-los para participar, solicitando-os *e-mails* para enviar o *link* do questionário eletrônico.

Em segundo momento, foram disparados *e-mails* com o *link* de acesso ao questionário, sendo que, o processo de amostragem ocorreu por meio da técnica não-probabilística, em outras palavras, os participantes foram selecionados por conveniência.

### **Análise dos dados**

Para facilitar a compreensão dos resultados, as questões relevantes do questionário eletrônico foram ilustradas na Tabela 1, e analisados qualitativamente.

Afirma Minayo (1994, p. 21-22) que a pesquisa qualitativa aborda o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”, em outras palavras, “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

Dessa maneira, as respostas colhidas via formulário eletrônico foram analisadas conforme a percepção e a expectativa dos entrevistados, que são promovidas pelos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que compõe a realidade de cada um.

Para apurar os resultados de maneira qualitativa é utilizado o conceito e técnicas de análise de conteúdo. Pois, de acordo com Minayo (2000b), a análise conteúdo é um método comum aplicado no tratamento de dados coletados em pesquisas qualitativas. Através da análise de conteúdo, é possível compreender as relações entre diferentes realidades sociais e culturas distintas.

Participaram da pesquisa 45% dos convidados, sendo: 36% proprietários ou principal gestor e 64% funcionários.

Analisa-se que os respondentes concordam totalmente ou parcialmente, que o *e-Learning* e o MOOC: proporcionam ou podem proporcionar melhores salários para os colaboradores, contribuem ou podem contribuir para o destaque da empresa no mercado, bem como influenciam ou podem influenciar na lucratividade das organizações que fazem uso destas tecnologias. Sendo que apenas de 3% a 6% não acreditam na capacidade de contribuição dos recursos eletrônicos, a favor do desenvolvimento no âmbito econômico. Porém, não discordam, ou seja, o *e-Learning* e o MOOC não contribuem, mas também não desfavorecem o desenvolvimento econômico.

O funcionário qualificado tende a ser mais produtivo nas tarefas rotineiras, gerando maior lucro para a empresa, e dessa maneira, a empresa têm condições de proporcionar maiores salários, portanto, a qualificação atrai o aumento salarial.

Os recursos eletrônicos facilitam a aprendizagem, beneficiando a empresa, que reduz cursos com capacitação, evita o deslocamento físico do funcionário, entre outras vantagens. O funcionário também é beneficiado, pois tem condições de manter seu conhecimento atualizado constantemente, em horários flexíveis, sem necessidade de deslocamento e com custos reduzidos. De acordo com o levantamento teórico abordado anteriormente, os investimentos aplicados em qualificação ampliam as possibilidades de

melhores salários do profissional. No caso do ramo de TI, a educação continuada alimenta a fonte de sobrevivência da empresa e do profissional que está exposto ao mercado.

Embora qualquer tipo de capacitação, não somente cursos veiculados por meios eletrônicos contribuam para o desenvolvimento econômico das organizações, isto vale principalmente, no caso de prestação de serviços, pois, diante da inexistência de um produto físico a ser comercializado, é oferecido um produto imaterial, que é o conhecimento. Nesse contexto, o conhecimento passa ser o patrimônio da empresa, portanto, o conhecimento é adquirido através da qualificação, e quanto maior a qualificação da equipe, maior é o destaque da empresa no mercado.

**Tabela 1** – Respostas do questionário eletrônico – Reflexos do *e-Learning* e do MOOC em ambiente corporativo e seu impacto no desenvolvimento econômico.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Indiferente	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente	TOTAL (%)
	F.R (%)	F.R (%)	F.R (%)	F.R (%)	F.R (%)	
Salários dos colaboradores	76	21	3	0	0	100
Destaque da empresa no mercado	67	30	3	0	0	100
Lucratividade da empresa	67	27	6	0	0	100

Fonte: Adaptado de Toledo (2014).

## Conclusão

Para classificar o *e-Learning* como corporativo, é preciso analisar se o conteúdo ministrado é direcionado a suprir as necessidades da empresa, sendo constituído de cursos específicos, ao ponto de serem adaptados à cultura organizacional e à linguagem dos colaboradores, visando maior aproveitamento dos funcionários.

No *e-Learning*, prevalece o modelo interdisciplinar. Nesta modalidade, o professor exerce a função de fonte do conhecimento, dono da verdade, se enquadrando no perfil do docente tradicional.

Também é relevante destacar que o *e-Learning* demanda necessidade contínua de letramento em novas tecnologias, pelo fato de a tecnologia se auto-alimentar. Neste modelo, os procedimentos de avaliação e *feedbacks* são minimizados.

Sobre o MOOC conclui-se que este se enquadra na modalidade de *e-Learning*. Sua característica relevante consiste na popularização do conhecimento em massa, de maneira aberta por meio do ambiente

totalmente *online*, embora, ele veicule o mesmo conteúdo que seria difundido em cursos presenciais. Em outras palavras, o conteúdo propagado reflete a verdade absoluta, pois, não desperta o lado questionador dos alunos. Além de ser um curso despersonalizado, que prevalece a distância entre o transmissor e o receptor do conteúdo, ou seja, trabalha com sujeitos distintos, porém, com o mesmo conteúdo.

Outro fator relevante é que os cursos via MOOC são oriundos do ambiente acadêmico. Trata-se de um projeto idealizado por universidades renomadas do mundo. Fato este que eleva o nível de confiança no conteúdo publicado, que tende a ser mais qualificado.

Ao mesmo tempo em que o MOOC populariza o acesso ao conhecimento, ele causa exclusão digital, pois, até o momento, a maioria dos cursos via MOOC não estão disponíveis no idioma nativo de cada país. Dessa maneira, somente têm condições de usufruir do MOOC, aquelas pessoas com conhecimento suficiente no idioma inglês, embora, exista a possibilidade de traduzir os conteúdos conforme o idioma desejado.

Conclui-se que o desenvolvimento econômico consiste no destaque da empresa no mundo dos negócios, sua maior lucratividade, que gera condições de aumento salarial para os colaboradores, além de possibilitar diversos tipos de investimentos. O salário digno proporciona a redução da pobreza e reflete na qualidade de vida da pessoa, pois, a partir de um salário digno, há a implicação a diversas melhorias, tais como: condição habitacional, acesso à saúde, educação, lazer, alimentação, transporte, segurança, entre outros.

Sobre a pesquisa de campo, conclui-se que os resultados apurados na análise dos dados provindos da pesquisa de campo apontam que, o *e-Learning* está sendo utilizado em prol da educação corporativa nas empresas do ramo de TI da cidade de Franca-SP.

Durante o primeiro contato telefônico para apresentação da pesquisa e convite para participação do questionário, descobriu-se que muitas empresas ainda não utilizaram o MOOC. Contudo, os participantes da pesquisa, principalmente os proprietários e gestores, assumiram que esta pesquisa despertou o interesse pela utilização do *e-Learning*, bem como motivou pesquisas de cursos via MOOC com potencialidade de refletir na capacitação dos colaboradores da empresa.

De um modo geral, os proprietários, os gestores e funcionários das empresas de TI de Franca-SP, de fato, acreditam no potencial que os meios eletrônicos têm para refletir no desenvolvimento local. A educação em si é fator primordial que desencadeia o desenvolvimento, entretanto, os recursos eletrônicos facilitam a propagação do conhecimento, e dessa maneira, são evidentes seus reflexos no desenvolvimento econômico.

## Referências

ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância). “Melhoria da educação no Brasil passa pelo ensino à distância”, diz especialista. 2009. Disponível em: <[http://www2.abed.org.br/noticia.asp?Noticia\\_ID=422](http://www2.abed.org.br/noticia.asp?Noticia_ID=422)>. Acesso em: 28 fev. 2012.

CAETANO, Rodrigo. Qual a vantagem do *e-learning* para as empresas?. *Isto é dinheiro*. Disponível em: <[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/26014\\_QUAL+A+VANTAGEM+DO+ELEARNING+PARA+AS+EMPRESAS](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/26014_QUAL+A+VANTAGEM+DO+ELEARNING+PARA+AS+EMPRESAS)>. Acesso em: 20 fev. 2012.

CARDOSO, Fernando. Gestores de e-Learning: Saiba planejar, monitorar e implantar *e-learning* para treinamento corporativo. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DUARTE, Scherer; PALMEIRA, Mauch. Empresas buscam aumento da competitividade através de investimentos em e-learning. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, Número 105, 2008. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/08/sdmp.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

FELIPINI, Dailton. e-Learning: O ensino do próximo milênio. *eCommerceOrg*. Disponível em: <[http://www.e-commerce.org.br/artigos/e-learning\\_ensino.php](http://www.e-commerce.org.br/artigos/e-learning_ensino.php)>. Acesso em: 20 fev. 2012.

SAP. “O que são os MOOCs e o que podem fazer pela sua empresa”. 2013. Disponível em: <<http://blogs.sap.com/brazil/innovation/moocs-podem-fazer-empresa-01403>>. Acesso em: 26 abr. 2013.  
WIKIPEDIA (Enciclopédia livre). “MOOC”. 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/MOOC>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

PEBORGH, Ernesto, Van. “Las comunidades online ganan las aulas y llegan a la empresa”. 2012. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1541667-las-comunidades-online-ganan-las-aulas-y-llegan-a-la-empresa>>. Acesso em: 05 mai. 2013.

Representações da República Federal da Alemanha no Brasil. “TECNOLOGIA: Educação à distância cada vez mais popular”. 2013. Disponível em: <[http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/\\_\\_pr/Nachrichten\\_20Archiv/11.03.13\\_20Educacao\\_20a\\_20Distancia.html](http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/__pr/Nachrichten_20Archiv/11.03.13_20Educacao_20a_20Distancia.html)>. Acessado em: 01 mai. 2013.

RIBEIRO, Renata. “Brasil é o quarto país que mais acessa plataformas de ensino online”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2013/04/brasil-e-o-quarto-pais-que-mais-acessa-plataformas-de-ensino-online.html>>. Acessado em: 24 abr. 2013.

TOYOTA, Jessica. Design Institucional. “O que são MOOCs?”. 2013. Disponível em: <<http://www.designinstrucional.com.br/o-que-sao-moocs>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

## ESTADO RESPONSÁVEL E A FINALIDADE DO BEM COMUM: O ELEMENTO TELEOLÓGICO NA CONCEITUAÇÃO DO ESTADO CONTEMPORÂNEO COMO FUNDAMENTO DOS OBJETIVOS CONSTITUCIONAIS

Paulo Henrique Miotto Donadeli  
Universidade Estadual Paulista  
paulodonadeli@yahoo.com.br

Luciana Lopes Canavez  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
lcanavez@gmail.com

### Resumo

O Estado na sociedade contemporânea (século XX) ganha uma nova dimensão teleológica, assumindo um papel de Estado responsável na construção do bem comum e na garantia dos direitos humanos e da dignidade humana. O Estado policial, que existia para garantir segurança dos homens e a preservação dos bens, cedeu lugar a um Estado tendente a plena realização do bem comum, ligado a ideia de justiça social, que ganha força à medida que o Estado Liberal cede espaço ao Estado Social de Direito, realizando-se plenamente no Estado Democrático de Direito. O presente artigo discute a dimensão conceitual da finalidade do Estado dentro da concepção de bem comum, para compreender como a teoria do Estado Responsável tem se fomentado e efetivado no direito constitucional contemporâneo, por meio da definição de objetivos expressos que dão o sentido à existência do próprio Estado. A Constituição Federal de 1988, ao instituir o Estado Democrático de Direito, trouxe em seu art. 3º a enunciação dos objetivos fundamentais do Estado brasileiro, que devem ser entendidos não como um simples rol de princípios, mas como verdadeiras metas a serem perseguidas pelas autoridades constituídas, no sentido de concretizar o desenvolvimento da nação brasileira. Por meio do método dogmático jurídico, e a partir de uma fundamentação teórica baseada na pesquisa bibliográfica, a tese central do artigo é mostrar que a partir do momento que o Estado assume o bem comum como uma finalidade estrutural do seu conceito, passa a criar mecanismos para garantir uma atuação responsável dos ocupantes do poder e dos seus agentes, ao mesmo tempo em que reconhece a existência de direitos subjetivos e prevê instrumentos jurídicos de tutela desses direitos.

009-2324

**Palavras-chave:** Estado; Finalidade; Bem Comum; Justiça Social.

### Introdução

Várias teorias tentam explicar a existência da sociedade e o fato do homem viver sob as regas do direito. Aristóteles, no século IV A.C., já afirmava que o homem é um ser social por natureza. A teoria da sociedade natural defende que o homem não nasceu para viver isolado, mesmo na abundância de bens precisa viver em comunidade, por uma disposição natural intrínseca ao seu ser. Diferentemente, a tese contratualista afirma que a sociedade é fruto de um ato de escolha, ou seja, de um contrato hipotético celebrado entre os homens. As duas posições vêm tendo respeitáveis adeptos através dos séculos (DALLARI, 1998).

Para o contratualismo de Thomas Hobbes o homem vive inicialmente em um estado de natureza, designando-se um estado de desordem pela ausência de instituições políticas. No estado de natureza os homens são egoístas, inclinados a agredir uns aos outros, o que configura como uma ameaça à existência humana. Esta situação leva os homens a celebrar o contrato social, como fruto da razão humana, estabelecendo a sociedade organizada pelo poder do Estado. Esse poder mantém os homens dentro de certos limites, obrigando-os a realizar seus compromissos por temor ao castigo.

Contrário à posição de Hobbes, o contratualismo de Rousseau entende que no estado natural o homem é bom e se preocupa com sua própria conservação, mas busca na associação uma forma de defender a sua pessoa e os seus bens. Cada associado abre mão de parcela de seus direitos em favor de uma comunidade, criando um corpo moral e coletivo, que é o Estado. Essa associação soberana de indivíduos não se confunde com a soma das vontades individuais, mas tem uma vontade geral própria, que representa o todo. (DALLARI, 1998, p. 17)

Essas ideias de Rousseau exerceram influência direta sobre a Revolução Francesa, colaborando para a modificação da concepção de Estado, que deixou de ser um fim em si mesmo e passou a ser um fim a serviço do homem. Dentro dessa concepção, o Estado passou a ser visto como um meio para que o homem possa realizar o seu aperfeiçoamento físico, moral e intelectual, conseguir a sua paz e atingir a sua felicidade social. (AZAMBUJA, 1999, p. 113)

Neste contexto, surge o Estado de Direito como consequência da batalha política entre a burguesia e o Estado Absolutista centralizador, despótico e arbitrário, visando extinguir os resquícios da estrutura feudal e da sociedade estamental. Pode-se dizer que o Estado de Direito surge como o oposto do Estado de Polícia, como uma grande conquista da civilização liberal, onde o próprio Estado passa a se submeter à ordem jurídica, pondo fim às arbitrariedades do poder.

E é a partir daí que entendemos o surgimento da concepção de bem comum como finalidade do Estado, mas não como uma mera obrigação ou meta, e sim como um elemento conceitual, como se o Estado atual se realizasse por meio da realização do bem comum. O presente trabalho busca analisar como esse elemento teleológico foi ganhando forma na evolução do Estado com passar do tempo.

### **A finalidade como elemento conceitual do Estado**

Os teóricos da Ciência Política modernamente incluíram um novo elemento conceitual ao Estado, além dos elementos clássicos: povo, como elemento humano; território, como elemento físico; e soberania, como elemento jurídico. O novo elemento é a finalidade, e é “precisamente o seu elemento teleológico, a ele identificado e coessencial” (GROPALI, 1968, p. 141).

Não se podem confundir os conceitos de fim e de competência do Estado. “A atividade do Estado, no que diz respeito aos negócios sobre os quais ele exerce o poder, é a competência do Estado. O fim do Estado é o objetivo que ele visa atingir quando exerce o poder”. (AZAMBUJA, 1999, p. 117) Assim, o que o Estado deve fazer para atingir o seu fim é o que chamamos de competência, que será implantada mediante a realização de serviços.

Inúmeras são as teorias sobre a competência do Estado, ou seja, sobre o que ele deve ou não fazer. Uma teoria entende que o Estado deve reduzir sua atividade ao mínimo e deixar aos indivíduos o máximo de atribuições, como aconteceu no Estado Liberal de Direito, fundamentado na doutrina ideológica do “laissez-faire, laissez-passer”, caracterizado pela neutralidade assumida na área econômica e social, onde o Estado se limitava a fiscalizar o livre e normal desenvolvimento das atividades de produção.

O Estado Liberal, fruto das revoluções burguesas do século XVIII, também conhecido por Estado Mínimo ou Absenteísta, predominou até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), preocupando-se, exclusivamente, com a ordem política e civil. As Constituições estruturavam o Estado e ao mesmo tempo

declaravam e garantiam os direitos como formas de limitação de poderes, combinando os ideais de livre associação e organização com um mínimo de governo. Entendiam as ajudas e limitações governamentais como inimigas da liberdade.

As ideias do liberalismo econômico produziram uma grave crise e deterioração do quadro social e humano, pois favoreceu a concentração de riqueza nas mãos de uma pequena classe burguesa, enquanto levou a classe operária a uma situação de extrema miséria, devido aos baixos salários, sendo que o trabalho era considerado como uma mercadoria qualquer, sujeita à lei da oferta e da procura, sem nenhuma proteção do poder político. (FERREIRA FILHO, 1998. p. 42)

Os abusos e iniquidades cometidas contra os assalariados e a incapacidade do aparelho estatal de buscar uma resposta necessária a solucionar os graves conflitos resultantes da relação de trabalho fizeram surgir um sentimento de hostilidade à burguesia, favorecendo o surgimento de uma atividade revolucionária e reformista, que passou a questionar as contradições sociais e a batalhar pela instituição de uma nova ordem social, que implicasse na inclusão política e econômica de todos os grupos marginalizados. Tal situação mostrou-se como uma ameaça à estabilidade das instituições liberais e, portanto, passou a comprometer à continuidade do processo de desenvolvimento econômico. Com isso, o Estado teve que repensar a suas posições.

Os conflitos gerados pelos embates entre o capital e o trabalho trouxeram crises que desgastaram o modelo liberal clássico de Estado e delineararam paulatinamente o Estado Social, que preconizava uma intervenção maior do Estado e uma restrição à atuação individual.

o velho liberalismo, na estreiteza de sua formulação habitual, não pode resolver o problema essencial da ordem econômica das vastas camadas trabalhadoras da sociedade, e, por isso, entrou irremediavelmente em crise. A liberdade política como liberdade restrita era inoperante. Não dava nenhuma solução às contradições sociais. (BONAVIDES, 1961, p. 211)

A partir daí, ocorreu uma evolução jurídico-política na própria concepção de Estado, inaugurando um novo espaço constitucional reservados aos direitos sociais, ligados a ideia de justiça social. Os direitos sociais são prestações positivas realizadas pelo Estado, que regulam os interesses da sociedade, encarando o indivíduo não em caráter pessoal, mas como parcela da coletividade, dando preferência ao todo sobre a parte, aos grupos sobre a unidade. O indivíduo é tutelado indiretamente, pois o bem coletivo redundando em proveito para o elemento singular (MELLO FILHO, 1984, p. 387).

Os direitos sociais “possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade” (SILVA, 2000, p. 289). Não são meros poderes de agir, como é o caso das liberdades de modo geral, mas são, efetivamente, poderes de exigir, ou melhor, são direitos de crédito. O sujeito passivo desses direitos é o Estado, que se coloca como responsável pelo atendimento e garantia dos direitos estabelecidos constitucionalmente. A concretização desses direitos exige do Estado o cumprimento de uma série de deveres (obrigações de fazer), que realiza mediante políticas públicas. Portanto, o objeto do direito social é, basicamente, uma contraprestação sob a forma de um serviço público. Assim, tem-se o serviço escolar, quanto ao direito à educação, o serviço médico-hospitalar, quanto ao direito à saúde, os serviços desportivos, quanto ao lazer, etc. (FERREIRA FILHO, 1995. p. 50).

Mas é, precisamente, no Estado Democrático de Direito que se ressalta a relevância da lei, não estando mais vinculada ao conceito de lei que imperou durante o Estado de Direito Clássico, pois o Estado Democrático de Direito tem que estar em condições de realizar, mediante a lei, intervenções que impliquem diretamente uma alteração na situação da comunidade (SILVA, 2000, p. 125).

O princípio da legalidade é também um princípio basilar do Estado Democrático de Direito. É da essência do seu conceito subordinar-se à constituição e fundar-se na legalidade democrática. Sujeita-se, como todo Estado de Direito, ao império da lei, mas da lei que realize o princípio da igualdade e da justiça, não pela sua generosidade, mas pela busca da igualização dos socialmente desiguais (SILVA, 2000, p. 125).

O Estado Democrático de Direito é um Estado Constitucional, ou seja, pressupõe a existência de uma Constituição que sirva de ordem jurídico-normativa fundamental vinculativa de todos os poderes públicos. A Constituição confere a ordem estatal e aos atos dos Poderes Públicos medida e forma. A Constituição trata-se de uma verdadeira ordenação normativa fundamental dotada de supremacia, e é nesta supremacia normativa que o primado do Estado Democrático de Direito encontra uma primeira e decisiva expressão. Do princípio da constitucionalidade e da supremacia da Constituição deduzem-se vários outros princípios do Estado Democrático de Direito: vinculação do legislador à Constituição; vinculação de todos os atos do estado à Constituição; o primado da reserva da Constituição; força normativa da Constituição. (CANOTILHO, 1996, p. 360)

A definição clássica de democracia está correlacionada com uma forma de governo, onde o povo decide diretamente ou escolhe seus representantes. Mas quando aqui se fala em democracia quer-se abordá-la como um regime de igualdades, na qual se caracteriza por um governo que torne possível a existência de uma sociedade livre e equilibrada.

O Estado Democrático é uma associação de indivíduos organizados para conquistar e dirigir objetivos comuns a todos e, ao mesmo tempo, de estabelecer e manter as condições necessárias a auxiliar cada indivíduo a realizar o máximo de que é capaz. O Estado Democrático se funda no princípio da soberania popular, que impõe a participação efetiva e operante do povo na coisa pública; participação que não se exaure, na simples formação das instituições representativas, mas no seu completo desenvolvimento.

Enquanto que, no regime totalitário o indivíduo existe para o Estado, estando sua vontade inteiramente subordinada aos interesses estatais, diferentemente, na democracia, a verdadeira finalidade do Estado decorre da vida de seus membros, como personalidades independentes, pois o Estado existe para possibilitar uma vida digna a todos os indivíduos. (KANDEL, 1966, p. 45)

É nesse ponto que reside a maior diferença entre esses tipos de Estados: no Estado totalitário existe ordem imposta pela força ou medo da força, tendo o indivíduo pouca, ou quase nenhuma, oportunidade para emitir seu julgamento ou expressar suas opiniões sobre a política. Já o Estado Democrático é pluralístico e incentiva uma variedade de opiniões e de expressão, tendo o cidadão o direito de manifestar e de discordar dentro da legalidade. A força do Estado Democrático repousa na livre troca de idéias, onde os homens são livres para pensar, livres para expressar suas opiniões, livres para dirigir suas vidas como cidadãos independentes, apenas limitados pelo sentimento de responsabilidade para com os seus concidadãos. (KANDEL, 1961, p. 37)

É impossível conceber uma democracia sem cidadãos ou cidadãos fora de uma democracia. Sem os direitos do homem protegidos e reconhecidos, não há democracia. Sem a democracia não existe a menor condição para a convivência pacífica dos conflitos e os direitos não são executados. A democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos à medida que seus direitos fundamentais são reconhecidos.

Nessa evolução do Estado Liberal, passando pelo Estado Social e chegando ao Estado Democrático, ganhou força a idéia de que a finalidade do Estado é o bem público.

### **Conceito de bem comum como finalidade do Estado**

A expressão bem público pode ser assim, entendida:

Conjunto dos meios de aperfeiçoamento que a sociedade politicamente organizada tem por fim oferecer aos homens e que constituem patrimônio comum e reservatório da comunidade: atmosfera de paz, de moralidade e de segurança, indispensável ao surto das atividades particulares e públicas; consolidação e proteção dos quadros naturais que mantém e disciplinam o esforço do indivíduo, como a família, a corporação profissional; elaboração, em proveito de todos e de cada um, de certos instrumentos de progresso, que só a força coletiva é capaz de criar; enfim, coordenação das atividades particulares e públicas tendo em vista a satisfação harmoniosa de todas as necessidades legítimas dos membros da comunidade. (AZAMBUJA, 1999, p 116)

Accioli (1985, p. 215) traz em sua obra a definição de bem público, segundo a concepção do Papa João XIII, ligado a ideia de realização da justiça social: “O bem comum consiste no conjunto de todas as condições de vida que consistam e favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana”.

É importante ressaltar que, embora o bem geral seja o bem dos indivíduos, ele não confunde com o bem individual, ou o bem de cada um.

Os homens têm aspirações e necessidades diferentes, e o Estado não poderia realizar a felicidade de cada um, ainda que dispusesse de poderes e recursos infinitos. O bem público, de outro lado, não é a simples soma do bem de todos os que formam a sociedade estatal, pois no bem público não encontram os interesses ilegítimos dos indivíduos. (AZAMBUJA, 1999, p 116)

Quando se fala que a ideia do bem comum como justiça social está se referindo a ideia de um Estado responsável, que exige dos governantes razoável vocação ética e notório senso de honestidade e moralidade. Cabe ao Estado criar as condições necessárias para que os indivíduos, vivendo harmônica e solidariamente, desenvolvam suas aptidões. O Estado deverá dar segurança aos indivíduos, assegurando seus direitos, suprimindo as necessidades e auxiliando os indivíduos a se aperfeiçoarem.

Perseguindo a realização do bem comum, o art. 3 da Constituição Federal de 1988 traz uma enunciação dos objetivos fundamentais do Estado brasileiro. Estes objetivos são mais do que um simples rol de princípios, mas representam verdadeiras metas a serem perseguidas pelas autoridades constituídas, no sentido de concretizar o desenvolvimento da nação brasileira.

ao legislador ordinário e ao intérprete, em especial às autoridades públicas dos Poderes executivo e Legislativo e da Instituição do ministério Público, esses objetivos fundamentais deverão servir como vetores de interpretação, seja na edição de leis ou atos normativos, seja na suas aplicações. (MORAIS, 2000, p. 76)

O rol de objetivos não é taxativo, apenas oferece uma orientação aos governantes na condução dos destinos do país. O primeiro objetivo é a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária. A justiça é um dos valores fundamentais. O Estado tem um importante papel na restauração dos desequilíbrios existentes no meio social, mantendo a igualdade e a liberdade. De pouco valor será a liberdade e a

igualdade, se elas não forem acompanhadas de uma ação solidária que garantam as pessoas os direitos sociais, imprescindíveis para a concretização da cidadania plena e da dignidade da pessoa humana.

O segundo objetivo é garantir o desenvolvimento nacional, não só no campo econômico, mas também no campo social, mediante a melhoria das condições de saúde, educação, cultura, etc. O terceiro objetivo é a erradicação da pobreza, dando condições de vida digna à população carente, com a distribuição de riquezas nacionais, de forma a que todos tenham acesso aos recursos básicos e ao desenvolvimento humano. O quarto e último objetivo elencado é a promoção do bem de todos, reduzindo as desigualdades entre as regiões do país.

Celso Ribeiro Basto (1998, p. 446) comentando sobre os objetivos da República Federativa do Brasil, ensina que:

De fato, a preocupação com o social é uma dimensão inestirpável do Estado moderno. Sobre o que se tergiversa é com relação aos meios de ser posto à disposição desta causa, posto que a imposição em si da erradicação da pobreza está presente em toda a Constituição democrática. Não se pode imaginar que a riqueza sirva apenas alguns. É inconcebível também que populações enormes careçam do mínimo indispensável à sua sobrevivência com dignidade. Ocorre, entretanto, que este objetivo fundamental te de ser atingido dentro do contexto dos demais princípios constitucionais, onde figuram os princípios da livre iniciativa e da propriedade privada.

O tratamento do bem comum envolve o campo do direito positivo, ou seja, se a finalidade do Estado é o bem comum, a lei que é a expressão desse Estado, necessariamente, deve ser imbuída dessa finalidade. Nesse sentido, percebe-se que:

as leis se justificam exclusivamente por sua vantagem ao bem comum. Por motivo nenhum se pode admitir que a autoridade pública cujo fim é servir ao bem comum, seja posta a serviço de interesses privados, porque a autoridade pública é instituída para o bem comum de todos os cidadãos; e uma lei que não serve ao bem comum, não é uma lei absolutamente. (ROMMEN, 1968, p. 296)

Este também é o magistério de Santo Tomás de Aquino, que diz: “a lei compreendida de modo estrito, tem como seu objetivo primeiro e principal a determinação do bem comum” (ACIOLLI, 1985, p. 217).

Não basta que o Estado se submeta à lei, mas, fundamentalmente, que se submeta a uma lei justa, inspirada no respeito aos direitos humanos. Dentro da concepção de Estado Democrático de Direito, o Estado existe para o homem, e não o homem para o Estado. Isso importa dizer que ao Estado cumpre respeitar os direitos individuais, sociais, econômicos e políticos da pessoa humana. Assim, o conceito de Estado Democrático de Direito está ligado à idéia de limitação do poder pelo direito e pela idéia da realização da justiça social.

A subordinação do Estado à ordem jurídica só ocorrerá de forma eficaz se presente uma condição indispensável, qual seja, “o reconhecimento de um critério objetivo de justiça, transcendente em relação ao direito positivo e do qual este depende” (SOUSA, 1980, p.13).

À concepção de uma ordem estatal justa, “compreende o reconhecimento dos direitos individuais, garantia dos direitos adquiridos, independência dos juízes, responsabilidade do governo,

prevalência da representação política e participação desta no Poder Legislativo”. (BASTOS, 1998, p. 421). Se o Estado não estiver vinculado à ideia de justiça, resume-se a um Estado da Lei.

Não se pode falar em bem comum quando não se garante ou efetiva o princípio da dignidade da pessoa humana.

O reconhecimento da dignidade da pessoa humana somente passou a ser um valor reconhecido pelo direito após as inúmeras lutas travadas ao longo dos séculos objetivando a conquista dos direitos humanos, da ampliação da cidadania e a consolidação da democracia, em face da superação das situações de opressão, exploração, violência e crueldade a que os detentores do poder submeteram os povos.

Pode-se conceituar a dignidade da pessoa humana como:

Um valor espiritual e moral inerente a pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão e o respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos. (MORAIS, 2000, p. 60)

O princípio da dignidade da pessoa humana apresenta-se, ao mesmo tempo, como: um direito individual protetivo, a qual impõe obrigações em relação ao Estado, como também, estabelece um dever de tratamento igualitário entre os semelhantes, ou seja, a exigência de cada indivíduo respeitar a dignidade de seu semelhante, e de ter a sua dignidade respeitada pelo Estado e pelo os demais indivíduos componentes do grupo social (MORAIS, 2000, p. 61).

A dignidade humana exige o nosso despertar e nosso atuar, buscando a realização efetiva do compromisso solidário, que se encontra em potência na nossa natureza, demandando de nós mesmos, da sociedade e do Estado prestações que levem à concretização dos ideais, princípios e fundamentos que adotamos e inserimos em nossa Constituição. As instituições não de ser instaladas e provocadas, administrativa e judicialmente, pois foram constituídas para o nosso “bem estar” e para respeitar a nossa dignidade de pessoa humana. (MUNIZ, 2002, p. 244)

Por esse princípio, o ser humano é reconhecido como sujeito de direito, tanto quanto individualmente considerado como quanto membro permanente da sociedade. Para a concretização desses direitos, não basta apenas o seu reconhecimento formal por parte do Estado, mas é necessário que se desenvolvam medidas e ações efetivas para possibilitarem a todas as pessoas oportunidades e qualidade de vida. Enfim, é preciso que se garantam e se concretizem os direitos fundamentais civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Só assim, poder-se-á falar em vida digna.

### **O Estado Responsável**

A partir do momento que o Estado Moderno reconheceu sua finalidade do bem comum e consagrou o princípio da dignidade da pessoa humana, nasceu a ideia do Estado responsável em relação aos seus indivíduos, integrando o espírito da gestão administrativa e do legislador ordinário na busca de políticas públicas que fossem condizentes como o enunciado constitucional.

A Constituição Federal de 1988 rendeu atenção especial à Administração Pública, buscando implementar uma nova dinâmica legal que combatesse os contínuos danos praticados ao erário público, ocorrido durante décadas, por condutas fraudulentas de administradores ímprobos. Com isso, dotou a sociedade de alguns instrumentos para reprimir o agente infrator.

O moderno direito constitucional e, também, os direitos administrativo e penal se preocupam com a defesa do patrimônio público, buscando-se, por esse ângulo, uma forte limitação dos poderes dos agentes políticos e públicos em geral. A defesa do patrimônio público é, por um lado, fator primordial na legitimação do próprio poder político, o qual ostenta caráter representativo e mandatário da vontade popular devendo pois, prestar contas à coletividade. (OSÓRIO, 1998, p.55)

O combate sistemático e impiedoso dos casos de desvio ou emprego incorreto de verbas públicas é necessário para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, “sobretudo porque o moderno direito público consagra a superioridade do interesses coletivo e sua prevalência sobre o interesse particular, como condição, até mesmo, de manutenção e asseguramento desse último”. (OSÓRIO, 1998, p.56)

A ação civil pública é um desses instrumentos que visam combater a falta de legitimidade e moralidade administrativa de certos administradores, que conduzem de forma irresponsável e desonesta a coisa pública, não respeitando a sociedade a quem representa.

A ação civil pública pode ser impetrada contra agentes políticos e servidores públicos que cometeram atos de improbidade administrativa na administração do Estado, como por exemplo: desvios de verbas, utilização de notas fiscais inidôneas, fraude em licitações ou sua dispensa indevida, contratação irregular, obras superfaturadas, despesas não autorizadas pela lei, entre outras situações.

A Lei n. 8429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) dispõe sobre sanções aplicáveis aos agentes públicos que cometem algum ato ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, causando lesão ao erário, com ou sem enriquecimento ilícito.

Os agentes de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios da legalidade no trato dos assuntos que lhe são afetos. O administrador público, em toda a sua atividade funcional, deve cumprir os mandamentos da lei e às exigências do bem comum, sob pena de praticar ato nulo e de se expor a responsabilidade disciplinar, civil, criminal, conforme o caso. Além de cumprir a lei, deve pautar sua atuação em uma conduta ilibada e moral, ou seja, norteados seu agir pela concepção de bom administrador. (MEIRELLES, 2001, p. 82)

A concepção de Estado Responsável está ligada à idéia da necessidade de efetivação dos direitos. Porque a grande questão atualmente não recai mais sobre o reconhecimento de direitos e sim a efetivação. Essa mesma preocupação é exposta por Bobbio 1992, p. 26), no seguintes termos:

O problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é a sua natureza e o seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados. [...] Quando digo que o problema mais urgente que temos de enfrentar não é o problema do fundamento, mas o das garantias, quero dizer que consideramos o problema do fundamento não como inexistente, mas como – em certo sentido –

resolvido, ou seja, como um problema com cuja solução já não devemos nos preocupar.

A existência dos direitos públicos subjetivos é um dos assuntos magnos da Teoria do Estado, “por envolver toda uma série de questões de ordem jurídica entre as relações do Estado com o Direito, e mais ainda, entre o indivíduo e as forças políticas, pondo em cheque o problema essencial da liberdade”. (REALE, 2003, p 267)

O conceito de direito público subjetivo é algo recente, trantando-se de uma conquista da época moderna. Atingiu sua força teórica e doutrinária na segunda metade do século XIX. Durante o Estado Absolutista não há que se falar em direito público subjetivo, pois o indivíduo tinha apenas aquilo que o Estado lhe destinasse.

A teoria do direito público subjetivo é uma teoria fundamental, porque implica na afirmação de que o indivíduo dispõe de uma esfera de ação inviolável, em cujo âmbito o Poder Público não pode penetrar. “O reconhecimento de direitos públicos subjetivos, armados de garantias eficazes, constitui uma das características basilares do Estado de Direito, tendo como fundamento último o valor intangível da pessoa humana”. (REALE, 2003, p 276)

O direito público subjetivo pode ser assim conceituado como

a permissão para se exigir no caso de violação da norma jurídica que o estabelece, o cumprimento desse direito por parte do Poder Público. Pode ainda ser definido como uma espécie de poder, que se traduz nas prerrogativas do titular desse direito de buscar a obtenção do efeito jurídico advindo da norma. (BASTOS, 1998, p. 555)

Cretella Júnior, assim define o direito público subjetivo:

Faculdade específica de exigir, decorrente da relação jurídico-administrativa, o direito subjetivo público é uma facultas agendi pública. O direito subjetivo público tanto pode ter como titular o Estado, como o particular, isto é, podem ser ambos sujeitos ativos do direito subjetivo público. Direito subjetivo público do Estado é a faculdade que tem a administração de exigir do administrado o cumprimento de determinadas prestações. Direito subjetivo público do particular é a faculdade que tem o particular de exigir do Estado o cumprimento de diversas prestações. [...] Tanto o direito público do administrado como o da administração recebem proteção jurisdicional, mediante o emprego dos vários remedia juris. (CRETELLA JÚNIOR, 1992, p. 338)

A adoção das ações constitucionais de garantia, em especial o mandado de segurança representa a força dos direitos públicos subjetivos e o fortalecimento da Teoria do Estado Responsável.

A declaração dos direitos fundamentais do homem no texto constitucional representa um importante instrumento de limitação do poder estatal. Rui Barbosa já dizia que uma coisa são os direitos, outras as garantias, sendo que se deve separar “no texto da lei fundamental, as disposições meramente declaratórias, que são as que imprimem existência legal aos direitos reconhecidos e as disposições assecuratórias, que são as que, em defesa dos direitos, limitam o poder”. (Apud SILVA, 2000, p. 189).

As garantias constitucionais “consistem nas instituições, determinações e procedimentos mediante os quais a própria Constituição tutela a observância ou, em caso de inobservância, a reintegração dos direitos fundamentais”(SILVA, 2000, p. 191).

O artigo 5º, inciso LXIX da atual Constituição Federal prevê a concessão do mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. O mandado de segurança é conferido aos indivíduos como um “verdadeiro instrumento de liberdade civil e liberdade política” (GUIMARÃES, 1982. p. 139).

## **Conclusão**

O presente artigo entende que o bem comum é se concretiza na ideia de justiça social, onde o direito não se resume a uma minoria, mas é pleno, atingindo a todas as pessoas que vivem na órbita do poder do Estado. O presente artigo quis mostrar que o Estado na sociedade contemporânea (século XX) ganhou uma nova dimensão teleológica, assumindo um papel de Estado responsável.

O Estado responsável é aquele que reconhece que sua finalidade é o bem comum, reconhecendo os direitos fundamentais de natureza de direito público subjetivo, e estabelecendo mecanismos para a efetivação desses direitos, como por exemplo, o mandado de segurança e diversas ações judiciais contra o Estado e seus agentes, como também, atua de forma exemplar penalizando seus agentes que desrespeitam a lei e fere os interesses do bem comum, por meio de condutas que atendam seus interesses particulares.

A concepção de Estado Responsável está intimamente ligada ao nascimento da concepção do Estado como assegurador dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos em face do poder estatal. No Estado Responsável à vontade da lei justa é que impulsiona que movimenta e orienta a atuação do administrador, sendo que todos os atos que importem em violação de direitos individuais comportam um o cabimento de um instrumento assegurador.

Os remédios ou garantias de direito constitucional são utilizados quando o simples enunciado de direitos fundamentais não é suficiente para assegurar o respeito a eles. Estes remédios que visam provocar à atividade jurisdicional, pondo limites às arbitrariedades do Estado, que não podem existir num Estado que quer ser responsável.

## **REFERÊNCIAS**

- ACIOLLI, Wilson. Teoria geral do estado. Rio de Janeiro: Forense, 1985.
- AZAMBUJA, Darcy. Introdução à ciência política. 12 ed. São Paulo: Globo, 1999.
- BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- BONAVIDES, PAULO. Do estado liberal ao estado social. São Paulo: Saraiva, 1961.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional. Coimbra: Almedina, 1996.
- CRETELLA JÚNIOR, José. Comentários à constituição brasileira de 1988. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. São Paulo: Saraiva, 1998.
- GROPALI, Alexandre. Doutrina do estado. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1968.

- FERREIRA FILHO, Manuel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- GUIMARÃES, Florêncio. O mandado de segurança como instrumento de liberdade civil e de liberdade política. São Paulo: Saraiva, 1982.
- KANDEL, I. L. Uma nova era em educação. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.
- MELLO FILHO, José Celso. Constituição federal anotada. São Paulo: Saraiva, 1984.
- MORAIS, Alexandre. Direitos humanos fundamentais: teoria geral – comentários aos arts. 1º e 5º da Constituição da República Federativa do Brasil – doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2000.
- MUNIZ, Regina Maria Fonseca. O direito à educação. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- OSÓRIO, Fábio Medina. Improbidade administrativa: observações sobre a lei 8429/92. 2. ed. Porto Alegre: Síntese, 1998.
- REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- ROMMEN, Heinrich. Teoria do estado. São Paulo: Mestre Jou, 1968
- SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- SOUSA, José Pedro Galvão. O estado de direito e o direito natural. In: O estado de direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE IMAGENS EM MOVIMENTO DE MATÉRIAS  
JORNALÍSTICAS EM BANCO DE DADOS NA TV DIGITAL**

Maria Valéria Bertachini do Nascimento Gonçalves  
Universidade Estadual Paulista - UNESP  
mariavaleriagon@gmail.com

Regina Célia Baptista Belluzzo  
Universidade Estadual Paulista - UNESP  
rbelluzzo@gmail.com

**Resumo**

A gestão da informação é de vital importância devido ao fluxo informacional intenso nos dias atuais, imaginemos esta ação em um Banco de Dados contendo imagens em movimento de matérias jornalísticas, acoplado a tudo isto a tecnologia presente na TV Digital. O telejornalismo gera todos os dias uma quantidade considerável de imagens para retratar suas notícias. A grande pergunta é: como recuperar essas imagens? Com o advento da tecnologia da informação, o acervo audiovisual passou por transformações, mudando da era analógica para a era digital com seu armazenamento em robótica. Todavia, os Bancos de Dados têm que ser alimentados por profissionais especializados visando sempre o tratamento adequado para sua recuperação. O problema é que o acervo audiovisual de uma emissora de televisão, devido ao seu dinamismo, traz consigo a necessidade de compreender a imagem em movimento como sendo informação a ser tratada e recuperada, e seu arquivamento deve ter prioridade para sua recuperação rápida e precisa. Com este estudo pretende-se adquirir embasamento teórico identificando procedimentos para o tratamento das imagens em movimento de matérias jornalísticas propiciando sua recuperação com qualidade. Em vista disto, o objetivo maior é oferecer uma melhor contribuição à área e auxiliar na compreensão da gestão da informação no acervo da TV Digital. Além da pesquisa bibliográfica, desenvolve-se um estudo exploratório nos Centro de Documentação, da Rede TV TEM (Sorocaba, Bauru, São José do Rio Preto e Itapetininga), afiliada da Rede Globo, com coleta de dados entre os responsáveis pelo tratamento da informação, mediante a observação in loco apoiada em roteiro pré-estabelecido para detectar a situação da ambiência de pesquisa no que se refere aos procedimentos utilizados nas atividades que envolvem a gestão da informação de imagens em movimento e identificar possíveis necessidades de melhoria para uma recuperação efetiva desses documentos pelos usuários. Além disso, optou-se também pelo uso da técnica da entrevista estruturada junto aos profissionais que tenham atividades diretamente com a indexação e armazenamento deste material no Banco de Dados da Emissora. A abordagem à literatura especializada que se desenvolve até o momento permite considerar que o trabalho do indexador, vai muito além da simples tarefa da representação do documento, o seu trabalho é de suma importância e extremamente complexo, analisando o quão importante é para a representação conceitual do documento, utilizando ferramentas apropriadas para que aquele documento trabalhado seja recuperado à medida da necessidade. Como resultado, embora ainda em caráter preliminar, foram também construídas orientações básicas para que profissionais da área possam conhecer e entender como se dá todo o processo de armazenamento, indexação e recuperação da imagem em movimento de mídia televisiva e que se encontram divulgadas em ambiente on-line, tendo natureza de teor didático-instrucional intitulada - Gestão de Informação de Imagem em Movimento em Mídia Televisiva: Cartilha Passo a Passo. Ao final do estudo, busca-se contribuir com o oferecimento de diretrizes votadas para o tratamento das imagens em movimento de matérias jornalísticas e propiciar mecanismos para sua imediata recuperação, a fim de possibilitar a construção de conhecimento no ambiente digital.

034-2352

**Palavras-chave:** Gestão da informação. Imagem em movimento. Indexação. Recuperação da informação. Televisão digital.

## 1 INTRODUÇÃO

A gestão da informação é de vital importância devido ao fluxo informacional intenso nos dias atuais, imaginemos esta ação em um Banco de Dados contendo imagens em movimento de matérias jornalísticas de uma emissora de televisão, acoplado a tudo isto a tecnologia presente na TV Digital.

O telejornalismo de uma emissora de televisão gera todos os dias uma quantidade considerável de imagens para retratar suas notícias. Estas imagens são usadas nas matérias editadas e as imagens brutas feitas para contextualizar a matéria também precisam ser tratadas, pois estas poderão ser requisitadas para elaboração de outras matérias futuramente. A grande pergunta é: como recuperar essas imagens de forma a contribuir para a produção e divulgação de matérias jornalísticas na TV digital?

Com o advento da tecnologia da informação, ficou bem mais fácil recuperar o material desejado. A evolução dos suportes utilizados na televisão passou da era analógica para a era digital com seu armazenamento em robótica. Com isso, fica mais rápida e eficiente a recuperação da informação, permitindo o acesso e o uso dessa informação para produzir novos conteúdos televisivos.

O que motivou a pesquisa sobre o tema: “Gestão da Informação de Imagens em Movimento de Matérias Jornalísticas em Banco de Dados na TV Digital”, foi além da vivência neste ambiente, o fascínio pela imagem, e como ela retrata a vida cotidiana das pessoas, acreditando na possibilidade da disseminação desta informação contida nas imagens.

O problema é que o acervo audiovisual de uma emissora de televisão, devido ao seu dinamismo e sua extensão na quantidade de itens inseridos todos os dias, traz consigo necessidade de compreender a imagem em movimento como sendo informação a ser tratada e recuperada, não apenas armazenada, e seu arquivamento deve ter prioridade para sua recuperação rápida e precisa.

Em vista disto, o nosso objetivo maior é oferecer uma melhor contribuição à área e auxiliar na compreensão da gestão da informação de acervo de TV Digital, a fim de possibilitar a construção e o compartilhamento de conhecimento, a partir do tratamento adequado de imagens em movimento.

Busca-se compreender como se dá a recuperação da informação seguindo os preceitos de que para recuperar a informação é preciso acima de tudo oferecer o tratamento necessário ao documento, ou seja, indexando e armazenando este material de forma precisa para sua recuperação.

Entendendo-se que o tratamento informacional adequado de um documento, seja ele impresso ou audiovisual, é imprescindível para que a mesmo seja recuperado. A abordagem à literatura especializada que se desenvolve até o momento permite considerar que o trabalho do indexador, vai muito além da simples tarefa da representação do documento que ele tenha em mãos, o seu trabalho é de suma importância e extremamente complexo, analisando o quão importante é para a representação conceitual do documento, utilizando ferramentas apropriadas para que aquele documento trabalhado seja recuperado à medida da necessidade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Informação, comunicação e conhecimento, três palavras, três conceitos que se unem para garantir o desenvolvimento intelectual do homem e da sociedade.

A diferença entre o conhecimento e a informação está essencialmente no verbo *formar*: *informar* é uma atividade mediante a qual o conhecimento é transmitido; *conhecer* é o resultado de ter sido informado. 'Informação' como ato de informar é produzir *state of knowing* na mente de alguém. 'Informação' enquanto aquilo que é comunicado torna-se idêntico a 'conhecimento' no sentido do que é conhecido. Portanto a diferença não reside nos termos quando eles se referem àquilo que se conhece ou aquilo sobre o que se é informado; ela reside nos termos apenas quando eles devem se referir respectivamente ao ato de informar e ao *estado* do conhecimento. (MACHLUP *apud* MATTELART, 2006, p. 69).

Sem a informação, o indivíduo não gera conhecimento, condição considerada vital e esperada para o desenvolvimento intelectual e cognitivo da sociedade. Para tanto, a informação deverá ser tratada de forma a contemplar seus fluxos informacionais e atingir os sujeitos que deverão ser ativos para capturarem estas informações armazenadas em seus variados suportes e meios, e desta forma, seguir o ciclo esperado para o entendimento e a construção do conhecimento.

A informação circula em diversos meios e pode estar armazenada em diferentes suportes. As empresas de mídia do Brasil como: canais de televisão, estações de rádio, jornais, internet, etc., movimentam todos os dias milhares de informações nas mais diversas formas, destacando-se, assim, a chamada comunicação de massa.

A comunicação social ou comunicação de massas (*mass communication*) é a comunicação efectuada a grande escala, de forma impessoal, para uso e benefício de um grande, anónimo e heterogéneo número de receptores em simultâneo, que fisicamente podem estar bastante separados. [...]. A comunicação social, no sentido de comunicação orientada para um público massivo, mas heterogéneo, está, normalmente, relacionada com o jornalismo, a indústria de entretenimento (audiovisual, livros, discos...), a publicidade e a propaganda. (SOUZA, 2006, p. 54).

A televisão como meio de comunicação de massa é a mais popular, entretanto, pode-se dizer que com o advento dos computadores e a internet, a televisão perdeu um pouco de status. A principal característica da televisão, enquanto meio de comunicação, diz respeito ao tipo de difusão do conteúdo. Normalmente, um produto televisivo é criado para atender a um público-alvo bastante diverso. Embora a segmentação já seja possível em sistemas mais avançados de transmissão, em sua história essa possibilidade foi sempre muito restrita. (SACRINI, 2014).

Com a evolução da tecnologia – chegou-se à digitalização dos sistemas televisivos, procedendo-se à substituição dos atuais padrões analógicos, pelos padrões digitais. A digitalização tem seu impacto maior na televisão terrestre, pois:

representa uma importante inovação, cujas vantagens variam conforme as diversas modulações possíveis, mas podem ser resumidas a: superior qualidade da imagem e áudio, multiplicação da capacidade de transmissão de sinais televisivos e transporte de serviços e recursos complementares, dotando a televisão tradicional de interatividade. (BOLAÑO; BRITTOS, 2007, p. 56).

A digitalização é uma inovação técnica passando por diferentes suportes, oferecendo vantagens para as possibilidades, convergência e desenvolvimento da multimídia, reduzindo os custos de transmissão e permitindo uma oferta maior de canais e serviços. Ocorrendo a fragmentação do consumo ligado às estratégias econômicas e políticas globais. Desse modo, ressaltam:

Com a digitalização, o aparelho televisor aproxima-se do computador, podendo ser conectado à internet, transmitir dados e um elevado número de canais, com interatividade. Além disso, não há ruídos e fantasmas, permitindo som e imagem de alta qualidade. (BOLAÑO; BRITTO, 2007, p. 95).

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) têm um papel fundamental em toda esta dimensão, pois permitiram e permitem a troca rápida de informações e, conseqüentemente, uma eficiência organizacional surpreendente para a criação e o compartilhamento de conhecimento na sociedade contemporânea. Entretanto, como recomendou Col (2010, p. 29):

é inegável que as TIC proporcionam mudanças significativas na sociedade com um todo, por conseguinte, no indivíduo e em sua convivência particular e profissional, logo, nas organizações, na família, no trabalho. Particularmente as organizações não estão passando ilesas pelas transformações e conflitos desse sistema social complexo. São impactadas pela necessidade de serem competitivas, ao mesmo tempo pelas conseqüências de uma competitividade perversa, e ainda, pela convivência com indivíduos que buscam espaços de participação.

Nesse cenário, destacam-se as questões que envolvem a mídia televisiva e a gestão da informação. Toda essa tecnologia, vivenciada e aplicada, induz cada vez mais ao aprimoramento, à aprendizagem e ao conhecimento em geral. E, não podemos falar em conhecimento sem informação. A informação é que permeia a vida das pessoas, é com ela que se compreende o mundo e sobrevive-se a ele. Segundo Jambeiro, a mudança decorrente do impacto da informação na sociedade é justamente sua revolução:

a revolução da informação poderá modificar de forma permanente a educação, o trabalho, o governo, os serviços públicos, o lazer, as formas de organizar a sociedade e, em última análise, a própria definição e entendimento do ser humano. A nova sociedade caminha para a multidisciplinaridade, flexibilidade operacional, velocidade, precisão e pontualidade da informação. (JAMBEIRO, 2013, p. 3).

Para que a informação seja disseminada nos processos comunicacionais de massa e, com isso, atinja sua função de mudança é fundamental, dentre outras, a presença das tecnologias e das mídias televisivas, para oferecer caracterização e condições específicas e cumprir seu papel, é neste momento que profissionais especializados entram em ação – tratando a informação para que a mesma seja armazenada, classificada e recuperada, o que requer o aporte e transposição de condutas de gestão da informação, em especial nos ambientes midiáticos digitais.

Mas, em decorrência disso surge a pergunta: em que consistem essas condutas de gestão em relação aos documentos e à informação na Televisão Digital?

Inicia-se por mencionar que o conceito de “gestão” está relacionado ao conceito de “administração”. Entretanto, “pode ser considerada em dimensões estratégicas e operacionais, como os mecanismos de obtenção e utilização de pessoas, de recursos tecnológicos, financeiros, materiais e físicos para o gerenciamento da informação [...] ser disponibilizada como insumo estratégico para indivíduos, grupos e organizações.” (PONJUÀN DANTE, 1998, apud BELLUZZO, 2004, p. 218).

A gestão é um elemento universal do mundo moderno, com o intuito de alcançar objetivos em um cenário voltado à tomada de decisão. “Em última análise, gestão significa a substituição de ideias por ação, do conhecimento por cultura e da cooperação por força.” (DRUCKER, 2002, p. 22).

A gestão da informação requer o estabelecimento de processos, etapas ou fluxos sistematizados e estruturados, associado às pessoas responsáveis por sua condução para que se obtenham os resultados

almejados. Além disso, é importante ressaltar que para a eficácia na gestão de informação é necessário que se constituam um conjunto de políticas coerentes que permitam o provimento de informação relevante, precisa e com qualidade. (REIS, 1993).

De uma forma mais específica e voltada para o contexto organizacional, portanto aplicáveis ao ambiente da Televisão Digital, McGee e Prusak (1994, p. 5) afirmam que “a criação, captação, organização, distribuição, interpretação e comercialização da informação são processos essenciais” para organizações preocupadas com a gestão da informação. E, tem importância nesse processo os fluxos de informação, uma vez que permitem o estabelecimento das etapas de obtenção, tratamento, armazenamento, distribuição, disseminação e uso da informação em contextos organizacionais. Castells (1999, p. 501) nos oferece uma visão a respeito desses fluxos, ao mencionar que

fluxos não representam apenas um elemento da organização social. [...] Por fluxos, entendo as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, política e simbólica da sociedade.

Por outro lado, a gestão da informação na Televisão Digital também necessita de profissionais cada vez mais especializados:

em consequência, as mais recentes tecnologias, que permitem o acesso quase indiscriminado ao uso da informática, isoladamente ou associado às telecomunicações, dentro e fora das instituições, impõem a necessidade de profissionais aptos a usarem estas possibilidades e a geri-las para outros indivíduos ou organizações. (JAMBEIRO, 2013, p. 6).

O autor ainda complementa que:

criará a necessidade de captar, filtrar, tratar, recuperar, distribuir, disseminar informações de tal forma que a gestão da informação passou a ser atividade vital para qualquer organização da sociedade, nos âmbitos internacional, nacional e também no local. (JAMBEIRO, 2013, p. 7).

É neste âmbito que a informação no formato de “imagens” é tratada e inserida em suporte tecnológico que possibilite: armazenamento, tratamento, disseminação e recuperação. A tecnologia neste cenário é de vital importância para a organização deste material, tendo em vista a sua complexidade. Em decorrência disso, as organizações investem fortemente em Bancos de Dados para tratar as informações geradas por elas. “A tendência no campo da informação indica o advento de grandes bancos de dados [...], em associação com seletivos serviços personalizados, voltados para usuários de interesses específicos.” (JAMBEIRO, 2013, p. 3).

Estamos falando aqui em informação – imagens, onde este universo é de suma importância para a televisão e para o setor audiovisual. Destaca-se que: “A imagem ocupa, na sociedade contemporânea, lugar fundamental, e a visualidade torna-se, reconhecidamente, um dos mais importantes recursos cognitivos.” (GONÇALVES, 2013, p. 4).

Então, o que é imagem?

Imagem para Jambeiro (2013) é uma informação e como tal deverá ser tratada com uso das tecnologias, Gonçalves (2013) já é mais poético em descrever a imagem, mas também corrobora com a mesma ideia, onde “a imagem tem seu início como simples forma de registro, se transfigura na própria

idolatria de suas representações religiosas, mas, se apresenta hoje em um novo conceito de conhecimento”. (p. 3)

Para que a imagem seja tratada como informação ela precisa ser revestida de tal forma que ela cumpra seu papel de informar, é neste sentido que a imagem precisa se transformar em uma linguagem. Assim:

A imagem, enquanto nova linguagem universal, cabe a representação de um saber, produto de uma possível forma de inteligência coletiva. Um saber interconectado pelas redes de informação, sem fronteiras, planetária, produto de um processo dinâmico de expansão da consciência humana. (GONÇALVES, 2013, p. 3).

Dada sua importância, portanto, a imagem, enquanto informação requer tratamento como um documento informacional. No entanto, ela precisa ser conduzida de forma diferenciada e de modo a transpor barreiras pré-concebidas, para este tipo de documento, fazendo com que de maneira simples e lógica esta informação possa ser armazenada e classificada de forma que propicie acesso futuro de forma rápida e precisa.

Para Gonçalves (2013, p. 4) o acesso às imagens tem sido tradicionalmente indicado por sistemas de classificação baseados em palavras ou “indexadores descritores” na forma de vocabulários controlados, conhecidos como “tesauros” além da escolha de “palavras-chave” voltadas essencialmente para a descrição semântica de conteúdos informacionais. Contudo, numa era de digitalização crescente de imensos arquivos imagéticos, principalmente, no campo da multimídia, depara-se com uma multiplicidade de novos documentos que geram repositórios ainda maiores de imagens, as imagens em movimento.

Analisando-se o exposto, pode-se observar que a imagem em movimento é uma informação e como tal precisa ser entendida para ser classificada e, a grande indagação é: de que forma essa imagem poderá ser tratada na Televisão Digital para que o fluxo informacional ocorra? Vale lembrar que:

o saber acumulado pelas imagens necessita de instrumentos mais eficientes para a sua utilização no cotidiano das pesquisas informacionais. Sistemas indexacionais mais eficientes e ágeis deverão contribuir para uma maior sociabilização destes repositórios de imagens visando prioritariamente o usuário final como principal agente receptor beneficiário. (GONÇALVES, 2013, p. 5).

Mas, isso não é tão simples assim, pois, a imagem para poder ter sua função informacional, ela deverá ser representada de tal forma que possibilite sua recuperação dentro de grandes bancos de dados. Essa representação poderá acontecer “com palavras ou ícones”, mesmo assim “necessita ainda de uma descrição oral ou textual com o recurso semântico para sua compreensão.” (GONÇALVES, 2013, p. 5).

Gonçalves é muito categórico quando afirma que diante de um sistema de indexação voltado para o tratamento da informação - imagem em movimento, é preciso considerar vários aspectos, dentre eles, o profissional que irá tratar esta informação, como essa informação irá ser condensada de forma a ser recuperada pelo sistema, e acima de tudo o usuário deste sistema.

Trabalhando com arquivos telejornalísticos e científicos Gonçalves (2013) coloca que:

um serviço de informação no qual os usuários e as empresas não apenas se apoiem, mas reciprocamente se produzam. Trazer e integrar o usuário a esses modelos de Transferência de Informação através de suas próprias informações, representa uma mudança de concepção de informação como suprimento, para informação como demanda. (GONÇALVES, 2013, p. 6-7).

O próprio usuário deste documento informacional opera nas duas pontas do sistema, ou seja, de um lado busca a informação, produzindo material – imagem em movimento, que quando chega irá gerar um arquivo televisivo, que, por sua vez, será arquivado no Banco de Imagem e este mesmo “autor/usuário” poderá requisitá-lo a posteriori para relembrar a matéria, enquanto conhecimento construído.

É um ciclo que acontece todos os dias nas organizações que geram e usam estes materiais audiovisuais, onde os jornalistas, editores, produtores é que são os autores e usuários do sistema informacional de imagens em movimento, permitindo a mediação da informação para criar produtos e linguagens que veiculadas na Televisão Digital, podem trazer consigo a recepção e construção de novos conhecimentos.

O telejornalismo de uma emissora de televisão gera todos os dias uma quantidade imensurável de imagens em movimento, essa informação é tratada de modo a ser armazenada em grandes bancos de dados para ser posteriormente recuperada. A partir da chegada deste material, ‘informação – imagem em movimento’, começa um trabalho minucioso e detalhado, aonde profissionais da área da informação irão se debruçar.

É preciso, então, que o profissional bibliotecário e/ou arquivista conheça toda a estrutura televisiva para que atenda a seu usuário eficazmente, já inferindo quais são as suas necessidades informacionais. Além disso, faz-se necessário que esse profissional pense o século XXI como uma era em que a organização do conteúdo informacional já não se limita apenas aos acervos físicos, conforme os tipos de mídia supracitados, mas também aos digitais, uma vez que grande parte da informação encontra-se digitalizada, visando proporcionar uma maior dinamicidade e interatividade na relação entre acervo, sistema e usuário. (SANTOS, 2014).

Em vista disto, o envolvimento destes profissionais junto com a equipe de produção, de execução e edição deste material é muito importante, pois conhecendo a sua sistemática fica mais preciso a disseminação deste material para esta equipe multidisciplinar. Deste modo fica nítida a importância da mediação da informação. Pois a

mediação da informação estaria presente, de maneira não explicitada na seleção, na escolha dos materiais que farão parte do acervo [...], em todo o trabalho de processamento técnico, nas atividades de desenvolvimento de coleções e também no serviço de referência e informação. (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 46).

É importante, entender, que a mediação da informação está presente em qualquer ambiente organizacional, onde o foco do trabalho deve ser sempre voltado no tratamento e disseminação da informação assistida. Devido à informação - imagem em movimento, ser um objeto de estudo ainda pouco explorado na academia, é necessário criar diretrizes para o aperfeiçoamento deste tratamento, pois esta informação é de vital importância para estas organizações que atuam no ambiente comunicacional, tendo em vista a quantidade e o fluxo destes materiais.

Em síntese, em decorrência da reflexão e compreensão dos princípios teóricos abordados na construção do referencial, sentiu-se a necessidade de se observar junto a uma organização que, tradicionalmente é considerada responsável pela mediação da informação mediante a disponibilização de imagens em movimento no cotidiano da mídia televisiva na sociedade contemporânea, qual a situação da gestão da informação e do uso de bancos de dados de imagem em movimento de matérias jornalísticas na TV Digital.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Primeiramente, iniciou-se com a pesquisa bibliográfica, realizando um levantamento na bibliografia sobre os diversos enunciados levantados na pesquisa.

Analisando o uso da informação, imagens em movimento, dentro do departamento de jornalismo de uma emissora de televisão, houve a necessidade de saber como se opera, na realidade, a gestão desta informação. Como os profissionais responsáveis, pelo Centro de Documentação destas emissoras, agem antes de disponibilizarem para seus usuários as imagens solicitadas. De que forma eles administram o fluxo informacional, intenso, gerados diariamente em seus telejornais.

Adotou-se para tanto, desenvolver uma pesquisa de campo, com o intuito de obter informações relevantes acerca de um problema, para qual se procura uma resposta. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 186).

Desta forma, um estudo exploratório fez-se necessário.

A escolha do CEDOC – Centro de Documentação da TV TEM, ocorreu pelo fato de ser uma emissora afiliada à Rede Globo, que opera com os mesmos padrões de qualidade, e também pelo fato de em 2012, ter passado pela transição dos padrões analógicos para o digital, onde o CEDOC começa a operacionalizar seus acervos com a digitalização de suas imagens, adaptando-se com a mudança deste novo sistema.

Além disso, como novo passo metodológico, decidiu-se também que entrevistas estruturadas fossem realizadas junto aos profissionais do CEDOC, nas 4 praças da emissora (Sorocaba, Bauru, São José do Rio Preto e Itapetininga).

Com a definição dos sujeitos da pesquisa, que seriam os profissionais responsáveis pela execução das atividades pertinentes à decupagem / indexação das imagens em movimento, no banco de dados, buscou-se elaborar um roteiro estruturado para a execução das mesmas. O tipo de entrevista selecionado foi a padronizada ou estruturada, onde o entrevistador direciona as perguntas seguindo um roteiro estabelecido previamente. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 197).

Com a entrevista estruturada busca-se maior compreensão de como se dá a gestão da informação – imagens em movimento, de matérias jornalísticas em banco de dados na TV TEM. Espera-se que a coleta destes dados seja de grande valia para entender este fluxo, este material que é tão importante para o setor jornalístico de uma emissora de televisão como um todo.

### 4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir de uma abordagem do mundo contemporâneo, dos novos paradigmas, da consciência planetária, da globalização, chega-se à era digital, destacando-se os seus impactos sobre a valorização da informação e do conhecimento como bens de valor. Ressalta-se que a produção do conhecimento, na atualidade, é uma questão fundamental, tratando-se de uma teoria voltada à sua própria prática: ao mesmo tempo em que a fundamenta, subordina-se a ela, implicando necessariamente em mudanças no modo de pensar/atuar das pessoas e das organizações.

Informação e comunicação são duas palavras distintas que se complementam e que interagem para dar vida ao conhecimento. Conhecimento este que é vital para impulsionar todas as coisas, em todos os setores da sociedade. Mas, antes da informação propiciar este conhecimento tão esperado ela precisa passar pelo processo de transmissão e recepção da mensagem tornando-se transferível e comunicável.

Imagina-se todo este processo sendo atingido por milhares de pessoas no mesmo instante, de uma só vez. Esta é a função dos meios de comunicação de massa ao propiciar a interação entre o emissor e o receptor da mensagem. A televisão é sem dúvida o meio de comunicação de massa mais popular, pois atinge milhões de lares em todo o mundo, e o modo dela informar seus telespectadores é através de seus produtos televisivos (notícias em seus telejornais e programas de entretenimento).

Com isso, essa mídia massiva ganhou novas características, em meio à transição da era analógica para a era digital. Toda essa tecnologia capacita cada vez mais, instigando a busca da informação para gerar o conhecimento. As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) trouxeram facilidades e impulsionaram o modo de entender este universo da informação, onde esta pode estar presente em vários setores e em diferentes suportes, destacando-se a imagem em movimento.

Ressalta-se que, na TV Digital, a gestão da informação de imagens em movimento de matérias jornalísticas em banco de dados, é de vital importância, devido ao grande fluxo destas informações. A quantidade de informações geradas a cada minuto é extremamente alta, e todos os dias são geradas uma quantidade considerável de imagens para retratar suas notícias. Fazendo com que pesquisadores e usuários deste sistema de informação fiquem perplexos de ver tanta informação ao mesmo tempo.

Desse modo, quem trabalha diretamente com esta informação, seja produzindo-a (especialistas, jornalistas, escritores, pesquisadores, etc.), seja tratando-a (bibliotecários, arquivistas, profissionais da informação, etc.), depara-se com essa quantidade imensurável de informação, fazendo-se necessário entender a imagem em movimento como uma nova linguagem a ser tratada, armazenada a fim de que seja, conseqüentemente, recuperada de forma ágil e com a qualidade desejada.

Sem a mediação da informação, não seria possível o entendimento rápido e preciso de informações em diferentes formatos, ressaltando-se que há necessidade deste artifício para a compreensão destas informações, seja no ambiente informacional (centros de documentação, bibliotecas, arquivos, etc), seja no ambiente de comunicação de massa caracterizado pela emergência e consolidação de diferentes mídias ao longo do tempo (rádio, cinema, internet, celulares etc.) com o destaque para a importância da Televisão Digital nesse cenário. Precisamos tratá-la na amplitude do conceito da informação e da comunicação, considerando as exigências da era digital em que vivemos e suas funções de construção e compartilhamento de conhecimento nas sociedades humanas.

Com o estudo exploratório em andamento, iremos coletar informações oportunas a respeito de como se dá este entendimento na gestão da informação e como é feita a mediação neste contexto, buscando oferecer subsídios teórico-práticos nesse sentido e que possam ser aplicáveis à TV digital.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da Informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim, et al. Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da ciência da informação. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. p. 41-54.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. A gestão da informação e o conhecimento sob a ótica da comunicação. In: Revista de Comunicação Midiática: Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação/ Universidade Estadual Paulista. Bauru: UNESP, n. 1 e 2, 2004, p. 211-229.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valéria Cruz. A televisão digital brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COL, Ana Flávia Sípoli. A comunicação interna em departamentos jornalísticos: um estudo em emissoras de redes de televisão aberta brasileiras sob o enfoque da gestão da informação. 2010. 344f. Dissertação de mestrado (Comunicação). Bauru: UNESP

DRUCKER, Peter Ferdinand. O melhor de Peter Drucker: a administração. São Paulo: Nobel, 2002.

GONÇALVES, Antônio Claudio Brasil. Os novos paradigmas da imagem em movimento: em busca de metalinguagens de representação para bases de dados virtuais visando a recuperação de conteúdo semântico. DataGramaZero Revista da Ciência da Informação, v. 3, n. 1, fev. 2002. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/fev02/Art\\_01.htm](http://www.dgz.org.br/fev02/Art_01.htm)>. Acesso em: 21 set. 2013.

JAMBEIRO, Othon. Gestão e tratamento da informação na sociedade tecnológica. São Paulo Perspectiva, n. 12, v. 4. 1998. Disponível em: <[http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n04/v12n04\\_01.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n04/v12n04_01.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*, 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTELART, Armand. História da sociedade da informação. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2006.

MCGEE, James; PRUSAK, Laurence. Gerenciamento estratégico da informação. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

REIS, Carlos. Planejamento estratégico de sistemas de informação. Lisboa: Presença, 1993.

SACRINI, Maurício. Perspectivas do gênero documentário pela apropriação de elementos de linguagem da TV digital interativa. 2004. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/sacrini-marcelo-doc-digital-interativo.html>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

SANTOS, Francisco Edvander Pires. Documentos e informações audiovisuais: uma teoria arquivista e as técnicas da biblioteconomia aplicadas à organização de arquivos de TV. DataGramaZero Revista de Ciências da Informação, v.14, n. 5, out/2013. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/out13/Art\\_08.htm](http://www.dgz.org.br/out13/Art_08.htm)>. Acesso em: 04 fev. 2014.

SOUZA, Jorge Pedro. Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media. 2. ed. rev. ampl. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

## GESTÃO URBANA E INTERDISCIPLINARIDADE

Eliana Jacintho de Lima Goulart Giuberti  
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca  
elianagiuberti@franca.sp.gov.br

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira  
Faculdade de Ciências Econômicas de Franca  
sheila@netsite.com.br

### Resumo

O Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD do ano de 2009 apontou a taxa de urbanização no Brasil (proporção de pessoas residentes em áreas urbanas) em 84%. A explicação desse fato tem raízes na migração da população do campo para cidade, sobretudo após a década de 40, atraída pelo processo de industrialização em andamento no país. Em âmbito mundial, a urbanização teve como resultado o crescimento das cidades, que, de modo geral, se deu de forma não planejada com consequências sociais, ambientais, econômicas, culturais, políticas, etc. nem sempre positivas. A partir das demandas do homem urbano por saúde, educação, moradia, mobilidade, segurança, cultura, esportes e lazer delineou-se a demanda por uma nova gestão urbana que passou a ser objeto de estudos acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento. Porém os problemas urbanos que acometem as cidades do mundo contemporâneo revelam que essa fragmentação de saber não dará conta da complexidade das sociedades urbanas e de seus espaços. A interdisciplinaridade, neste caso, pode contribuir como estratégia de integração entre as áreas de conhecimento na busca de soluções compartilhadas entre os diversos segmentos da sociedade civil e do poder público. Diante desse contexto, o objetivo desse trabalho é apresentar a interdisciplinaridade como fator de integração dos diversos aspectos da gestão urbana rumo ao desenvolvimento sustentável. A fundamentação teórica consolida-se em Lefebvre, Bauman, Furtado, Gómez-Granell e Villa, entre outros. Como metodologia utilizou-se a abordagem bibliográfica exploratória que considera questões relacionadas à gestão urbana, reafirmando a necessidade de abordagem interdisciplinar no enfrentamento dos desafios que se apresentam para a conquista da cidadania.

130-2452

**Palavras-chave:** interdisciplinaridade; gestão urbana; gestão de cidades, cidadania.

## Introdução

Em âmbito mundial, o processo de urbanização teve como resultado o crescimento das cidades, que, de modo geral, se deu de forma não planejada com consequências sociais, ambientais, econômicas, culturais, políticas, etc. nem sempre positivas. A partir das demandas do homem urbano por saúde, educação, moradia, mobilidade, segurança, cultura, esportes e lazer delineou-se a demanda por uma nova gestão urbana que passou a ser objeto de estudos acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento. Porém os problemas urbanos que acometem as cidades do mundo contemporâneo revelam que essa fragmentação de saber não dará conta da complexidade das sociedades urbanas e de seus espaços. A interdisciplinaridade, neste caso, pode contribuir como estratégia de integração entre as áreas de conhecimento na busca de soluções compartilhadas entre os diversos segmentos da sociedade civil e do poder público.

## 1 Aspectos históricos

*o fenômeno urbano manifesta hoje sua enormidade,  
desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e  
mesmo para a imaginação.*  
HENRY LEFEBVRE

O surgimento das cidades há, aproximadamente, seis mil anos tem entre suas primeiras causas a fixação do homem no solo para dedicar-se a atividades da agricultura e o domínio de técnicas capazes de produzir excedentes agrícolas que permitiram o convívio e as trocas desses excedentes entre seus vizinhos de campo.

Com o passar do tempo, cidades como Babilônia, Atenas e Roma, se organizaram administrativa e politicamente de tal forma que até hoje exercem influência nos modelos de gestão da sociedade moderna.

Segundo Lefebvre

Quando a industrialização começa, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial, a Cidade já tem uma poderosa realidade. (...) Em suma, são centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos). (LEFEBVRE, 1991, p. 4)

Ora, “a cidade é, em si mesma, um agente educativo e assim foi entendida pelas diferentes civilizações. Um lugar onde as pessoas se reúnem para conviver, para aprender, para participar da vida social e política e para exercer seus direitos de cidadãos” (GÓMEZ-GRANELL; VILA, 2003, p. 18).

Com efeito, embora a cidade preexistisse à Revolução Industrial, o processo de industrialização “é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade” (LEFEBVRE, 1991, p. 3), contribuindo sobremaneira para que a urbanização se firmasse como fenômeno inexorável rumo à era contemporânea.

No Brasil, a migração em grande escala do homem do campo para a cidade deu-se no início do Século XX. Segundo Furtado,

a estagnação do setor agrícola de exportação, a concentração de investimentos em atividades urbanas, principalmente manufatureiras e, por último, o rápido aumento das atividades estatais, trouxeram importantes transformações na estrutura social do país, cuja manifestação externa mais importante consistiu num rápido processo de urbanização. Em 1920, de acordo com o censo então realizado (não houve censo em 1930), a população brasileira era de 30 milhões de pessoas, das quais não mais de 7 milhões viviam em cidades (2013, p. 415-416).

Hoje, a população brasileira é de 190,7 milhões de habitantes, sendo que 84% ou, mais precisamente, 160,2 milhões de habitantes vivem nas cidades (BRASIL, 2010).

Historicamente, a cidade

é o lugar dos conflitos permanentes e sempre renovados, lugar do silêncio e dos gritos, expressão da vida e da morte, da emergência dos desejos e das coações, onde o sujeito se encontra porque se reconhece nas fachadas, nos tijolos ou, simplesmente, porque se perde nas formas sempre tão fluidas e móveis (CARLOS, 1996, p.147).

Porém, é na época atual que a cidade definida como espaço público enfrenta sua crise mais profunda relacionada à perda de sua função comunitária, educativa ou civilizadora com sintomas como o desequilíbrio ambiental, o desemprego, a exclusão social, a violência, a fragmentação do território, a solidão e o individualismo (GÓMEZ-GRANELL; VILA, 2003):

Esse individualismo moderno, ligado à implosão das orientações sócio culturais e da crise da cidade, aponta para o fato de que as transformações do processo de reprodução do espaço urbano tendem a separar e dividir os habitantes na cidade em função das formas de apropriação determinadas pela existência da propriedade do solo urbano [...]. Essa delimitação, bem marcada, separando a casa da rua, reduzindo o espaço público, apagando a vida nos bairros onde cada um se reconhecia, porque este era o espaço da vida, torna a cidade mais fria, anônima, funcional e institucionalizada (CARLOS, 1996, p.142-143).

Além disso, assistimos no momento presente, à transformação da sociedade industrial em sociedade da informação e da comunicação com mudanças nos âmbitos econômico, científico e tecnológico que não resultaram em uma sociedade mais justa e solidária e sim em uma sociedade que tem apresentado novas formas de desigualdade e de injustiça capazes de aumentar a pobreza, a marginalização e a exclusão como afirmam Gómez-Granel e Vila (2003).

## 2 Organização administrativa na gestão da cidade

A cidade se apresenta como ponto de convergência de demandas e soluções para elementos complexos da vida coletiva e o seu tamanho é diretamente proporcional a tal complexidade.

Para Santos, a grande cidade

reúne pessoas das mais diversas origens, dos mais diversos níveis de instrução, de riqueza, de entendimento. Constitui-se em um lugar em que é possível uma mistura de interpretações mais ou menos corretas do mundo, do país e do próprio lugar. Há uma enorme riqueza de perspectivas. A vizinhança obriga as pessoas a se compararem e a se perguntarem sobre suas diferenças, seja ela próxima ou distante. Essa já é uma indagação de natureza política (2000, p. 60).

Da mesma forma, é de natureza política a definição das estratégias que atenderão as necessidades dentro dessa riqueza de perspectivas:

Há nesse “ser”, que cresce e se desenvolve desigualmente, necessidades urgentes e necessidades diferenciadas. Há, nele, o que o torna idêntico a seus antepassados, o que o torna análogo a seus semelhantes, e o que o torna diferente. Sua miséria é sua grandeza; suas desarmonias e disfunções o impulsionam adiante, em direção a seu fim. Ele jamais abandona a ambiguidade. [...] O ser humano tem “necessidade” de acumular e de esquecer, tem necessidade simultânea ou sucessivamente de segurança e de aventura, de sociabilidade e de solidão, de satisfações e de insatisfações, de desequilíbrio e de equilíbrio, de descoberta e de criação, de trabalho e de jogo, de palavra e de silêncio. A casa, a morada, a residência e o apartamento, a vizinhança, o bairro, a cidade, a aglomeração, satisfizeram, ainda satisfazem, ou não satisfazem mais a alguns desses apelos (LEFEBVRE, 1999, p.72).

Diante de tamanha diversidade de sentimentos, estados e locais citada por Lefebvre, Bauman ressalta que

a capacidade de conviver com a diferença, sem falar na capacidade de gostar dessa vida e beneficiar-se dela, não é fácil de adquirir e não se faz sozinha. Essa capacidade é uma arte que, como toda arte, requer estudo e exercício (2001, p. 123).

Para responder à complexidade da vida urbana que acolhe esse “ser”, a divisão em secretarias, em coordenadorias, em setores ou em outros órgãos com atribuições relacionadas a educação, saúde, moradia, segurança, meio ambiente, transporte, entre outros, se apresentou como estratégia de gestão pública exigindo quadros funcionais com profissionais de áreas do conhecimento afins.

Em outras palavras “essa complexidade torna indispensável uma cooperação interdisciplinar. O fenômeno urbano, tomado em sua amplitude, não pertence a nenhuma ciência especializada” (LEFEBVRE, 1999, p. 57).

O Quadro a seguir, expõe alguns exemplos de divisão administrativa:

**Quadro 1:** Cidades e Secretarias Administrativas

CIDADE	SECRETARIAS
Franca/SP	Ação Social Desenvolvimento Educação Finanças Gabinete Planejamento Urbano Recursos Humanos Saúde Segurança e Cidadania Serviços e Meio Ambiente
Sorocaba/SP	Administração Cultura Educação Desenvolvimento Econômico e Trabalho Desenvolvimento Social Esporte e Lazer Fazenda Governo e Segurança Comunitária Habitação e Regularização Fundiária Meio Ambiente Mobilidade, Desenvolvimento Urbano e Obras Negócios Jurídicos Planejamento e Gestão Saúde Serviços Públicos
S. Paulo/SP	Assistência Social Comunicação Controladoria Geral do Município Cultura Desenvolvimento Urbano Direitos Humanos e Cidadania Educação Esportes Finanças e Desenvolvimento Econômico Governo Habitação Infra-estrutura Urbana Licenciamento Negócios Jurídicos Pessoa com Deficiência Planejamento, Orçamento e Gestão Políticas para as Mulheres Promoção da Igualdade Racial Relações Governamentais

	Relações Internacionais e Federativas Saúde Segurança Urbana Serviços Subprefeituras Trabalho e Empreendedorismo Transporte Verde e Meio Ambiente
CIDADE	SECRETARIAS
Rio de Janeiro/RJ	Abastecimento e Segurança Alimentar Administração Casa Civil Ciência e Tecnologia Conservação Controladoria Geral do Município Cultura Defesa do Consumidor Desenvolvimento Econômico Solidário Desenvolvimento Social Educação Esporte e Lazer Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida Fazenda Gabinete do Prefeito Governo Habitação Meio Ambiente Obras Ordem Pública Pessoa com Deficiência Política para as Mulheres Procuradoria Geral do Município Promoção e Defesa dos Animais Saúde Trabalho e Emprego Transporte Urbanismo
Araraquara/SP	Administração Agricultura Articulação Institucional e Participação Popular Cultura Educação Fazenda Assistência e Desenvolvimento Social Ciência, Tecnologia, Turismo e Desenvolvimento Sustentável Comunicação Desenvolvimento Urbano Esportes e Lazer Governo Habitação

	Meio Ambiente Obras Públicas Saúde Segurança Pública Serviços Públicos Trânsito e Transportes Negócios Jurídicos
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Fonte:** elaborado pelas autoras a partir de informações obtidas nos sites das Prefeituras.

Percebemos nos exemplos apresentados que as áreas englobadas pelas secretarias, bem como o número de secretarias podem sofrer variações de cidade para cidade.

Independentemente do arranjo escolhido para compor uma administração municipal, o objetivo da gestão pública é, ou deveria ser, atender às necessidades precípua dos cidadãos e da vida em coletividade. Ora, a integração entre as secretarias poderá favorecer a “construção de uma política urbana e regional calcada em novas práticas de gestão que articulem diversos setores da administração” (FELDMAN, 2003, p.111), contribuindo de modo efetivo para a consecução do objetivo citado, na medida em que a solução para inúmeras dessas demandas requer um trabalho intersetorial e interdisciplinar.

Essa interdisciplinaridade ultrapassa os limites governamentais e atinge a sociedade, como um todo, uma vez que

Não é possível continuar pensando em algumas cidades nas quais se exija de seus administradores que solucionem problemas tão importantes como o do transporte ou o da poluição enquanto cidadãos continuam com seus hábitos não solidários, decididos a prosseguir pensando que tais problemas devem ser solucionados por “outros” para que se siga fazendo o de sempre (ESTEVE, 2003, p. 12).

Assim, devemos como cidadãos contribuir para a prevenção, mitigação ou mesmo, solução dos problemas numa relação de corresponsabilidade e apreço pela cidade na qual vivemos.

### **3 A cidade como projeto educativo**

O título desse capítulo foi tomado emprestado do livro homônimo que relata as experiências de cidades que se propuseram a trabalhar em um projeto interdisciplinar de educação para a cidadania:

um grande movimento cidadão que envolveu não só as escolas da cidade, mas também mobilizou arquitetos e economistas, empresários e aposentados, artistas e cidadãos, nos quais incutiu o desejo de participar para fazer de sua cidade um projeto educativo de futuro” (ESTEVE, 2003, p. 12)

Signatárias desse Projeto destacamos Barcelona na Espanha, cidades do norte da Itália, cidades escandinavas e Cubatão/SP, no Brasil.

Acumulam-se exigências para a educação na resolução dos problemas que acometem a sociedade. As escolas têm de dar conta de temas como violência no trânsito, dependência de drogas e álcool, má alimentação, consumismo, poluição, muitas vezes sob a obrigatoriedade de leis criadas por políticos que pouco conhecem o universo escolar e suas inúmeras responsabilidades. Além da sobrecarga curricular, os educadores “constatam a inutilidade de seus esforços para transmitir alguns valores e atitudes educativas que, se forem contraditórios com o que eles observam em seu entorno, nunca chegarão a fazer parte da vida de seus alunos (ESTEVE, 2003, p.11).

Em outras palavras, Esteve afirma que “nossa sociedade não pode encomendar dos educadores o trabalho, condenado ao fracasso, de pregar em suas aulas valores e atitudes que a comunidade não assume como próprios” (2003, p.11).

Nesse sentido, “é preciso que deixemos de pensar na educação exclusivamente a partir de parâmetros econômicos e produtivos e promovamos uma concepção de educação que cultive, sobretudo, os valores de uma cidadania democrática” (GÓMEZ-GRANELL; VILA, 2003, p. 16) que não pode, nem deve ficar restrita ao âmbito escolar.

Para superar essa situação e fortalecer a abordagem interdisciplinar, Gómez-Granell e Vila reiteram a necessidade de que a partir de outros âmbitos, como o urbanismo, as associações, a cultura, a ecologia, a antropologia, a economia, ou a política, se reflita sobre o sentido da educação e sejam feitas propostas para a educação dos cidadãos” (2003, p. 34).

Para Cervera e Gómez-Granell (2003, p. 99) “a questão é impregnar o tecido social com tais intenções educativas e promover uma mudança na consciência cidadã que gere uma profunda modificação de atitudes e de comportamentos”.

Diante desse contexto, pesquisas acadêmicas, sobretudo de abordagem interdisciplinar, podem oferecer relevantes contribuições para a questão proposta.

#### **4 As contribuições da Academia para uma gestão interdisciplinar**

Não obstante sua urgência, o trabalho interdisciplinar pode se apresentar como panaceia para os desafios propostos pela gestão urbana ou ainda como uma tarefa de difícil efetivação.

Lefebvre alerta para as decepções e malogros que o trabalho interdisciplinar ou pluridisciplinar pode resultar: “ora diálogos de surdos, ora pseudo-encontros desprovidos de terreno comum” (1999, p. 58). Para que o trabalho interdisciplinar dê resultados positivos é imprescindível o abandono da postura que reclama para sua disciplina a posse exclusiva da verdade absoluta ou protagonismo em relação às outras. É preciso mais: um olhar aberto a outros pontos de vista e uma disposição para o agir coletivo.

Para Santos

Cada disciplina possui um módulo que a identifica e a distingue das demais. O que faz com que uma disciplina se relacione com as demais é o mundo, o mesmo mundo que, no seu movimento, faz com que minha disciplina se transforme... Todas as disciplinas têm sua relação com o mundo. Quando no processo de informá-la, colocamos o mundo dentro de uma disciplina, e dele fazemos a inspiração mãe, temos a metadisciplina. Por isso, o mundo é que permite que se estabeleça um discurso inteligível, um canal de comunicação entre as disciplinas. A interdisciplinaridade não é algo que diga respeito às disciplinas, mas à metadisciplina (SANTOS, 2000, p. 49).

Nesse sentido, “uma geografia, uma sociologia, uma economia, uma antropologia que não tenham o mundo como inspiração na produção própria de conceitos, não se prestam a nenhum trabalho interdisciplinar (SANTOS, 2000, p. 49-50). Para Santos, o trabalho disciplinar “não é o resultado de trabalhar juntos, mas da possibilidade de um discurso intercambiável, com a fertilização mútua dos conceitos que, apesar dos jargões respectivos, não são impenetráveis” (2000, p. 50).

Assim, Furtado (2013, p. 493) toma para a academia uma responsabilidade: “somos uma força transformadora deste mundo. Cabe-nos, a nós, intelectuais e cientistas aqui presentes, balizar os caminhos que percorrerão as gerações futuras”.

Para o autor, a teoria do desenvolvimento vem estimulando uma fecunda reflexão crítica em função de suas bases interdisciplinares, contribuindo para aprofundar a consciência crítica do homem contemporâneo (FURTADO, 2013).

Sendo o lócus por excelência da teoria, a academia carrega consigo o germe da utopia:

Toda teoria é, pois, embrião de uma utopia. Quando se exclui a utopia, nós nos empobrecemos imediatamente. O próprio ofício de teorizar pressupõe uma utopia. As épocas que subestimam a utopia são épocas de empobrecimento intelectual, ético e estético (SANTOS, 2000, p. 48).

Sendo assim, a academia deveria assumir para si, não apenas a transmissão do legado teórico das disciplinas, como também a transmissão da utopia. Utopia da educação para a cidadania como agente interdisciplinar de gestão urbana e de desenvolvimento local.

### **Considerações finais**

O trabalho interdisciplinar como estratégia de gestão urbana pode contribuir de modo relevante para o desenvolvimento local na medida em que as demandas da cidade contemporânea envolvem a complexidade de um contexto sem fragmentação.

Nesse sentido, como no exemplo *Cidade como projeto educativo* a educação pode ser o elo entre as diferentes disciplinas e diferentes setores de uma gestão na medida em que é consenso sua importância para a civilização e na medida em que todos os cidadãos independentemente de sua atuação profissional é capaz de desenvolver uma postura educativa e dar sua contribuição na construção de um pacto para a cidade educadora.

### **REFERÊNCIAS**

ARARAQUARA. Disponível em: [www.araraquara.sp.gov.br](http://www.araraquara.sp.gov.br)>. Acesso em 18 de ago. 2014.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** - IBGE. Disponível em: [censo2010.ibge.gov.br](http://censo2010.ibge.gov.br)>. Acesso em: 20 ago. 2014.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

CERVERA, S.; GÓMEZ-GRANELL, C. O meio ambiente e a globalização. In: GÓMEZ-GRANELL, C.; VILA, I. (Org.) **A cidade como projeto educativo**. Trad. Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ESTEVE J. M. In: GÓMEZ-GRANELL, C.; VILA, I. (Org.) **A cidade como projeto educativo**. Trad. Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FELDMAN, S. Política urbana em cidades não metropolitanas. In: GONÇALVES, M.F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003.

FRANCA. Disponível em: <<http://www.franca.sp.gov.br/portal/prefeitura/secretarias>>. Acesso em 18 ago. 2014.

FURTADO, C. Obstáculos políticos ao crescimento brasileiro. In: D'AGUIAR, R. F. (Org.) **Essencial Celso Furtado**. 1. ed. São Paulo. Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

GÓMEZ-GRANELL, C.; VILA, I. (Org.) **A cidade como projeto educativo**. Trad. Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 1. ed. São Paulo: Moraes, 1991. Trad. Rubens Eduardo Frias.

RIO DE JANEIRO. Disponível em: <[www.rio.rj.gov.br](http://www.rio.rj.gov.br)>. Acesso em 18 ago. 2014.

SANTOS, M. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SÃO PAULO. Disponível em: <[www.capital.sp.gov.br](http://www.capital.sp.gov.br)>. Acesso em: 18 ago. 2014.

SOROCABA. Disponível em: <<http://www.sorocaba.sp.gov.br/governo-municipal>>. Acesso em 18 ago. 2014.

## INTERDISCIPLINARIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL: A EXPERIÊNCIA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO IPHAN

Fernanda Gabriela Biondo  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan  
ferbiondo@gmail.com

Mariana Kimie da Silva Nito  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
marykn@gmail.com

Raissa Balthazar  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
raissa.balthazar@iphan.gov.br

Fernanda Rocha de Oliveira  
Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional  
fernanda-arq@hotmail.com

### Resumo

A denominação Patrimônio pode adquirir múltiplos significados de acordo com o adjetivo que o qualifica. Por Patrimônio Cultural – temática deste artigo –, entende-se os bens que representam a cultura de um povo, comunidade ou país. As recentes discussões sobre a atuação neste campo tratam sobre o uso das práticas interdisciplinares com vistas à ampliação dos direitos sociais e culturais. Mas o interesse pela antiguidade, mesmo que ainda não atribuído à noção de Patrimônio Cultural, já estava presente na Antiguidade Clássica e na Idade Média, sendo que o merecimento de proteção de um patrimônio comum a um grupo social surgiu somente no fim do século XVIII, a partir de uma visão moderna de história e cidade e da criação de um nacionalismo. No Brasil os registros mais primitivos visando à preservação de monumentos históricos ocorreram também no século XVIII, ainda que bastante tímidos. A partir das discussões modernistas sobre novos valores e concepções estéticas e culturais ocorridas na década de 1920 e com o cenário político de modernização, centralização administrativa e intervenção estatal na economia e na sociedade – surgido com o Estado Novo, na década de 1930 –, as questões referentes à identidade nacional ganharam campo e se iniciaram, oficialmente, as políticas públicas destinadas a preservação do patrimônio histórico e artístico. Surge, assim, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o órgão da administração pública responsável, até hoje, pela proteção dos bens culturais brasileiros. Ao longo dos anos, uma nova dinâmica se instaurou nos procedimentos de preservação: instrumentos foram criados e revisados, políticas incluíram novos agentes e objetos. Com isso, vem se identificando a carência de contribuições das mais diferentes áreas de conhecimento. Entende-se que, numa reflexão e atuação interdisciplinar, seria possível construir caminhos capazes de equacionar a complexidade social e técnica que a ampliação nos conceitos preservacionistas trouxe para o IPHAN. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é clarificar a importância do tratamento interdisciplinar em relação às questões do patrimônio cultural, de acordo com os atuais avanços nos conceitos e políticas que o permeiam, a partir da experiência de formação do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. Para tanto, optou-se, num primeiro momento, por uma fundamentação teórica – constituída de primeiras

aproximações conceituais e da retrospectiva da constituição do campo do patrimônio a níveis internacional e nacional – para entendimento do contexto histórico, político, social e cultural no qual foi instituído, no ano de 2004, o Programa de Especialização em Patrimônio (PEP) no âmbito do Iphan. Este programa, que posteriormente foi convertido em mestrado profissional, tinha como objetivos promover a especialização de profissionais de diversas áreas recém-egressos do ensino superior e difundir o conhecimento produzido sobre a prática da preservação do patrimônio cultural. Em seguida, procedeu-se uma análise da proposta, do funcionamento, das limitações e dos desafios que este programa representa frente às atuais demandas e expectativas do cenário preservacionista nacional. Pretende-se, com isso, registrar o impacto da interdisciplinaridade na qualificação profissional e na sua importância para o campo do Patrimônio Cultural.

079-2397

## INTRODUÇÃO

Este trabalho foi produzido no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP/MP) do Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, com recursos financeiros do IPHAN na forma de bolsa e auxílio pesquisa, no período entre 2013 a 2015.

A denominação *Patrimônio* pode adquirir múltiplos significados de acordo com o adjetivo que o qualifica. Por *Patrimônio Cultural* se entendem os bens cujo valor é atribuído pela sociedade e pelo Estado, que representam a cultura de um povo, comunidade e país. Segundo Cecília Londres Fonseca:

Patrimônio é tudo aquilo que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia. (FONSECA, 2005, p. 21)

Atualmente, pelo IPHAN<sup>13</sup>, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, os bens protegidos são classificados em: material (Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Artes Aplicadas, Belas Artes, Histórico), cujo principal instrumento de proteção é o *tombamento*; e imaterial (Celebrações, Formas de Expressão, Lugares e Saberes) cujo reconhecimento é feito pelo *registro*. Portanto, é possível afirmar que o patrimônio cultural se constitui por bens, agentes, valores, políticas e abordagens<sup>14</sup> que se interrelacionam de diversas maneiras.

Esta ampla noção de patrimônio cultural evolui continuamente e busca abarcar a diversidade cultural de uma sociedade. Dessa forma, o artigo se inicia com uma análise da constituição do campo do

<sup>13</sup> O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, tornou-se Diretoria em 1946 (DPHAN); em 1970, assume a denominação de Instituto (IPHAN) e, em 1979, de Secretaria (novamente SPHAN). Em 1981, passa a Subsecretaria, mantendo a sigla SPHAN. Finalmente, em 1994, readquire a designação de Instituto e recebe a nomenclatura de IPHAN.

<sup>14</sup> Podemos citar, por bens: calçamentos, caixa d'água, teto, céu, encontro das águas, torcida do flamengo, etc.; por agentes: Estado, artistas, especialistas, agentes culturais, detentores, moradores, proprietários, atingidos, sociedade civil, comunidade, “grupos participantes do processo civilizatório nacional”, “grupos formadores da sociedade brasileira”, cidadãos, brasileiros, estrangeiros, turistas, falantes etc.; por valores: artístico, histórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, paisagístico, excepcional, memorável, monumental, cognitivo, formal, afetivo, pragmático, éticos etc.; por políticas: políticas de governo, política de Estado, políticas públicas, política de inclusão etc.; e por abordagens: conceitos, categorias, disciplinas, procedimentos, metodologias etc. (LEAL, Claudia F. Baeta; Teixeira, Luciano S., 2014)

patrimônio cultural pela necessidade de entendê-lo como um processo histórico, considerando suas diferentes trajetórias e semânticas. Segue-se a esta análise o panorama dentro do qual surge o Programa de Especialização em Patrimônio Cultural do IPHAN, em 2004 - hoje convertido em Mestrado Profissional -, que associa as práticas de preservação ao aprendizado teórico e metodológico por uma perspectiva interdisciplinar.

Desta forma, pretende-se, neste artigo, identificar como a abordagem interdisciplinar construída no âmbito deste programa de mestrado do IPHAN pode contribuir na prática profissional do campo da preservação do patrimônio cultural, de acordo com as evoluções conceituais já ocorridas na área.

### **Resgate Histórico Sobre a Constituição do Campo do Patrimônio Cultural: a perspectiva internacional**

A origem da palavra *patrimônio* está ligada a herança familiar, econômica, dinâmica e jurídica; que possui caráter transitório, passado de geração em geração. O interesse pelo antigo, mesmo que ainda não atribuído à noção de patrimônio cultural, já estava presente na Antiguidade Clássica<sup>15</sup> e na Idade Média, quando havia um grande apreço por artefatos egípcios e greco-romanos. Este interesse por tempos remotos impulsionou o surgimento de eruditos e do comércio das artes. Segundo Choay (2001, p.34), se tratava de uma maneira de apropriação dos artefatos sem que houvesse uma percepção teórica destes. Foi a partir do humanismo, no Renascimento, que a história começa a ser conceituada, através da escrita literária e da expressão artística, no qual a noção de passado compreende a técnica que gera conhecimento. Há o início de uma valoração da dimensão histórica e artística dos artefatos e o surgimento de uma noção de monumentos históricos - abarcando a arquitetura e a escultura - que além de serem registrados iconograficamente, passaram a ser vistos como testemunhos de tempos passados.

Porém a conservação efetiva destes monumentos só ocorre a partir de 1430 - principalmente pelas mãos da corte pontifical, interessada na preservação e conservação dos monumentos romanos - quando são adotadas as primeiras medidas objetivas visando, por meio da reintegração de edifícios antigos, inibir degradações múltiplas. (CHOAY, 2001, p.52 -59)

As ações empreendidas até então se davam em torno de objetos ainda restritos ao público reduzido de intelectuais, artistas, do clero e da alta burguesia. A democratização deste saber ocorre no século XVIII, quando a noção de antiguidade foi enriquecida e obteve uma nova lógica visual e semântica. A formação de uma Europa erudita, que transpõem seus limites em busca dos vestígios das civilizações-mães da Grécia, Egito e Ásia Menor, permite a criação de museus<sup>16</sup> e o impulso à conceituação e à realização de inventários das antiguidades<sup>17</sup>.

A preservação através da sistematização das ações de conservação dos monumentos históricos ocorre quando o Estado assume:

uma prática característica de Estados modernos, que, por meio de determinados agentes, recrutados entre intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído,

<sup>15</sup> Antiguidade Clássica é período da História da Europa, aproximadamente no século VIII a.C.

<sup>16</sup> Os museus institucionalizam a conservação de objetos.

<sup>17</sup> Estes critérios de valoração e apreciação orientaram as decisões dos primeiros legisladores do patrimônio.

enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando a sua transmissão para futuras gerações. (FONSECA, 2005, p. 11)

O merecimento de proteção de um patrimônio enquanto identidade comum a um grupo social ao qual define surge no fim do século XVIII, a partir de uma visão moderna de história e cidade e da criação da ideia de nacionalismo (BABELON; CHASTEL, 1994). Segundo Cecília Londres Fonseca:

[...] foi a idéia de nação que veio garantir o estatuto ideológico (do patrimônio), e foi o Estado nacional que veio assegurar, através de práticas específicas, a sua preservação [...]. A noção de patrimônio se inseriu no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos estados-nação modernos. (FONSECA, 2005, p. 54-59)

Este processo de mudança está intimamente ligado aos desdobramentos ocorridos na Revolução Francesa, primeiramente, pelas ações de preservação dos bens espoliados do clero que foram transformados em patrimônio nacional. E depois, pelas medidas para enfrentar as ações de vandalismo<sup>18</sup>. Este contexto levou à criação da Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, marcando uma política jurídica e técnica concreta do Estado para promover a preservação e a conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

No que concerne aos monumentos históricos, o período que se seguiu à Revolução foi desastroso pelas devastações e saques praticados contra obras de arte, no intuito de destruir e apagar os símbolos das antigas classes dominantes, nobreza e clero. Os edifícios medievais foram as principais vítimas, mas, em realidade, o desprezo por eles e as intervenções mutiladoras haviam sido uma constante, mesmo anteriormente, sendo comum sua utilização como fonte de materiais de construção. Porém, a reação ao 'vandalismo' revolucionário, que ameaçava expurgar de solo francês os remanescentes da arte medieval, resultou em incipientes providências oficiais tomadas por um Estado visando à tutela de monumentos históricos, levando à criação de legislação sobre o assunto (KÜHL, 2007, p.110)

Os desdobramentos da Revolução Francesa repercutiram além das fronteiras do país e influenciaram outras regiões da Europa e do mundo, ao longo do século XIX. Neste período surge uma nova geração de estudiosos especializados nas questões de conservação e restauro, não apenas ligados à história da arte e à arquitetura, mas também arqueólogos, historiadores, geógrafos entre outros especialistas.

A partir do século XX, como resultado das diferentes perspectivas criadas, houve a necessidade de se estabelecerem diretrizes internacionais que visassem à salvaguarda do patrimônio. Através de congressos internacionais ocorre uma revisão e classificação de patrimônio histórico e artístico e surgem, a partir dos debates estabelecidos, as *Cartas Patrimoniais*, que são documentos "que representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, criando e circunscrevendo conceitos às

---

<sup>18</sup> O termo "vandalismo" surge nesta época por abade Grégoire ao descrever o conjunto das ações de depredação aos símbolos físicos do poder. (CHOAY, 2001)

vezes globais, outras vezes locais" (CURY, 2004, p. 07). Dentre estes, destaca-se a Carta de Veneza (1964) por ser uma referência à ampliação da noção de monumento ao defini-lo como "inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa" (CURRY, 2004, p. 93). Assim, reconhece a valorização do contexto urbano dos monumentos e também o valor de obras mais modestas que adquiriram significação cultural.

No entanto, para Fonseca (2005), o marco da proteção internacional dos bens culturais foi após a II Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1945. Segundo Rodrigues (1999, p.29), foi por meio da UNESCO que, na década de 70,

a discussão sobre patrimônio deslocou-se do objetivo de materializar as memórias nacionais e da noção de monumento histórico isolado para a de integração do patrimônio ao planejamento urbano e territorial e, definitivamente, à indústria cultural.

Foi a partir deste momento que se ampliou, de fato, a visão de patrimônio, quando lhe foi incorporado o adjetivo *Cultural*, passando a designar todo um conjunto de bens, não somente históricos e artísticos, mas também vinculado à etnografia, à arqueologia, à paisagem e a outras disciplinas. Nesta nova concepção abrangente se apontam as dimensões referenciais e simbólicas da memória e da identidade, abarcando a diversidade do Patrimônio Cultural. A UNESCO determina, atualmente, o patrimônio cultural como:

[...] o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade, sendo de fundamental importância para a memória, a criatividade dos povos e a riqueza das culturas. (UNESCO, 1972)

Este breve resgate do processo de constituição do Patrimônio Cultural no cenário internacional nos mostra a expansão deste conceito ao longo dos anos. Caminha-se, cada vez mais, para uma visão integrada, inclusiva e democrática de patrimônio dentro de uma abordagem multidisciplinar e diversificada para melhor compreendê-lo, administrá-lo e conservá-lo.

## **A Constituição do Campo do Patrimônio no Brasil: a trajetória de reconhecimento da importância de uma visão interdisciplinar**

No Brasil os registros mais primitivos visando à preservação de monumentos históricos ocorreram desde o século XVIII, mas foram bastante tímidos<sup>19</sup>. Somente no final da década de 1910, por conta da evasão de bens e obras de arte para outros países, é que esse tipo de preocupação tomou mais vulto. Nessa mesma década, a França já avançara nos seus instrumentos de preservação, e instituíra, pioneiramente, o chamado *classement*. Influenciou, assim, a legislação de vários países – inclusive o Brasil – por possibilitar, por meio dessa lei, a intervenção do Estado em propriedade privada. (SANT’ANNA, 1995, p. 38)

<sup>19</sup> Sobre isso ver o capítulo de Antecedentes, em MEC-SPHAN/Pró-Memória, 1980.

Na década seguinte, as discussões modernistas ganharam cada vez mais força. No Brasil ocorre a semana de Arte Moderna de 1922, significativamente influenciada pelos debates ocorridos nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - CIAMs. Esta foi encabeçada por intelectuais e artistas brasileiros que buscavam, sob novos valores e concepções estéticas, uma arte genuinamente nacional que abarcasse a multifacetada brasilidade, em oposição aos padrões europeus até então dominantes.

Na década de 1930, durante o governo Getúlio Vargas surgiu um novo cenário político que almejava “uma nova forma de Estado caracterizada pelo crescimento do próprio aparelho, pela centralização da administração e pela intervenção em vários setores da economia e da sociedade.” (SANT’ANNA, 1995, p. 76). Assim, as questões referentes à identidade nacional ganham campo e se iniciam, oficialmente, as políticas públicas destinadas a preservação do patrimônio histórico e artístico<sup>20</sup>.

Em 1936, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, solicitou a Mário de Andrade<sup>21</sup> um anteprojeto para a criação de um serviço para a preservação dos monumentos nacionais. Assim, foi proposto criar um Serviço do Patrimônio Artístico Nacional – SPAN, cujas bases conceituais apontavam para avanços notórios na temática preservacionista.

Ele propunha [...] um serviço público fundamentalmente vinculado à educação. A novidade do seu trabalho residia no fato de que ele não ficava preso às formas de proteção legal já consagradas na Europa, destinadas somente à proteção de monumentos históricos e obras de arte. O poeta modernista criou **uma nova idéia de patrimônio, que envolvia o registro de manifestações culturais de natureza variada**, que poderia ter gerado uma nova matriz legal completamente original, se tivesse havido a intenção de traduzí-la juridicamente. (SANT’ANNA, 1995, p. 83, grifo nosso)

Embora tenha sido considerado um projeto inviável para a época, quer pelas limitações políticas, quer pelas jurídicas, deixou um importante registro de uma visão mais ampla sobre o patrimônio. Apesar de ter tomado como base a experiência de outros países, o anteprojeto buscava firmar as peculiaridades brasileiras, considerando não apenas o legado construído como um bem a ser preservado, mas as manifestações culturais diversas. Além disso, também atenta para a importância de se dar publicidade às ações atribuídas para este serviço público e de prever uma estrutura plural do Conselho Consultivo<sup>22</sup> do SPAN, para a inserção de representantes de diferentes áreas da produção cultural, composto por cinco membros fixos - o diretor do SPAN e os chefes dos quatro museus que estariam atrelados ao mesmo serviço - e vinte membros móveis, sendo: 2 historiadores, 2 etnográficos, 2 músicos, 2 pintores, 2 escultores, 2 arquitetos, 2 arqueólogos, 2 gravadores (artistas gráficos, medalhistas, etc.), 2 artesãos (decoradores, cerâmicas, etc.) e 2 escritores (de preferência críticos de arte).

A continuidade de seu projeto passou às mãos de Rodrigo Melo Franco de Andrade, intelectual mineiro também ligado ao movimento moderno que aplicou sua experiência na literatura, no

---

<sup>20</sup> Já em 1933 foi elaborada a primeira lei federal, elevando a cidade de Ouro Preto à categoria de monumento nacional. (OLIVEIRA; VALENTIM; SERRA, 2008; MEC-SPHAN/Pró-Memória, 1980, p. 11). No ano seguinte, promulgou-se o grande marco sobre a matéria, a Constituição Federal de 1934, que possibilitou um grande avanço político e jurídico através da instituição da função social da propriedade como princípio constitucional.

<sup>21</sup> Poeta que integrava a elite intelectual moderna brasileira.

<sup>22</sup> Tem por objetivo analisar e decidir sobre questões relacionadas ao patrimônio nacional brasileiro, sendo atualmente constituído por representantes de instituições públicas e privadas e da sociedade civil, conforme o Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009.

jornalismo, na política e na advocacia para se dedicar a dar maior organização jurídico-administrativa ao serviço<sup>23</sup>.

Assim, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN foi criado em 1937, ano em que foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que institui o tombamento como um dos instrumentos legais de proteção, organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” e, o define como:

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.<sup>24</sup>

As três primeiras décadas de funcionamento do organismo foram sob a direção do seu fundador, Rodrigo M. F. de Andrade, cujos critérios para eleger quais bens deveriam ser preservados a nível federal ainda estavam muito atrelados ao espírito modernista de busca pela arte “puramente brasileira”. A equipe formada por Rodrigo (pesquisadores, historiadores, juristas, arquitetos, engenheiros, conservadores, restauradores e mestres-de-obra) ainda tinha na “pedra e cal” sua principal visão de valor. Em outras palavras, as obras construídas, sobretudo os monumentos arquitetônicos de maior monumentalidade e excepcional apelo estético (sobretudo os do período colonial) eram dignos de proteção.

Rodrigo também se preocupou em dar publicidade aos trabalhos desenvolvidos, tal como tinha sido apontado por Mário de Andrade. Assim, criou uma linha editorial dentro da instituição, a partir da qual começou a veicular, desde 1937, a Revista do Patrimônio. (MARINHO, 1986, p.3)

Com o passar dos anos, a visão sobre o que consistiria o patrimônio cultural brasileiro foi se ampliando. Na gestão do IPHAN por Renato Soeiro (1967-1979) houve novo avanço, pois os tombamentos, que antes se limitavam aos monumentos isolados, passaram a dirigir-se mais para a preservação de conjuntos – embora ainda sob o viés de valoração essencialmente estético-histórica. Foi também durante esta administração que se assistiu ao começo da intenção em conciliar a preservação dos valores tradicionais com o desenvolvimento econômico das regiões, a partir da qual se buscou fomentar o potencial turístico cultural e se iniciou grandes projetos de investimento público no setor (MEC-SPHAN/Pró-Memória, 1980).

Outra preocupação ascendente à época foi a de “colocação ou reinserção dos bens recuperados [pelas ações governamentais] no contexto sócio-econômico e cultural das comunidades a que pertencem”. Assim, “O monumento passou a ser encarado [...] como elemento dinâmico de uma ativa e presente trajetória histórica” (MEC-SPHAN/Pró-Memória, 1980, p. 23). Por isso, foi criado, em 1975, o Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC, o qual objetivava identificar os significados atribuídos pelas comunidades aos marcos monumentais. Este contempla alguns dos ideais de cultura defendido, décadas antes, por Mário de Andrade.

Com o fim do Regime Militar, instaurado no Brasil de 1964 a 1985, levantou-se cada vez mais a bandeira de defesa da democracia, em oposição à toda censura e autoritarismo vivido pelo país. E foi ainda na década de 80, vista como perdida na ótica economista, que se consagrou no campo social uma nova

<sup>23</sup> Pelas limitações jurídicas e políticas da época, o projeto sofreu algumas alterações para ser sedimentado.

<sup>24</sup> Embora o conceito de patrimônio registrado não tenha a mesma amplitude do que foi idealizado por Mário de Andrade, dá margem de interpretação bastante além de ser constituído apenas por monumentos construídos. Tal abertura de possibilidades permitiu que esta norma se mantivesse “atualizada” por muitos anos, sendo capaz de comportar novos conceitos surgidos posteriormente.

ordem jurídica: a promulgação da Constituição Federal de 1988. Esta apresentou um conjunto de inovações que a fizeram um marco da transição democrática brasileira.

Nos itens referentes à cultura não foi diferente. Em seus artigos 215 e 216, além de promover o deslocamento da matriz de valoração, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. Dito de outro modo, não apenas as construções devem ser protegidas, mas também as diversas formas de manifestações culturais, como o conhecimento de um artesão ou as festividades religiosas.

Nessa perspectiva, a política do patrimônio cultural [...] passa a ser encarada como instrumento político de reconhecimento e afirmação da existência social de distintos e heterogêneos grupos sociais (por meio da atribuição de valores às suas referências culturais materiais ou imateriais). (SIVIERO, 2014, p.15)

Diante deste novo panorama de possibilidades para o campo do patrimônio, uma nova dinâmica se instaurou nos procedimentos de preservação. Instrumentos foram criados e revisados, políticas incluíram novos agentes e objetos, e se antes tiveram maior peso as análises técnicas do ponto de vista histórico, estilístico, construtivo e de restauro, crescentemente se vem identificando a carência de contribuições das mais diferentes áreas de conhecimento. Neste sentido, percebe-se, cada vez mais, que somente numa reflexão e atuação transdisciplinar é possível construir caminhos capazes de equacionar a complexidade social e técnica que os avanços conceituais preservacionistas trouxeram para o IPHAN. Buscando colocar em prática a discussão entre diversas áreas do conhecimento, o Programa de Especialização do Iphan foi uma das ações do instituto atentas a esta demanda do campo do Patrimônio Cultural.

## **Programa de Especialização em Patrimônio, Mestrado Profissional e a prática interdisciplinar no IPHAN**

A retrospectiva da constituição do campo do patrimônio no Brasil pode contribuir para o entendimento do contexto histórico, político, social e cultural no qual foi instituído, no ano de 2004, o Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN (PEP). Em primeira instância, é importante reafirmar o momento de ampliação das concepções e práticas no campo do patrimônio. Se anteriormente os bens de natureza material – e o *tombamento* como instrumento de proteção – contemplavam o foco das ações institucionais, a Constituição da República de 1988 representa considerável avanço ao instituir uma noção ampla e plural de patrimônio e cultura. Para o professor Ulpiano Bezerra de Menezes “costuma-se considerar que a grande novidade oferecida por esse artigo é a inclusão dos bens de natureza imaterial. Na verdade, o que é radicalmente novo não é uma extensão do horizonte do patrimônio, mas um **deslocamento da matriz**” (MENESES, 2009, p. 33, grifo nosso). Menezes destaca essa mudança de paradigma como o grande salto da Constituição no que tange ao tema. Ações patrimoniais empreendidas a partir de então recebem respaldo constitucional para a inclusão e participação das comunidades na concepção e execução das políticas patrimoniais numa orientação de atuação compartilhada. Ou seja, a comunidade diretamente afetada pode, agora, participar de todo o processo de preservação e proteção do patrimônio cultural, além de construir, organicamente, não só a política, mas as ações de salvaguarda desses bens, demonstrando o reconhecimento institucional do saber local e de seu contexto de significados e representações.

Nesses termos, é importante notar que a Carta Magna de 1988, reforçou a dimensão social da cultura, destacando a necessidade de garantia de direitos - como os das identidades culturais, da memória - e, também, a possibilidade de fomento ao desenvolvimento sustentável na qual se vê a cultura como promotora de oportunidades econômicas e de geração de renda (FLORÊNCIO, 2013, p. 26). Assim, segundo Sônia Florêncio, ao entender “as políticas culturais como políticas sociais, faz-se necessário que a formação de agentes para tais políticas fomentem e valorizem a diversidade cultural e considerem a cultura e o patrimônio cultural como um possível eixo de desenvolvimento local” (FLORÊNCIO, 2013, p. 19).

Neste viés, a instituição de uma política cultural mais participativa estabelece novos desafios no campo patrimonial e demonstra a necessidade de ampliação e formação, também, do quadro técnico do IPHAN. Percebe-se a importância de servidores que formem uma esfera de trabalho interdisciplinar, e que sejam capacitados para o desenvolvimento de ações, projetos e programas de caráter transversal e dialógico com as comunidades detentoras dos bens culturais. Essa perspectiva difere da prática tradicional do campo do patrimônio cultural, na qual o Estado era o único responsável pela valoração dos bens culturais e apenas difundia/comunicava às comunidades estes valores. Em outras palavras, a Constituição de 1988 contribuiu para o entendimento de que todo processo de identificação, proteção, valorização e promoção do patrimônio cultural deve primar pela construção coletiva do conhecimento, “tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais”<sup>25</sup>.

Outrossim, a política do Patrimônio Imaterial, estabelecida pelo Decreto 3551 do ano 2000, favoreceu muitas mudanças neste sentido, possibilitando a abertura de um novo campo de atuação clamando por profissionais com capacidade de atuar na reflexão conceitual do tema patrimônio cultural. Segundo Rivia Alencar, uma demonstração de que a recém conformada política para o patrimônio cultural imaterial carecia de especialistas para conduzi-la foi observada “em 2005, no concurso público para o preenchimento de cargos técnicos do Instituto, o primeiro em quase setenta anos de existência do órgão, [no qual] houve a criação de vagas específicas para antropólogos” (ALENCAR, 2010, p. 99).

No que diz respeito à prática patrimonial em território nacional, segundo o professor Flávio Carsalade, o IPHAN assumiu papel central - cuja vitalidade não reside somente na longevidade dos setenta anos de sua atuação, mas na ação efetiva, que extrapola a instância burocrática, e empreende debates e reflexões propositivas e intelectuais nesta temática:

De certa maneira, a própria deficiência da sociedade brasileira quanto ao fornecimento e formação de técnicos e profissionais ligados à área, por um lado, e quanto a publicações especializadas, por outro, não deixou outra opção ao Instituto que não fosse o de atuar também nessas áreas. (PEP/IPHAN, 2010, p. 43)

Neste sentido, a pretensão de estimular o pensamento crítico sobre a questão patrimonial, acompanhada do fomento à formação técnica, esteve muitas vezes presente na instituição por meio da realização de oficinas especializadas, de convênios com instituições de ensino para o desenvolvimento de programas de pesquisa-extensão, entre outros. Ainda, considerando a amplitude e a especificidade da temática do patrimônio cultural e os aspectos qualitativos e quantitativos da formação profissional na área, Carsalade aponta que não se consegue abarcar toda a variedade da prática patrimonial “em um campo único de formação e nem mesmo dentro de um único campo de conhecimento ou de uma única metodologia de abordagem” (PEP/IPHAN, p. 31).

<sup>25</sup> Constituição Federal de 1988, artigo 216.

É sob essas perspectivas que surge o Programa de Especialização em Patrimônio (PEP), desenvolvido pelo IPHAN e dirigido pela sua Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência (COPEDOC)<sup>26</sup>, com apoio técnico e administrativo da UNESCO<sup>27</sup>. Segundo Lia Motta, coordenadora da COPEDOC, o caráter interdisciplinar do PEP partiu do mesmo princípio de atuação da prática no campo do patrimônio, considerando-se que “não há disciplina que detenha, exclusivamente, as formulações teórico-metodológicas relativas à preservação do patrimônio cultural, nem uma área de formação profissional que prepare especificamente para esse ofício” (PEP/IPHAN, 2010, p. 19). Assim, o PEP foi criado com o objetivo de dedicar-se à especialização de profissionais recém-egressos do ensino superior e à difusão do conhecimento produzido sobre a prática da preservação do patrimônio cultural. De acordo com Jurema Machado, atual presidente da instituição, o Programa poderia contribuir para suprir uma lacuna do sistema educacional formal brasileiro e, ampliar o quadro profissional capacitado:

Avaliou-se que a experiência de quase 70 anos de atuação do Iphan representava um acúmulo a ser repassado não apenas por profissionais tradicionalmente requeridos pelos programas de preservação, mas também a novos perfis profissionais requeridos como consequência do alargamento da abrangência do conceito de patrimônio cultural. Ademais, esperava-se que os bolsistas do PEP pudessem também contribuir para o trabalho do Iphan, trazendo novas visões e abordagens disciplinares, num diálogo dos conhecimentos já consagrados com os questionamentos e avaliações que favorecessem sua atualização (PEP/IPHAN, 2010, p. 15).

Para além de um programa de capacitação profissional, a proposta do PEP se insere nos esforços de superação das deficiências de formação no campo do patrimônio, na tentativa de sistematização dos conhecimentos produzidos. O programa apresentou, também, como objetivos secundários:

- A diversificação dos profissionais que atuam na área, com uma consequente diversidade de abordagens no amplo campo do Patrimônio (e consequente busca de uma interdisciplinaridade).
- A geração de um saber extraído da prática.
- O aumento do alcance regional dos esforços de preservação do patrimônio em todo território nacional.
- A renovação crítica da própria Instituição, através do processo reflexivo que se instaura simultaneamente em suas regionais e do intercâmbio nacional que ocorre não apenas nos momentos das oficinas, mas durante todo o processo. (PEP/IPHAN, 2010, p.29)

A escolha por um programa de *especialização* é justificada pelo fato de este se distinguir da academia universitária porque os “profissionais em formação não seriam ‘alunos’, mas ‘bolsistas’ e não receberiam uma instrução ‘passiva’, nos moldes das salas de aula convencionais, mas *se integrariam à*

---

<sup>26</sup> Grande parte da pesquisa e divulgação pública realizada no IPHAN está a cargo da COPEDOC.

<sup>27</sup> A parceria do IPHAN com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO se deu como continuidade de esforços das duas instituições em atividades de formação profissional na área do Patrimônio Cultural. Para mais informações ver: MACHADO, Jurema. “A Cooperação da UNESCO”, In: PEP/IPHAN. *Programa de Especialização do Patrimônio do IPHAN: trajetória, avaliação e perspectivas*. Brasília, 2010.

*prática cotidiana do IPHAN, a partir da qual constituiriam seu saber e estabeleceriam as suas reflexões*” (PEP/IPHAN, 2010, p. 49). Neste sentido, foi planejado um formato ao PEP que contemplasse tanto os bolsistas, na sua formação especializada, quanto o próprio corpo técnico de servidores, estimulando a autocrítica institucional e a circulação dos conhecimentos gerados pelo programa. Era importante, então, que este constituísse “um ambiente de troca, um espaço onde os participantes, além de aprenderem com a prática e demais atividades do Programa, contribuiriam para a reflexão sobre o trabalho do IPHAN” (PEP/IPHAN, 2010, p. 20). A política pedagógica do PEP partiu do princípio sócio-construtivista de educação, no qual o conhecimento é gerado pelo processo de troca e reconhecimento do saber enquanto via de mão dupla, de caráter dialógico, diferentemente da prática que concebe o processo educativo por uma visão instrutivista e informativa. Essa política pedagógica não se limitou ao programa, sendo interessante notar que, também em 2004, o IPHAN institui uma política de Educação por meio da criação da Gerência de Educação e Projetos – atual Coordenadoria de Educação Patrimonial – responsável por pensar a Educação enquanto tema transversal no processo de patrimonialização dos bens culturais.

O Programa de Especialização em Preservação recebe o título de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN, em 2011, recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), obtendo nota 4. As primeiras bancas para defesa das dissertações ocorreram em setembro de 2012. Dessa forma, os bolsistas agora recebem diploma de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural, expedido pelo IPHAN, de acordo com o reconhecimento do Mestrado como curso de pós-graduação *stricto sensu* pelo Ministério da Educação, editado na Portaria do MEC nº 978, de 26 de julho de 2012.

## A PROPOSTA E OS DESAFIOS DE UM MESTRADO PROFISSIONAL INTERDISCIPLINAR

No ano de 2011 o Programa de Especialização do Patrimônio Cultural passou a ser reconhecido como Mestrado Profissional, mantendo-se nos moldes do programa que já vinha sendo desenvolvido há seis anos “com caráter de interdisciplinaridade e pesquisa nas próprias unidades do Iphan em todo o país” (IPHAN, 2011). Com esta alteração foram incluídos dois módulos de aulas, com duração de um mês cada, e o desenvolvimento da dissertação de mestrado como trabalho final. Segundo Edital de seleção desenvolvido pelo IPHAN, a proposta pedagógica do Mestrado:

(...) associa as práticas de preservação nas unidades do IPHAN, distribuídas em todo território nacional, ao aprendizado teórico-metodológico e à pesquisa. Os alunos participam do desenvolvimento de trabalhos da Instituição relativos a sua missão e atribuições legais e contam com a supervisão de técnicos do IPHAN, que acompanham o desenvolvimento das atividades práticas profissionalizantes e da pesquisa de conclusão do Mestrado. As atividades de caráter teórico-metodológico incluem leituras dirigidas, oficina nacional, **módulos de aulas**, seminários e bancas de defesa.

Para a titulação, o aluno elabora uma **dissertação**, cujo objeto de estudo trata de tema de interesse da Instituição, identificado no contexto das ações da Unidade do IPHAN onde desenvolve suas atividades práticas. (IPHAN, 2013, grifo nosso).

Como mencionado no supracitado documento, os temas das pesquisas são inicialmente levantados pelas Superintendências Regionais a partir das demandas existentes. As vagas são solicitadas por estas à coordenação do mestrado que define a distribuição das mesmas. Atenta-se para o momento de seleção das vagas enquanto formação da diversidade da turma: através do quadro composto pelas áreas de

formação profissional dos alunos, abordagens propostas, e regiões do País onde serão lotados. A turma de 2013<sup>28</sup>, por exemplo, conta com 25 alunos lotados, além do Distrito Federal, nos estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, sendo cinco deles servidores do IPHAN<sup>29</sup> que passaram por um processo de seleção paralelo aos demais alunos externos. Dentre o total de alunos, cinco são cientistas sociais, dois arqueólogos, seis historiadores, nove arquitetas e urbanistas, uma geógrafa, um economista e uma pedagoga. Na formação desta turma verifica-se, ainda, a predominância dos arquitetos e urbanistas em um grupo voltado para o estudo do campo do patrimônio cultural. Por mais que o programa tenha atraído interesse das diversas áreas, a maior parte das demandas permanecem voltadas para a arquitetura (ver figura abaixo), por, historicamente, esta profissão fazer “parte da constituição e fortalecimento das práticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro” (PEP/IPHAN, 2010, p.134).

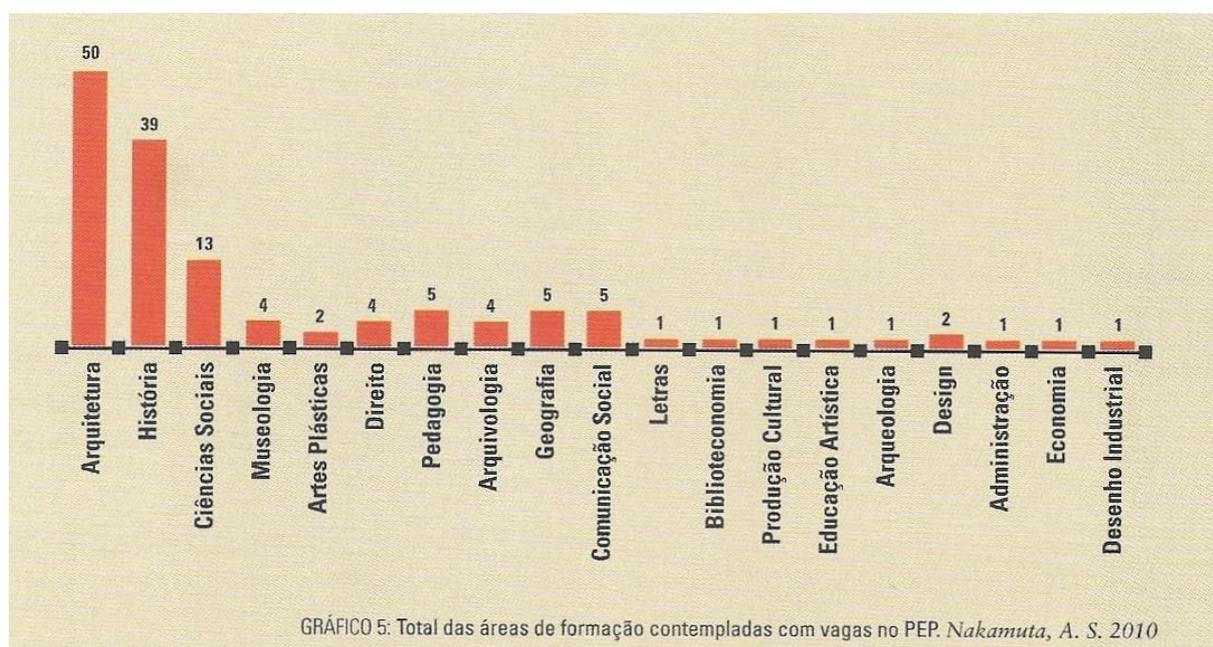


Figura 1 - Gráfico com o total das áreas de formação contempladas com vagas no PEP de 2005 a 2010. Fonte: IPHAN, 2010, p.133.

Este fato também é reflexo das estruturas dos corpos técnicos das Unidades do IPHAN. Nem sempre a interdisciplinaridade almejada no campo do patrimônio cultural se reflete no quadro de funcionários. Em cada uma das unidades do IPHAN distribuídas pelo território brasileiro, o quadro de profissionais é distinto, seja pelo número de servidores, seja pelas suas áreas de formação. Ou seja, será na sua unidade de lotação que o aluno passará a maior parte do tempo de mestrado - e, portanto, onde reconhecerá os conflitos e tensões atrelados à prática profissional, e sua formação estará vinculada aos conhecimentos debatidos neste ambiente.

<sup>28</sup> Turma a qual pertencem às autoras deste artigo.

<sup>29</sup> A partir do ano de 2012 foram lançados editais para participação dos servidores como alunos do Mestrado Profissional.

Os produtos técnicos desenvolvidos pelos alunos dentro da sua unidade de lotação, como atividade da prática, podem estar ou não relacionados com o tema de pesquisa. Se o bolsista optar pelo alinhamento da investigação com os trabalhos desenvolvidos, conseqüentemente, um servirá como subsídio do outro: a pesquisa permite ser utilizada como apoio teórico às atividades e estas, por sua vez, determinarão os estudos que serão necessários de acordo com as novas demandas que surgem ao longo do período definido pelo programa. Caso não estejam diretamente relacionadas, o aluno se permite aproveitar a possibilidade de experimentar o desenvolvimento de trabalhos que vão além do universo da sua investigação.

Três meses após o início do mestrado, período de ambientação com os trabalhos técnicos nas suas unidades de lotação, acontece o primeiro contato do grupo, em ocasião da Oficina Nacional<sup>30</sup>. Este encontro é bastante marcante justamente por ser onde aluno se sente parte de um grupo maior, cuja diversidade salta aos olhos e ouvidos dos colegas – indivíduos propositalmente diferentes entre si e unidos pelo campo da preservação cultural. Os diferentes olhares sobre um mesmo tema é uma forma exitosa de instigar o conhecimento com a troca de experiências. Talvez seja justamente a sutileza deste momento que o torne grandioso: compreender que se está trabalhando com um campo eminentemente interdisciplinar – o patrimônio cultural - e se sentir parte desta diversidade.

Durante a exposição e o debate sobre as pesquisas que são desenvolvidas pelos alunos, é comum aparecerem alguns dos desafios de se estar dentro de um grupo interdisciplinar: para os ouvintes, compreender os trabalhos dos colegas em áreas que não são necessariamente as de seu domínio; para quem expõe sua investigação, considerar que nem todos os colegas estão familiarizados com os assuntos que serão abordados e será necessário explicar sobre determinadas noções que podem já estar bastante naturalizadas para si, mas para outros não são tão claras – a própria identificação de quais são estes conceitos também faz parte do desafio; por fim, a argumentação sobre os trabalhos expostos pelos colegas é uma prática que faz o aluno sair da sua zona de conforto ao opinar e refletir sobre assuntos em campos que não são de seu conhecimento profissional. Este “estranhamento” é bastante estimulado pela estrutura do mestrado<sup>31</sup>, uma vez que o contato com a diferença desperta o olhar para si, identificando limites pessoais e novas possibilidades a partir do trabalho em conjunto. São aprendizados que refletem nas pesquisas e nas atividades profissionais, onde novas perspectivas são incorporadas. Compreender os limites de atuação de cada especialista também facilita a previsão de lacunas que precisam ser preenchidas por diferentes técnicos. Tudo isto é resultado de uma visão mais ampla do Patrimônio Cultural possibilitada pelo contato interdisciplinar.

O exercício de compreender o posicionamento do “outro” frente a determinado assunto com a finalidade de estabelecer um diálogo claro e acessível para os que dele participam é fundamental para as práticas cotidianas no trabalho com Patrimônio Cultural, dado que este implica na interação com a sociedade civil. Da mesma forma, neste momento é preciso desenvolver a habilidade de abordar questões técnicas a partir de conversas esclarecedoras, coerentes com o conhecimento prévio dos envolvidos.

A oportunidade de participar de um mestrado que proporciona o contato direto do aluno com a teoria – através das aulas, seminários, orientações – e com a prática – por estar inserido nas atividades cotidianas do IPHAN - faz com que o bolsista desenvolva um olhar crítico sobre cada uma destas experiências que estão fortemente ligadas entre si. O cruzamento delas evidencia o potencial do programa de mestrado em produzir conhecimento para uma auto-avaliação institucional. Também, o programa vem capacitando profissionais que em um futuro próximo possivelmente atuarão como gestores do patrimônio cultural e colocarão em prática os ensinamentos recebidos, além dos que já o fazem.

<sup>30</sup> A Oficina Nacional do Pep/MP da Turma de 2013 foi realizada entre 01 e 07 de dezembro de 2013, na cidade de Petrópolis/RJ.

<sup>31</sup> Os alunos também são estimulados a escolher orientadores que tenham uma formação diferente da sua.

Durante este processo, é interessante perceber como os discursos dos colegas, onde inicialmente existia certo estranhamento, vão sendo aos poucos naturalizados, reflexo do crescimento intelectual dos alunos. As aulas ofertadas<sup>32</sup> propõem o nivelamento da turma com o conhecimento básico das diversas áreas que tem forte vinculação com o patrimônio cultural - como ciências sociais, arte, história, direito, urbanismo, etc. - de forma a “promover o diálogo nacional entre profissionais de campos diversos do conhecimento, unidos pelo mesmo tema”<sup>33</sup>. O constante exercício de reflexão sobre o patrimônio cultural a partir da convergência de diversas áreas possibilita a ampliação do seu entendimento. Direciona, também, a busca por mecanismos e instrumentos eficazes para tratar a complexidade deste tema que ainda enfrenta grandes desafios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da contextualização da constituição do campo do Patrimônio Cultural, o trabalho pretendeu demonstrar a importância do tratamento interdisciplinar em relação às questões patrimoniais, considerando os avanços nos conceitos e as políticas que o permeiam. A experiência do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN se revelou como um exemplo positivo entre os possíveis meios para a discussão do tema de forma abrangente. Segundo pesquisa realizada pelo IPHAN, em 2010, com os ex-bolsistas do PEP/MP, sobre a inserção dos mesmos no mercado de trabalho, 85% estavam atuando na área de patrimônio.

Cabe aqui ressaltar que as percepções são colocadas a partir das experiências das autoras, bolsistas da Turma do PEP/MP de 2013, e que estas visões, notoriamente, variam de acordo com as vivências de cada aluno - seja antes, relacionada com a bagagem trazida por suas trajetórias pessoais, seja após ingressar no mestrado e as relações que cada indivíduo estabelece na sua unidade de lotação, com os próprios colegas, tema de pesquisa, etc. Contudo, propôs-se o registro do impacto da interdisciplinaridade encontrada no Mestrado Profissional do IPHAN na qualificação profissional daqueles que dele participam e, fundamentalmente, da importância dela para o campo do Patrimônio Cultural.

Também, foi identificado que a troca entre os envolvidos - bolsistas, professores, técnicos, etc. - é essencial para a ampliação das discussões e para trazer importantes contribuições para o amadurecimento tanto da produção acadêmica, quanto do exercício profissional; tanto no IPHAN, quanto em outras instituições. Ou seja, o programa de mestrado pode ser entendido como uma “via de mão dupla”: assim como as observações acerca das práticas profissionais podem contribuir para a pesquisa, também as reflexões trazidas pelo corpo discente e docente podem ser incorporadas nas ações institucionais.

Neste sentido, a prerrogativa da interdisciplinaridade na formação de agentes no campo do Patrimônio Cultural pode contribuir para o desenvolvimento das tantas perspectivas presentes nesta área. Para além do programa de mestrado, entende-se que através de uma reflexão e atuação interdisciplinar seria possível construir caminhos capazes de equacionar a complexidade social e técnica que a ampliação dos conceitos preservacionistas trouxe para o IPHAN.

---

<sup>32</sup> As disciplinas obrigatórias do primeiro módulo de aula da Turma do PEP/MP de 2013 foram: Arte e Patrimônio: construção de sentidos; Constituição do Campo do Patrimônio I; Espaço e Patrimônio; Identidade e Patrimônio Cultural; Memória e Patrimônio Cultural; Metodologia de Pesquisa I; Patrimônio Arqueológico: legislação e pesquisa; Patrimônio Cultural e Educação; Patrimônio, Cidadania e Diversidade Cultural; Proteção Jurídica do Patrimônio Cultural.

<sup>33</sup> Informação constante no Programa da Turma do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural - PEP/MP. Contextualização Institucional e Estrutura do Programa. Iphan, 2014.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Rívia Ryker Bandeira. *O samba de roda na gira do patrimônio*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2010. p. 63. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=000783559&opt=3>>. Acessado em 17/10/2013
- BABELON, Jean-Pierre; CHASTEL, André. *La notion de patrimoine*. Paris: Liana Levi, 1994.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408
- FONSECA, Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. . Rio de Janeiro: UFRJ; MINC– IPHAN, 2005.
- FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. *A produção bibliográfica do Programa de Especialização em Patrimônio – Mestrado Profissional – PEP/MP/Iphan: expertise em patrimônio e caminhos para a gestão pública*. 2013, 70 fl. Monografia (Especialização). Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, Brasília, 2013.
- SOBRE a Instituição. IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. PEP/IPHAN. *Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN: trajetória, avaliação e perspectivas*. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Programa de Especialização em Patrimônio do Iphan é reconhecido como mestrado profissional*. [S.l.: s.n.] 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do;jsessionid=333B0832C73045E5EA8007D916B7D7AB?id=15907&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acessado em: 16 ago. 2014.
- \_\_\_\_\_. *Edital de Seleção - Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN - 2013*. 5ª ed. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3302>>. Acesso em: 18 ago. 2014.
- KÜHL, B. A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico. In: \_\_\_\_\_ *Revista CPC*, São Paulo, n. 3, p. 110-144, nov. 2006/abr. 2007.
- LEAL, Claudia F. Baeta; Teixeira, Luciano S. Aula Constituição do Campo do Patrimônio I. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Copedoc. *I módulo de aulas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural: conteúdo digital das disciplinas*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2014. CD-ROM
- MARINHO, Teresinha. Notícia Biográfica. In: *Rodrigo e seus Tempos, Coletânea de Textos sobre artes e letras*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- MEC-Sphan. Pró-Memória. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, 1980. (Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.31).
- MENESES, Ulpiano. *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*. Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Ouro Preto: Iphan, 2009. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>>. Acesso em: 5 mar. 2014.
- OLIVEIRA, Bruno C.; VALENTIM, Luzimar; SERRA, Simone dos S. A. *Considerações sobre a proteção ao patrimônio histórico no Brasil*. Webartigos [Internet], 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/consideracoes-sobre-a-protecao-ao-patrimonio-historico-no-brasil/8574/#ixzz38OWN1Gn4>>. Acessado em: 23 jul.2014

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. UNESCO, 1972. Disponível em: <[http://whc.unesco.org/documents/publi\\_basictexts\\_pt.pdf](http://whc.unesco.org/documents/publi_basictexts_pt.pdf)>. Acessado em: 01 ago. 2014.

RODRIGUES, M. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987*. São Paulo: UNESP, 1999.

SANT'ANA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Salvador: 1995. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. *Um mapa para outros fazeres: Territórios educativos e patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: 2014. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto Histórico e Artístico Nacional.

## O CONCEITO DE “NOVA CLASSE MÉDIA” NAS OBRAS DE MARCELO NERI E JESSÉ SOUZA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA PARA SE ENTENDER A REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Diego Lopes de Campos  
Universidade Estadual Paulista - UNESP/FRANCA.  
diegolopescampos@gmail.com

Vânia de Fatima Martino  
Universidade Estadual Paulista - UNESP/FRANCA.  
vaniamartino@uol.com.br

### Resumo

As estatísticas atestam uma mudança estrutural, pela qual passa a sociedade brasileira, em sua última década. A mídia alardeia a noção do surgimento de uma nova classe média, alavancada por novos patamares de consumo e que a reboque de tais políticas percebemos uma substancial redução das taxas de pobreza e conseqüente diminuição da desigualdade social no país. Nosso presente trabalho tem por intuito discutir tal temática, a respeito da “nova classe média brasileira”, a luz de dois importantes trabalhos que balizam a bibliografia do tema: “Os batalhadores”, de Jessé Souza e “Nova classe média brasileira”, de Marcelo Neri. A escolha desses trabalhos intenciona o analisar o debate, sob a perspectiva de dois autores que realizam a sua a construção analítica, metodológica e ideológica em diferentes bases. Portanto, a análise e a mediação de tais perspectivas, contextualizadas a baila das conjunturas atuais, nos fornece rico subsídio de reflexão a respeito da realidade econômica e social brasileira. Assunto este que atualmente é alvo de muita disputa política, entraves midiáticos e que deve ser mediado por um debate consciencioso e acadêmico.

076-2394

**Palavras-chave:** “nova classe média”, realidade social brasileira, Jessé de Souza, Marcelo Néri.

### 1- INTRODUÇÃO

As estatísticas atestam uma mudança estrutural, pela qual passa a sociedade brasileira, em sua última década. A mídia alardeia a noção do surgimento de uma nova classe média, alavancada por novos patamares de consumo e que a reboque de tais políticas percebemos uma substancial redução das taxas de pobreza e conseqüente diminuição da desigualdade social no país.

Tal debate é estratégico para entender a realidade social e econômica do país hoje. Por isso inúmeros artigos, matérias de jornais e revistas discutem o tema trazendo inúmeras posições a respeito desse debate. Autores como: André Singer, Giuseppe Cocco, Francisco de Oliveira, Marcelo Neri, Bolívar Lamounier, Amaury de Souza e Marcio Pochmann endossam o discussão do tema, trazendo, cada qual a ao seu turno, uma pauta de matizes políticos e ideológicos que retratam as trincheiras políticas da nossa realidade, apropriando-se do debate cada qual a defesa de sua ideologia.

Nosso presente trabalho se materializa em função do cumprimento de créditos relativos à disciplina *Fundamentos e Metodologia do Trabalho Científico*<sup>34</sup>. Desta forma, destacaremos a nossa análise das obras: “A nova classe média”, de Marcelo Neri (2011) e a obra “Os batalhadores brasileiros”, de Jessé de Souza (2012). Estrutturamos o nosso trabalho da seguinte forma, primeiro faremos uma resenha breve da obra de Neri, seguida por uma também breve análise da obra de Jessé de Oliveira, e por último confrontaremos alguns pontos importantes das duas obras frente ao debate sobre “a nova classe média” que se acirra não só da comunidade acadêmica, bem como na mídia jornalística e no cenário político do país.

## **2 – MARCELO NERI E A NOVA CLASSE MÉDIA.**

### **2.1 – Quem é Marcelo Neri? Qual a sua formação intelectual?**

Antes de iniciarmos um maior aprofundamento da nossa análise frente à obra de Neri, talvez devêssemos conhecer melhor o perfil do autor, bem como alguns de seus pressupostos teóricos e metodológicos.

Marcelo Neri é presidente do IPEA, Instituto de Políticas Econômica Aplicada, bacharel e mestre em economia pela PUC/RJ, PHD em Economia pela Universidade de Princeton. Docente da FGV, bem como fundador do Centro de Políticas Sociais, na mesma instituição.

È interessante notar que o autor participou do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), bem como do seu comitê gestor, por indicação da Presidência da República. Conselho este que traz em seu histórico intensa participação na proposição de políticas públicas, na área social, bem como no caso, dos pisos salariais mínimos estaduais, em 2000. O autor também tem atuação destacada, em sua participação nos Programas Carioca e Renda Melhor, respectivamente, na cidade e Estado do Rio de Janeiro (Neri, 2011, p.9.).

Esta breve apresentação do autor tem a intenção de nos mostrar a sua já notável participação, publicação na discussão a realidade social brasileira<sup>35</sup>.

### **2.2 - Quais os caminhos percorridos pela pesquisa?**

Diante disso tudo e cientes da formação e atuação do autor em economia e políticas sociais, a apresentação da obra de Neri é clara ao apontar que a análise do autor perfaz os índices do IBGE, debruçando-se mais detidamente dos dados do PNAD que é a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (Neri, 2011, p.13). Os dados do PNAD permitem:

Obter informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados.<sup>36</sup>

<sup>34</sup> Disciplina vinculada ao Programa de Planejamento e Análise de Políticas Públicas, da Universidade Estadual Paulista, UNESP/FRANCA.

<sup>35</sup> O autor inclusive já publicou títulos como: Microcrédito: mistério nordestino e o Grameen brasileiro, Cobertura previdenciária: diagnósticos e propostas; Ensaio social, Diversidade, Inflação e Consumo, e a Nova Classe Média.

<sup>36</sup> Conteúdo disponível no site do IBGE, no dia 03/07/2014, por meio do link:

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40)

Apesar multifacetação dos dados fornecidos PNDA, Neri esboça sínteses sobre esta “nova classe média”, fornecendo uma visão empírica e quantitativa aprofundada sobre o tema. “Nossa estratégia é, por meio do instrumental da literatura de bem estar social, sintetizar um conjunto de informações na dimensão da renda” (Neri, 2011, p. 13), como bem nos diz autor sobre as suas intenções no seu prefácio. Tal postura nos revela uma inevitável perspectiva economicista sobre as suas reflexões, mesmo que o autor contraponha tal ação com uma substanciada viagem por meio de uma literatura a respeito de bem-estar social.

Outro ponto importante que demonstra o referencial teórico e conceitual de Néri diz respeito ao que o autor entende por classe, principalmente quando nos remete a pensar a “nova classe média brasileira”, pois o que ele está discutindo é justamente a noção de estratos econômicos que segmentam a população em diversas sociais e de renda (Neri, 2011, p 17).

### **2.3- O desenho do conceito da “nova classe média” por Neri.**

O estudo de Neri divide em 4 faixas sociais (AB, C, D e E), limitadas e estruturadas pelas rendas médias de cada faixa social. Da faixa E participam aqueles cujas rendas vão até o limite de 768 reais, marca divisória com a linha da pobreza. Entre 768 a 1064 temos a classe D. De faixa que compreende 1064 reais a 4561 reais, temos a chamada nova classe média, a classe C. E por fim, aqueles que se situam com uma situação de renda acima de 4561 reais representam a classe AB.

A tese central no livro de Neri é mostrar que há um franco crescimento da classe C, no Brasil, com a consequente diminuição dos índices de pobreza, em detrimento das políticas econômicas e sociais do governo, bem como os ajustes de salário mínimo, na última década.

“Mas afinal de contas, o que mudou? Segundo o PNAD, a renda média per capita brasileira subiu em 23,7% em termos reais. Isto é, descontando a inflação e o crescimento populacional, o desempenho médio tupiniquim esteve longe de ser um grande evento” (Neri, 2011, p 32). Porém, nas palavras do próprio autor a renda se esconde tanto quanto se revela, pois aprofundarmos o nosso olhar sobre este fenômeno social veremos que a renda dos 10% mais pobres subiu 69,08% no período, contraditoriamente atingindo 12,8 de aumento de renda entre os 10% mais ricos do Brasil.

Em termos espaciais, o Nordeste teve um aumento de renda nos patamares de 41,8% da renda contra 15,8% da renda no Sudeste, similarmente o mesmo ocorre com o aumento de renda nas zonas periféricas em relação às zonas mais ricas, das grandes cidades brasileiras, pelo menos é o que se observa em sete das nove grandes capitais brasileiras (Neri, 2011, p 33).

Outro dado importante neste quesito é em relação ao aumento médio de rendas das mulheres em relação aos homens, 38% contra 16%. Negros e pardos tiveram um aumento, respectivo, de 43,1% e 48,5%, já os brancos 20,1%. Percebemos ainda um sensível aumento de renda mesmo para pessoas com baixa escolaridade (Neri, 2011, p. 33). Em suma, como nos diz o autor, é nítido o aumento médio de renda de setores da sociedade historicamente excluídos do jogo econômico.

Este crescimento, como mostrado em números revela uma consistência estrutural vistosa, pois mesmo a baila de uma crise econômica de parâmetros mundiais os números nos dizem que os seus impactos nos revelam algumas relações interessantes: 1º) como os efeitos dessa crise foram maiores nos países centrais do que na periferia; 2º) os efeitos da crise no Brasil foram sentidos mais ou menos de acordo com a setorização social e a sua inserção no mercado mundial: a elite sobre mais do que a periferia; 3º) Pois, o aumento da renda e a diminuição da desigualdade, após 2009, ou seja, após a crise, mantiveram-se ou extrapolaram as expectativas, para o período de projeção até 2014 (Neri, 2014, p. 46 a 49).

Outro dado que mensura bem este traço de otimismo em relação ao futuro, principalmente se comparado aos outros países pertencentes aos Brics, ou seja, países emergentes e análogo patamar de

crescimento se comparado ao Brasil, percebemos os brasileiros com positivas expectativas de projeção de felicidade futura e satisfação de vida, maiores até do que os entrevistados dinamarqueses (Neri, 2011, p 71 e 71).

A noção de classe neriana é pautada por uma noção de renda média. Portanto, tal critério se estrutura em definir as classes pelo seu potencial de consumo, acesso a bens duráveis, que tem nos dados domiciliares a sua métrica de renda como fio condutor e unidade de medida desses indicadores propostos pelo estudo. A classe C, dessa forma, seria a fronteira entre o lado indiano que expressa à periferia, do lado belga que aufere patamares da elite social. A classe C como bem nos mostra o autor aufere a renda média brasileira. (Neri, 2011, p. 77).

Os indicadores de mudanças econômicas que impactam na renda do brasileiro, traz um inegável contributo para entender a nossa realidade social em transformação, desde a última década. Mas a questão é porque há a mudança? Quais fatores explicam?

O autor nos mostra interessantes conclusões baseado na análise dos dados do IBGE que explicam estas mudanças descritas em sua obra. No que diz respeito a renda, é imperioso destacar o papel das políticas públicas, na área social, como o Programa Bolsa Família, bem como o reajuste de pensões e salários que proporcionam um acréscimo na renda média do brasileiro. Lembrando que a renda trabalho se explica não só pelo aumento de salário, mas também por questões como uma maior participação de pessoas no mercado de trabalho, ou seja, maior empregabilidade e maiores jornadas de trabalho que aumentam a renda mensal do trabalhador. É bom que se explique boa parte desse acréscimo de salário, além do reajuste através do engate governamental, tem como causa um aumento da escolaridade média dos brasileiros. (Neri, 2011, p. 119 a 126).

“A combinação entre educação e programas sociais explicaria 68,3% dos diferenciais de crescimento de renda favoráveis aos mais pobres” (Neri, 2011, p. 128).

“A classe C é consumo: carro, computador, TV a cabo, crédito, casa própria. Mas a carteira de Trabalho é seu maior símbolo”. “Damos destaque aqui ao lado produtor: cursos profissionalizantes, crédito ao produtor, comercialização e outras políticas de apoio aos por conta própria e aos com carteira” (Neri, 2011, 167).

A classe C representa o alargamento das fronteiras e expansão do mercado consumidor brasileiro, bem como a simbologia do trabalhador ao acesso a carteira de trabalho e ao trabalho por conta própria como instrumento de geração de renda e ascensão de classe social, enquanto parâmetro de renda e consumo (Neri, 2011, 168).

O autor perfaz a sua análise, principalmente no capítulo sétimo, de sua obra, alguns “gargalos” estruturais que ainda enfrentamos: como um ensino ainda fraco, baixas taxas de poupanças e um emaranhado de obstáculos regulatórios; e que nos impedem maior consistência ao nosso desenvolvimento econômico e social, e bem como a distribuição mais equânime dessas benéficas.

“Mercado aos pobres não encerra custos fiscais, e os pobres ganham upgrades diferenciados, pois estavam mais distantes dele”. “O desafio é combinar as virtudes dos mercados, sem esquecer as virtudes dos mercados, sem esquecer-se de evitar as falhas de cada um dos lados” Neri, (2011, p 260).

Ao referendar algumas possíveis contribuições a respeito de uma agenda que pauta as novas políticas públicas para a nova classe média, Neri é claro, em seu pensamento, ao defender uma política que “ensine a pescar”, ou seja, que ensinar os pobres a se inserirem no mercado de peixes. Elenca, inclusive que tal postura não afeta os custos fiscais do Estado, denota um upgrade diferenciado dos pobres, enquanto inserção no mercado, além de fugir de um velho dilema entre esquerda e direita, sobre eficiência e equidade, garantindo, ao contrário uma união harmoniosa entre os vetores. Em outras palavras o autor defende a política de créditos consignados a despeito dos programas sociais (de mera transferência de

renda), pois o crédito consignado consegue contemplar uma lógica de eficiência, bem estar social, bem como de equidade (Neri, 2011, 261).

### **3 - JESSÉ SOUZA E OS BATALHADORES BRASILEIROS.**

#### **3.1 - Quem é Jessé Souza? Qual a sua formação intelectual?**

Jesse Souza possui graduação em Direito e mestrado em Sociologia, ambos pela UNB. Doutorado em Sociologia pela Karl Ruprecht Universität Heidelberg, da Alemanha, pós-doutorado em filosofia e psicanálise na New School for Social research de Nova Iorque, EUA. Atualmente é professor titular na Universidade Federal de Juiz de Fora e coordenador geral do CEPEDES/UFJF (Centro de pesquisa sobre desigualdade social).

Percebemos de antemão uma robusta formação humanista em Jesse que permite navegar em mares do direito, da sociologia e da filosofia. Não por acaso, as suas principais publicações versam sobre teoria do pensamento social brasileiro, além de estudos empíricos e teóricos sobre desigualdade e classes sociais, no Brasil contemporâneo.

É importante ressaltar a formação do autor, inclusive para contrastar os caminhos metodológicos e muitas vezes conceituais a que parte Jesse Souza e Marcelo Neri. Desta forma, fica mais claro evidenciarmos alguns nuances escondidos em sua escrita e lógica argumentativa que nos revelam considerações interessantes e valiosas para as nossas reflexões.

Porém, antes dessas observações e comparações entre as lógicas argumentativas de cada autor, se faz necessário que aprofundemos também o nosso olhar sobre a obra de Jesse Souza, “os Batalhadores”.

#### **3.2 - Considerações introdutórias e conceituais sobre os Batalhadores Brasileiros de Jessé.**

Ao comentarmos e aprofundarmos o nosso olhar obra de Jessé Souza, diferente de Neri que conceitualiza este fenômeno brasileiro de aumento de renda de uma parcela significativa da população, como nova classe média, fato que fica evidente no título da obra; Jessé Souza problematiza esta questão, se de fato esta nova parcela que teve a sua renda familiar acrescida pertence à classe média. Perceba que estamos presentes diante de uma questão conceitual no qual o autor busca a certa medida justificar e argumentar a todos instante em sua obra.

O livro “Batalhadores” de Jessé é uma feliz iniciativa de reatualizar face ao conceitual de classes sociais, a realidade social brasileira sobre a sua teoria de classes sociais. Neste sentido, é imperioso destacar o que o autor entende a desigualdade de classes nasce jogo de reprodução de privilégios, bem como de dimensões simbólicas, como o capital cultural e não-econômicas, típicas das relações fordistas e pré fordistas, em um país periférico na sistema mundial.

Em termos gerais, o autor caracteriza o atual momento do cenário econômico e político brasileiro como uma distensão do capitalismo mundial, em sua fase pós-fordista, que destacam transformações dentro e além do modo de produção capitalista. E é justamente dentro deste contexto que Jessé percebe uma relativa inclusão social, em meio a uma relativa dinamização do mercado interno brasileiro que possibilitou através de um crescimento de renda média das famílias brasileiras, bem como de consumo o surgimento de um novo grupo social, no qual o autor denomina de batalhadores.

O autor opta em denominar esta novo grupo social em “ascensão” de nova classe de trabalhadores, ou mesmo de “batalhadores”, termo cunhado ao longo dos vários exemplos que ele desenvolve ao longo de sua vastíssima pesquisa empírica e coleta de dados.

Esta nova classe trabalhadora, portanto, é a fotografia social perfeita do Brasil, no que diz respeito à última década, um país que atravessa uma transição estrutural, tanto em termos: demográficos, econômicos, sociais e políticos.

Tal processo se explica, devido a uma maior consistência da política macroeconômica brasileira, o que fica evidente depois da relativa estabilidade econômica do país frente às crises mundiais recentes, e que só foi possível graças ao aumento de importância do mercado interno nacional, entusiasmado pela demanda dos novos extratos sociais que garantem acesso ao crédito e ao consumo, graças a programas governamentais de redistribuição de renda, de acesso ao crédito, fomento ao empreendedorismo.

O arcabouço teórico do qual se faz Jessé Souza perpassa de interpretações e diálogos tanto com conceituais marxistas, bem como Pierre Bourdieu, Max Weber e Richard Senneth (SOUZA, 2012, p. 18 a 57).

Em sua rica pesquisa de campo, no qual o autor dialogou, entrevistou e analisou diversos representantes desta dita “nova classe média”, o autor dá um peso ao passado incorporado, vivido de cada um dos seus entrevistados, compreendendo as sociais deste grupo e a sua visão prática de mundo, em muito são conceitos forjados nos vários contextos no quais estes experimentaram, ao longo de sua vida.

Neste sentido a análise de Jessé parte de conceitos particulares que denotam as realidades individuais de cada entrevistado e vai costurando, em dialogo com a teoria, concordando, ora discordando e propondo sínteses explicativas da realidade social brasileira, como uma boa dose de originalidade, empirismo e realismo.

O autor com o seu olhar mergulhado, em conceitos bourdianos e weberianos faz um esforço de síntese a fim de explicar as múltiplas variáveis sociais observadas na atualidade: como a busca pela qualificação profissional das classes com menor índices socioeconômicos, uma maior agregação de valor a profissões anteriormente tidas como desqualificadas como os vendedores autônomos e de feiras livres, operadores de telemarketing; bem como a maior inserção da mulher no mercado de trabalho. Tais situações levam a Jessé de Souza concluir que negros, jovens e mulheres são os principais sujeitos e artífices, bem como beneficiários deste novo contexto econômico brasileiro (SOUZA, 2012, p. 18 a 57).

Neste sentido o autor discorre uma ácida crítica a autores como Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro e Roberto DaMatta que na visão de Jessé, trazem suas análises explicativas de Brasil pautadas na negatividade da herança ibérica, no personalismo, patrimonialismo e em uma noção de uma modernidade incompleta que reina nas terra tupiniquins.

Mas afinal qual o grande “perigo” alertado por Jessé, ante ao discurso de “meias verdades” desses autores que possuem uma grande influencia intelectual?

Percebemos que o autor, relaciona neste discurso uma tentativa de criar uma ligação entre o patrimonialismo de estado e o racismo de classe, discurso este que é apropriado pela “ordem liberal” que clamam pelo Estado Mínimo, ante a sua eminente corruptude, objetando um conluio entre este Estado corrupto e as classes sociais subalternas, em um possível jogo político nefasto e populista (SOUZA, 2013, p. 20).

Esta visão como fica claro, em sua síntese reforça uma visão sectária e preconceituosa de que o povo, a “ralé”, nada faz para que a sua situação socioeconômica melhore, vivendo à custa dos favores do Estado corrupto. Em síntese tal postura, criticada por Jessé, parece entender que a ralé brasileira é responsável pelo atraso do país, pela modernidade incompleta, que parece ser a tônica da critica liberal brasileira.

É precisamente o obscurecimento sistemático de todo conflito de classes entre nós, em nome da falsa oposição já naturalizada entre mercado e Estado, que abre espaço para um “economicismo liberal” que desconhece a produção sociocultural de indivíduos diferenciais por heranças de classe distintas. A percepção equivocada da “classe C” como

classe média, ou seja, como classe privilegiada, mediante mero aumento do potencial de consumo e renda, reflete, precisamente, esse desconhecimento (SOUZA, 2012, p.326).

Esta crítica contundente ao olhar liberal a questão da nova classe média que se materializa na crítica a Roberto DaMatta, Sérgio Buarque de Holanda e Fernando Henrique Cardoso entre outros, acontece em um momento da popularização das opiniões midiáticas a respeito da nova realidade social brasileira (SOUZA, 2012, p. 44).

Por isso a escolha de Souza, em denominar esta classe de trabalhadores que teve um acréscimo de suas rendas, como “classe dos batalhadores”. Pois como atesta a sua pesquisa empírica, este grupo de trabalhadores só conseguiu tal desenvolvimento econômico e social devido a sua tenacidade, inventividade e experiências de vidas que forjaram e moldaram a sua visão de mundo “trabalhadora” que conjuntamente com uma política governamental de estímulos ao desenvolvimento desta classe, contrariam a visão ociosidade e falta de moral, apregoadas pela visão liberal.

### **3.3 – Porque os batalhadores não são a nova classe média: a dinâmica explicativa de Jessé de Souza.**

Depois de esclarecido algumas ideias iniciais, Souza retoma a teoria weberiana ao propor um novo “ethos” que explicaria esta nova classe social brasileira. O autor conclui haver entre os batalhadores a construção uma mentalidade relacionada ao novo contexto capitalista pós-fordista, de um controle gerencial e burocrático flexível, pautado por novos valores ligados ao trabalho braçal, profissões autônomas, e profissões de menor nível de qualificação educacional (SOUZA, 2012, p. 227).

Uma das dimensões mais ricas dentre a vastidão e a heterogeneidade de sua pesquisa qualitativa que nos apresenta um painel multicolorido de histórias pessoais e que autor evoca para dar voz a sua base explicativa sobre o perfil dos batalhadores brasileiros é justamente a possibilidade de se pensar uma base comum que aproxima os mais variados tipos de “batalhadores”, em algo que os une, como: a virtude de prosperar por meio do trabalho árduo, a visão empreendedora em muito ligada as história e experiências pessoais que nos ajudam em muito em perceber a visão de mundo, valores, sonhos, o perfil cultural e ideológico desse grupo de “batalhadores”.

Os “batalhadores” vivem à pele as consequências do capitalismo financeiro, a contínua insegurança no amanhã e intensa competitividade, por isso mesmo o lema do sacrifício pessoal é seu maior mantra, entoado todos os dias, como o único caminho ao sucesso, ou mesmo a sobrevivência. A astúcia, o empreendedorismo, a tenacidade, e acima de tudo resiliência são características comuns dessas pessoas que em sua maioria, diferente da ralé, podem até ter possuído uma infância e história de vida de penúria e necessidades de básico para sobreviver, mas em geral, possuem uma família nuclear estruturada em que estes laços familiares muitas vezes lhe servem de subsídios psicológico, social e até produtivo. Sofrem com violência simbólica, com o preconceito e com a precariedade de sua situação de “batalhadores”, pois a linha entre eles e a “ralé” é muito tênue.

Para dar conta desse desafio diário de sobreviver às incertezas bases como a sociabilidade e cooperação familiar, a fé religiosa (na maioria das vezes ligada ao pentecostalismo), as redes informais e populares de comércios, os misticismos populares, e os programas governamentais de cunho social são os sustentáculos que dão sobrevida e esperança de crescimento social e econômico a esta classe de batalhadores.

Redefinir, repensar o conceito de classe social neste contexto é fundamental, e Souza é bem contundente ao rechaçar os argumentos economicistas que definem classe tendo a renda como único parâmetro de análise; bem como os marxistas que arraigados em velhos conceitos de dialética de classe,

definidos entre patrão e empregado não compreendem a sutileza e a complexidade que se faz nas relações entre pequenos patrões e seus subordinados, uma vez que este padrão mais se comporta e assume uma visão de mundo mais próxima de seus subordinados do pertencente a uma visão típica de patrão. Jessé retoma a visão de Thompson, ao reavivar a ideia de consciência de classe e não uma visão reducionista *a exteriori* (SOUZA, 2012. P. 56).

Jessé é muito consistente e preciso ao promover o debate sobre conceito de classe social. Depois de explicitado e desenovelado a visão de mundo, as histórias, os medos e angústias desses “batalhadores”, bem como as suas condições de vida, hábitos de consumo, cultura e até mesmo padrões de socialização resta à pergunta: É possível classificar tais “batalhadores” e a dita velha classe média como pertencentes a mesma camada social: com apropriação da realidade social e do trabalho, sonhos, padrões de sociabilidade, acesso a cultura de forma homogênea comum?

Esta pergunta chegar a beirar o estapafúrdio, depois de conhecido de perto os relatos, a realidade social no qual esta imersa os batalhadores brasileiros, mesmo que alguns tenham galgado o relativo *status* de patrão (SOUZA, 2012, p. 230 e 231).

“O que na verdade, é comum, tanto ao liberalismo economicista dominante quando ao marxismo enrijecido é o fato de que ambos são cegos em relação à verdadeira “novidade” do mundo novo no qual vivemos sem compreendê-lo adequadamente.” (SOUZA, 2012, p. 21).

Neste sentido o autor promove de uma só vez uma crítica pesada e consciente sobre o reducionismo das teorias tanto liberais, como ao marxismo ortodoxo que não conseguem adentrar o interior da realidade social e perceber as complexas e sutis relações sociais e simbólicas. Dentro da perspectiva de Souza, os “reducionistas economicistas” afamados pela grande mídia erroneamente apregoam os “batalhadores” como sinônimos a nova classe média brasileira, um erro comum, quando se analisa somente as questões econômicas ligadas ao acréscimo de renda dessas famílias e sem considerar questões simbólicas, cultural e padrões de sociabilidades desse grupo social.

Percebemos que dentro desta lógica explicativa de Souza, ao traçar o perfil dos “*self-made men*” brasileiro, dando inteligibilidade weberiana ao “ethos” desse grupo social, questionando, assim, velhos conceitos de classe social; em uma lógica que caminha para uma explicação bourdiana, ao colocar em jogo o conceito de capital cultural.

As classes dominantes - classes média e alta – se definem, antes de tudo, pelo acesso aos dois capitais im pessoais que asseguram, por sua vez, todo tipo de acesso privilegiado a literalmente todos os bens (materiais ou ideais) ou recursos escassos em uma sociedade de tipo capitalista moderna (SOUZA, 2012. p. 48).

É preciso entender, deste modo, que todo o privilégio de classe das elites repousa em uma tendência de manutenção de seus “e o “comportamento social” que o credencia a uma diferenciação de classe, sendo reconhecido por seus comuns, da mesma classe social (SOUZA, 2012, p. 48)”.

Portando renda não pode ser um elemento definidor de classe. A elite burguesa é privilegiada pela reprodução do capital tanto cultural, quanto o econômico, já a classe média definida pela reprodução do capital cultural.

É nítido que o batalhador não possui capital cultural, nem privilégios que o condicione a pertencer à chamada classe média. Em muitos aspectos ele é próximo da ralé do que da elite, pois é esta a sua origem social. Portando, devem ser percebidos pela sua disposição ao trabalho árduo, disciplina e autocontrole.

Este é o retrato da dita “nova classe média brasileira” que com Jessé ganha novas formas e cores, sendo forjada sob a alcunha: “batalhadores brasileiros”, uma nova classe trabalhadora que ganha destaque e importância simbólica dentro da realidade social e política do país.

#### **4 – Breve debate: aproximações e diálogos entre Neri e Souza.**

O debate entre Neri e Souza além de tema em comum, possui algumas possíveis mediações e aproximações que nos auxiliam a compreender com maior riqueza de detalhes e contraposições a realidade social brasileira.

O tema “nova classe média”, termo rechaçado por Jessé de Souza não invalida a ideia de que ambos os autores estejam debatendo a respeito do mesmo grupo social e tema.

Ambos os autores escrevem as análises, sobre o seu objeto, ao sabor das distensões políticas atuais do tema. Esboçam algumas conclusões particulares sobre alguns pontos bem de maneira bem análogas e parecidas: como em relação ao peso positivo que o CrediAmigo e as políticas de microcrédito possuem ao incrementar o negócio do pequeno empreendedor; a consistência da política econômica brasileira, bem como maior dinamismo do mercado interno como componentes de possibilidade para o surgimento deste novo grupo social em questão.

Os autores destacam a importância das políticas econômicas e seu efeito estimulante no acréscimo de renda no país; há também o consenso sobre o valor da religiosidade a dita “nova classe média”, mesmo que articulados em bases distintas, porém, ambos apontam para o seu caráter relacional ao surgimento deste novo grupo social. Em suma, parece que os dois autores em questão entendem que o atual contexto permitiu uma sensível melhora nas condições de vida, de uma parcela considerável da população brasileira, principalmente as camadas sociais menos favorecidas.

Outro ponto de destaque entre ambos convergem no rompimento da violência simbólica contra as classes dominadas, principalmente os batalhadores, compreendendo a sua relevância social e econômica (SOUZA, 2012, p. 303).

Porém, os pontos de divergências entre os autores nos revelam mais nuances e complexidades sobre a nossa realidade social, uma vez que trazem consigo toda uma carga conceitual e de metodologia de pesquisa que se estruturaram de maneira distinta. Vamos análises e comparemos.

Marcelo Neri, como bem explicitado anteriormente, tem como formação intelectual a área econômica e, talvez por isso, o seu olhar ante a realidade seja mediado substancialmente por indicadores e dados quantitativos numéricos, fato que não diminui a importância do autor perante a sua capacidade síntese e diálogo frente à realidade social.

O caminho percorrido por Néri, como bem explicitado, no prefácio da sua obra é claramente uma tentativa de classificação, interpretação e síntese de dados numéricos relativos à base PNAD, do IBGE. É uma postura institucionalista, na medida em que suas lentes de visão analítica e documentais se valem de uma instituição oficial e governamental para construção de seu esforço explicativo.

Já Jessé vai por outro caminho, inspirado pela pesquisa social de campo: entrevistas e observações nos traz outro esboço do apontando por Néri. Enquanto o autor de A nova classe média faz sua construção argumentativa dos dados institucionais, ou seja, do macro para o micro. A proposta de Souza é diametralmente oposta partindo das particularidades do tecido social, amarrando os discursos dos sujeitos a fim de produzir sínteses que podem dialogar com a teoria, atualizando-a.

Não estamos fazendo juízo de valor, apenas apontando as diferenças entre as propostas, uma vez que ambas possuem espaço e importância para a compreensão da realidade brasileira.

Mesmo assim, ambas são dotadas de intenções e interesses que se evidenciam na construção argumentativa de suas análises. Por exemplo, em relação à definição de classe social.

Na medida em que se isola a variável renda, reduz-se o conceito de classe apenas a renda mensal, ou seja, ao que é economicamente evidente. É apenas ao considerar a dimensão econômica imediata e visível que o permite abstrair e generalizar um fator e desconectá-lo de todo o resto(...) por outro lado a sua pesquisa (o autor se refere a Marcelo Neri, *grifos nossos*) se compromete ao ocultar a dimensão propriamente sociológica das classes sociais: estilo de vida (SOUZA, 2012. p. 304).

Outras palavras, Neri não considera um série de fatores “extraeconômicos” a conceito de classe social, quando define o acréscimo de renda de parte considerável da população brasileira, antes participante dos índices de pobreza, como único fato decisivo para enquadrá-los enquanto classe média.

A postura de Néri, mesmo que guardada as devidas proporções não se afinizaria com os discursos criticados pelo próprio Jessé de Souza, a respeito da modernidade incompleta que aproveitado pelo discurso neoliberal, em sua tentativa de enviesar o discurso ético entre Estado e mercado?

O fato é que talvez Néri, como mesmo se revela nas apresentações de seu livro navegue entre as duas margens do rio, com tanta destreza, que por vezes pode se furtar a definir com mais atitude a sua posição política, pois como nos diz Fabio Giambiagi:

É umas das poucas pessoas capazes de ser chamadas um dia discutir um tema com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e no dia seguinte tratar do mesmo assunto com o ex-presidente Lula (NERI, 2011, p. 12).

Tal intervenção a respeito da postura política de Neri, em relação a sua obra nada desqualifica a validade e o vigor explicativo de seu trabalho que mesmo que não possua o fôlego explicativo de cores, sons, calor humano, simbologias, costumes e imagens de Jessé Souza pode contribuir bastante na análise social, mediação e debate para com trabalhos como o de Souza.

## 5- Considerações finais

Em suma os autores contribuem de forma decisiva com o debate a respeito do conceito de nova classe média, portanto, a respeito da realidade social brasileira, cada qual, a seu modo, nos oferece subsídios de análise em relação ao fato social, tal aporte nos municia de argumentos para a nossa participação política, enquanto agentes da história, sujeitos imersos nos debates do nosso tempo e participes das mudanças sociais da nossa realidade.

## Referências

SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou uma nova classe trabalhadora. 2ª edição ampliada. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2012.

\_\_\_\_\_. *A Ralé Brasileira: Quem É e Como Vive*, Belo Horizonte: UFMG. 2009.



NERI, Marcelo. A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo. Saraiva, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *As raízes do Brasil*, (1ª edição 1936), São Paulo: Companhia das Letras.1995.

FAORO, Raymundo (1975), *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Rio de Janeiro / Porto Alegre / São Paulo: Editora Globo/ Editora da Universidade de São Paulo.

## O CONSUMO COMO DIFERENCIAÇÃO DESLOCANDO A IDENTIDADE DE GÊNERO

Licia Frezza Pisa  
Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca  
licia@facef.br

### Resumo

A questão da identidade é um tema complexo, estudado por várias áreas do saber, como Antropologia, Psicologia Social, Sociologia, Linguística, etc., porém, é possível pensarmos a identidade por meio do consumo como diferenciação, como proposto por Baudrillard (1981), em que os objetos, os signos carregam uma carga simbólica para a constituição de identidades culturais. O presente trabalho pretende refletir sobre a questão do consumo na constituição de identidades na contemporaneidade e como o consumo como diferenciação e as tendências, enfatizando o desejo e a busca pelo prazer, podem contribuir para o questionamento da identidade de gênero, fazendo com que o consumidor encontre na androginia um modo autêntico de ser ele mesmo, de auto-realização e também uma forma de luxo pessoal com essa identidade cultural, não mais estando preso às classificações de masculino e feminino e validando a ideia de identidades líquidas (BAUMAN, 2005). O objetivo é compreender os discursos que aproximam a questão da identidade com o consumo de modo a compreender como um influencia ou refrata o outro e a justificativa se apresenta pela questão da androginia começar a aparecer, ainda timidamente, na sociedade e em discursos da mídia, mas que, dependendo do rumo que tomar, poderá trazer modificações tanto na questão da identidade como na questão do consumo de objetos para a afirmação desta identidade, ou mesmo se tornar um tema tabu, ou seja, é um tema emergente e que necessita observação. A metodologia se utiliza de pesquisa bibliográfica fundamentada em teóricos que tratam da questão do consumo contemporâneo como Baudrillard, Bauman, Canclini, Campbell, Melman entre outros; e da androginia como Singer.

018-2335

**Palavras-chave:** consumo; identidade; gênero; androginia.

### Introdução

Há vários modos de se refletir sobre o consumo, passando pelo econômico, enfatizando a utilidade e os valores de uso, o antropológico, em que há a busca da individualidade, o sociológico e cultural, em que busca a dinâmica social de grupos e modelos culturais, o consumo como emulação, etc. Percebe-se que a maneira como os sujeitos consomem em sociedade dizem sobre a maneira como se colocam no mundo, qual posição ocupam, qual identidade carregam. E a questão da identidade é um tema um tanto complexo, estudado por várias áreas do saber, como Antropologia, Psicologia Social, Sociologia, Linguística, etc., porém, é possível pensarmos a identidade por meio do consumo como diferenciação, como proposto por Baudrillard (1981), em que os objetos, os signos carregam uma carga simbólica e, no caso da identidade, carregam-na no corpo, já se diferenciando pelo gênero a que pertence.

Esse trabalho, portanto, pretende compreender que, por meio do consumo como diferenciação, há a possibilidade de deslocar as barreiras do gênero e propor uma nova maneira de ser sujeito, de constituir

uma identidade, ou seja, ser um sujeito livre e desejante e que não se limita a consumir objetos formatados pelos gêneros masculino e feminino.

A justificativa se dá pela questão da androginia começar a aparecer, ainda timidamente, na sociedade e em discursos da mídia, mas que, dependendo do rumo que tomar, poderá trazer muitas modificações tanto na questão da identidade como na questão do consumo de objetos para a afirmação desta identidade, ou mesmo se tornar um tema tabu, se for relacionado a sexo ou sexualidade (FOUCAULT, 1988).

O objetivo é refletir sobre um discurso que aproxima a questão da identidade com o consumo e como um pode interferir no outro e vice-versa, atuando de maneira recursiva e, para isso, lançamos mão de pesquisa bibliográfica.

### **1. A questão do consumo contemporâneo**

O consumo passou de uma fase inicial de aquisição por apropriação de bens, numa fase industrial, para um consumo de carga simbólica de valor no século XIX, de posição e hierarquia na estrutura social com uma burguesia emergente e não pertencente à nobreza tradicional (BOURDIEU, 1992); de gostos refinados, luxo e ócio, tendo no não trabalho o poder de uma vida virtuosa (VEBLEN, 1983); de representações simbólicas opondo valor de uso e valor de troca (BAUDRILLARD, 1981); para uma fase predatória e descartável, em que Bauman (2008) sugere que as pessoas se tornaram produtos e as tribos seriam a natureza móvel das identidades com a carga simbólica do que somos ou gostaríamos de ser e, para isso, é preciso consumir para garantir a existência enquanto cidadão e, caso não se consiga consumir de maneira adequada, torna-se um consumidor falho, ou seja, alguém que não se enquadra na dinâmica do mercado e não usufrui, no tempo certo, das ofertas de novos produtos, novos padrões, novas identidades e essa sucessão permanente de produtos, necessidades, desejos e experiências seria proposital: uma obsolescência programada (BAUMAN, 2008). Mas o consumo também é compreendido como um estado contínuo de sonho (MCCRACKEN, 2003) e como a busca por um hedonismo imaginário, ou seja, busca por prazer e sensações fantasiosas de prazer (CAMPBELL, 2001), ou mesmo colocando a busca pelo prazer à frente da busca pelo saber, tornando o excesso a norma (MELMAN, 2003).

É preciso lembrar que as condições dispostas para o consumo, atualmente, são facilitadas por diversos fatores, como: aumento da renda familiar, mulheres no mercado de trabalho e com poder aquisitivo, novos modelos de consumo com compras de conteúdo emotivo e produção de produtos com baixo custo e alta qualidade (TEJON; PANZARANI; MEGIDO, 2010, p. 2). Esses fatos contribuem para que a população em geral tenha mais possibilidades de consumir objetos que não apenas supram suas necessidades básicas, mas de ser incluído a determinados grupos, de aspirar a determinadas posições e *status*.

O consumo não pode ser visto, portanto, como algo pejorativo, como gasto inútil, como uma compulsão irracional, como uma atividade passiva e imposta pelo mercado, mas como forma de formar cidadãos, de pensar o comportamento social e político da dinâmica de uma sociedade (CANCLINI, 1997); e como prática social de “estratégia individual de busca de sentido no mundo” (TEJON; PANZARANI; MEGIDO, 2010, p. 3).

O consumo reflete o comportamento social e cultural de determinados grupos e determinadas sociedades, é um lugar de diferenciação e distinção entre grupos, classes, estilo de vida e o consumo se dá no cotidiano (BAUDRILLARD, 1981), e nesse espaço os sujeitos se apropriam de determinados produtos, mercadorias, signos e formas de identidades, que podem mudar a qualquer momento, como identidades líquidas (BAUMAN, 2005), ou seja, tudo está em movimento, em constante renovação, em busca de novos desejos a serem satisfeitos.

Para Campbell (2001), o cerne do consumo moderno é a busca interminável para satisfazer necessidades e a insaciabilidade seria fazer com que a cada necessidade preenchida outra nova surgiria e o processo se tornaria ininterrupto (p. 59). O autor concorda com Bauman (2008), porém, adota uma reflexão menos pessimista do consumo, em que sugere que o prazer é procurado no consumo e estimulado emocionalmente e, portanto, a chave para a busca do hedonismo moderno seria a questão do anseio, ou seja, em buscar objetos, coisas, signos que preencham os sonhos dos consumidores (CAMPBELL, 2001, p. 125).

E isso se torna possível com o acesso a todos mais facilitado. A base da pirâmide global mudou, pensando em pessoas com menor poder aquisitivo, pois o acesso à informação, à celulares, à internet, à comunicação global é mais disponível e, mesmo tendo menor poder aquisitivo, se comparado com as classes mais abastadas, também desejam os mesmos símbolos, os mesmos produtos, o mesmo respeito, o mesmo tratamento enquanto cidadãos consumidores do mundo globalizado. “Na prática, o consumo se torna o canal mais imediato e, principalmente, mais controlável para a busca do prazer. Essa é a motivação mais frequentemente adotada para justificar o consumo” (TEJON; PANZARANI; MEGIDO, 2010, p. 5). Para Schweriner (2006) o desejo, a vontade do consumidor vem antes da satisfação das necessidades, se tornando necejos: “os bens e serviços se despem da condição de suprir necessidades e operam muito mais como geradores de prazeres imaginativos” (p. 141).

Percebe-se, então, que o consumo se liga à questão da individualidade e da emotividade presente nas mercadorias e, com isso, temos que o consumo passa de uma esfera racional, preocupada apenas com a satisfação das necessidades, para uma esfera mais emocional, em que é possível sonhar, desejar e experimentar. A busca por experiências emocionais, novas sensações, novas possibilidades de identidades, desejo de merecimento, de se auto presentear passam a inverter o que até então pensávamos sobre o luxo, ou seja, algo supérfluo ou qualquer despesa maior que o necessário (CAMPBELL, 2001). “O novo luxo é, antes de tudo, expressão da individualidade e da procura de gratificação e não somente de ostentação. O novo luxo vai além da aquisição do bem e compreende uma experiência, uma emoção a mais” (TEJON; PANZARANI; MEGIDO, 2010, p. 26).

Com isso, o marketing evoluiu na tentativa de chegar mais próximo do consumidor e compreender os seus anseios, suas vontades, seus desejos e passou a ser marketing de experiências, operando para uma desmassificação “do feito para você para feito por você” (GALINDO, 2012) e busca estar lado a lado com esse consumidor que tem o poder de decisão nas mãos, que é atuante, que comenta, que reclama, que cria junto com a empresa, etc. e nesse cenário vemos aparecer as *lovemarks* (ROBERTS, 2005), em que o amor às marcas é estabelecido pelos laços emocionais que criam com os consumidores, sendo “os seres humanos movidos pela emoção, não pela razão” (p. 42); e o *brandsense* (LINDSTROM, 2007), em que a sinergia entre os sentidos (visão, audição, olfato, tato e paladar) deve ser a conexão, o relacionamento entre marca e consumidor.

Com isso, percebemos que a questão do consumo contemporâneo perpassa o consumidor de modo a permitir que se tenha mais facilidade de aquisição e, com isso, o consumo passou a ser mais individual, mais emocional e menos racional, mais desejo e menos necessidades, fazendo com que o poder de diferenciação seja cada vez mais exclusivo e menos massificado.

### **1.1 Consumo e diferenciação**

De acordo com Baudrillard (1981, p. 47) a igualdade entre as pessoas é um mito, pois não é possível nivelar a todos num mesmo patamar de igualdade, pois o consumo pressupõe distinção social e a igualdade só seria possível perante o valor de uso, ou seja, a utilidade marginal de cada objeto de consumo. O valor de troca seria mais importante, pois os signos e o aspecto simbólico das mercadorias organizariam a

classificação social. Essa classificação se dá mediante símbolos, códigos e valores que se distinguem dentro dessa hierarquia classificatória e, assim, o consumidor adquire valores, como “sensualidade, poder, saber, bom gosto, cultura, sofisticação, beleza e tantos outros que classificam e posicionam grupos e objetos no interior da ordem social” (ROCHA, 1995, p. 154).

Porém, não é possível a cada objeto ser atribuído diretamente a esta ou aquela classe social, a este ou aquele valor simbólico, ou seja, Baudrillard (1981) distingue dois grupos para isso: grupo de pertença, em que o consumidor usa o objeto por direito adquirido; e grupo de referência, em que se tem um primeiro grupo e tenta-se assemelhar, seguir, ou mesmo se diferenciar, promovendo uma relação de distinção ou conformidade.

O consumo como motor de diferenciação pode ser percebido na vida cotidiana, na história das pessoas, nas representações de mundo, nos desejos, nos objetos, nas mercadorias, nas marcas, etc. e a busca por diferenciação pode ser vista na construção da identidade das pessoas, nos objetos que consomem, que carregam no corpo e que passam a ser o discurso daquilo que são ou que desejariam ser. Para Tejon, Panzarani e Megido (2010, p. 2) “construímos e reconstruímos continuamente nossa imagem. Consumir também faz parte do processo pelo qual moldamos nossa identidade e pelo consumo também podemos ter o reconhecimento de nós mesmos”.

Assim, as possibilidades de identidades disponíveis atualmente se dão pelas inúmeras possibilidades de consumo e diferenciação entre grupos e, segundo Baudrillard (1981), a insatisfação emocional seria o motor para renovação constante dos objetos, signos e símbolos de consumo.

## **2. Consumo e identidade: desejos e androginia**

Segundo Schweriner (2006) foi nos Estados Unidos dos anos 1920 que o consumo passou a ser incorporado ao estilo de vida das pessoas pela revolução econômico-industrial que trouxe os bens produzidos de forma padronizada, em altas quantidades e a preços baixos, mais conhecido como modelo fordista de produção, e isso começou a trazer mudanças na identidade das pessoas, que até então era bem definida e controlável (região, etnia, classe, gênero, etc.), e passou a ser influenciada pelas posses e pelo tipo de consumo adquirido e revelado aos outros. Esse processo de consumo capitalista foi assimilado e disseminado com a globalização e com o acesso a diferentes culturas, principalmente pelas interações comunicacionais e tecnológicas e isso influenciou na questão da identidade.

De acordo com Bauman (2008, p. 128),

a cultura consumista é marcada por uma pressão constante para que sejamos alguém mais. Os mercados de consumo se concentram na desvalorização imediata de suas antigas ofertas, a fim de limpar a área da demanda pública para que novas ofertas a preencham. Engendram a insatisfação com a identidade adquirida e o conjunto de necessidades pelo qual se define essa identidade. Mudar de identidade, descartar o passado e procurar novos começos, lutando para renascer – tudo isso é estimulado por essa cultura como um dever disfarçado de privilégio.

Com isso, percebemos que nesse modelo de sociedade não se nasce com uma identidade pronta, mas ela passa a ser uma construção em constante mudança, sem finalização ou acabamento definidos e tendo a contribuição do consumo para isso. Assim, não há mais a busca pelo necessário, as identidades dependem daquilo que se possui ou que se pode possuir. Não há mais hábitos, pois tudo pode ser trocado, entrar em desuso, sair de moda: “é uma cultura do desengajamento, da descontinuidade e do esquecimento” (BAUMAN, 2008, p. 141). Para Tejon, Panzarani e Megido (2010, p. 2), “hoje, estamos em busca de entretenimento, informação e valores, estilos e experiências de vida. Em uma única palavra,

procuramos a própria identidade, por meio do acesso a novas realidades e a fluxos de comunicação globais e interativos”. A constante transformação nas tecnologias, no *design* de objetos, na comunicação entre as sociedades, na oferta de novas formas de ser e fazer amplia as expectativas e os desejos dos consumidores e contribuem para tornar a identidade cada vez menos definida e fixa (CANCLINI, 1997).

Assim, o desejo passa a ser o motor nessa dinâmica e ininterrupta busca por novidades, por atualizações, por uma vida bem-sucedida e feliz possibilitada pelo consumo e, portanto, a probabilidade de satisfação é quase nenhuma, pois sempre haverá novos padrões, novas possibilidades e as metas continuarão distantes, pois sempre terão outras para serem alcançadas e consumidas (BAUMAN, 1998, p. 56), pois as necessidades são uniformes e mais limitadas, enquanto os desejos são mais variáveis e ilimitados (SCHWERINER, 2006). E para Bauman (2004), mais do que os desejos, mas os desejos ainda não percebidos é que são importantes, pois eles é que impulsionam os consumidores às novidades, fazem o mercado expandir suas ofertas e mantém a sociedade de consumo. Para Melman (2003), o sujeito é legitimado pelo desejo e pela busca da satisfação desse desejo. Campbell complementa que o anseio ao hedonismo, “não só reforça o desejo como ajuda a fazer o próprio desejar uma atividade agradável” (2001, p. 126), ou seja, o desejo de prazer com a satisfação por possuir algo, pertencer ou ser alguém possibilitado pelo consumo.

Essa influência do consumo na constituição de identidades contemporâneas juntamente com a rotatividade de novas possibilidades traz questionamentos no modo como se consumiu até então, por exemplo, com produtos classificados em gêneros masculino e feminino e o fator desejo atuaria como um desestabilizador dos padrões até então vigentes, pois “tanto a extinção contínua de necessidades é quase um enigma como a criação delas, pois o corolário natural de necessitar incessantemente é a alta taxa de obsolescência” (CAMPBELL, 2001, p. 60) e poderíamos pensar em uma obsolescência do gênero, em uma resistência a essa normatividade e uma rejeição ao enquadramento do que se pode consumir sendo do gênero masculino ou feminino?

Essa questão da insatisfação com a classificação de produtos, ideias, comportamentos, mensagens, etc. em gêneros traz a questão da androginia como forma de consumir novas formas de ser sujeito e de identidade, que pode ser encarada como uma busca da individualidade, uma liberdade em escolher o que se quer ser independente do gênero, uma mistura ou mesmo uma negação. O propósito seria não se acomodar com uma identidade de gênero já dada e ter possibilidades de escolha, sendo que, para Bauman (2008), escolha e liberdade são sinônimas, pois não há como controlar tudo o que está disponível para o nosso consumo, mas pela liberdade que temos, conseguimos optar por escolher algo em detrimento de outro.

Baudrillard (1981) faz uma distinção nos modos de consumo da mulher e do homem.

À feminilidade funcional corresponde a masculinidade ou a virilidade funcional. Muito naturalmente, os modelos ordenam-se aos pares. Não resultam da natureza diferenciada dos sexos, mas da lógica diferencial do sistema. A relação do masculino e do feminino aos homens e às mulheres reais é relativamente arbitrária. Homens e mulheres, hoje em dia, acabam cada vez mais por significar-se indiferentemente nos dois registros, mas os dois grandes termos da oposição significante, em contrapartida, só valem pela perspectiva distinção. Os dois modelos não são descritivos; regulam o consumo (BAUDRILLARD, 1981, p. 97).

O modelo feminino de consumo apresenta signos de beleza, sensualidade, de sofisticação, de erotismo e de expressividade. Busca consumir como forma de gratificação para se tornar mais competitiva e atraente ao olhar masculino, para melhor agradá-lo; não é competitiva, apenas com outras mulheres a respeito dos homens (p. 98). O modelo masculino traz signos de exigência, de seletividade, de poder de escolha, de um rigor inflexível, de sucesso oposto ao fracasso; “a escolha masculina é agonística: pela

analogia com o desafio, revela-se como a conduta nobre por excelência. Está em jogo a honra ou a dar provas, virtude ascética e aristocrática” (BAUDRILLARD, 1981, p. 98), e nessas escolhas a mulher será escolhida entre outros objetos, como o seu carro, o seu perfume, etc.

Contudo, Baudrillard (1981) afirma que as funções sociais, econômicas e sexuais, tanto de homens quanto de mulheres, se encontram mescladas e, assim, o que o autor propõe seria um terceiro modelo hermafrodita de consumo, “muito mais próximo do modelo feminino de complacência que do modelo masculino de exigência” (BAUDRILLARD, 1981, p. 99).

O que percebemos é que existe um discurso e uma preocupação com a classificação dos gêneros com relação à constituição de uma identidade cultural mais livre e autônoma, em que se possa consumir sem estar atrelada às classificações de gênero e, para Bauman (2008) o consumidor não tem gênero, pois “não há estratégias de treinamento distintas para meninos e meninas” (p. 73) e, assim, o tema androginia surge como uma possibilidade de consumo de terceiro gênero ou um pós-gênero, sendo o gênero uma construção social não definida pelo sexo e a androginia reforça a ideia de que a diferença não é o sexo, mas o gênero, pois um depende do outro para definição, diferenciação e representações construídas socialmente e mantidas até os dias de hoje (SINGER, 1990). Assim,

o novo andrógino não se sente confuso sobre a sua identidade sexual. Homens andróginos manifestam uma sexualidade masculina natural, espontânea e desinibida, enquanto as mulheres andróginas podem ser totalmente femininas em sua própria sexualidade. No entanto, nenhum tende a extremos; os homens não ostentam uma atitude machista, nem as mulheres fingem um caráter ingênuo e dependente. Personalidades excessivamente polarizadas proliferam numa cultura que exige a repressão de certas tendências naturais no processo de desenvolvimento dos traços ditos ‘masculinos’ e ‘femininos’ que a sociedade considera apropriados para cada sexo. Os indivíduos andróginos deixam que essas repressões se esvaeçam, no intuito não tanto de preparar terreno para a liberação de seus impulsos sexuais, mas sim de permitir que o que havia sido reprimido possa voltar a ser reintegrado à percepção e cognição conscientes (SINGER, 1990, p. 36).

A androginia, portanto, questiona as fronteiras entre o masculino e o feminino, colocando, por exemplo, a questão de modelos homens que desfilam para grifes de roupas masculinas e femininas, como James Varley e Andrej Pejic, este, um modelo sérvio-australiano, que é homem e por desfilam para ambos os sexos, está na lista das 100 mulheres mais sexys do mundo da revista FHM; ou a modelo Tamy Glauser, que desfila para ambos os sexos (PRADO, 2011). O que podemos entender é que os limites entre o que é para homem e o que é para mulher estão cada vez mais tênues e o que se questiona é que, se os papéis de homens e mulheres estão cada vez menos definidos, os signos, os objetos, o comportamento, a vestimenta, os gestos, os assuntos, os discursos etc. também não precisam ser definidos pelo gênero. Com relação à moda, o estilista da marca Ausländer, Ricardo Bräutigam (*apud* PRADO, 2011, p. 98), nos traz uma importante reflexão sobre esse modo de ser: “nossa coleção é para jovens dominados pelo desejo de ser, fazer e absorver tudo ao mesmo tempo, que podem ser surfistas, fashionistas, nerds ou roqueiros, homem e mulher ao mesmo tempo”. Essa reflexão nos traz que não se trata da questão da sexualidade, em denominar se é heterossexual ou homossexual, mas de gênero, da diluição dos gêneros masculino e feminino. Outro exemplo recente foi a vencedora do Eurovision (maior concurso de talentos da Europa), Conchita Wurst<sup>37</sup>, que é transexual, se veste como mulher, tem cabelos compridos, mas usa barba, ou seja, carrega símbolos de ambos os gêneros.

Para Singer (1990), os movimentos feministas foram decisivos para suscitar as discussões sobre androginia, pois no século XX, e principalmente na segunda metade, é que as mulheres passaram a ocupar o espaço público, conseguiram educação e passaram a decidir e ter controle de quando terão filhos, ou

<sup>37</sup> Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Conchita\\_Wurst](http://pt.wikipedia.org/wiki/Conchita_Wurst)>. Acesso em 25 jul. 2014.

seja, buscam igualdade e passam a ser donas de si e não mais apenas subservientes ao homem. A partir do momento em que as mulheres entraram no mercado de trabalho passaram a assumir a roupa masculina e a repressão com relação à moda passou a ser sobre os homens: “o masculino está condenado a desempenhar indefinidamente o masculino” (LIPOVETSKY, 2009, p. 154). Lipovetsky refere-se à questão de que os trajes masculinos não podem ter qualquer algo de feminino, sendo, inclusive, proibido nos EUA até o final do século XX o travestismo, pois os homens deveriam utilizar pelo menos três peças referentes ao sexo ou poderiam ser presos.

Podemos refletir a androginia como uma identidade flutuante entre os gêneros, uma identidade cultural de indefinição, móvel, líquida, típica dos tempos atuais, um novo jeito de se autodenominar e que o gênero transcende a questão da sexualidade, visto que isso não está em jogo, pois não se trata de discutir se o homem que consome ora objetos e símbolos femininos ora masculinos ou vice-versa é heterossexual, homossexual, bissexual, não se trata disso, trata de configurar um novo tipo de identidade livre, e o que marca esse sujeito de indefinição perante o gênero é a sua liberdade de ser o que quiser, de consumir o que quiser e carregar os signos que melhor lhe representarem, porém, não podemos confundir androginia com hermafrodita ou bissexualismo. Segundo Carvalho (2000, p. 68) “androginia é a síntese, hermafrodita é o híbrido. Androginia é o masculino-feminino indistinguível. Enquanto hermafrodita é uma figura do sexo, o andrógino é uma figura do gênero e o bissexual, pelo menos no moderno uso do termo, uma figura da sexualidade”.

A androginia traz as possibilidades de representações, do prazer da experimentação, das novas emoções, da busca por uma individualidade e por diferenciação e pelos desejos que nunca se satisfazem. Pensando o consumo como forma de identidade e de cidadania, a androginia traz à tona reflexões sobre o discurso da diferença sem classificações. Os indivíduos devem se determinar por eles mesmos (MELMAN, 2003), pois suas escolhas e comportamentos organizam o seu modo de ser e a androginia deve ser encarada como uma maneira natural de ser individual, juntando harmoniosamente o masculino e o feminino.

## **Conclusão**

Este trabalho teve como intenção refletir sobre discursos que começam a aparecer sobre a questão da androginia e como essa identidade pode ser pensada pelo consumo e o que podemos dizer é que, o consumidor tendo em mãos o poder de decisão, a impulsividade e insaciabilidade do desejo, a busca pelo prazer, além de todas as interações possíveis entre pessoas, temas, culturas etc. faz surgirem questionamentos sobre o porque de certas coisas serem como são. Aquilo que consumimos diz sobre quem nós somos, mas é preciso haver coisas a serem consumidas para que possamos fazer escolhas e termos a liberdade de sermos o que quisermos. O desejo é incitado pelo consumo e a produção de produtos a serem consumidos é incitada pelo desejo, por aquilo que o consumidor anseia e tudo isto estaria disponível no cotidiano, sendo importante ter a percepção de como as pessoas estão se comportando, sobre o que estão falando, quais temas são interessantes, que produtos gostariam de ter, que signos as representariam, etc.

O entrelaçamento entre tendências sociais e consumo é sempre mais estreito e direto. Em suma, o consumo e a produção são interligados com os traços que caracterizam nossa época, com as mutações antropológicas que acompanham as novas fronteiras das técnicas e com a exigência de reconstruir ligações sociais colocadas em crise pela perda de tradições e de referências de identidade, que a globalização também contribui para ampliar (TEJON; PANZARANI; MEGIDO, 2010, p. 3).

Pensando a androginia como um novo nicho de mercado deveríamos refletir em como os objetos que são classificados como masculino e feminino deverão ser comercializados, ou seja, haverá discursos, mensagens, publicidades etc. sobre androginia? Haverá produtos específicos para os andróginos ou ocorrerá apenas o uso invertido ou livre das mercadorias? Os produtos serão modificados ou especializados? Seria possível pensar em um perfil de consumidor andrógino, sendo este um sujeito móvel, líquido? Para Tejon, Panzarani e Megido (2010, p. 3), “somente analisando as tendências sociais podemos explicar o consumo” e, por enquanto, a androginia ainda não é tema corrente na sociedade.

Podemos pensar que a busca pela diferenciação, enquanto carga simbólica emocional, pela individualidade e pelo desejo é o que move o consumidor atualmente, e essa busca autêntica por ser ele mesmo, por um prazer próprio é que dá luz ao tema da androginia enquanto identidade cultural, como uma recém-inventada facilidade de renascer (BAUMAN, 2008, p. 129). O discurso do desejo que dissolve as fronteiras do material para o imaterial no marketing de experiências também pode ser a força que desloca as fronteiras do gênero na busca de uma nova forma de identidade: o desejo encontra no consumo as possibilidades de acabamento da identidade.

Desse modo, o luxo na busca por uma identidade seria a sensação de não pertencer a nenhum gênero, de não ser classificado, enquadrado, formatado como algo que deve ser assim ou de outro modo.

Para Quessada,

assim é protegida a ordem política do mundo, necessária à produção econômica e, por trás dela, à edificação de um estado da humanidade conforme a um ideal mitológico – havendo o homem encontrado finalmente o único alimento não-suspeito aos seus olhos: ele mesmo (2003, p. 182).

A androginia seria uma busca autêntica por ser alguém, não tendo que fazer uma única escolha e ser o que se quiser a qualquer tempo, seria recusar o que os sujeitos já foram durante tantos anos, tantas épocas e fazer emergir um novo sujeito, um sujeito de desejo, mas não um desejo formatado pelo gênero e, nessa linha de pensamento, toda a questão de vestuário, comportamento, vocabulário estaria neste jogo de não ter uma classificação como marca do sujeito e o corpo seria uma vertente para se pensar a questão da identidade enquanto consumo, ou seja, o corpo seria a materialidade daquilo que é consumido para validar a identidade andrógina, visto que a mesma não se classifica pela sexualidade.

Como reflexão inicial este trabalho traz um tema que está aparecendo nos discursos em sociedade e não pretende apresentar conclusões de verdade ou ostensivas, pois muito há ainda para se apreender e perceber como os discursos aparecerão nas mídias e como a sociedade o entenderá e lidará com ele, do mesmo modo, como o consumo desta identidade se dará e como a produção de signos e objetos se apresentará.

Há um convite e um desafio para a compreensão da androginia ligada ao consumo de signos e quais serão esses signos ou o(s) sistema(s) simbólico(s) que reproduzirão essa identidade.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. A cultura do lixo. In: *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, pág.117-164.

- \_\_\_\_\_. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- \_\_\_\_\_. *Vida para consumo*: a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOURDIEU, Pierre F. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. São Paulo: Rocco, 2001.
- CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- CARVALHO, Antonio Maria Romeiro. Nos caminhos da sexualidade: androginia na religião e na cultura portuguesas. In: Medicina na Beira Interior: da pré-história ao século XXI. *Cadernos de Cultura*, n.XIV, Nov. 2000. Castelo Branco: Ediraia, 2000, pp. 68-81.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GALINDO, Daniel dos S. Comunicação Mercadológica: uma revisão conceitual. In: GALINDO, Daniel dos S. (Org.). *Comunicação Institucional e Mercadológica: expansões conceituais e imbricações temáticas*. São Bernardo do Campo/SP: Editora Metodista, 2012.
- LINDSTROM, Martin. *Brandsense*: a marca multissensorial. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*: a moda e o seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MCCRACKEN, Grant. *Cultura e Consumo*: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e atividades de consumo. Tradução Fernanda Eugenio. Rio de Janeiro, Mauad, 2003.
- MELMAN, Charles. *O homem sem gravidade*: gozar a qualquer preço. Rio de Janeiro: Companhia de Freud Editora, 2003.
- PRADO, Adriana. Androginia na moda. *Revista Isto É*. Ano 35, nº 2169, 8 jun. 2011.
- QUESSADA, Dominique. *O poder da publicidade na sociedade consumida pelas marcas*: como a globalização impõe produtos, sonhos e ilusões. Tradução de Joana Angélica D'Avila Melo. São Paulo: Futura, 2003.
- ROCHA, Everardo. *A sociedade do sonho*: comunicação, cultura e consumo. São Paulo: Mauad, 1995.
- SCHWERINER, Mário Ernesto René. *Comportamento do consumidor*: identificando necejos e supérfluos essenciais. São Paulo: Saraiva, 2006.
- SINGER, June. *Androginia*: rumo a uma nova teoria da sexualidade. São Paulo: Cultrix, 1990.
- TEJON, José Luiz; PANZARANI, Roberto; MEGIDO, Victor. *Luxo for all*: como atender aos sonhos e desejos da nova sociedade global. São Paulo: Editora Gente, 2010.
- VEBLEN, Thorstein, *A teoria da classe ociosa*: um estudo econômico das Instituições. Tradução Olivia Krähenbühl. São Paulo: Abril Cultural, 1983).



## O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A EXPERIÊNCIA PRÁTICA DE MELHORIA DE RESULTADOS

Rutineia Cristina Martins Silva

Secretaria Municipal de Educação - Franca/ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava  
rutineiamartins@yahoo.com.br

Fabiana Granado Garcia Sampaio

Secretaria Municipal de Educação - Franca/ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava  
fabianaggs@hotmail.com

### Resumo

O presente artigo tem como objetivos trazer dados a respeito do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, tendo como referência a experiência do município de Franca, situado na região nordeste do estado de São Paulo. Para isso, buscou-se entender o contexto em que foram inseridas as avaliações externas no Brasil e em especial no estado de São Paulo, quais os rebatimentos das mesmas nas práticas pedagógicas e como as mesmas podem ser direcionadas para o alcance de resultados. Para exemplificar o conteúdo pesquisado, foi realizado um relato de uma experiência vivenciada em uma escola municipal de educação básica, que mostrou algumas ações que podem ser realizadas para que haja aumento no IDEB.

039-2357

**Palavras-chave:** avaliações externas; índices educacionais; resultados de aprendizagem.

### ABSTRACT

This article aims to bring data about the Basic Education Development Index, with reference to the experience of the city of Franca, located in the northeastern region of the state of São Paulo. For this, we sought to understand the context in which they were inserted external evaluations in Brazil and especially in the state of São Paulo, which bounces the same in pedagogical practices and how they may be directed to the achievement of results.

**Keywords:** external evaluations, educational levels, learning outcomes.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivos trazer dados a respeito do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, tendo como referência a experiência do município de Franca, situado na região nordeste do estado de São Paulo. Para isso, buscou-se entender o contexto em que foram inseridas as avaliações externas no Brasil e em especial no estado de São Paulo, quais os rebatimentos das mesmas nas práticas pedagógicas e como as mesmas podem ser direcionadas para o alcance de resultados. Assim, este artigo divide-se em três partes em que há a proposta de conhecer um pouco do IDEB, relatar uma experiência de melhoria de tal índice e fazer algumas considerações a respeito do tema.

### 1. Conhecendo um pouco do IDEB

O IDEB, sigla que define o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, na atualidade representa um dos índices de maior relevância na avaliação da qualidade do ensino. Conforme dados do INEP (online) o IDEB:

[...]foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

Compreender a função que ocupa o IDEB na atualidade implica em obter conhecimentos a respeito do contexto em que foram criadas as avaliações externas no Brasil e a dimensão que tomaram a partir da década de 2000, o que Martins (2012, p.16) esclarece:

Em 1996, após estudos realizados com vistas à elaboração de uma proposta articulada com o objetivo de melhorar as condições de acesso, equidade e qualidade dos sistemas escolares, o Banco Mundial lança aos países em desenvolvimento um pacote de reformas educativas que deram novo direcionamento à educação nesses países. Com base em Torres (apud Altman, 2002), constata-se que o eixo norteador dessas reformas é a melhoria da qualidade e eficácia da educação. Essas medidas tem como objetivo: Priorização da Educação Básica como o alicerce da escolarização; Foco em aspectos financeiros e administrativos; Descentralização dos processos administrativos; Enfoque setorial no tratamento de políticas; Chamada aos pais e comunidade para participação nos assuntos escolares; Busca de parcerias com os setores privados e não governamentais na tomada de decisões e políticas educacionais; Análise econômica para implementação e definição de estratégias na condução das políticas educacionais.

Em se tratando de resultados obtidos pelos sistemas públicos de ensino, o Banco Mundial recomenda a organização a partir de um planejamento de currículo que especifique os objetivos da aprendizagem em termos observáveis (LAUGLO apud ALTMAN, 2002, p.80). Por conta disso, ao longo da década de 2000, são intensificadas as ações do SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica – no intuito de oferecer parâmetros para avaliar essa etapa da escolarização. Constata-se que a ação do Banco Mundial é de tal forma preponderante que provoca um ajuste de toda a legislação educacional brasileira de modo que o Estado tenha maior controle e poder de intervenção sobre os sistemas de ensino, por meio de leis, avaliações e parâmetros curriculares, sem, no entanto, fazer essa intervenção de maneira direta. Sendo assim, a interferência dessa instituição financeira nos processos e políticas educacionais é a de adequar as questões relativas ao ensino à lógica e às necessidades econômicas em uma perspectiva mundial.

Partindo do entendimento do contexto em que foram criadas as avaliações externas no Brasil, em meados da década de 1990, o IDEB surge como uma consequência, uma necessidade de indexar os dados obtidos para direcionar as políticas públicas.

Entretanto, tornou-se inevitável a realização de um ranqueamento das instituições que compõem os sistemas de ensino.

Como justificativa para a criação e manutenção da aferição do IDEB, seus criadores e órgãos públicos colocam, dentre outras, as seguintes vantagens (INEP, online):

- Ampliação das possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação;
- Consideração da combinação de dois fatores: aprendizagem e fluxo<sup>38</sup> de alunos;
- Consideração do IDEB como ferramenta de acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação<sup>39</sup> (PDE) para a educação básica.

---

<sup>38</sup> O fluxo escolar indica a progressão de alunos de uma coorte, em determinado nível de ensino, em relação à sua condição de **promovido, repetente** ou **evadido**. Essa condição é informada por cada escola brasileira até o Dia do Censo - a última quarta-feira do mês de março -, para cada um de seus alunos, levando-se em conta sua vinculação ao processo de escolarização, no ano anterior, independentemente da escola que tenha frequentado. No caso da primeira série dos ensinos fundamental e médio, a condição de promovido significa a matrícula pela primeira vez. As taxas de promoção, repetência e evasão compõem o que se denomina taxas de transição, pois indicam como os alunos transitam - progridem - de uma série para outra, nas escolas seriadas, ou de um ano para outro, no caso das escolas com progressão continuada ou em ciclos. [...]O conceito de fluxo escolar está, igualmente, relacionado ao acesso, permanência e conclusão do processo de escolarização. Existindo para esses indicadores taxas específicas - taxas de matrículas, brutas e líquidas, taxas de concluintes, além da mencionada taxa de evasão. Deve-se ainda considerar a existência de alunos que, embora não tenham sido reprovados ou se evadido, matriculam-se pela primeira vez com idade superior àquela considerada mais adequada. Fonte: AVALARSE (online)

<sup>39</sup> O Plano de Desenvolvimento da Educação estabelece, como meta, que em 2022 o Ideb do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos.

A nota do IDEB pode ser conferida com certa facilidade porque não necessita de escalas. Assim como as notas do boletim escolar, o Ideb vai de zero a dez, o que possibilita compreender que quanto mais próximo de 10, maior o desenvolvimento da educação básica naquela escola ou município. Tendo em vista que o IDEB é calculado com base no fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, pode-se exemplificar como o mesmo é calculado:

FLUXO ESCOLAR	APRENDIZADO	NOTA FINAL
<b>0,96</b> (de cada 100 alunos, 4 não foram aprovados)	<b>5,63</b> (nota padronizada de português e matemática na Prova Brasil)	<b>5,4</b>

**Equação matemática<sup>40</sup>**: fluxo escolar (0,96) x aprendizado (5,63)= nota final (5,4).

Outro fator que deve ser considerado são as metas que devem ser atingidas por cada escola, estado ou município. Elas são o ponto de partida para verificar se houve crescimento da escola e qual instituição conseguiu superar seus próprios limites.

Nesse contexto, deve-se entender as metas como (INEP, online) o caminho traçado de evolução individual dos índices, para que o Brasil atinja o patamar educacional que têm hoje a média dos países da OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Em termos numéricos, isso significa estabelecer objetivos de aprendizagem e fluxo escolar de maneira quantitativa, o que teria como consequência a evolução da média nacional 3,8, registrada em 2005, para um **Ideb** igual a 6,0, na primeira fase do ensino fundamental até o ano de 2021.

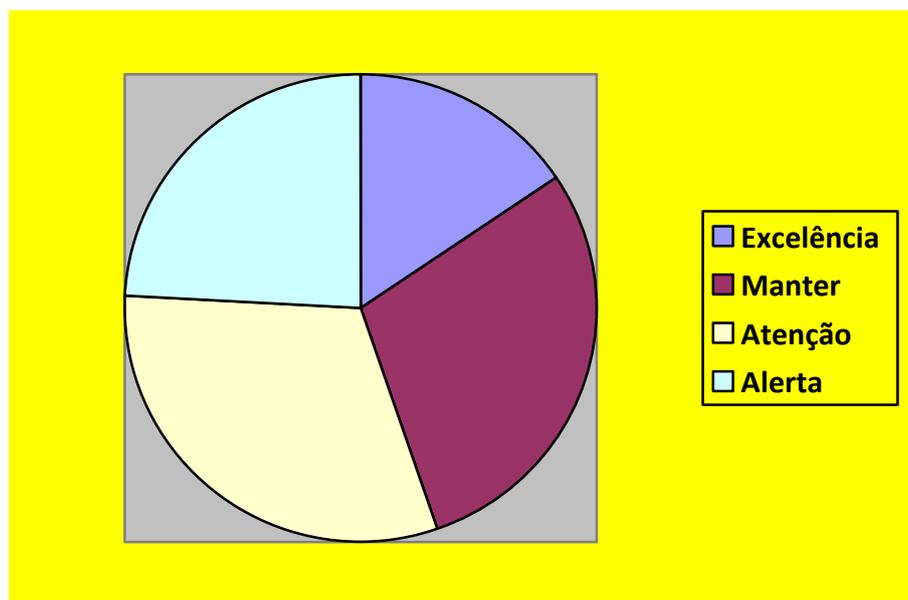
Nos sistemas públicos de ensino, as notas são calculadas individualmente levando em conta a realidade de cada cidade e estado. O ponto de partida para o cálculo das metas é a avaliação anterior e a expectativa de melhora existente no decorrer de um trabalho de 2 anos (O IDEB é aferido bianualmente, tendo havido até o momento a divulgação dos resultados de 2007, 2009 e 2011, estando no aguardo dos resultados de 2013).

Após a divulgação dos resultados, as escolas recebem uma classificação conforme a sua situação. Para isso, tem-se como referência a nota 6, considerada um indicador de uma escola de qualidade. Desse modo, a própria classificação dá indicações de caminho a escola deve tomar:

<sup>40</sup> Os dados para a realização deste cálculo foram os dados para o cálculo do IDEB do estado de São Paulo. Fonte: INEP (online).

COR/ CLASSIFICAÇÃO	MENSAGEM	SIGNIFICADO DA MENSAGEM
<b>Azul</b>	<b>EXCELÊNCIA</b>	Atingiu a meta, cresceu o Ideb e está acima do valor de referência.
<b>Verde</b>	<b>MANTER</b>	Atingiu a meta, cresceu o Ideb e está abaixo do valor de referência.
<b>Amarelo</b>	<b>ATENÇÃO</b>	Não atingiu a meta e/ou teve queda no Ideb e/ou está abaixo do valor de referência.
<b>Laranja</b>	<b>ALERTA</b>	Não atingiu a meta, teve queda no Ideb e está abaixo do valor de referência.

A seguir, a representação gráfica da classificação das escolas paulistas conforme o IDEB de 2011.

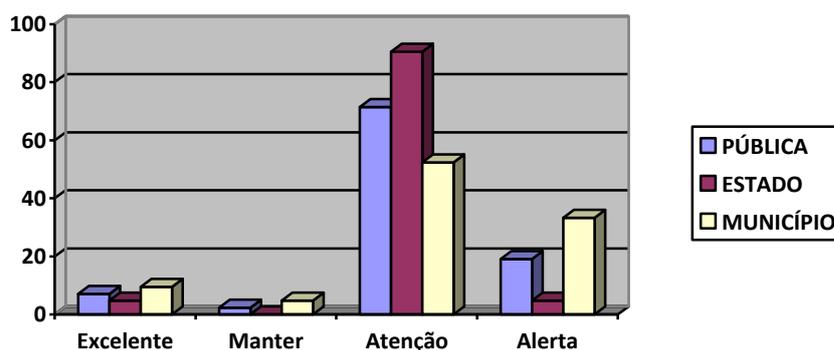


Fonte: Portal IDEB.

Em resumo, pode-se afirmar que o crescimento do IDEB indica tendência de alcance das metas esperadas. O objetivo da divulgação dos resultados também é verificar se o ritmo do crescimento está em conformidade com o esperado.

Daí depreende-se a importância da classificação das escolas ser embasada em suas próprias metas e não de acordo com números brutos em que são comparadas as notas de cada escola. Ou seja, são avaliados conforme seus próprios méritos e dificuldades.





Em meio a esses dados encontra-se a Escola Municipal de Educação Básica Professor e Escritor Nelson dos Santos Damasceno. Tal escola foi fundada em 2009, situa-se na região oeste da cidade e conta com aproximadamente 324 alunos distribuídos em 16 salas de Educação Infantil e Fundamental. Sendo de fundação recente, a escola tem apenas os resultados das avaliações de 2009 e 2011, os quais coloca-se em comparação com os dados do estado de São Paulo e do município de Franca.

Autarquia IDEB	Estado de São Paulo	Escolas estaduais de Franca	Município de Franca	Escola Machado de Assis
<b>2007</b>	4,8	5,5	5,2	-
<b>2009</b>	5,3	6,5	6,0	<b>5,7</b>
<b>2011</b>	5,4	6,1	5,7	<b>6,0</b>

A melhoria da pontuação da escola no IDEB foi de “apenas” 0,3 pontos, o suficiente para que atingisse a meta prevista, mas, não para sair da categoria “atenção” no que tange a classificação das escolas. No entanto, julga-se válido socializar as ações que levaram ao aumento do IDEB quando a média das escolas do município acusou queda.

As ações se deram no âmbito administrativo e pedagógico, uma vez que diante de baixos resultados apresentados no SARESP do ano de 2010, a equipe gestora propôs ações e estas foram efetivadas pelos professores e toda a equipe pedagógica. Dentre elas destacam-se:

- Sensibilização da família para os resultados da escola;
- Acompanhamento pedagógico sistemático;
- Divulgação e análise periódica de resultados;
- Recuperação paralela e acompanhamento didático com professores de apoio;
- Avaliações.

O ponto de partida para o processo de mudanças realizadas na escola foi a divulgação das notas do SARESP do ano de 2010. Nessa avaliação, a escola obteve nota abaixo da média das demais, superando apenas três escolas nas notas de Língua Portuguesa e obtendo a pior nota do município em Matemática. A primeira ação foi socializar em reunião de estudos pedagógicos o resultado com todos os professores e não apenas com os professores dos anos em que ocorrem as provas. O momento de socialização foi muito rico, pois permitiu que todos opinassem e desde a Educação Infantil houve sugestões para melhoria da qualidade do ensino oferecido naquela escola. O grupo compreendeu que vitórias e fracassos são de todos e não apenas dos anos finais do primeiro ciclo (4º e 5º anos).

O segundo passo foi a ação da diretora de reunir a equipe gestora<sup>41</sup> (coordenadora pedagógica, orientadora educacional e pedagoga) para levantamento dos dados da escola a respeito da aprendizagem. Foram tabulados dados como porcentagem de comparecimento de pais às reuniões e outros eventos da escola, de alunos que fazem a lição de casa, que tem de cor a tabuada, alfabeto e outros conhecimentos básicos de cada ano. Essa tabulação foi colocada em gráficos e apresentada aos pais em reunião que ocorreu em período noturno e contou com a presença de 26 pessoas, o que representa aproximadamente 10% dos responsáveis pelos alunos, levando em conta que uma pessoa poderia ser o responsável por mais de uma criança. O depoimento da diretora teve grande impacto sobre os pais presentes, entretanto, a representatividade foi muito pequena.

Levando-se em conta que este texto é escrito por duas coordenadoras pedagógicas, compreende-se o acompanhamento pedagógico como algo crucial nesse processo de melhoria. Como acompanhamento pedagógico designa-se as ações da coordenadora pedagógica no sentido de acompanhar e orientar o trabalho dos professores. Dentre as principais atribuições, pode-se citar: acompanhamento quinzenal dos planos de aula, acompanhamento dos resultados obtidos pelos alunos, seus cadernos e outros portfólios e orientações individuais quando solicitadas pelos professores ou quando a coordenadora julgou necessário.

Os cadernos de planos de aula eram entregues a cada quinzena. Após a análise das atividades, a coordenadora comunicava-se por meio de bilhetes em que elogiava o que havia de positivo, fazia questionamentos ao que estava incompreensível, orientações ao que não estava adequado à proposta pedagógica da escola e sugestões para a melhoria do que estava sendo desenvolvido em sala de aula. Mesmo que não fossem convocados, os professores sentiam-se no dever de explicar o que foi questionado ou não estava de acordo. Quando isso não ocorria, a própria coordenadora convocava o professor em questão para orientações individualizadas, quando esclarecia as razões da advertência pedagógica e orientava novas formas de conduzir a mesma atividade/conteúdo. Alguns professores colavam as orientações no caderno, juntamente com o carimbo de aprovação do plano de aula.

O acompanhamento dos resultados dos alunos se dava oficialmente a cada bimestre, quando os professores relatavam em conselho de classe sobre as dificuldades daqueles que não demonstravam aprendizagem no prazo esperado. Fora do conselho de classe os professores solicitavam ajuda para avaliar tais alunos e buscar estratégias para fazer com que atingissem os objetivos propostos. Sobre isso, os docentes eram orientados para que trabalhassem com seus alunos de maneira diferenciada, ou seja, que periodicamente trouxessem para os mesmos atividades que estivessem em consonância com o seu grau de desenvolvimento, que era diferente do ano em que estavam. Sendo assim, ao fim de 2011 o 5º ano, que

---

<sup>41</sup> Equipe gestora é o nome dado aos especialistas em Educação, que junto com o diretor de escola auxiliam em sua administração. Na Rede Municipal de Ensino de Franca, quatro profissionais específicos cumprem essa função: 1. **Coordenador pedagógico**: responsável pela orientação pedagógica e monitoramento dos resultados da escola; 2. **Orientador educacional**: responsável pela manutenção dos valores da escola, relação entre família e escola e relações interpessoais entre os alunos e demais membros da comunidade escolar; 3. **Pedagogo**: responsável pelo encaminhamento de alunos a setores da Secretaria da Saúde quando necessário, acompanhamento e atendimento pedagógico de alunos com dificuldades de aprendizagem; 4. **Pedagogo de salas de recursos multifuncionais**: responsável pelo atendimento pedagógico para crianças com deficiência e orientações a professores sobre como proceder com as mesmas. (nota das autoras)

tinha 60 alunos divididos em três turmas foi encerrado com 1 aluno não-alfabético (o mesmo possui deficiência intelectual) e 1 aluno foi retido por não possuir as habilidades necessárias para continuar seus estudos no 6º ano do Ensino Fundamental.

No cotidiano, solicitava-se mensalmente cadernos e outros exemplos de atividades desempenhadas pelos alunos para verificar como os mesmos respondiam ao que estava sendo proposto nos planos de aula, evitando que o conhecimento dos resultados se desse apenas nos conselhos de classe. A análise dos cadernos também se configurava em um momento de aproximação dos alunos com a coordenadora, posto que a mesma analisava o conteúdo e assim como fazia com os professores, colocava bilhetes (agora coloridos e com figuras de incentivo) parabenizando os donos dos cadernos pelo capricho e organização ou dependendo do caso, afirmando que eram crianças inteligentes e que possuíam capacidade fazer melhor do que apresentavam.

Outro ponto que se julgava forte na coordenação pedagógica foram as reuniões individuais. Estas não aconteciam com horário e periodicidade demarcados como as reuniões de estudos pedagógicos destinados ao trabalho coletivo. As reuniões individuais ocorriam conforme a necessidade. Assim, professores sem experiência docente eram convocados para “aprender” os procedimentos de sala de aula e professores já experientes discutiam com a coordenadora os resultados de avaliações, casos específicos de crianças com dificuldades de aprendizagem e as estratégias para superar as adversidades no processo de ensino e aprendizagem.

A divulgação e análise periódica dos resultados também é uma responsabilidade da coordenação pedagógica visto que implica não apenas na comunicação, mas na análise daquilo que deve ser foco do planejamento das aulas. A diretora também faz parte desse momento, conduzindo a avaliação, fazendo dela um momento de reflexão, parabenizando e chamando a atenção para as falhas quando necessário.

A recuperação paralela, conhecida popularmente como reforço escolar é prevista na L.D.B. 9394/96 (BRASIL, online), que no quinto item do artigo 24 indica que a verificação do rendimento escolar observará alguns critérios, dentre os quais a obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino. Desta forma, a legislação é cumprida na escola Machado de Assis, que dispõe de um professor em cada período para trabalhar com alunos de 3º, 4º e 5º anos do ensino fundamental que apresentam defasagem ou aprendem em ritmo mais lento que os demais. Para auxiliar tais alunos, existem três grupos básicos: Matemática, Alfabetização e Produção de textos. No entanto, os níveis de aprendizagem se apresentam de maneira bem heterogênea na composição dos grupos, de forma que o professor tenha atividades ou focos de atenção completamente diferentes conforme cada criança atendida.

A recuperação paralela ocorria duas vezes por semana, durante duas horas e em período contrário ao que a criança estava matriculada e isso pode ser considerado um ponto positivo visto que poderia ser atendidas em grupos menores, com foco nas suas defasagens e/ou dificuldades e de maneira praticamente individualizada pelo professor. No entanto, a Rede Municipal de Ensino de Franca-SP conta com um quadro de professores substitutos em cada unidade escolar, cujo número variava de 1 a 3 por período conforme a quantidade de alunos da escola. Esses professores eram contratados para substituir as eventuais ausências de seus colegas e nos dias em que não havia faltas, eram escalados para auxiliar os alunos de 3º, 4º e 5º anos em suas dificuldades na realização das tarefas escolares.

Um fator a ser destacado no processo de aprendizagem é a avaliação. Na escola Nelson Damasceno, a avaliação era um processo que ia além da verificação de conteúdos e habilidades, mas um momento de chamar a atenção de cada criança para o que aprendeu e do professor para o que precisa ser melhorado. Nessa escola, além das avaliações tradicionais, foram incluídas novas avaliações no planejamento diário: a avaliação semanal e a avaliação com a equipe gestora.

A avaliação semanal é uma proposta da equipe gestora para os professores que consistia em fazer com que toda semana fosse realizada uma atividade avaliativa, que não seria necessariamente uma prova, a respeito dos conteúdos estudados na semana. Para isso, combinava-se a sexta-feira como o dia de avaliar em todas as turmas, desde a Educação Infantil até o 5º ano, série final na escola. É preciso esclarecer que nas turmas de Educação Infantil se avaliava conteúdos pertinentes à sua faixa etária, tais como conhecimento de cores, letras, numerais e dados relativos a projetos estudados. À medida que a criança amadurecia e progredia em sua escolaridade eram avaliados conteúdos de maior complexidade.

Complementando o quadro de ações, a equipe gestora, auxiliada pelos professores de apoio, realizava avaliações bimestrais, que não se dava no sentido de atribuir notas, mas de analisar o desempenho dos alunos com maior proximidade e não apenas por meio dos dados fornecidos pelo professor. As principais avaliações realizadas eram:

1. Produção de textos: ação organizada pela coordenadora pedagógica para o 3º, 4º e 5º anos para analisar aspectos da produção como coerência, coesão, ortografia entre outros que compõe a correção de uma produção textual. Os resultados eram socializados com os professores que tinham a oportunidade de confrontar as observações feitas pela coordenadora a respeito do desenvolvimento pedagógico de seus alunos com as suas avaliações pessoais, o que proporcionava a obtenção de um registro mais rico acerca de uma mesma criança.
2. Dia da tabuada: a diretora, auxiliada por professores de apoio e orientadora educacional, escolhia um dia por bimestre para fazer a avaliação oral da tabuada para alunos de 3º, 4º e 5º anos. Dias antes, enviava-se bilhetes solicitando que as crianças estudassem, pois a diretora iria “tomar” a tabuada. Ao fim da avaliação, anotava-se até que ponto a criança conseguiu acertar, o que era lembrado na próxima vez que a mesma era avaliada.
3. Sondagem de escrita<sup>42</sup>: com o objetivo de avaliar o processo de alfabetização, a equipe gestora realizava bimestralmente uma sondagem de escrita com alunos da Educação Infantil fase II, 1º e 2º anos, com o objetivo de obter dados qualitativos acerca do processo.
4. Simulados de avaliações externas: no 1º semestre, a coordenadora pedagógica aplicava nas classes de 3º e 5º anos simulados das avaliações externas as quais a escola se submetia como SARESP e Prova Brasil. Após a aplicação, mantinha o procedimento de corrigir e socializar os resultados com os professores com vistas à busca de estratégias para melhorá-los.

Outras ações foram realizadas no sentido de assessorar os professores na melhoria de resultados de aprendizagem. Às ações pedagógicas foram somadas ações sociais como visitas a crianças faltosas, convocação de pais de crianças com baixo rendimento e encaminhamento a setores públicos de saúde. Contudo, essas ações não estão aqui descritas porque foram realizadas especificamente por outros profissionais, o que não dá autoridade às autoras para analisá-las visto que são coordenadoras pedagógicas, responsáveis pelos processos de ensino e aprendizagem.

---

<sup>42</sup> É uma atividade realizada para avaliar o processo de alfabetização de crianças e adultos. Consiste em ditar uma lista de palavras na ordem: polissílaba, trissílaba, dissílaba e por final monossílaba e conforme o aluno avaliado escreve, verifica-se como mais próximo ou distante de estar alfabetizado conforme os critérios que Emília Ferreiro (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986) descreve em Psicogênese da língua escrita (nota das autoras). São objetivos da sondagem, dentre outros: 1. Mapear o conhecimento das crianças em relação à escrita; 2. Reorientar sua prática pedagógica; 3. Coletar material para definir as possíveis intervenções; 4. Elaborar o planejamento, propondo situações capazes de gerar novos avanços na aprendizagem das crianças; 5. Obter dados sobre o processo de aprendizagem de cada aluno; 6. Verificar periodicamente seus avanços; 7. Formular indicadores que permitam dar uma visão da evolução da hipótese de escrita da criança ao longo do ano letivo (GUIA FUNDAMENTAL, online)

## Considerações

Ao fim deste artigo pode-se tecer algumas considerações acerca do IDEB e do relato de experiências de melhoria do mesmo.

Quanto ao IDEB, para analisá-lo, é preciso levar em conta o contexto de sua criação, que envolve compromissos internacionais de melhoria da educação firmados por ocasião da Conferência de Jomtien, realizada em 1990, na Tailândia, que resultou na Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Além disso, deve-se ponderar as questões políticas que dele derivam e as reais vantagens para o principal interessado: o aluno.

Dentre as questões políticas, coloca-se que é impossível que após a divulgação dos resultados que não seja realizado um ranking entre as escolas estaduais e municipais, valorizando aquelas que obtêm resultados mais altos, apontando o mérito para diretores de escola e em segundo plano para os professores que desempenham as tarefas pedagógicas para que as metas sejam alcançadas. Em contrapartida, as escolas, como foi o caso da escola Nelson Damasceno, que dão grandes saltos (passando das últimas colocações para as intermediárias) são pouco valorizadas, ou seja, os sistemas de ensino não valorizam a troca de experiências, apenas o resultado numérico, em detrimento da trajetória das escolas.

Na busca do alcance de metas, cria-se um clima de histeria e são feitas verdadeiras loucuras por diretores e professores como aconselhar alunos à transferência escolar (aluno ruim não consegue bom rendimento nas provas), aconselhar os alunos a faltarem em dias de avaliações externas ou proibir atividades lúdicas tão necessárias aos jovens aprendentes do primeiro ciclo do ensino fundamental, etapa que temos como foco neste artigo.

As duas situações citadas demonstram que o objetivo da criação do IDEB, que em tese provocaria uma melhoria real na educação, terminam por reafirmar a tese de que os fins justificam os meios, visto que os principais entraves – as crianças que não conseguem atingir o rendimento almejado – são camufladas, permanecendo apenas os dados a respeito daquelas que atingiram plenamente os objetivos propostos. Tais crianças devem ter o desempenho valorizado sim, mas o seu rendimento dentro da normalidade não aponta para a necessidade de políticas públicas específicas e as mesmas não são propostas.

Por outro lado, a situação das crianças pode ser analisada por dois âmbitos: ao ser constantemente avaliada, a criança está constantemente avaliada, coloca seus conhecimentos em jogo e fornece elementos para o professor redirecionar sua prática. Todavia, se esse direcionamento for realizado de maneira emocionalmente desequilibrada pode implicar em uma situação de pressão prejudicial ao desenvolvimento infantil.

Uma sugestão que se pode fazer é promover a troca de experiências entre todas as escolas de uma mesma rede de ensino pois, assim o ranqueamento passaria para segundo plano e as escolas de nível intermediário também poderiam apresentar práticas inovadoras de sucesso, visto que nossa observação deu indícios para constatar que as escolas que obtêm as melhores notas são escolas tradicionais e com práticas cristalizadas.

## Referências

AVALARSE,O. Fluxo escolar Disponível em: [WWW.gestrado.org/?pg=dicionario-verbete&id=7](http://WWW.gestrado.org/?pg=dicionario-verbete&id=7) Acesso em: 23 jan. 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em: 30 jan. 2014.

EMEB Professor e escritor Néelson dos Santos Damasceno. Planejamento anual. Franca: Prefeitura Municipal, 2013.

\_\_\_\_\_. Projeto Político Pedagógico: anexos. Franca: Prefeitura Municipal, 2012.

FERNANDES, R. GREMAUD, A. Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas Disponível em: [http://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/seminario/reynaldo\\_paper.pdf](http://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/seminario/reynaldo_paper.pdf) Acesso em: 07 fev. 2014.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

GUIA PRÁTICO PARA PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL. Sondagem de escrita Disponível em: <http://revistaguiafundamental.uol.com.br/professores-atividades/94/artigo252538-1.asp> Acesso em: 3 fev. 2014.

INEP. IDEB Disponível em: <http://ajuda.portalideb.com.br/knowledgebase/articles/102515-vis%C3%A3o-geral-sobre-o-ideb> Acesso em: 23 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. IDEB e seus componentes Disponível em: <http://www.portalideb.com.br/estado/125-sao-paulo/ideb> Acesso em: 22 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. O que são as metas Disponível em: <http://ajuda.portalideb.com.br/knowledgebase/articles/105829-o-que-s%C3%A3o-as-metas> Acesso em: 23 jan. 2014.

SILVA, R. Legislação Educacional. Ituverava-SP: Fundação Educacional de Ituverava, 2012.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em: 12 fev. 2014.

## Lista de autores

- Amanda Aparecida Vieira Fernandes, 27  
Bárbara Fadel, 27  
Cacildo Teixeira de Carvalho Neto, 18  
Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, 34  
Cyro de Almeida Durigan, 8  
Daniel Facciolo Pires, 65  
Diego Lopes de Campos, 125  
Eliana Jacintho de Lima Goulart Giuberti, 99  
Fabiana Granado Garcia Sampaio, 146  
Fabricio Faleiros Fernandes, 54  
Fernanda Gabriela Biondo, 109  
Fernanda Rocha de Oliveira, 109  
Fernando Dandaro, 42  
Gabrielle Stéphaney Nascimento Sgarbi, 34  
Helen Barbosa Raiz Engler, 18  
Helen Barbosa Raiz Engler., 18  
Joice Sousa Costa, 34  
José Alfredo de Pádua Guerra, 54
- Licia Frezza Pisa, 136  
Luciana Lopes Canavez, 77  
Maicow Lucas Santos Walkers, 34  
Maria Valéria Bertachini do Nascimento  
Gonçalves, 88  
Mariana Kimie da Silva Nito, 109  
Melissa Franchini Cavalcanti-Bandos, 42  
Mônica Cesaretti Borilli, 34  
Noemia Lopes Toledo, 65  
Paulo Henrique Miotto Donadeli, 77  
Raissa Balthazar, 109  
Regina Célia Baptista Belluzzo, 88  
Regina Helena de Almeida Durigan, 8  
Rutineia Cristina Martins Silva, 146  
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira, 99  
Silvio Carvalho Neto, 65  
Ubaldo Silveira, 18  
Vânia de Fatima Martino, 125

**SÉRIE**

Desenvolvimento Regional em Perspectiva

# Uni-FACEF

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA**

[www.unifacef.com.br](http://www.unifacef.com.br)

